

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**ORGANIZAÇÃO COLETIVA E REPRESENTAÇÃO DE  
INTERESSES DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL TÊXTIL DE  
BLUMENAU-SC: A ATUAÇÃO DA ACIB E DO SINTEX EM  
UM ESPAÇO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO  
(1985-1994)**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de mestre, sob orientação do Prof. Dr. Edegar J. Buzanello.



0.241.157-5

UFSC-BU

**FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO**

Florianópolis, setembro de 1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA  
ORIENTADOR: PROF. DR. EDEMAR J. BUZANELLO

**ORGANIZAÇÃO COLETIVA E REPRESENTAÇÃO DE  
INTERESSES DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL TÊXTIL DE  
BLUMENAU-SC: A ATUAÇÃO DA ACIB E DO SINTEX EM  
UM ESPAÇO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO  
(1985-1994)**

**FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO**

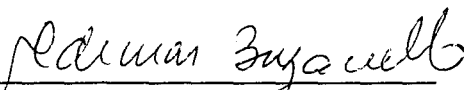
Florianópolis, setembro de 1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**ORGANIZAÇÃO COLETIVA E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DO  
EMPRESARIADO INDUSTRIAL TÊXTIL DE BLUMENAU-SC: A ATUAÇÃO DA ACIB E DO  
SINTEX EM UM ESPAÇO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO (1985-1994)**

Fabricio Ricardo de Limas Tomio

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua  
forma final pelo Orientador e Membros da  
Banca Examinadora, composta pelos  
Professores Doutores:

  
Prof. Dr. Edemar João Buzanello  
Orientador

  
Prof. Dr. Dimas Floriani  
Membro

  
Prof. Dr. Ary Cesar Minella  
Membro

Florianópolis, setembro de 1995.

## RESUMO

O presente estudo pretende analisar a dinâmica da organização e da atuação coletiva do empresariado industrial têxtil de Blumenau-SC que foram mediadas pelas organizações empresariais locais (ACIB - Associação Comercial e Industrial de Blumenau e SINTEX - Sindicato da Indústria de Fiação, Tecelagem e Vestuário de Blumenau). Historicamente, o período a ser investigado é circunscrito aos dez anos posteriores ao regime militar (1985-94), caracterizado pelo processo de democratização brasileiro. Os objetivos gerais deste foram: descrever as bases histórico-estruturais (econômicas, políticas e ideológicas) que caracterizam o empresariado industrial têxtil enquanto um grupo social; analisar a dinâmica organizacional, o processo de representação de interesses e os padrões de interação com o sistema político e sua relação com a democratização. Como base à investigação foram utilizados diversos procedimentos metodológicos contendo dados primários e secundários. Sinteticamente, constatou-se que o grande empresariado têxtil blumenauense estruturou-se com fortes vínculos econômicos e políticos, o que permitiu a esta elite exercer um papel dirigente no espaço local. As organizações de classe possuíram funções específicas na representação dos interesses do setor. Enquanto o SINTEX dedicou-se a objetivos econômicos e setoriais, a ACIB possuiu atribuições político-ideológicas que estruturaram a organicidade dos grupos dominantes blumenauenses sob a hegemonia do grande empresariado têxtil. Na interação com o sistema político constatou-se uma modernização dos padrões de relacionamento, sendo verificado a expressão de estratégias neocorporativistas e pluralistas, características típicas de um regime democrático.

## **ABSTRACT**

The present study aims at analysing the organizational and collective activating dynamics evidenced by textile industrial entrepreneurs located in Blumenau-SC. These dynamic elements were mediated by local entrepreneurial organizations like ACIB - Blumenau's Industrial and Commercial Association - and SINTEX - Blumenau's Union for Spinning, Weaving and Clothing Industry. Historically, the period under investigation is limited to the 10 years coming after the military governments (1985-1994), an age characterized by the so called Brazilian democratization process. Its general goals are: describing the historical-structural bases (economic, political and ideological) which characterized the textile industrial entrepreneurs as social group; analysing the organizational dynamics, the representational process of interests and the interactional patterns with the political system and its connections with the democratization process. Concerning the investigation a number of methodological procedures containing primary and secondary data were used. Briefly, it was noticed that a number of local textile entrepreneurs are structured on strong political and economic ties, these allowing them to exercise a leading role in the local sphere. To the class organisms have been attributed specific roles concerning the representational interests in the sector. While SINTEX has been devoted to economic and sectional goals, ACIB has played the political and ideological roles which have structured the local dominant groups organicity under the big textile entrepreneurial hegemony. In its interaction with the political system not only was noted the modernization of the relational patterns, but also the manifestation of pluralistic and neo-collectivistic strategies, that is, those typical characteristics of a democratic system.

## LISTA DE ABREVIATURAS

|                 |   |
|-----------------|---|
| <b>ABIT</b>     | - Associação Brasileira da Indústria Têxtil   |
| <b>ACIB</b>     | - Associação Comercial e Industrial de Blumenau                                     |
| <b>ACIBr</b>    | - Associação Comercial e Industrial de Brusque                                      |
| <b>ACIJ</b>     | - Associação Comercial e Industrial de Joinville                                    |
| <b>ACIJS</b>    | - Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul                               |
| <b>ACINPEVI</b> | - Associação Comercial e Industrial das Micro e Pequenas Empresas do Vale do Itajaí |
| <b>ACIP</b>     | - Associação Comercial e Industrial de Pomerode                                     |
| <b>ACIRN</b>    | - Associação Comercial e Industrial de Rio Negro                                    |
| <b>ACIRS</b>    | - Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul                                   |
| <b>ACISB</b>    | - Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul                             |
| <b>AEB</b>      | - Associação dos Exportadores do Brasil   |
| <b>ARENA</b>    | - Aliança Renovadora Nacional   |
| <b>ASPB</b>     | - Associação dos Sindicatos Patronais de Blumenau                                   |
| <b>BADESC</b>   | - Banco de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina                              |
| <b>BESC</b>     | - Banco do Estado de Santa Catarina   |
| <b>BRDE</b>     | - Banco Regional de Desenvolvimento Econômico                                       |
| <b>CACB</b>     | - Confederação das Associações Comerciais do Brasil                                 |
| <b>CDL</b>      | - Câmara dos Diretores Lojistas   |
| <b>CIESC</b>    | - Centro das Indústrias de Santa Catarina   |
| <b>CNI</b>      | - Confederação Nacional da Indústria  |
| <b>CUT</b>      | - Central Única dos Trabalhadores   |
| <b>DC</b>       | - Diário Catarinense  |
| <b>FACISC</b>   | - Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina              |
| <b>FIESC</b>    | - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina                              |
| <b>FUNDESC</b>  | - Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina                              |
| <b>FURB</b>     | - Universidade Regional de Blumenau   |
| <b>GM</b>       | - Gazeta Mercantil  |
| <b>IBGE</b>     | - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                   |
| <b>ICMS</b>     | - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços                                   |

|                |   |
|----------------|---|
| <b>IPPUB</b>   | - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Blumenau             |
| <b>IPTU</b>    | - Imposto Predial e Territorial Urbano                                |
| <b>ISS</b>     | - Imposto sobre Serviços  |
| <b>JSC</b>     | - Jornal de Santa Catarina  |
| <b>JUCESC</b>  | - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina                         |
| <b>MDB</b>     | - Movimento Democrático Brasileiro                                    |
| <b>PDC</b>     | - Partido da Democracia Cristã  |
| <b>PDS</b>     | - Partido Democrático Social  |
| <b>PDT</b>     | - Partido Democrático Trabalhista                                     |
| <b>PFL</b>     | - Partido da Frente Liberal   |
| <b>PL</b>      | - Partido Liberal   |
| <b>PMB</b>     | - Prefeitura Municipal de Blumenau                                    |
| <b>PMDB</b>    | - Partido do Movimento Democrático Brasileiro                         |
| <b>PPR</b>     | - Partido Progressista Renovador                                      |
| <b>PROCAPE</b> | - Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas              |
| <b>PSD</b>     | - Partido Social Democrático  |
| <b>PSDB</b>    | - Partido da Social Democracia Brasileira                             |
| <b>PT</b>      | - Partido dos Trabalhadores   |
| <b>RBS</b>     | - Rede Brasil Sul de Comunicações                                     |
| <b>SESI</b>    | - Serviço Social da Indústria   |
| <b>SIC</b>     | - Secretaria do Estado da Indústria e Comércio                        |
| <b>SINTEX</b>  | - Sindicato da Indústria de Fiação, Tecelagem e Vestuário de Blumenau |
| <b>TRE</b>     | - Tribunal Regional Eleitoral   |
| <b>UDN</b>     | - União Democrática Nacional  |

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 2.1. Ano de fundação das principais empresas industriais de Blumenau (1880-1945) .....  | 33 |
| Tabela 2.2. Produção industrial catarinense (1907-1929) por setores e % sobre o valor da produção total em cada ano.....   | 36 |
| Tabela 2.3. Produção industrial no município de Blumenau por ramo industrial (1883-1948) - valor total da produção de cada ano em Cr\$ 1.000,00 (valor de 1950).....                                     | 37 |
| Tabela 2.4. Faturamento das maiores indústrias de Blumenau (1970-76) (em Cr\$ 1.000.000,00).....   | 40 |
| Tabela 2.5. Distribuição regional e setorial do faturamento (em Cr\$ 1.000,00) e da mão-de-obra empregada, com participação relativa (em %), na indústria de transformação de Santa Catarina (1970)..... | 42 |
| Tabela 2.6. Financiamentos efetuados pelo B.R.D.E. (1965-julho de 1970) para o setor têxtil catarinense.....   | 43 |
| Tabela 2.7. Total de empresas e empregados em Blumenau (1985/1993/1994) por setores econômicos e por ramo (setor industrial).....  | 46 |
| Tabela 2.8. Quantidade de empresas e empregados na indústria de Blumenau (1985/1993) - por tamanho da empresa (com valores e percentagem de crescimento).....  | 47 |
| Tabela 2.9. Quantidade de mão-de-obra empregada nas indústrias têxteis da região de Blumenau filiadas ao SINTEX - por empresa (dez/92 - dez/93 - ago/94).....  | 48 |
| Tabela 2.10. Número de estabelecimentos industriais e empregados na base do SINTEX(1992) - por tamanho de empresa e categoria.....   | 49 |
| Tabela 2.11. Número de estabelecimentos industriais e de empregados na base do SINTEX(1992) - por município e categoria .....  | 50 |
| Tabela 2.12. Informações financeiras (em US\$ milhões) do setor industrial têxtil (1989-93).....   | 52 |



|  |     |
|--|-----|
| Tabela 2.13. Valores financeiros das exportações (em US\$ 1.000,00) nas maiores indústrias têxteis de Blumenau (1989-93).....  | 53  |
| Tabela 2.14. Valores financeiros (em US\$ 1.000,00) do recolhimento de impostos pelas indústrias têxteis da base do SINTEX (1990-92).....  | 54  |
| Tabela 2.15. Posição dos maiores grupos econômicos blumenauenses no <i>ranking</i> dos 300 maiores grupos privados nacionais (1980-95) - ordenados segundo o patrimônio líquido..... | 57  |
| Tabela 2.16. Participação das empresas pertencentes aos grupos econômicos nas entidades empresariais (empresas com sede em Blumenau no período de 1985/94).....                      | 71  |
| Tabela 3.1. Participação de empresários do setor têxtil no poder municipal em Blumenau (1893-1977) .....   | 79  |
| Tabela 3.2 Participação dos empresários, ligados aos grandes grupos econômicos do setor têxtil blumenauense, em partidos políticos (décadas de 80 e 90).....                         | 94  |
| Tabela 3.3. Doações às campanhas eleitorais de 1994 (por candidatos) realizadas por empresas empresários de Blumenau.....  | 98  |
| Tabela 4.1.Participação dos empresários com ascendência alemã nas entidades de classe (ACIB e SINTEX) de Blumenau - décadas de 80 e 90 (em número e %) .....                         | 121 |
| Tabela 4.2. Posicionamento das lideranças empresariais blumenauenses (em entrevistas) com relação à importância de valores de distinção étnica .....                                 | 129 |
| Tabela 5.1. Diretorias executivas da ACIB (1953-83) .....  | 139 |
| Tabela 5.2. Diretorias executivas da ACIB (1983-95) .....  | 150 |
| Tabela 5.3. Participação (com % e número de diretores) dos setores econômicos de Blumenau na diretoria executiva da ACIB (1983-95).....  | 151 |
| Tabela 5.4. Participação de diretores da ACIB em organizações empresariais com abrangência estadual (1983-95) .....  | 154 |
| Tabela 5.5. Vinculação dos associados da ACIB aos setores econômicos (1992/94 - com índice de crescimento).....  | 158 |

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 5.6. Atividades da ACIB (1984-94) divulgada nos periódicos editados pela entidade (discriminadas por tipo de atividade e ano - com informações sobre os periódicos).....     | 161 |
| Tabela 5.7. Informações sobre as demandas/pressões da ACIB dirigidas ao Estado (1984-94) .....  | 164 |
| Tabela 5.8. Quantidade de demandas/pressões junto ao Estado realizadas pela ACIB (por nível de poder e em três períodos: 1984-85, 1986-87 e 1993-94).....                           | 166 |
| Tabela 5.9. Objetivos das demandas/pressões junto ao Estado realizadas pela ACIB (por nível de poder e em três períodos: 1984-85, 1986-87, 1993-94).....                            | 170 |
| Tabela 5.10. Conteúdo dos pronunciamentos das lideranças empresariais vinculadas à ACIB no Jornal de Santa Catarina (1985-94) .....   | 178 |
| Tabela 6.1. Empresas associadas à "Associação Profissional da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral de Blumenau" em 1951 (com quantidade de empregados e município da sede)..... | 191 |
| Tabela 6.2. Diretores do SINTEX (1975-84) .....   | 192 |
| Tabela 6.3. Diretores do SINTEX (1984-95) .....   | 197 |
| Tabela 6.4. Participação dos diretores do SINTEX em outras organizações empresariais (1984-95).....   | 198 |
| Tabela 6.5. Informações sobre as empresas filiadas ao SINTEX (agosto de 1994).....  | 200 |
| Tabela 6.6. Conteúdos dos pronunciamentos das lideranças empresariais vinculadas ao SINTEX no Jornal de Santa Catarina (1985-94).....   | 203 |

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| Figura 2.1. Estrutura do grupo Hering.....     | 59  |
| Figura 2.2. Estrutura do grupo Artex.....      | 61  |
| Figura 2.3. Estrutura do grupo Cremer .....    | 63  |
| Figura 2.4. Estrutura do grupo Sul Fabril..... | 64  |
| Figura 2.5. Estrutura do grupo Karsten .....   | 65  |
| Figura 2.6. Estrutura do grupo Haco .....      | 66  |
| Figura 2.7. Estrutura do grupo Lince.....      | 67  |
| Figura 2.8. Estrutura do grupo Dudalina.....   | 68  |
| Figura 5.1. Organização interna da ACIB .....  | 145 |

## ÍNDICE

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>01</b> |
| <b>CAPÍTULO I - ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA .....</b>   | <b>04</b> |
| 1. Construção da Problemática de Investigação .....   | 04        |
| 2. Referencial Teórico.....   | 10        |
| 2.1. Empresariado e Classe Social .....   | 10        |
| 2.2. Estrutura de Representação de Interesses do Empresariado e<br>Relações com o Sistema Político .....                  | 19        |
| 3. Procedimentos Metodológicos e a Experiência do Trabalho de Campo .....   | 25        |
| <b>CAPÍTULO II - FORMAÇÃO HISTÓRICA E ESTRUTURA SÓCIO-<br/>ECONÔMICA DO SETOR INDUSTRIAL TÊXTIL<br/>BLUMENAUENSE.....</b> | <b>29</b> |
| 1. Introdução.....  | 29        |
| 2. Formação Histórica.....  | 30        |
| 3. Caracterização Sócio-Econômica.....  | 44        |
| 3.1. Empresas e Mão-de-obra Empregada.....  | 45        |
| 3.2. Volumes Financeiros: Faturamento, Exportação, Investimentos<br>e Recolhimento de Impostos .....                      | 51        |
| 4. Composição dos Maiores Grupos Econômicos .....   | 56        |
| 4.1. Grupo Hering.....  | 58        |
| 4.2. Grupo Artex .....  | 60        |
| 4.3. Grupo Kuehnrich .....  | 62        |
| 4.4. Grupo Cremer.....  | 63        |
| 4.5. Grupo Sul Fabril .....   | 64        |

|  |    |
|--|----|
| 4.6. Grupo Karsten .....                                   | 65 |
| 4.7. Grupo Haco .....                                      | 66 |
| 4.8. Grupo Lince .....                                     | 67 |
| 4.9. Grupo Dudalina .....                                  | 68 |
| 4.10. Outras Considerações sobre os Grupos Económicos..... | 69 |
| 5. Conclusão .....   | 71 |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>CAPÍTULO III - O EMPRESARIADO BLUMENAUENSE E O ESPAÇO<br/>POLÍTICO-INSTITUCIONAL .....</b>                                | <b>76</b> |
| 1. Introdução .....  | 76        |
| 2. Breve Histórico (da Emancipação do Município de Blumenau até a<br>Década de 80).....                                      | 77        |
| 2.1. Da Constituição da Unidade Política do Empresariado<br>Blumenauense à Ruptura institucional do <i>Estado Novo</i> ..... | 78        |
| 2.2. Do Período Democrático do Pós-Guerra ao Processo de<br>Abertura Democrática (Década de 70/80) .....                     | 83        |
| 3. Participação Política Contemporânea.....  | 87        |
| 3.1. Poder Político Municipal e Articulação Política do Empresariado<br>Blumenauense .....                                   | 89        |
| 3.2. Participação nos Partidos Políticos .....   | 93        |
| 4. Conclusão .....   | 101       |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO IV - A ETNICIDADE TEUTO-BRASILEIRA: DISCURSO,<br/>IDEOLOGIA E ESTRUTURAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA<br/>DO EMPRESARIADO BLUMENAUENSE.....</b> | <b>104</b> |
| 1. Introdução .....   | 104        |
| 2. A inclusão da Etnicidade na Estruturação da Identidade Coletiva e da<br>Organização de Classe do Empresariado Blumenauense.....                      | 105        |
| 3. Os Valores Étnicos Teuto-Brasileiros, sua Persistência e Vinculação<br>Contemporânea com o Empresariado Blumenauense.....                            | 109        |

|  |     |
|--|-----|
| 3.1. As Consequências da Campanha de Nacionalização de Vargas (Décadas de 30 e 40) para a Ideologia Étnica Teuto-Brasileira..... | 112 |
| 3.2. A Hegemonia dos Valores Étnicos Teuto-Brasileiros no Espaço Regional .....  | 116 |
| 3.3. A Vinculação dos Valores Étnicos Teuto-Brasileiros à Burguesia Blumenauense .....   | 119 |
| 4. A Presença da Ideologia Étnica Teuto-Brasileira no Discurso das Lideranças Empresariais.....                                  | 125 |
| 4.1. A (Não)Expressão Pública da Ideologia Étnica Teuto-Brasileira entre o Empresariado Blumenauense .....                       | 126 |
| 4.2. As Entrevistas com os Empresários: a Manifestação dos Critérios de Distinção Étnica .....                                   | 128 |
| 5. Conclusão .....   | 131 |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO V - A ACIB E A POSIÇÃO HEGEMÔNICA DA ELITE INDUSTRIAL TÊXTIL NA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO EMPRESARIADO BLUMENAUENSE .....</b> | <b>135</b> |
| 1. Introdução .....   | 135        |
| 2. Breve Histórico da Associação .....  | 136        |
| 3. Estrutura e Organização Interna.....   | 141        |
| 3.1. Identidade.....  | 142        |
| 3.2. Órgãos de Direção e Processo de Ascensão aos Cargos Diretivos.....   | 144        |
| 4. Perfil dos Dirigentes .....  | 149        |
| 5. Perfil dos Associados.....   | 156        |
| 6. Atividades da Entidade .....   | 159        |
| 6.1. Demandas/Pressões junto ao Estado.....   | 162        |
| 6.2. Prestação de Serviços.....   | 174        |
| 6.3. Relações com outras Organizações Empresariais.....   | 175        |

|   |            |
|---|------------|
| 6.4. Pronunciamentos Públicos dos Diretores da Associação<br>(Presença no Jornal de Santa Catarina) .....   | 177        |
| 7. Considerações Finais Sobre a Dinâmica da Interação da ACIB com o<br>Sistema Político .....   | 182        |
| <b>CAPÍTULO VI - O SINTEX E O ESPAÇO INSTITUCIONAL DE<br/>ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS INTERESSES<br/>SETORIAIS DO GRANDE EMPRESARIADO INDUSTRIAL<br/>TÊXTIL .....</b> | <b>188</b> |
| 1. Introdução .....   | 188        |
| 2. Breve Histórico do Sindicato Patronal .....  | 189        |
| 3. Estrutura e Organização Interna .....  | 193        |
| 4. Perfil dos Dirigentes .....  | 196        |
| 5. Perfil dos Associados.....   | 199        |
| 6. Atividades da Entidade e Pronunciamentos Públicos dos Diretores do<br>SINTEX (1985-1994).....  | 201        |
| 6.1. Atividades/Pronunciamentos com Conteúdo Econômico .....  | 204        |
| 6.2. Atividades/Pronunciamentos com Conteúdo Político .....   | 211        |
| 7. Considerações Finais sobre a Dinâmica da Interação da SINTEX com o<br>Sistema Político .....   | 214        |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>  | <b>219</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>  | <b>233</b> |
| <b>ANEXO 1 - Lista das Lideranças Empresariais Blumenauenses (com<br/>vínculos econômicos, políticos e corporativos - décadas de 80<br/>e 90)</b>                         |            |

## INTRODUÇÃO

Desde o fim do regime militar - e mesmo em seus últimos anos - a democracia brasileira vem se consolidando. Estes anos em que presenciamos o movimento pelas "Diretas JÁ" (1984), a promulgação de uma constituição que ampliou os direitos civis e a liberdade de organização da sociedade civil (1988) e, dentre tantos outros eventos, o afastamento do Presidente da República do poder sem uma ruptura da ordem constitucional (1992), permitem construir algumas questões muito amplas: como atuam e se organizam coletivamente os grupos sociais neste contexto democrático? E, particularmente, os grupos dominantes? Qual a dinâmica das organizações formais de representação de interesses diante deste processo de democratização? É possível constatar a ocorrência de uma modernização na interação Estado/sociedade em virtude da democratização?

Estas questões amplas - recortadas segundo interesses específicos que nos ligam à cidade de Blumenau - levou-nos a buscar a compreensão de como se expressam os grupos dominantes Blumenauenses neste contexto político. E, mais concretamente, a sua fração mais proeminente: o empresariado industrial têxtil.

Mais especificamente, esta dissertação tem como objeto central de investigação as práticas organizadas pelo Sindicato "Patronal" Têxtil e pela ACIB na representação dos interesses deste empresariado na última década (1985-94). Isto, com o objetivo de compreender a dinâmica da organização coletiva e da interação com o Estado no processo de democratização da sociedade brasileira. Caracterizando, através de um estudo de caso, o que há de específico ao objeto



analisado, mas também o que pode ser generalizável ao comportamento social do empresariado.

Para exposição desta investigação dividimos a dissertação em seis capítulos. No primeiro, procuramos construir a problemática de investigação, definindo os limites histórico-sociais da pesquisa empreendida e as questões-chaves que a nortearam. Também foram desenvolvidas nesta parte as considerações teóricas que nos permitiram a construção dos instrumentos analíticos e descritivos com os quais operacionalizamos a interpretação do objeto investigado. Além disto, este capítulo comportou a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados à coleta de dados, bem como algumas das principais dificuldades encontradas nesta implementação.

O segundo capítulo é uma exposição do processo de formação histórica e da estrutura econômica do setor industrial têxtil blumenauense. Neste, procuramos descrever e analisar as relações econômicas, a origem do capital dos empreendimentos industriais e a composição dos principais grupos econômicos. Características que estruturam uma base sólida e concreta responsável pela integração do grande empresariado industrial têxtil blumenauense, definindo o seu papel enquanto elite econômica no espaço regional e suportando o alto grau de solidariedade de sua atuação coletiva. Além disto, neste capítulo contextualizamos o peso relativo do setor têxtil na economia local, estadual e nacional, uma questão básica à definição da capacidade deste grupo social em influenciar o processo de tomada de decisões do sistema político devido a sua relevância econômica.

No terceiro capítulo, complementando a estruturação das relações sociais do empresariado têxtil enquanto um grupo social organicamente articulado, realizamos uma análise da atuação destes atores sociais no espaço político-institucional. Procuramos, nesta parte, expor: os principais padrões de atuação política destes empresários; as características das lideranças empresariais mais

ativas politicamente; o quadro de relações destes atores sociais com os partidos políticos e com as oligarquias catarinenses; a ocupação de cargos públicos que permitiram a estruturação de canais para a satisfação dos interesses setoriais têxteis junto ao Estado; e o papel da elite industrial têxtil na organização e na mobilização política da burguesia blumenauense.

O quarto capítulo buscou finalizar a exposição sobre a estruturação do empresariado blumenauense enquanto um sujeito coletivo. Neste, abordamos o papel da ideologia étnica na formação das identidades coletivas no espaço regional. Mais especificamente, buscamos verificar a persistência da etnicidade teuto-brasileira na estruturação da identidade social do empresariado regional, sobrepondo-se ou relacionando-se à identidade de classe, e a sua capacidade atual de maximizar a organização coletiva deste grupo social.

Nos quinto e sexto capítulos analisamos e descrevemos o processo de intermediação de interesses do empresariado industrial têxtil realizado pelas organizações formais controladas por esses atores sociais (a ACIB e o SINTEX). Neste, procuramos explicar a dinâmica, o processo de atuação e os perfis dos dirigentes e dos associados destas entidades de classe. Também buscamos definir a divisão de tarefas - isto é, o papel que cada uma destas organizações ocupa na representação dos interesses da elite industrial têxtil -, o relacionamento entre estas duas entidades de classe e dessas com outras organizações empresariais. Além disso, neste capítulo apresentamos uma análise da dinâmica da interação destas organizações com o sistema político, bem como uma interpretação da existência - ou não - de uma modernização deste processo pela presença de padrões de relacionamento Estado/sociedade típicos do pluralismo e do neocorporativismo.

# **CAPÍTULO I - ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

## **1. CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO**

O objetivo geral deste trabalho é analisar a dinâmica da organização e da ação coletiva do empresariado blumenauense, tendo como foco, particularmente, a sua fração mais destacada economicamente: o grande empresariado industrial têxtil. Historicamente, o período a ser investigado é o posterior ao regime militar (pós-1984), isto é, os últimos dez anos da história política brasileira que se caracterizaram pela democratização da sociedade.

A análise privilegia as práticas coletivas do empresariado industrial têxtil dirigidas para o espaço regional e formalizadas em duas organizações de classe: o Sindicato "Patronal" Têxtil (SINTEX) e a ACIB. Isto implica em delimitar a abrangência do estudo às mediações dos interesses deste empresariado expressos através destas organizações, excluindo, portanto, ações de caráter individual, inorgânico e informal do foco de análise. Quanto à abrangência das relações com o Estado e a sociedade, a investigação concentra-se: nas relações com os centros de decisões do poder público municipal, estadual e em algumas agências federais de abrangência regional e de importância setorial à indústria têxtil (bancos de desenvolvimento, organismos de controle de comércio exterior, etc.); no relacionamento com outras organizações de classe do empresariado - mesmo as que extrapolem o espaço regional e setorial; na expressão do conflito com as organizações sindicais dos trabalhadores; e, de forma difusa, no relacionamento

com outros setores e organizações da sociedade blumenauense que ocupem destaque nas atividades do SINTEX e da ACIB.

Busca-se, especificamente, avaliar se as transformações político-institucionais, geradas no sistema político pelo processo de democratização recente da história brasileira (pós 1984), refietem-se nas práticas coletivas deste segmento do empresariado brasileiro, conduzindo-os, portanto, a uma modernização de suas relações com o Estado e com outros segmentos da sociedade. Ou seja, se é possível verificar a manifestação: primeiro, do predomínio de padrões pluralistas, ou mesmo de concertações neocorporativistas, sobre o padrão corporativista tradicional e clientelista, no relacionamento com os centros de decisão da esfera pública; e, segundo, do aperfeiçoamento das ações político-ideológicas que busquem legitimar, de um lado, a dominação sobre a classe trabalhadora que compõe o mercado de mão-de-obra de suas unidades de produção, e, de outro lado, a sua posição hegemônica na relação com as outras frações das classes dominantes regionais.

Além disso, como forma de complementar e fundamentar a investigação sobre a organização coletiva do empresariado industrial têxtil blumenauense, procuraremos realizar um estudo das condições estruturais e dos arranjos conjunturais que orientam a atuação político-corporativa desses atores sociais no espaço regional. Busca-se, com isto, descrever e analisar as seguintes características: primeiro, a estruturação sócio-econômica do setor industrial têxtil de Blumenau, seu peso relativo nos espaços econômicos regional e nacional e as vinculações e participações no capital dos principais grupos econômicos; segundo, a expressão da atuação político-institucional do empresariado blumenauense, sua relação com os partidos e as oligarquias políticas e a ocupação de cargos públicos; e, terceiro, a contribuição da ideologia étnica germânica à representação social, atuação coletiva e estruturação da unidade de classe da burguesia blumenauense.

Constituída esta questão mais ampla: como agem e se organizam coletivamente os empresários têxteis de Blumenau-SC diante do processo de democratização recente da história política brasileira, torna-se necessário especificar mais detalhadamente os termos da relação a ser investigada.

Quanto ao primeiro termo, a democracia, nos parece interessante a definição dada por BOBBIO. Principalmente por afastar-se de ver este regime político como algo estático, completo ou como simples anverso de um regime fechado e ditatorial. Segundo o autor, o que caracteriza a democracia é a definição de um conjunto de regras que estabelecem *quem* está autorizado a tomar decisões coletivas e com *quais* procedimentos. Esta definição de BOBBIO (1992) para a democracia é incorporada ao nosso estudo como uma indicação formal do processo político, já que o autor não polemiza sobre a gênese das *regras democráticas*. Para nossa investigação, o *conteúdo* destas regras é determinado, em um Estado capitalista - como expressam OFFE e RONGE (1984, p. 124-5) -, na relação entre a forma institucional do poder público e o processo de produção.

Aliada a esta definição estão duas premissas fundamentais: a) estar em transformação é o *estado natural* do regime democrático e, portanto, b) seu futuro torna-se incompreensível. Diante desses pressupostos, BOBBIO vê na democracia, entre outros fatores, um processo de alargamento do número de indivíduos com direitos comuns - de votar, de se associar, de se expressar livremente, etc. (BOBBIO, 1992, p. 9-21).

Tais considerações genéricas têm a virtude de definir a democracia enquanto processo, e é enquanto tal que tentaremos envolvê-la em nossa investigação. Ou seja, conforme evolui a democratização da sociedade brasileira - que situaremos a partir da constituição da Nova República em 1985<sup>1</sup> - novos atores<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> A transição "lenta, segura e gradual" caracterizou a passagem da ditadura militar à democracia no Brasil. Este processo definido como *transição transada por* O'DONNELL (apud FIGUEIREDO In: DINIZ, 1993, p. 46-8), por seu ritmo e tom acordado entre as elites, dificulta a definição de um marco divisório preciso. Optamos pela instauração da Nova República como marco - sem negarmos a existência de práticas democráticas anteriormente, ou autoritárias depois de seu início - por ser esta

agregam-se legitimamente e de forma mais ativa e explícita à arena política (empresários, trabalhadores, movimentos populares, etc.)<sup>3</sup>, modificam-se os centros institucionalizados de decisão de políticas públicas (valoriza-se o Poder Legislativo) e definem-se novos canais para a interação entre a sociedade civil e o Estado. Enfim, redefine-se o *meio ambiente* político de atuação das organizações empresariais. É desta forma que a democratização torna-se uma variável explicativa das transformações na prática coletiva do empresariado têxtil.

Contudo, não é como variável independente e com a capacidade unilateral e totalizadora de definição da organização da sociedade civil que definimos as transformações no sistema político - no caso, o processo de democratização da sociedade brasileira. Mas sim, como uma variável interdependente do processo de organização e expressão das classes e grupos sociais. Desta forma, procuraremos qualificar nossa apreciação do processo de interação entre Estado e sociedade, e as transformações dele decorrentes, através de uma "abordagem integrada" (BOSCHI, 1979, p. 19-33)<sup>4</sup>. Esta abordagem nos parece oportuna, pois, permite visualizar a dinâmica do relacionamento entre os sistemas político e social como mutuamente determinados sem, contudo, esvaziar a independência relativa que

---

razoavelmente aceita devido a ocupação da presidência por um civil. Além disto, acreditamos que esta delimitação constitui um prazo razoável (10 anos) para verificar a dinâmica da atuação coletiva e organizada do empresariado investigado.

<sup>2</sup> Os termos *atores*, *sujeitos* e *agentes* sociais são utilizados como categorias equivalentes neste texto. Isto não implica em destacar os indivíduos de suas posições estruturais ou de suas identidades construídas historicamente, tomando-os meros representantes de papéis sociais intercambiáveis - como a categoria ator pode insinuar. Para um maior aprofundamento do problema que envolve o uso destas categorias, ver OLIVEIRA (1990).

<sup>3</sup> Como demonstrada por várias investigações (BOSCHI, 1979; CARDOSO, 1983; CRUZ, 1984; DINIZ, 1978; DREIFUSS, 1981 e 1989), por mais dura que fosse a repressão e a ditadura, alguns setores do empresariado - e outras elites - nunca foram excluídos completamente da participação nas decisões políticas, apesar de terem uma atuação mais discreta que no período democrático recente.

<sup>4</sup> BOSCHI procura definir a "abordagem integrada" em oposição a abordagens dualistas que conduzem à explicação da mudança política como determinada unidimensionalmente, pela ação das classes sociais ("perspectiva reducionista") ou pela ação do Estado ("perspectiva da 'autonomia política'").

cada sistema possui em suas determinações. Segundo BOSCHI, ao analisar as práticas de uma classe é possível utilizar "uma perspectiva analítica integrada que permita a apreensão simultânea dos processos sociais de alguma forma condicionados pela ação estatal e dos processos que podem efetivamente ser vistos como independentes dos limites estabelecidos pelo Estado" (1979, p. 32).

Com esta breve exposição das bases em que a interação democracia/ação coletiva do empresariado ocupa nesta análise, podemos nos deter na construção das questões mais concretas que procuraremos investigar, e que estão ligadas ao segundo termo da relação proposta: a organização e a ação coletiva do empresariado têxtil blumenauense no contexto político democrático atual.

São três as orientações que definem os objetivos e as questões mais concretas deste estudo:

1) Especificar as bases estruturais e as condições histórico-conjunturais que orientam a atuação do empresariado industrial têxtil blumenauense em três dimensões: sócio-econômica, político-institucional e ideológica (etnicidade).<sup>5</sup> Na argumentação sobre esses temas pretendemos desenvolver os seguintes blocos de questionamento: a) como se processou a formação do setor industrial têxtil de Blumenau? quais são as suas principais características sócio-econômicas na contemporaneidade? como se estruturam os principais grupos econômicos do setor? qual a origem de propriedade de seus capitais e qual o nível de inter-relacionamento da burguesia blumenauense e de capitalistas externos (nacionais e estrangeiros) nesse processo econômico?; b) como se manifestou historicamente a atuação deste empresariado no espaço político-institucional? quais as principais vinculações desses atores sociais com as oligarquias estaduais e com os partidos

---

<sup>5</sup> A importância do apelo à identificação étnica é uma característica específica do empresariado regional, comportando um discurso que enfatiza qualidades superiores inerentes à origem étnica germânica - herdada dos imigrantes colonizadores do séc. XIX. Sua manifestação não é recente e tem origem, segundo SEYFERTH, no isolamento relativo do início da colonização e na noção pangermanista do *Deutschum* (germanidade) - difundida pelos descendentes dos imigrantes (SEYFERTH, 1993, p. 4-13).

políticos? quem são as principais lideranças empresariais com atuação política e quais os cargos públicos ocupados?; c) qual o grau de importância da identificação étnica para o processo de organização coletiva e estruturação da unidade de classe do empresariado blumenauense? como e quando esta ideologia étnica se desenvolveu e qual a sua expressão contemporânea?

2) Explicar a relação entre as duas organizações de classe (SINTEX e ACIB) na representação dos interesses do empresariado têxtil, bem como possíveis ligações com outras entidades de classe do empresariado (locais e nacionais). A existência de articulações entre as estruturas de representação de interesses - corporativa e extra-corporativa - do empresariado foram constatadas pelo estudo panorâmico, já clássico, sobre a representação de interesses do empresariado industrial no Brasil feito por DINIZ e BOSCHI (1979). Segundo as conclusões desses autores, não existe concorrência, "mas uma complementariedade entre os dois formatos de representação" (1979, p. 71-2)<sup>6</sup>. Partindo destes argumentos, procuraremos responder às seguintes questões: como se expressa a divisão do trabalho entre o SINTEX e a ACIB na representação dos interesses do empresariado têxtil organizado, e quais são as principais demandas mediadas e funções exercidas por essas entidades de classe neste processo? Quais as principais entidades empresariais que interagem com a ACIB e o SINTEX e como se desenvolve esta interação?

3) Definir os tipos de padrões predominantes na relação destas organizações com os centros de decisão e de promoção de políticas públicas do sistema político. A compreensão do padrão de relacionamento entre empresariado/setor público reflete mais claramente a intervenção do processo de democratização na organização deste empresariado - e vice-versa, se pensarmos o

---

<sup>6</sup> DINIZ e BOSCHI (1979) concluem em sua investigação que o empresariado não abandona o sistema de representação corporativo - e seus canais institucionalizados de mediação com o poder público - ao criarem as associações civis. Geralmente, estes empresários procuram sobrepor à estrutura tradicional organizações mais dinâmicas e não restritas pela legislação.



conjunto das classes dominantes. Na transição entre a ditadura militar e a democracia no Brasil não existe a substituição de um padrão corporativista por um pluralista de relacionamento entre Estado/sociedade, mas o entrelaçamento de vários padrões de mediação. Estudos recentes têm apontado para a constituição de um "formato híbrido" nos últimos anos. Neste, o padrão tradicional corporativista - mais flexibilizado pela constituição de 1988 - coexiste com articulações pluralistas e neocorporativistas (DINIZ, 1986 e 1993; DINIZ e BOSCHI, 1989-a, 1989-b e 1993). Esta complexificação, remetida ao universo de interesses do empresariado têxtil, é o que procuraremos descrever e explicar. Assim, as questões que norteiam esta parte da investigação e que procuraremos responder são as seguintes: quais são os principais centros de decisão e de promoção de políticas públicas que são alvo das demandas do empresariado têxtil blumenauense? como se define o padrão deste relacionamento? e, é possível identificar a predominância de padrões mais modernos - pluralistas e neocorporativistas - sobre padrões tradicionais de mediação de interesses?

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. EMPRESARIADO E CLASSE SOCIAL

Procuramos neste item estabelecer uma relação analítica entre o empresariado investigado e a categoria de classe social - no caso, a classe burguesa. Esta nos parece necessária por relacionar os diversos indivíduos que possuem essa condição social a interesses estruturalmente comuns. O que torna compreensível - mas não explica única e exclusivamente - a organização e ação coletiva destes atores sociais.

Iniciaremos distinguindo empresários de capitalistas - ou proprietários dos meios de produção. Segundo SCHUMPETER, os empresários não formam uma classe social. Isto porque este autor atribui aos empresários uma função específica e não uma posição de classe no capitalismo. A função de inovar, de realizar "novas combinações" no processo produtivo, propiciando o desenvolvimento econômico e tornando a sociedade dinâmica (1982, p. 54 e seg.). Para o autor, qualidades de "liderança" psicologicamente intrínsecas definem os indivíduos - em pequeno número na sociedade - capazes de exercer esta função. Ao exercer a função empresarial, os indivíduos poderiam, por suas realizações, vir a fazer parte da classe burguesa (SCHUMPETER, 1982, p. 59-65). Tão fundamental é esta função inovadora do empresário, enquanto indivíduo, que SCHUMPETER vê na racionalização e despersonalização do processo produtivo - a "mecanização do progresso" - a ruína da sociedade burguesa e o início da caminhada para o socialismo - pelas mãos daqueles que deveriam evitá-lo: a burguesia (1984, p. 172-5).

Apesar de não concordarmos com a unção dos empresários como supercapacitados e nem com a estrita função inovadora, a distinção realizada por este autor entre capitalistas e empresários nos parece interessante como contribuição à conceituação dos atores que iremos investigar. Ou seja, se entendermos os capitalistas como os proprietários dos meios de produção - ou do capital - veremos que nem todos os empresários se enquadram nesta definição. De fato, é um fenômeno muito comum a existência de executivos profissionais nas grandes empresas e grupos econômicos. Desta forma, para efeito de construção conceitual, definiremos o empresariado como o conjunto de atores que ocupem funções de controle direto sobre o capital (proprietários ou não), e que por esta condição - mesmo quando, eventualmente, ocupem cargos públicos, eletivos ou não

- fazem parte e representam os interesses de uma mesma classe estruturalmente dada.

Mesmo fazendo parte de uma mesma classe, o empresariado não constitui uma unidade monolítica quanto à constituição de seus interesses objetivos. Várias características relativas ao capital, como: a origem (bancário, industrial, comercial ou agrário), o volume (grande, médio ou pequeno) e a abrangência (nacional, multinacional), etc., podem definir a existência de frações e grupos intra-classe que possuam interesses específicos - e até conjuntamente opostos. Para nossa investigação, como se trata de um grupo já delimitado pela indústria têxtil de Blumenau e majoritariamente formada por capitais nacionais, duas distinções são necessárias. Estas têm a heterogeneidade econômica como matriz, mas podem revelar-se de grande validade à compreensão da organização coletiva deste empresariado.

A primeira é uma distinção de classe social. A grande maioria das empresas têxteis da região de Blumenau são de fato micro-empresas - ou de *fundo de quintal*. Não empregam nem três trabalhadores, em média, e nem estão associadas a nenhuma das duas entidades investigadas (SINTEX e ACIB) - apesar de fazerem parte formalmente da base do sindicato patronal e pagarem o imposto sindical que é parcialmente revertido para esta entidade. O número de empresas que formam este grupo é muito inconstante, variando conforme a conjuntura econômica, sendo que o faturamento e quantidade de mão-de-obra empregada pelo conjunto destas empresas é pouco expressivo frente as outras indústrias têxteis. Devido a suas características econômicas - e político-ideológicas - os micro-empresários serão excluídos de nossa conceituação. Isto, porque entendemos que estes atores formam uma classe específica : a *pequena-burguesia*. Particularmente, a partir da distinção que POULANTZAS realiza, estes atores pertenceriam a fração

*tradicional* da pequena-burguesia, caracterizando-se como tal por suas unidades produtivas serem:

... formas de artesanato e de pequenas empresas familiares, nas quais o próprio agente é proprietário dos meios de produção e de trabalho e, ao mesmo tempo, trabalhador direto. Aqui não há exploração econômica propriamente dita, já que essas formas de produção não empregam - ou só fazem muito ocasionalmente - operários assalariados (1984, p. 106-7).

De fato, por sua condição de classe esses micro-empresários distanciam-se do foco de nossa investigação. É o grupo restante do setor industrial têxtil o nosso objeto. Contudo, como este também é heterogêneo, construiremos uma segunda distinção - intra-classe - a partir de uma tipologia que tenha no volume do emprego de mão-de-obra controlada o seu principal vetor de variação<sup>7</sup>. Assim, temos:

- **grandes empresários** (mais de 500 trabalhadores), ligados às grandes indústrias individuais, formam a elite local do empresariado. As unidades de produção controladas por este grupo caracterizam-se por: ter um padrão administrativo racionalizado com muitos executivos profissionais, ter sua origem nas primeiras fases da industrialização de Blumenau, controlar cerca de 3/4 da mão-de-obra têxtil local, ter no mercado internacional grande parte de seu faturamento, participar ativamente das duas organizações de classe local (ocupando sua diretoria) e em outras de abrangência nacional e estadual.

- **médios empresários** (de 101 a 500 trabalhadores), formam um grupo de transição pouco numeroso, onde existem tanto proprietários diretos quanto

---

<sup>7</sup> Entendemos que a quantidade de mão-de-obra controlada não oferece, de forma exclusiva, um bom indicador para a distinção intra-classe. Contudo, na ausência de outras informações concretas do conjunto do setor, cremos ser possível formar uma tipologia provisória a partir destes dados. Além disto, apesar do processo de modernização tecnológica que envolveu as grandes indústrias têxteis a partir da década de 70, transformando-as em intensivas de capital (ver ACERO, 1983), na maioria dos casos o volume financeiro faturado varia concomitantemente à quantidade de mão-de-obra empregada nas unidades industriais.

executivos profissionais. A maior parte das empresas controladas por este grupo estão presentes entre os sócios das entidades de classe locais.

- **pequenos empresários** (de 6 a 100 trabalhadores<sup>8</sup>), este grupo de empresários participa em pequeno número na ACIB e no SINTEX e é constituído, principalmente, por micro-empresários que prosperaram e tornaram a situação de suas empresas mais estáveis. São, em geral, proprietários diretos de suas unidades de produção.

Uma outra dimensão estrutural, que tem a capacidade de especificar o comportamento provável de parte dos atores investigados - complexificando o esquema anterior -, é o relacionamento entre a propriedade dos capitais de algumas das indústrias têxteis de Blumenau. Este relacionamento define a existência de grupos econômicos. Segundo a conceituação de GONÇALVES, estes grupos são:

... o conjunto de empresas que, ainda quando juridicamente interdependentes entre si, estão interligadas, seja por relações contratuais, seja pelo capital, e cuja propriedade (de ativos específicos e, principalmente, do capital) pertence a indivíduos ou instituições, que exercem o controle efetivo sobre este conjunto de empresas.

O controle sobre o grupo pode ser "literal", quando ele envolve o poder de tomar as decisões estratégicas e fundamentais ao grupo; ou pode ser "limitativo", quando se refere à capacidade de restringir as decisões daqueles (administradores profissionais) que detêm posições estratégicas dentro do grupo (1991, p. 494).

De fato, vários são os grupos econômicos que reúnem, em Blumenau, grandes, médios e pequenos empresários da indústria têxtil e de outros setores econômicos. Parece-nos muito provável que, nestes casos, os interesses das empresas individuais filiadas às organizações de classe (ACIB e SINTEX) submetam-se aos interesses mais expressivos do grupo. Além disso, nestes casos, a estratificação anterior perde a eficácia explicativa, ou seja, os pequenos e médios

---

<sup>8</sup> Empresários que controlem empresas com menos de 6 trabalhadores são incluídos em nosso estudo como pertencentes a uma outra classe social: a pequena burguesia. Ver POULANTZAS (1984).

empresários vinculados aos grupos econômicos passam a ter a força e manifestar as mesmas características pertencentes à categoria de grande empresário.

Ao realizarmos estas distinções, tentamos explicitar a existência de diferenças estruturais entre os empresários têxteis. Para nossa investigação isto implica em que, conforme a posição ocupada, os empresários podem constituir grupos com interesses específicos que manifestem a *probabilidade* dos atores mobilizarem-se coletivamente de maneira uniforme - devido à proximidade das posições ocupadas pelos atores individuais e a oposição frente aos outros grupos ou classes. Excluindo, contudo, a perspectiva de inferir a ação dos indivíduos diretamente das propriedades de sua posição estrutural. Ou seja, a posição objetivamente estruturada em que os empresários se encontram é vista aqui como um elemento potencializador - ao mesmo tempo limitador e facilitador - do leque de opções possíveis deste ator diante de uma situação específica.

Complementando estes aspectos objetivos, que predispõem os atores a uma determinada conduta, estão as condições subjetivas que orientam, em situações concretas, a manifestação coletiva das classes sociais. Quanto a este segundo aspecto, no que se refere a organização coletiva dos empresários em associações de classe, dois elementos parecem ser de grande importância: a) a orientação racional dos indivíduos à ação coletiva e b) a ação exemplar de algumas lideranças que permitem a definição de *visões de mundo*, legitimadas e estendidas ao conjunto da classe, que orientem a ação coletiva.

No primeiro item, tornam-se relevantes as contribuições de OFFE e WIESENTHAL (1984) para a definição de uma "lógica da ação coletiva" dos empresários. Esses autores refutam a existência de uma lógica geral da ação coletiva, combatendo a teoria pluralista dos grupos de interesse. O pressuposto sociológico para isto é que, dada a desigualdade estrutural de recursos, de meios,

de legitimação e de percepção dos interesses objetivos pelos atores sociais, não é possível haver igualdade entre a lógica da ação coletiva das classes sociais.

Para OFFE e WIESENTHAL, a manifestação dos "interesses empíricos" dos empresários individuais é muito próxima aos seus interesses reais de classe. Isto devido a possibilidade que esses atores têm de realizar cálculos racionais de seus interesses individualmente, de obterem legitimidade no sistema capitalista na busca de seus interesses e de contarem com o apoio do aparato estatal para realizá-los (1984, p.87). Além disto, como os interesses dos empresários são definidos nas empresas individuais e nos grupos econômicos, estes são canalizados às associações de classe de forma *utilitarista*. Isto significa que:

As associações de capital estão confinadas à função de agregação e de especificação daqueles interesses de seus membros que - do ponto de vista da organização - têm que ser definidos como dados pré-fixados, e cuja formação fica além do alcance legítimo das funções da organização (1984, p. 71).

Desta forma, o problema de gerar integração interna à organização é solucionado facilmente, visto que, sendo o nível individual responsável pela resolução da maior parte dos problemas, existe um maior potencial dos objetivos da associação serem facilmente especificados e calculados. Assim, OFFE e WIESENTHAL atribuem um padrão organizacional *monológico* às associações de empresários, porque acreditam na existência - pelo menos num sentido ideal típico - de um "consenso pressuposto", entre os atores individuais, que é mantido por referências comuns a valores sociais, culturais e políticos (1984, p. 71-9).

Ainda neste tema, da orientação racional das condutas individuais e da definição de uma lógica da ação coletiva exclusiva ao empresariado, é possível somar a contribuição de SANTOS (1989). Para este autor, o que distingue as associações de classe desses atores sociais é a capacidade de seus membros controlarem o problema do "carona" (*free-rider*). Este consiste em evitar que um determinado *bem público*, produzido coletivamente, seja *consumido gratuitamente*

por indivíduos que não participaram com os *recursos* para o seu provimento<sup>9</sup>. Como "os empresários parecem ter um agudo senso de prevenção do desperdício", a utilização de uma "lógica da maximização" torna-se parte da conduta desses atores - também - em um espaço associativo (1989, p. 37-8).

Quanto ao segundo item, a ação das lideranças empresariais e sua capacidade de legitimar visões de mundo ao restante da classe, estamos pensando nas relações intra-classe que permitam dar-lhe organicidade, predispondo-a para o enfrentamento com outros grupos e classes sociais e capacitando-a a exercer um papel diretivo na sociedade. Segundo GRAMSCI:

Os empresários - se não todos pelo menos uma elite deles - devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os "prepostos" (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. Pode-se observar que os intelectuais "orgânicos", que cada classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, "especializações" de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz (1968, p. 4).

Além disso, é a própria atuação dessa elite empresarial - formada pelos mais destacados "intelectuais orgânicos" - que dá vida e expressão à classe, potencializando-a ao enfrentamento político. Como nos fala outro autor:

A classe existe na medida em que (...) os mandatários dotados de *plena potentia agendi* podem ser e sentir-se autorizados a falar em *nome* dela (...) e fazê-la existir assim como uma força real no seio do campo político (BOURDIEU, 1989, p. 159-60).

Isto implica em tornar legítimas *categorias* sociais, ao grupo e a sociedade, que classifiquem, via relações de força e poder, o mundo de uma

---

<sup>9</sup> Segundo SANTOS "o produtor individual ou semicoletivo (um subgrupo) de *Bp* [bem público] dispõe de, pelo menos, cinco estratégias para lidar com os 'caronas', quatro visando eliminá-los e *uma rejeitando-os como irrelevantes*: (a) eliminação pela força; (b) eliminação através de incentivos seletivos; (c) eliminação pela regulamentação (semiprivatização de *Bp*); (d) eliminação por persuasão ideológica; e (e) desconsiderá-los" (1989, p. 31).



determinada forma. É o papel da ideologia na construção dos valores legítimos que *naturalizam* a existência de diferenças, da dominação de classe e do papel privilegiado dos empresários - ou pelo menos de uma elite deles - na direção desta classe. As práticas simbólicas orientadas para a construção legítima da divisão social expressam, de certa forma, a lógica da estrutura social em última instância. Isto significa que na luta pela classificação do mundo não há equidade, conforme o *peso funcional* - "proporcional a contribuição" das classes e grupos sociais para a construção da estrutura - as estratégias de *distinção* possuem uma maior eficácia (BOURDIEU, 1974, p.12).

O papel central das lideranças empresariais na produção de valores simbólicos que proporcionem à classe a unidade necessária, em suas relações de força política frente a outros grupos sociais, podem sintetizar diversos graus de "consciência política coletiva" que, pela ordem - histórica e analítica -, seriam: o econômico-corporativo (solidariedade de grupos profissionais), a solidariedade de classe para objetivos econômicos e a solidariedade de classe para objetivos políticos e para o exercício da hegemonia sobre os demais grupos sociais subordinados (GRAMSCI, 1984, p. 49-50). Neste último ponto, o grupo dominante capacita-se a "universalizar" seus valores ao conjunto da sociedade, legitimando sua posição dirigente. Contudo, para materialização desta posição, através do exercício concreto e histórico da vontade desse grupo hegemônico, faz-se necessário a permanente organização da força a ser mobilizada - tanto em situações de crise quanto no exercício cotidiano da manutenção ou avanço do poder hegemônico. Entre os vários instrumentos de predispor-se à relação de força, nos diversos campos de atuação e de luta que esses atores sociais interagem, que o empresariado possui a sua disposição, estão as entidades formais de organização coletiva e representação de interesses empresariais.

## 2.2. ESTRUTURA DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DO EMPRESARIADO E RELAÇÕES COM O SISTEMA POLÍTICO

A estrutura de representação de interesses do empresariado no Brasil é caracterizada - segundo DINIZ e BOSCHI (1979, p.18-9) - por "duas modalidades de organizações":

1) a **corporativa**, criada na década de 30 (governo Vargas), é regida por mecanismos legais restritivos (organização limitada por região e categoria) e é hierarquizada (sindicato/federação/confederação). Além disso, possui "função consultiva" atribuída pelo Estado que lhe confere o *monopólio* da representação e, em contrapartida, exerce *tutela*<sup>10</sup> sobre seu funcionamento;

2) a **extra-corporativa**, formada por associações civis "criadas paralelamente às entidades oficiais". Possui maior mobilidade e não sofre a tutela do Estado, não sendo formalmente hierarquizada.

Algumas considerações que estes autores realizam sobre a dinâmica da representação de interesses empresariais são de extrema validade para nossa investigação. A primeira é relativa ao papel dos *incentivos seletivos* e dos *incentivos coletivos* para a agregação dos empresários às organizações de classe<sup>11</sup>. No Brasil, os incentivos coletivos agem para desestimular a filiação e a participação ativa nas entidades corporativas. Isto acontece porque toda empresa de uma base territorial é um *quase-membro* de um sindicato, não podendo ser excluídos dos bens públicos produzidos pelas atividades da organização - o que estimula estas empresas a

---

<sup>10</sup> A constituição de 1988 retirou a maioria das restrições legais que permitia ao Estado exercer um papel tutelar sobre estas organizações, mantendo, no entanto, o monopólio da representação.

<sup>11</sup> DINIZ e BOSCHI (1979) procuram qualificar as hipóteses de M. OLSON sobre as motivações individuais que levam os atores sociais a agregarem-se aos grupos de interesse. Nestas, a disposição para agir coletivamente seria norteadas por uma escolha racional (cálculo de custos e benefícios) dos indivíduos que formam um *grupo latente* (com interesses comuns na obtenção de bens coletivos), onde os *incentivos coletivos* (a expectativa de produção do bem coletivo) não seriam suficientes e deveriam vir acompanhados de *incentivos seletivos* (produção de um bem privado) para que os indivíduos se motivassem a participar de um grupo de interesse.

agirem como "caronas". Além disto, existe uma grande ausência de prestação de serviços (incentivos seletivos) por estas organizações. Já na estrutura extra-corporativa, os incentivos seletivos são a grande motivação à filiação - agindo diferenciadamente quanto às pequenas, médias e grandes empresas (DINIZ e BOSCHI, 1979, p. 20-4).

A segunda consideração é a respeito da "dinâmica seletiva e excludente" das duas estruturas de representação de interesses. Segundo os autores, as associações civis cumprem o papel de *maximizar* a capacidade de organização e o poder de barganha de grupos de empresas já representados na estrutura oficial - particularmente das grandes indústrias e grupos econômicos (DINIZ e BOSCHI, 1979, p. 24-8).

A última referência, que nos parece a mais relevante, é a *articulação* entre as duas modalidades de organização. A estrutura extra-corporativa não substitui mas complementa a intermediação de interesses realizados pelo sistema corporativo, reforçando os canais já existentes junto ao setor público ou criando novos sem abandonar os antigos vínculos (DINIZ e BOSCHI, 1979, p. 71).

Como nosso estudo reúne duas organizações que se ajustam nesta tipificação - o SINTEX (corporativo) e a ACIB (extra-corporativo) -, ela nos parece muito válida. Contudo, a assimilação destas considerações de DINIZ e BOSCHI serão integradas a nossa investigação com algumas ressalvas que permitam contextualizá-las às características da realidade estudada. A primeira está ligada ao período investigado. Os autores realizam sua análise no final da década de 70 e, com as transformações políticas, principalmente as modificações constitucionais que liberalizaram o sistema corporativo, muitas de suas considerações perdem a validade. Outra ressalva é que as associações civis investigadas pelos autores são caracterizadas por: ter sua criação, principalmente, após a década de 60; reunir setores específicos da indústria; e, ser formadas por grandes empresários. Em

nossa investigação, a associação civil é uma entidade *guarda-chuva* que reúne todos os setores da economia de Blumenau, contando com a presença de pequenos, médios e grandes empresários. E, por último, como decorrência do aspecto anterior, além dos incentivos seletivos (de ordem racional, onde o cálculo de custo/benefício predomina) à filiação, tornam-se importantes também os *incentivos afetivos*<sup>12</sup> e, principalmente, os *incentivos normativos* (valores e objetivos definidos ideologicamente)<sup>13</sup> - não investigados por DINIZ e BOSCHI (1979).

Com respeito a possibilidade das organizações - corporativas e extra-corporativas - influírem nas políticas públicas para a defesa do setor econômico que representam, CAILLAUX e PECHMAN definem quatro *indicadores* de força que as entidades devem apresentar para conseguirem ter sucesso:

- a) a *relevância* que o setor por ela representado possui na *estrutura econômica*;
- b) a *autonomia* que a entidade obtém face ao Estado;
- c) a *legitimidade* que a entidade alcança entre as empresas de seu setor e especialmente suas associadas;
- d) a *visibilidade* que a entidade consegue externamente, isto é, junto às autoridades governamentais, aos demais setores do empresariado e aos órgãos da grande imprensa [grifos nossos] (CAILLAUX e PECHMAN, 1979, p.80-1).

Ao aplicar estes indicadores a duas entidades expressivas (SINDIPEÇAS e ABINEE<sup>14</sup>), os autores constataram que uma entidade corporativa pode agir politicamente - extrapolando os limites da legislação - e uma entidade extra-corporativa pode ter funções - e *status* público - normalmente ligados às entidades

---

<sup>12</sup> VIANNA e SALINAS (1982) constatarem, em sua investigação sobre a ação coletiva de pequenos e médios empresários, que a amizade e conhecimento pessoal (incentivos afetivos) são importantes motivações para a filiação as entidades de classe.

<sup>13</sup> Segundo KNOKE, as organizações dos grupos de interesse podem combinar os três tipos de incentivos na tentativa de conquistar a adesão de seus membros potenciais (1986, p.10).

<sup>14</sup> Quanto ao estudo de CAILLAUX e PECHMAN sobre o SINDIPEÇAS (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores) e a ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), existem as mesmas ressalvas feitas ao estudo de DINIZ e BOSCHI (1979): a época de realização da pesquisa (final da década de 70) e a escolha de uma associação civil com características muito distintas da ACIB.

oficiais<sup>15</sup>. Ajustadas as condições específicas de nossa investigação, estas considerações - tanto os "indicadores de força" quanto o caráter mimético das duas modalidades de representação - serão de extrema valia.

No relacionamento das organizações empresariais com o Estado existem outras considerações - de ordem genérica - que fundamentam nosso estudo. Uma delas é a definição que LINDBLOM atribui aos empresários. Segundo este autor, a elite empresarial forma um segundo grupo de "servidores públicos"<sup>16</sup> e, por esta razão, ocupam uma posição privilegiada no processo de decisão política. Sendo que o governo e seus funcionários "concedem-lhes direitos especiais de consulta e participação na formulação de políticas" (LINDBLOM, 1981, p. 67). Além disto, o autor distingue "quatro grandes vantagens" dos empresários, sobre outros grupos, para a realização de seus objetivos políticos: ter *recursos* maiores do que qualquer outro grupo, manipular *fundos públicos* (receita das empresas), contar com uma grande *quantidade de organizações* para a defesa de seus interesses (toda empresa é um grupo de interesse) e ter o *acesso ao poder* devido a sua posição privilegiada (LINDBLOM, 1981, p. 72-3).

Baseado nestas considerações, OFFE e WIESENTHAL afirmam que a relação assimétrica de poder em favor do capital faz com que o "Governo do Estado Capitalista" seja estruturalmente forçado a assumir os interesses dos empresários. E complementam - criticando LINDBLOM - :

Todo o relacionamento entre capital e Estado está montado não em torno do que o capital *pode fazer politicamente*, via suas associações, como é afirmado pela teoria crítica

---

<sup>15</sup> Segundo CAILLAUX e PECHMAN, "um sindicato é tanto mais forte quanto menos se fizer sentir o controle do Estado sobre o seu funcionamento e quanto mais ele se aproveitar da sua condição de entidade oficial. Uma associação civil é tanto mais forte quanto mais autônoma ela for do Estado e quanto mais puder ser percebida por este como uma 'entidade oficial', tal e qual um sindicato de classe" (1979, p. 92-3).

<sup>16</sup> Dentre as *funções públicas* - e não governamentais -, exercidas pelos empresários, necessárias ao funcionamento da sociedade estão a manutenção do "nível de emprego, de preços, taxa de crescimento"(LINDBLOM, 1981, p. 65-6).

do elitismo, mas sobre o que o capital pode *recusar-se a fazer*, em termos de *investimentos* controlados pela empresa individual (OFFE e WIESENTHAL, 1984, p. 80).

**Os autores deduzem destas afirmações que o padrão de interação entre as associações empresariais e o Estado - quando comparadas aos sindicatos de trabalhadores - são:**

... *publicamente menos visíveis* (porque há uma necessidade menor de mobilizar o apoio de aliados externos), mais técnicas (porque o reconhecimento do que seria politicamente "desejável", ou seja, a indispensabilidade factual, pode ser pressuposto como já acordado), mais *universais* (porque as associações empresariais podem falar em nome de todos aqueles interesses que requerem, para sua realização, uma taxa de acumulação sadia e contínua, o que, do ponto de vista do capital e do Estado é virtualmente verdade para todos) e *negativas* (porque, dado o fato de que o Governo tem de considerar como desejável o que, de fato, é desejável para o capital, o único que resta a ser feito é advertir os Governos contra decisões e medidas imprudentes, "irrealistas" e possivelmente inoportunas) (OFFE e WIESENTHAL, 1984, p. 80).

Finalmente, para analisar a relação entre as organizações empresariais e o Estado procuraremos distinguir três formas específicas deste relacionamento: o corporativismo, o neocorporativismo e o pluralismo. Estas não são aqui entendidas como excludentes e, conjuntamente, definem um *formato híbrido* de interação que tem caracterizados os processo de democratização recentes da América Latina (DINIZ, 1993, p. 32-4). A caracterização destas modalidades tem um sentido ideal típico, não sendo, portanto, encontradas na realidade conforme são descritas. Assim, o pluralismo se caracterizaria pela separação entre as instâncias de intermediação de interesses e as instâncias de formação de políticas públicas. Ou seja,

... o pluralismo seria uma forma de articulação entre Estado e sociedade caracterizada pela competição entre múltiplos interesses organizados, que alcançam expressão na arena política principalmente através da dinâmica partidário-eleitoral (...) Neste contexto, sobressai a questão da pluralidade de canais para a manifestação das pressões em prol de demandas diferenciadas, que, ao serem encaminhadas ao sistema político, alcançam

a possibilidade de inserção na agenda pública (CAWSON *apud* DINIZ e BOSCHI, 1991, p. 13).

**Num outro extremo a esta definição encontrar-se-ia o corporativismo e, em particular, sua variação autoritária ou estatal. Este,**

... é definido como aquele no qual as representações dos grandes interesses sociais estão subordinados à autoridade estatal, quando não são criados por ela. O corporativismo estatal é monista, buscando a unidade dos múltiplos interesses presentes. Um de seus traços definidores é a identificação entre Estado e sociedade, ou seja, a supressão da demarcação entre o público e o privado. Como um subtipo, ele é associado aos Estados antiliberais e autoritários, e as relações de classe não hegemônicas, características dos países do capitalismo tardio e dependente (ARAÚJO e TAPIA, 1991, p. 10).

**O neocorporativismo - ou corporativismo societal - , ao contrário do corporativismo estatal, é concebido como uma resposta das sociedades democráticas aos conflitos sociais - principalmente os de classe. Pode ser constituído por concertações *tripartites* (reunindo Estado, trabalhadores e capitalistas) ou *bipartites* (versão elitista que exclui os trabalhadores). Distingue-se também por poder ser *micro* (grandes empresas/Estado), *meso* (setorial ou regional) e *macro* (grandes pactos sociais). Além disso,**

... ao contrário do estatal, nasce quase que espontaneamente da dinâmica da sociedade civil, ficando preservada a autonomia fundamental dos atores coletivos envolvidos. Esse sistema é policêntrico. Nele as organizações de interesse mantêm sua autonomia e entram em interação com outros parceiros institucionais, presumivelmente baseadas na colaboração recíproca e na negociação. Neste sistema a coerção joga um papel bastante marginal: a ênfase é colocada na troca, na negociação e na adaptação recíproca (ARAÚJO e TAPIA, 1991, p. 10).

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DE CAMPO**

Para a realização desta investigação foram utilizados vários procedimentos metodológicos. Nesta seção procuraremos relatar as principais características que nortearam a escolha destas técnicas de coleta de dados, bem como as implicações que a execução do trabalho de campo proporcionaram a estas.

1) **Análise bibliográfica:** o uso de fontes bibliográficas proporcionou o suporte indispensável à realização da problemática de investigação (capítulo I) e a construção de instrumentos analíticos que viabilizaram a análise e interpretação dos dados coletados pelas outras técnicas de pesquisa. Além disso, esse procedimento foi a fonte fundamental de informações à reconstituição histórica que precedeu as temáticas trabalhadas nos demais capítulos.

2) **Análise de dados estatísticos:** as informações estatísticas foram direcionadas, principalmente, à realização do capítulo II (estrutura sócio-econômica do setor industrial têxtil blumenauense). Como fontes para esses dados foram consultados relatórios estatísticos de diversas agências oficiais (IBGE, CACEX, Secretarias do Estado de Santa Catarina e IPPUB/Prefeitura Municipal de Blumenau) e de algumas organizações empresariais ( FIESC e SINTEX).

Apesar do volume relativamente grande de informações disponíveis sobre o objeto de pesquisa, a principal dificuldade na utilização destas fontes à análise originaram-se: da falta de atualização de alguns dados, da ausência de informações para alguns períodos específicos - que prejudicaram a construção de séries históricas - e da discrepância entre as fontes para dados similares. Nesse último caso, procuramos privilegiar as fontes que pareceram mais fidedignas - que nem sempre foram as oficiais.



3) **Entrevistas:** divididas em dois tipos, estas constituíram-se nas únicas fontes de dados primários da investigação e as informações obtidas, depois de compiladas, serviram de subsídio a todos capítulos - com exceção do primeiro.

A primeira modalidade de entrevistas, com formato semi-estruturado, foi realizada com os principais dirigentes das entidades de classe (SINTEX e ACIB) - priorizando-se os empresários vinculados ao setor têxtil. Estas propunham-se a obter informações sobre: a organização interna da entidade, o relacionamento com o Estado e com outras organizações empresariais, a participação política dos informantes e seu posicionamento a respeito dos valores da ideologia étnica germânica.

Inicialmente, planejou-se a realização de dez entrevistas - com amostra intencional - onde seriam gravados integralmente os comentários. Entretanto, isto não se realizou. Foram entrevistados somente sete empresários devido a impossibilidade de contato com um dirigente empresarial e a recusa de dois outros informantes em conceder as entrevistas. Além disso, devido ao excesso de formalidade que o uso do gravador sugeria aos informantes, a partir da metade da segunda entrevista abolimos a gravação, optando pela anotação escrita de comentários "chaves" e da memorização para o posterior registro.

O segundo tipo de entrevista foi implementado com diretores de sete das maiores empresas industriais têxteis blumenauenses. Essas, formadas por questões fixas, tiveram a finalidade de obter informações sobre a estrutura e composição dos maiores grupos econômicos - suplementando os dados pré existentes em fontes bibliográficas sobre outros dois grupos econômicos (Hering e Artex). Todas as duas variações de entrevistas foram executadas nos meses de novembro e dezembro de 1994.

Além destas duas modalidades, houve uma outra fonte de dados primários que não fez parte do contexto desta investigação. Foram entrevistas realizadas por

nós, em 1990, com indivíduos que migraram do litoral catarinense para Blumenau nas décadas de 40 e 50. Estas serviram a outro estudo e tinham o objetivo de obter informações destes atores sociais sobre suas percepções a respeito do relacionamento interétnico no pós-guerra em Blumenau. Para nossa investigação atual estes dados serviram como uma referência ao capítulo IV (etnicidade teuto-brasileira e o empresariado blumenauense).

4) **Análise de documentos:** as informações obtidas com esse procedimento metodológico forneceram subsídios à escrita de toda dissertação, com uma maior relevância para os capítulos III, V e VI. Os documentos consultados nas organizações empresariais (SINTEX e ACIB) foram: atas, estatutos, listagens de sócios, livros de posse das diretorias, relatórios de atividades, textos promocionais, etc. Esses forneceram informações fundamentais ao funcionamento, estrutura e atuação das entidades de classe. Isto, sobretudo com relação à ACIB, visto que não foi permitido o acesso a todos documentos do sindicato patronal, prejudicando em parte a compreensão de algumas características dessa organização.

Outra fonte de informações deste gênero foram os documentos consultados no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SC): as demonstrações de recursos arrecadados pelos candidatos a cargos eletivos na eleição de 1994. Esses dados permitiram demonstrar a vinculação entre o empresariado blumenauense e os políticos que disputaram o último pleito eleitoral - com contas homologadas pelo TRE-SC até maio de 1995 - pela "venda" de bônus eleitorais (capítulo III). Além desta fonte oficial, também utilizamos documentos da Delegacia do Ministério do Trabalho para obter informações sobre o SINTEX (capítulo VI).

5) **Análise de material hemerográfico:** foram consultados, sistematicamente entre 1984 e 1995, os seguintes periódicos: Jornal de Santa Catarina, Revista Expressão (FIESC), Boletim Informativo ACIB, Informe Urgente

(ACIB) e Painel Têxtil (SINTEX). Além desses, foram verificados exemplares específicos dos seguintes jornais de circulação ampla: Diário Catarinense, Gazeta Mercantil e Folha de São Paulo.

As informações coletadas dos primeiros foram compiladas e arquivadas em um banco de dados informatizado, o que permitiu o processamento e cruzamento desses dados em diversas variáveis codificadas previamente. Este procedimento foi particularmente útil á análise da atuação e visibilidade pública das entidades de classe. Além de contribuir à compreensão do empresariado blumenauense no espaço político-institucional.

## **CAPÍTULO II - FORMAÇÃO HISTÓRICA E ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DO SETOR INDUSTRIAL TÊXTIL BLUMENAUENSE**

### **1. INTRODUÇÃO**

O objetivo deste capítulo é especificar algumas das dimensões estruturais e características circunstanciais que definem a atividade econômica industrial têxtil da região de Blumenau. Como pretendemos compreender e explicar o processo de organização coletiva e a ação político-corporativa do empresariado deste setor, tornam-se questões fundamentais definir: quem são estes atores sociais?; qual a posição relativa na sociedade que estes ocupam?; e, que condições estes atores possuem para, diante de um campo de interação e de lutas, enfrentar seus opositores e unir-se a seus aliados?

Ao desenvolvermos a caracterização deste setor industrial, privilegiaremos o processo de formação do empresariado blumenauense enquanto grupo social com identidade coletiva própria. Além disto, faremos um mapeamento da situação atual da indústria têxtil blumenauense, comparando suas características específicas com a de outros setores do empresariado regional e de Santa Catarina. Por fim, procuraremos evidenciar as diferenças estruturais existentes no interior do grupo, estratificando-o, e sua predisposição para agir coletivamente. Neste último item, colocaremos em evidência as associações de capital que perpassam o grupo e que dão a este maior organicidade.

Como forma de expor as informações contidas neste capítulo, organizamos seu conteúdo nas seguintes seções: 1) formação histórica da indústria têxtil blumenauense, 2) caracterização sócio-econômica atual (1985-94) e 3) composição dos maiores grupos econômicos do setor. Segue a estas uma breve conclusão das informações expostas e analisadas.

## 2. FORMAÇÃO HISTÓRICA

A fundação, em 1880 no município de Blumenau, da empresa *Gebrüder Hering* pelos imigrantes alemães Hermann e Bruno Hering é definida - pela maioria dos estudiosos da história econômica catarinense - como o marco que inaugura o processo de industrialização do estado de Santa Catarina<sup>1</sup>. Apesar de ser uma manifestação isolada do processo sócio-econômico que ocorreu em várias localidades de Santa Catarina (Blumenau, Joinville, Criciúma, Brusque, Florianópolis) entre as últimas décadas do séc. XIX e a I Guerra Mundial, este empreendimento tornou-se o símbolo que identifica a paulatina substituição - em ordem de importância - das atividades de transformação artesanais por métodos industriais de produção. Contudo, foi em Blumenau que este processo teve seu maior desenvolvimento. Transformando em poucas décadas um núcleo de colonização agrícola numa cidade industrial praticamente desprovida de zona rural.

Blumenau foi povoada a partir de 1850, unindo os interesses do império, que procurava ocupar as áreas *despovoadas* do sul do Brasil, com os interesses econômicos de empreendedores que se dedicavam à colonização. As primeiras décadas de colonização do município foram marcadas pela fixação de imigrantes europeus - principalmente alemães, tirolezes (austríacos de tradição cultural alemã

---

<sup>1</sup> Sobre a história da industrialização em Santa Catarina e, especificamente, em Blumenau ver M.L.R. HERING(1987), BOSSLE(1988), SINGER(1968), I. HERING(1980) E SILVA(1988).

e italiana) e italianos - em pequenas propriedades rurais. Algumas dezenas de milhares de imigrantes foram ocupando todo o Vale do Itajaí<sup>2</sup> no território original do município<sup>3</sup>, sendo que, em 1912, Blumenau contava com uma população estimada em 54.000 habitantes (SINGER, 1968, p. 112).

O período econômico precursor ao início da industrialização (1850-1880), denominado "colônia-venda", caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma agricultura de subsistência. Nesta fase, os camponeses colocavam no mercado o excedente de suas pequenas propriedades através do "vendeiro", comerciante que funcionava como um banco primário (acumulando as mercadorias e exportando-as para fora da colônia), numa relação não monetária. O crescimento populacional, oriundo principalmente da imigração, e da produção agrícola permitiram a ampliação da divisão do trabalho com alguns colonos voltando a seus antigos ofícios. Resultado disto foi o desenvolvimento do comércio e de algumas manufaturas artesanais de produtos primários (SINGER, 1968, p. 94-111; HERING, 1987, p. 24-76).

Este modelo de desenvolvimento econômico, baseado no setor primário, garantiu o sucesso da colônia de Blumenau. Porém, com o tempo, tornou-se incompatível com a possibilidade de crescimento. Segundo SINGER, o decréscimo no número de imigrantes novos a partir de 1880 (grandes compradores dos excedentes agrícolas e, uma vez estabelecidos, competidores dos antigos produtores), juntamente com a ausência de um bom produto de exportação (para o mercado nacional e exterior, devido à distância dos centros consumidores e o clima subtropical), estrangulavam o desenvolvimento econômico da colônia. Para este

---

<sup>2</sup> A quantidade total de imigrantes europeus que se fixaram em Blumenau e a proporção que coube a cada grupo étnico é motivo de controvérsias. Silva(1988), baseando-se em Hugo Gensh, propõe que entre 1850 e 1897 migraram 18.978 pessoas, das quais 8.879 eram alemães. Além disto, a imigração continuou no início do séc. XX, até que tomou-se insignificante, tanto em número quanto em proporção, a população já instalada.

<sup>3</sup> O município de Blumenau possui hoje uma área de 531 km<sup>2</sup>. Contudo, antes da emancipação de vários novos municípios, ocupava uma área de 9.460 km<sup>2</sup>.

autor, a solução a este dilema teria que seguir "uma divisão do trabalho não mais baseada na equação: *economia de subsistência-artisanato*, mas na equação: *economia de mercado-indústria*" (SINGER, 1968, p. 111).

Esta substituição no padrão de desenvolvimento deu origem à segunda fase econômica de Blumenau (1880-1914): a da *pequena indústria*. Concorreram para isto, alguns fatores fundamentais: 1) a acumulação de capital pelos comerciantes ("vendedores") e seu investimento em atividades de transformação industrial; 2) a existência de um mercado interno formado pelas colônias que garantiam a colocação inicial das mercadorias; e 3) a experiência profissional e o conhecimento técnico dos imigrantes fundadores das primeiras indústrias.

Esta terceira característica é normalmente enfatizada pelos empresários (I.HERING, 1980) como o fator fundamental à industrialização catarinense. Trata-se, realmente, de um consenso tão forte que é assumido pela maioria dos estudiosos do estado. No caso acadêmico, aplicando-se a teoria schumpeteriana da inovação empresarial que encontra como ator social o imigrante alemão. Este, portador de uma mentalidade e *know-how* que permitiram exercer a função inovadora do empresário, tornando possível o desenvolvimento capitalista da região.

Não compartilhamos no todo com esta teoria e, por decorrência, com algumas das interpretações que derivam de sua utilização. Para nosso estudo não nos baseamos no princípio da sobredeterminação do empresário inovador sobre os outros fatores. Mas sim, no conjunto de fatores que, agindo concomitantemente, permitiram o desenvolvimento industrial de Blumenau.

As três empresas têxteis criadas neste período - Hering (1880), Karsten (1882) e Garcia (1884), ver TABELA 2.1 - refletem bem estas características<sup>4</sup>. A *Gebrüder Hering* foi fundada pelos irmãos Hermann e Bruno Hering. Imigrantes alemães da região da saxônia, a família Hering tinha uma longa tradição no ramo

---

<sup>4</sup> Para um maior aprofundamento da história das indústrias Hering, Karsten e Garcia, ver COLOMBI(1979) e M.L.R. HERING(1987).

têxtil. Desde o séc. XVII há registros de sua participação em atividades artesanais como mestres e tecelões em corporações medievais. Ciclo rompido com as transformações econômicas da segunda metade do séc. XIX na Alemanha, que substituiu o artesanato pela indústria. Vê-se, assim, que a capacidade técnica desempenhou um papel importante à instalação da manufatura Hering.

### TABELA - 2.1

#### ANO DE FUNDAÇÃO DAS PRINCIPAIS EMPRESAS INDUSTRIAIS DE BLUMENAU (1880-1945)

| SETOR TÊXTIL                             | OUTROS SETORES                          |
|--|---|
| 1880 - Hering                            | 1880 - Curtume Otte                     |
| 1882 - Karsten                           | 1880 - Tipografia Baumgarten            |
| 1884 - Garcia                            | 1886 - Fundação Auerbach                |
| 1922 - Acolchoados Altenburg             | (Eletro-Aço Altona em 1936)             |
| 1924 - Bordados e Cadarços Haco          | 1909 - Hidrelétrica Busch (Gaspar Alto) |
| 1926 - Teka - Tecelagem Kuehnrich        | 1915 - Feddersen, Jensen & Zimmermann - |
| 1927 - Malhas Thiemann                   | Usina Salto (Força e Luz Catarinense)   |
| 1929 - Mafisa - Malharia Blumenau        | 1915 - Conservas Hemmer                 |
| 1935 - Cremer - Gazes Medicinais         | 1916 - Fecularia Lorenz                 |
| 1936 - Artex                             | 1923 - Chocolate Saturno                |
| 1938 - Linhas Círculo - Leopoldo Schmalz | 1923 - Fábrica de Gaitas Alfredo Hering |
| 1945 - Sul Fabril                        | 1936 - Porcelana Schmidt                |

FONTE: Ingo HERING (1980)

Une-se a este fator a possibilidade de captação de capital dos colonos, via estabelecimento comercial criado por Hermann Hering, e a compra de um tear circular de segunda mão. Capacidade técnica, pequeno capital, bens de produção e mão-de-obra barata - fornecida pela imigração do restante da família - reunidas permitiram o sucesso da empresa. Além disso, o mercado interno da colônia garantia a colocação da produção, já que o uso dos artigos de malha (camisas, ceroulas e meias) eram consumidos largamente pelos agricultores e os produtos importados, apesar de produzido com custos menores, tornavam-se mais caros devido aos impostos e os intermediários.



O surgimento das indústrias Karsten e Garcia, que têm uma história compartilhada, assemelha-se à empresa da família Hering. A principal diferença é o caráter menos familiar destes dois empreendimentos. A Fábrica de Tecidos Roeder, Karsten & Hadlich - posteriormente Karsten - foi criada pela iniciativa de Johann Karsten (proprietário de uma atafona) que uniu seu capital ao do comerciante Heinrich Hadlich. Estes convidaram Gustav Roeder (técnico em tecelagem) para iniciar o empreendimento. Com o capital e o *know-how*, Roeder foi à Alemanha onde adquiriu três teares e uma pequena fiação.

Em 1885 e 1886, respectivamente, Roeder e Hadlich se retiraram da sociedade. Roeder, com a sua parte (três teares), associou-se a uma tecelagem de propriedade de um outro imigrante alemão (Grewsmuehl), denominando-a Empresa Industrial Garcia - nome do bairro em que estava instalada. A Garcia mudou várias vezes de proprietários nas décadas seguintes.

Neste período da economia blumenauense, paulatinamente as empresas se ampliam e consolidam, ocupando o mercado de Blumenau e colônias vizinhas. Nas primeiras décadas do séc. XX, novos fatores vão favorecer a expansão industrial: a construção - iniciada em 1905 - da E. F. Santa Catarina (ferrovia), ligando o interior do Vale do Itajaí à Blumenau e, posteriormente, ao porto de Itajaí; a crescente monetização da economia camponesa devido ao crescimento urbano, alargando o mercado de consumo; a criação de uma "caixa econômica"(Caixa Agrícola), em 1907, viabilizando o fornecimento de empréstimos às indústrias pela captação e concentração da poupança interna de Blumenau; a construção de usinas hidrelétricas, em 1909 (Gaspar Alto) e 1915 (Salto), com capital privado, permitindo o desenvolvimento da maquinaria; e, a instalação de fiações próprias (1913-14) nas indústrias locais, verticalizando a produção e garantindo maior independência de fatores externos no fornecimento de matérias-primas à indústria têxtil (SINGER, 1968, p. 118-9).

A Primeira Guerra (1914) marca o início da terceira fase econômica de Blumenau. Segundo SINGER:

Tudo leva a crer que o período da Primeira Guerra (1914/18) e a década seguinte constituem um período de transição, ao cabo do qual um número apreciável de empresas de Blumenau não somente passa a abastecer o mercado nacional como vêem nele o *alvo principal* de sua atividade produtiva. Inicia-se deste modo o que denominamos a etapa da *grande indústria*, que prossegue até agora. Nesta etapa a expansão das empresas adquire nova dimensão, pois ela se integra no processo de industrialização do país (...) A condição de sucesso de penetração no mercado nacional parece ter sido 'abrir' mercados com estrutura monopolista ou oligopolista (...) Uma vez firmado o prestígio da marca ou da procedência, uma área do mercado (...) ficava reservado à indústria de Blumenau (1968, p.129-30).

Diversos autores polemizam sobre a importância da Primeira Guerra para a industrialização brasileira e catarinense. O argumento gira em torno de duas posições: os que atribuem à guerra o papel de tornar o mercado interno reservado ao produto nacional, com a diminuição da concorrência de produtos importados de países envolvidos no conflito, definem como fundamental sua ocorrência para a industrialização; por outro lado, aqueles que atribuem uma menor importância ao conflito defendem que a guerra criou uma barreira à importação de matérias primas e bens de produção, além de inibir investimentos externos, o que dificultaria o crescimento industrial.

Sem entrar no mérito desta polêmica, para a indústria têxtil blumenauense a Primeira Guerra foi um fator positivo a sua expansão (ver TABELA 2.2). Os investimentos feitos antes de 1914 pela importação de bens de produção, facilitados pela taxa de câmbio favorável da época (BOSSLE, 1988, p. 60 e seg.), garantiram uma maior autonomia do setor têxtil de Blumenau, que pôde utilizar toda a sua capacidade produtiva durante o conflito. De fato, apesar da retração do início da década de 20, o setor têxtil saiu de 3,8% do valor total produzido na indústria de Santa Catarina, para 41,67%. Tornando-se o principal setor industrial catarinense no final deste período.

## TABELA - 2.2

**PRODUÇÃO INDUSTRIAL CATARINENSE (1907-1929) POR SETORES  
% SOBRE O VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL EM CADA ANO**

| SETORES      | ANO           |               |               |               |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|              | 1907          | 1920          | 1925          | 1929          |
| Têxtil       | 03,80         | 14,30         | 43,54         | 41,67         |
| Alimentação  | 57,47         | 54,28         | 23,85         | 30,84         |
| Outros       | 38,93         | 31,42         | 32,61         | 27,49         |
| <b>TOTAL</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

FONTE: BOSSLE (1988, p. 63 e 85)

Neste período são fundadas as empresas que completam o quadro das maiores indústrias do setor têxtil blumenauense, entre elas: Tecelagem Kuehnrich (1926), Mafisa (1929), Haco (1931), Cremer (1935), Artex (1936) e Sul Fabril (1945). Também é importante uma certa diversificação industrial que acontece na região, sem contudo ameaçar o predomínio do setor têxtil. Como é possível ver na TABELA 2.3, o incremento da produção foi fantástico, sendo que coube ao setor têxtil a maior parte deste crescimento. Deve-se relativizar, no entanto, estes dados visto que a redução da área e da população de Blumenau resultam no seguinte: o percentual do setor têxtil, em 1948, é superlativizado devido a sua concentração na sede do município de Blumenau; o índice de crescimento da indústria - entre 1915 e 1948, de 340% - é subestimado pelas mesmas razões expostas anteriormente, só que em seu sentido inverso.

Quando analisamos este crescimento industrial sob o ponto de vista da participação no capital das empresas é possível notar algumas características interessantes. A origem deste é majoritariamente regional, não havendo ingresso significativo de recursos externos. No entanto, existem exceções, como a compra das usinas hidrelétricas do Salto (Blumenau) e de Guabiruba (Brusque) por capitalistas de São Paulo, criando a Empresa de Força e Luz de Santa Catarina (1920). Outra forma de ingresso de capitais externos foram os empréstimos de bancos alemães. Como o que permitiu, em 1927, que Curt Hering e Otto Renaux

comprassem a mesma empresa de energia elétrica Força e Luz (HERING, 1987, p. 188).

**TABELA 2.3**

**PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
POR RAMO INDUSTRIAL (1883-1948)  
VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO DE CADA ANO EM Cr\$ 1.000,00 (valor de 1950)**

| RAMO INDUSTRIAL     | 1883*         |               | 1915*         |               | 1948**         |               |
|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
|                     | VALOR         | %             | VALOR         | %             | VALOR          | %             |
| TÊXTIL              | 500           | 3,42          | 3.000         | 4,55          | 125.000        | 55,78         |
| METALÚRGICO         | —             | —             | 1.000         | 1,52          | 19.500         | 8,70          |
| LATICÍNIO           | 2.500         | 17,09         | 24.800        | 37,63         | 24.000         | 10,71         |
| ALIMENTOS E BEBIDAS | 7.100         | 48,55         | 34.200        | 51,90         | 23.600         | 10,53         |
| MADEIRAS E ARTEF.   | 4.400         | 30,09         | 2.300         | 3,49          | 12.000         | 5,35          |
| OUTROS              | 125           | 0,85          | 600           | 0,91          | 20.000         | 8,93          |
| <b>TOTAL</b>        | <b>14.625</b> | <b>100,00</b> | <b>65.900</b> | <b>100,00</b> | <b>224.100</b> | <b>100,00</b> |

FONTE: Ingo HERING(1980, p. 19)

\* Em 1883 e 1915 a área de Blumenau era de 9.460 km<sup>2</sup> e sua população era de 18.000 e 60.000 habitantes, respectivamente.

\*\* Em 1948 a área de Blumenau estava reduzida a 1.054 km<sup>2</sup> e sua população era de 47.000 hab.

Contudo, foram os recursos próprios da região que garantiram o capital para o desenvolvimento industrial desta fase. Sendo as principais fontes as seguintes: 1) a captação direta da poupança dos pequenos agricultores, com pagamento de juros inferiores aos cobrados pelos bancos - forma utilizada desde o início da industrialização; 2) o empréstimo via os bancos regionais, como a Caixa Agrícola; e 3) o reinvestimento dos lucros das empresas industriais e comerciais.

O primeiro caso pode ser ilustrado pela criação da Tecelagem Kuehnrich (TEKA, em 1926). Fritz Kuehnrich, imigrante alemão chegado em 1924, conseguiu pelo empréstimo direto - sem intermediação bancária - dos colonos abastados um capital de 600 contos de réis, com o qual adquiriu teares usados e matéria-prima

para iniciar a produção. A operação funcionava bem porque os bancos<sup>5</sup> cobravam cerca de 12% de juros ao ano pelo empréstimo, mas pagavam apenas 4% na captação. O captador privado, no caso Kuehnrich, oferecia uma taxa de juros maior que o banco e conquistava o interesse dos colonos no negócio. Contudo, a confiança se estabelecia em outras bases. Segundo HERING:

Na ocasião, para fundar empreendimento no ramo têxtil em Blumenau, certa oposição já se fazia sentir por parte de outros industriais, de modo que era preciso contar com amizade pessoal para favorecer os negócios. Quando se instalou a Tecelagem Kuehnrich, o fio foi fornecido pela Fábrica de Tecidos Renaux de Brusque, com aval pessoal de Otto Renaux de quem Fritz Kuehnrich era igualmente amigo particular (1987, p. 192).

Além disto, os teares foram adquiridos "da Empresa Industrial Garcia, da qual a família Hering era, na época, acionista majoritária, e o genro de Max Hering, um dos diretores, particular amigo de Fritz Kuehnrich" (HERING, 1987, p. 192). Desta forma, vemos que as formas de capitalização das empresas estão interligadas organicamente. Isto, sob a hegemonia dos maiores capitalistas do setor industrial têxtil do Vale do Itajaí - estendido ao município de Brusque.

Podemos compreender melhor este processo se tomarmos a família Hering como caso exemplar do reinvestimento dos lucros. A expressão e rede de relações de capitais que esta família realizou no período de consolidação industrial, provavelmente, tem consequências na organização de interesses capitalistas de Blumenau até hoje. Além do controle da malharia Hering (a maior do estado), da fundação e administração da Caixa Agrícola, do controle acionário da Indústria Garcia e da participação acionária na Força e Luz - já relatados anteriormente -, são de iniciativa de membros da família Hering - muitas vezes em parceria com outros empresários - os seguintes empreendimentos: instalação da rede telefônica em

---

<sup>5</sup> A época existiam duas instituições bancárias em Blumenau: a Caixa Agrícola, que teve em sua primeira gestão (1907) - um conselho administrativo de três membros - Bruno Hering e Alwin Schrader (prefeito por doze anos, diretor da Empresa Garcia e futuro fundador da Cremer) (SINGER, 1968, p. 119); e o Banco Nacional de Porto Alegre (HERING, 1987, p. 191).

Blumenau; auxílio financeiro a Paul Werner - Curt Hering, Otto Renaux e Otto Rohkohl (diretor da estrada de ferro e cônsul alemão) - para a fundação da Eletro-Aço Altona (1933); compra, em 1928, da Fábrica de Chocolates Saturno por Max Hering; criação da Fábrica de Gaitas Alfredo Hering (1923); a criação da fábrica de Cristais Hering e outra de brinquedos (Hering-Rasti) pela viúva de Alfredo, Alice Husadel Hering; a fundação da Malharia Blumenau (MAFISA), em 1929, por Ralph Gross e Ulrich Steinbach - netos de Hermann Hering -; a participação acionária na Fábrica de Gases Medicinais Cremer (1935); a constituição da Sociedade Madeireira Rio do Sul - Max e Curt Hering com Rodolfo Odebrecht -; a participação de Curt Hering, juntamente com Irineu Bornhausen, Otto Renaux, Victor Konder e outros, na formação e direção do Banco Inco - que incorporou a Caixa Agrícola (Blumenau) e o Banco de Crédito Agrícola de Bella Aliança (Rio do Sul); a aquisição da malharia Eckardt (Indaial) e a abertura de filiais da Cia. Hering no interior do Vale do Itajaí; e a fundação da Fábrica de Tintas Hering por Paul Hering (HERING, 1987, p. 187-212).

O caso da família Hering parece ser o mais expressivo, mas não é único. Outros capitalistas de Blumenau - do setor têxtil e de fora dele - possuem histórias semelhantes, porém de menor vulto. O desenvolvimento industrial da região, induzido pela poupança interna e pelo reinvestimento dos lucros, gerou uma concentração de capitais em alguns grupos econômicos autóctones, com um destaque maior para o setor têxtil. A falta de grupos econômicos externos significativos deve-se, provavelmente, à marginalidade da região para a economia nacional, tanto como mercado consumidor, quanto como fornecedor de matérias-primas ou manufaturadas. Desta forma, a ocupação do mercado regional - anterior à Primeira Guerra - foi garantido pelo não enfrentamento de uma competição agressiva com produtos exógenos. Isto permitiu que em períodos de maior demanda do mercado nacional - as grandes guerras e a década de 30 durante a política de

substituição de exportações do governo Vargas - este fosse paulatinamente ocupado, fortalecendo cada vez mais as grandes indústrias locais.

A importância relativamente grande da indústria com capital originalmente local verifica-se até hoje. Uma exceção é o processamento de fumo que teve, desde o início, o ingresso de capitais externos. Se verificarmos as 15 maiores indústrias de Blumenau no início da década de 70 (ver TABELA 2.4), veremos que nove delas pertencem ao setor têxtil e somente duas são provenientes de capitais externos - Souza Cruz e Tabacos Brasileiros, ambas processadoras de fumo. Quando vemos sob o aspecto financeiro, a importância do setor têxtil se amplia, como é possível notar na comparação do faturamento destas empresas com a de outros setores da economia blumenauense.

**TABELA 2.4**

**FATURAMENTO DAS MAIORES INDÚSTRIAS DE BLUMENAU (1970-76)  
(EM Cr\$ 1.000.000,00\*)**

| <b>INDÚSTRIAS</b>                     | <b>1970</b>  | <b>1976</b>     |
|---------------------------------------|--------------|-----------------|
| <b>Cia. HERING</b>                    | <b>67,61</b> | <b>1.289,62</b> |
| <b>ARTEX S/A</b>                      | <b>46,06</b> | <b>1.080,30</b> |
| <b>TEKA - Tecelagem Kuehnrich S/A</b> | <b>19,77</b> | <b>469,26</b>   |
| <b>CREMER S/A</b>                     | <b>25,16</b> | <b>319,13</b>   |
| <b>SUL FABRIL S/A</b>                 | <b>15,45</b> | <b>261,00</b>   |
| Cia. Souza Cruz                       | 29,44        | 260,69          |
| Cia. Jensen                           | 17,35        | 236,31          |
| Eletro-Aço Altona S/A                 | 14,94        | 161,10          |
| <b>Cia. Têxtil KARSTEN</b>            | <b>17,86</b> | <b>158,11</b>   |
| Tabacos Brasileiros S/A               | 10,22        | 119,48          |
| <b>OMINO HERING S/A</b>               | <b>—</b>     | <b>86,90</b>    |
| Alfons Grahl & Cia. Ltda.             | —            | 82,14           |
| <b>MAFISA - Malharia Blumenau S/A</b> | <b>7,25</b>  | <b>76,54</b>    |
| Fab. de Gaitas Alfredo Hering S/A     | 5,75         | 76,25           |
| <b>Cadarços e Bordados HACO S/A</b>   | <b>6,95</b>  | <b>72,14</b>    |

FONTE: FURB(s.d.)

\* Os valores estão expressos em milhões de cruzeiros de 1970 e 1976, portanto, as diferenças entre as duas colunas embutem, além do crescimento do faturamento, a inflação do período.

A partir da década de 50, devido ao desmembramento de novos municípios do território blumenauense e a intensificação da atividade industriai, Blumenau passa a ter na indústria de transformação sua principal atividade, sendo a maior parte do volume financeiro e da mão-de-obra empregada ligada ao setor têxtil.

Em 1970, a região de Blumenau possuía 25,4% do faturamento e 31,5% da mão-de-obra industrial de Santa Catarina (ver TABELA 2.5). A quantidade de empregados atuando era quase o dobro da existente na região de Joinville, apesar do valor produzido superar somente em 1% a mesma região. Esta não era uma característica conjuntural, com dados da década de 50, SINGER(1968, p. 133) havia visto a mesma relação de produção e produtividade industrial numa comparação entre os dois municípios. De fato, o crescimento do setor industrial têxtil de Blumenau, nesta época, implicou na manutenção deste modelo intensivo de mão-de-obra.<sup>6</sup>

Durante este período e até o início da década de 80, o município constituiu-se no principal pólo industrial do estado. Somente Joinville possuía valores próximos ao de Blumenau. Contando, porém, com uma indústria mais diversificada e baseada em setores dinâmicos, a indústria de Joinville conseguiu ampliar sua produção nas últimas décadas, superando o município de Blumenau em valores financeiros produzidos.

Nas últimas décadas, um fator se torna relevante à compreensão do desenvolvimento da indústria têxtil blumenauense: a ação do Estado. Segundo BENAKOUCHE, neste período o Estado torna-se grande aliado através de: "incentivos fiscais e creditícios; a estratégia exportadora; a política de arrocho

---

<sup>6</sup> Tendo como base os valores de 1958, obtidos por SINGER(1968), de 5.273 trabalhadores no setor têxtil de Blumenau, vemos que até 1980 este número foi multiplicado cerca de quatro vezes (22.592 trabalhadores). O que revela uma lógica de crescimento dependente do uso intensivo de mão-de-obra.



TABELA - 2.5

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL E SETORIAL DO FATURAMENTO (em Cr\$ 1.000,00) E DA MÃO-DE-OBRA EMPREGADA, COM PARTICIPAÇÃO RELATIVA (em %), NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DE SANTA CATARINA (1970)\*\*

| SETORES                       | BLUMENAU           |        |                   |        | JOINVILLE          |        |                   |        | CONCORDIA         |        |                  |        | OUTRAS             |        |                   |        | TOTAL                |         |                   |         |
|-------------------------------|--------------------|--------|-------------------|--------|--------------------|--------|-------------------|--------|-------------------|--------|------------------|--------|--------------------|--------|-------------------|--------|----------------------|---------|-------------------|---------|
|                               | fatura<br>mento    | (%)    | empres<br>gados   | (%)    | fatura<br>mento    | (%)    | empres<br>gados   | (%)    | fatura<br>mento   | (%)    | empres<br>gados  | (%)    | fatura<br>mento    | (%)    | empres<br>gados   | (%)    | fatura<br>mento      | (%)     | empres<br>gados   | (%)     |
| minerais não-metá.<br>(%)     | 18.022<br>(3,5)    | (21,8) | 1.536<br>(6,9)    | (27,8) | 53<br>(0,0)        | (0,1)  | 6<br>(0,0)        | (0,1)  | 81<br>(0,0)       | (0,1)  | 24<br>(0,3)      | (0,4)  | 65.090<br>(9,2)    | (78,2) | 3.944<br>(14,3)   | (71,8) | 83.246<br>(4,1)      | (100,0) | 5.510<br>(7,8)    | (100,0) |
| metalúrgica<br>(%)            | 15.107<br>(2,9)    | (11,8) | 616<br>(2,7)      | (16,4) | 97.731<br>(19,7)   | (78,8) | 2.589<br>(22,2)   | (69,0) | 5.881<br>(1,9)    | (4,5)  | 162<br>(1,8)     | (4,3)  | 8.789<br>(1,2)     | (6,9)  | 367<br>(1,4)      | (10,3) | 127.308<br>(6,3)     | (100,0) | 3.754<br>(5,3)    | (100,0) |
| mat. elétrico/comun.<br>(%)   | —                  | —      | —                 | —      | 115.889<br>(23,4)  | (97,3) | 1.929<br>(16,5)   | (93,2) | —                 | —      | —                | —      | 3.197<br>(0,5)     | (2,7)  | 140<br>(0,5)      | (6,8)  | 119.086<br>(5,9)     | (100,0) | 2069<br>(2,9)     | (100,0) |
| madeira<br>(%)                | 8.427<br>(1,6)     | (3,1)  | 639<br>(2,8)      | (4,4)  | 3.076<br>(0,6)     | (1,1)  | 283<br>(2,4)      | (2,0)  | 96.746<br>(21,6)  | (24,3) | 3.356<br>(36,8)  | (23,1) | 196.743<br>(27,9)  | (71,5) | 10.216<br>(36,7)  | (70,5) | 274.982<br>(13,6)    | (100,0) | 14.494<br>(20,4)  | (100,0) |
| papel e popeloão<br>(%)       | 2.892<br>(0,6)     | (2,0)  | 231<br>(1,0)      | (5,4)  | —                  | —      | —                 | —      | 27.864<br>(9,0)   | (18,0) | 1.342<br>(14,7)  | (31,4) | 122.725<br>(17,4)  | (80,0) | 2.706<br>(9,7)    | (63,2) | 153.381<br>(7,6)     | (100,0) | 4.279<br>(6,0)    | (100,0) |
| matérias plásticas<br>(%)     | —                  | —      | —                 | —      | 125.284<br>(25,3)  | (98,8) | 1.424<br>(12,2)   | (97,4) | —                 | —      | —                | —      | 1.508<br>(0,2)     | (1,2)  | 38<br>(0,1)       | (2,8)  | 128.763<br>(6,3)     | (100,0) | 1.462<br>(2,1)    | (100,0) |
| têxtil<br>(%)                 | 270.388<br>(52,8)  | (91,1) | 11.231<br>(50,1)  | (88,7) | 8.400<br>(1,7)     | (2,8)  | 357<br>(3,1)      | (2,8)  | —                 | —      | —                | —      | 18.110<br>(2,6)    | (6,1)  | 932<br>(3,3)      | (7,4)  | 296.808<br>(14,7)    | (100,0) | 12.520<br>(17,6)  | (100,0) |
| vestuário, calç., tec.<br>(%) | 102.133<br>(20,0)  | (61,7) | 5.061<br>(22,6)   | (61,8) | 56.736<br>(11,4)   | (34,3) | 2.716<br>(23,3)   | (33,2) | 365<br>(0,1)      | (0,2)  | 23<br>(0,2)      | (0,3)  | 6.376<br>(0,9)     | (3,8)  | 388<br>(1,4)      | (4,7)  | 165.632<br>(6,2)     | (100,0) | 8.190<br>(11,5)   | (100,0) |
| produt. alimentares<br>(%)    | 62.474<br>(12,2)   | (13,0) | 1.784<br>(7,9)    | (16,6) | 26.703<br>(5,4)    | (5,5)  | 542<br>(4,6)      | (5,1)  | 182271<br>(59,5)  | (37,8) | 3.264<br>(36,0)  | (30,9) | 210.452<br>(29,9)  | (43,7) | 5.036<br>(18,1)   | (47,4) | 481.900<br>(23,9)    | (100,0) | 10.628<br>(15,0)  | (100,0) |
| outros<br>(%)                 | 32.848<br>(6,4)    | (17,2) | 1.336<br>(6,0)    | (16,4) | 61.840<br>(12,5)   | (32,6) | 1.840<br>(15,7)   | (22,6) | 23.483<br>(7,7)   | (12,4) | 935<br>(10,2)    | (11,5) | 71.831<br>(10,2)   | (37,8) | 4.032<br>(14,5)   | (48,5) | 188.903<br>(9,4)     | (100,0) | 8.143<br>(11,4)   | (100,0) |
| <b>TOTAL</b><br>(%)           | 512.202<br>(100,0) | (25,4) | 22.414<br>(100,0) | (31,5) | 495.784<br>(100,0) | (24,5) | 11.688<br>(100,0) | (16,5) | 306311<br>(100,0) | (15,2) | 9.126<br>(100,0) | (12,8) | 704.822<br>(100,0) | (34,8) | 27.821<br>(100,0) | (39,2) | 2.019.119<br>(100,0) | (100,0) | 71.049<br>(100,0) | (100,0) |

FONTE: SANTA CATARINA (1970, p. 51-81)

\* Os dados sobre a indústria de transformação são resultado da coleta em 1.228 estabelecimentos que representam 90% do valor bruto da produção do universo.

\*\* Foram definidas 16 micro-regiões do estado de Santa Catarina, tendo como referência os municípios pólo de cada uma delas, que são: Joinville, Itajaí,

Blumenau, Ibirama, Rio do Sul, Florianópolis, São João Batista, Laguna, Criciúma, Araranguá, Jacinto Machado, Lajes, Campos Novos, Concordia, Chapecó e Matra.

salariais e a própria estrutura financeira e burocrática do Estado", transformando-se "em estrutura produtiva do capital" (*apud* GIESE, 1991, p. 27).

Efetivamente, a partir da década de 60 é possível identificar diversas operações de financiamento à indústria têxtil local através do B.R.D.E. (Banco Regional de Desenvolvimento Econômico) e de fundos operados por este banco (FIPEME, FINAME, FUNDECE, FINEP, FUNDESC) (CODESUL, 1970, p. 30 e seg.). Estes financiamentos permitiram a expansão, o reequipamento e a implantação de novas unidades de produção.

No período de 1965/1970, 45 milhões de cruzeiros foram investidos pelo setor têxtil catarinense em virtude de financiamentos do B.R.D.E., sendo 25 milhões financiados (ver TABELA 2.6) e 20 milhões originários de capital próprio das empresas. Com o funcionamento do FUNDESC,<sup>7</sup> a partir de 1969, o acréscimo do valor financiado foi sensível. No setor têxtil, a maior parcela dos recursos deste fundo foram dirigidos ao Vale do Itajaí e à região de Joinville (CODESUL, 1970, p. 31).

**TABELA 2.6**

**FINANCIAMENTOS EFETUADOS PELO B.R.D.E. (1965-julho de 1970)  
PARA O SETOR TÊXTEL CATARINENSE  
POR NÚMERO DE OPERAÇÕES E VALOR ANUAL FINANCIADO (Cr\$ 1.000,00)**

| ANOS         | OPERAÇÕES | VALOR FINANCIADO |
|--------------|-----------|------------------|
| 1965         | 3         | 500              |
| 1966         | 13        | 1.133            |
| 1967         | 12        | 2.415            |
| 1968         | 18        | 3.212            |
| 1969         | 9         | 5.518            |
| jan-jul/1970 | 14        | 12.176           |
| <b>TOTAL</b> | <b>69</b> | <b>24.954</b>    |

FONTE: CODESUL(1970, P.31)

<sup>7</sup> O FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), no período de 1969/70, destinou mais de 15 milhões de cruzeiros a suas operações com o setor têxtil. Além de financiar novos investimentos, este fundo destinava recursos para o capital de giro das empresas (CODESUL, 1970, p. 31).

Outro resultado da aliança entre o empresariado têxtil e o Estado foi a expansão dos negócios em Santa Catarina e em outras regiões do país. Grandes investimentos foram feitos pelas empresas no Nordeste (TECANOR, Hering Nordeste, Natécia TEKA, Sul Fabril Nordeste, Artex Nordeste, etc.) devido aos incentivos do Estado. Além disto, a ramificação empresarial em outros setores industriais - cujo exemplo mais marcante foi o investimento do grupo Hering na agroindústria através da CEVAL/SEARA -, também exemplificam esta nova forma de investimentos do grande empresariado blumenauense (VIEIRA, 1986, p. 89-95).

Em 1980, a indústria têxtil e do vestuário ( que devem ser apreciadas juntas devido a suas características) participava com cerca de 24% do total financeiro da produção industrial e com 24% do volume da mão-de-obra no setor industrial catarinense, caracterizando-a como a maior produtora e empregadora do estado. Neste setor, Blumenau participava com 52,6% e 35,4%, respectivamente, do volume de produção e do emprego de mão-de-obra (SANTA CATARINA, 1986, p. 150-9)<sup>8</sup>.

### 3. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Com a descrição das principais características sócio-econômicas do setor industrial têxtil blumenauense, procuraremos definir uma das condições estruturais em que os empresários, enquanto atores sociais, estão envolvidos. Para nossa análise, estas estruturas são delimitadoras da organização coletiva deste empresariado e, por decorrência, de sua ação político-corporativa. Definindo, desta

---

<sup>8</sup> Em 1980, o número de empregados do setor têxtil - e vestuário - em Santa Catarina era de 63.902, sendo que Blumenau contava com 22.592 empregados neste setor (SANTA CATARINA, 1986, p. 151).

forma, os limites possíveis de atuação no espaço regional e nas estruturas institucionalizadas de poder do Estado devido ao peso e à posição relativos ocupados pelos atores nestes campos de interação e de lutas.

Constituída como tal, a definição da posição ocupada na estrutura econômica por este empresariado não possibilita, de forma unilateral, a definição de seu escopo de atuação. Mas, combinada a outras estruturas (ideológicas, políticas, corporativas, etc.) - que trabalharemos em capítulos posteriores -, permitirão caracterizar ao nível da probabilidade a atuação dos atores sociais estudados.

Partindo do período que delimita a investigação (1985/94), procuramos desenvolver uma caracterização da indústria têxtil - levando em consideração os dados disponíveis - em duas direções: 1) o aprofundamento da descrição do setor em suas particularidades e 2) a comparação com outros setores e regiões, permitindo a definição de sua posição relativa. E, configurando-as em alguns indicadores: 1) tipo e quantidade de empresas; 2) mão-de-obra ocupada; 3) faturamento; 4) comércio exterior e investimentos; e 5) contribuições de impostos. Agregaremos alguns destes itens para facilitar a exposição.

É preciso ressaltar, ainda, que é comum a existência de discrepâncias entre as diversas fontes de informação estatísticas - tanto em critérios de classificação quanto em valores estabelecidos. Muitas vezes, os dados oficiais não são os mais confiáveis. Por isso, procuramos utilizar o *bom senso* como critério à escolha e apresentação dos mesmos.

### 3.1. EMPRESAS E MÃO-DE-OBRA EMPREGADA

Blumenau é o município catarinense que concentra a maior quantidade de mão-de-obra industrial. Isto, fundamentalmente, devido ao setor têxtil, que é o maior empregador do estado e tem sua concentração no Vale do Itajaí. Segundo dados da

FIESC(1994), de 365.209 trabalhadores na indústria catarinense, 107.279 (29,4%) estão na macro-região do Vale do Itajaí. Destes últimos, 60.357 (56,3% da região e 62,4% do setor no estado) são dos setores têxtil e vestuário. Devido sua relação orgânica, estes dois setores serão trabalhados conjuntamente neste estudo.

**TABELA 2.7**

**TOTAL DE EMPRESAS E EMPREGADOS EM BLUMENAU (1985/1993/1994)  
POR SETORES ECONÔMICOS E POR RAMO(SETOR INDUSTRIAL)**

| SETOR<br>ECONÔMICO | 1985*      |               | 1993          |                | 1994          |                |
|--------------------|------------|---------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
|                    | Empresas   | Empregados    | Empresas      | Empregados     | Empresas      | Empregados     |
| <b>INDÚSTRIA</b>   | <b>719</b> | <b>37.237</b> | <b>1.733</b>  | <b>45.883</b>  | <b>1.824</b>  | <b>46.099</b>  |
| Metalúrgica        | 91         | 2.362         | 154           | 2.453          | 161           | 2.160          |
| Têxtil             | 53         | 16.438        | 143           | 21.560         | 157           | 21.991         |
| Vestuário          | 93         | 6.014         | 652           | 7.010          | 714           | 7.471          |
| Alimentos          | 74         | 2.034         | 140           | 1.149          | 141           | 1.561          |
| Outras             | 408        | 10.389        | 644           | 13.711         | 651           | 12.916         |
| <b>COMÉRCIO</b>    | ---        | ---           | <b>4.305</b>  | <b>20.288</b>  | <b>4.638</b>  | <b>24.501</b>  |
| <b>SERVIÇOS</b>    | ---        | ---           | <b>5.412</b>  | <b>36.118</b>  | <b>5.587</b>  | <b>35.545</b>  |
| <b>AUTÔNOMOS**</b> | ---        | ---           | ---           | <b>10.131</b>  | ---           | <b>8.521</b>   |
| <b>TOTAL</b>       | ---        | ---           | <b>11.450</b> | <b>112.420</b> | <b>12.049</b> | <b>114.666</b> |

FONTES: IPPUB/PMB

\* O ano de 1985 não tem totais finais porque só existem dados do setor industrial.

\*\* Como autônomos estão computados todo o tipo de profissionais liberais e trabalhadores avulsos - de médicos a faxineiras. Destes, segundo dados de 1993, cerca de 10% tinham atividades na área de vestuário (costureiras, alfaiates, estilistas, tecelões, etc.).

Se tomarmos unicamente dados do município de Blumenau, para situar a participação do setor industrial têxtil, a importância relativa aumenta (ver TABELA 2.7). Este setor abrigava, em 1994, 64% da mão-de-obra industrial do município. Além disto, um em cada quatro indivíduos economicamente ativos de Blumenau está ligado diretamente à indústria têxtil. Se considerarmos as relações de parentesco, é provável que indiretamente um número maior de pessoas tenha em seu cotidiano alguma preocupação com os destinos deste setor.

Quanto ao número de estabelecimentos industriais em Blumenau, vemos que este se multiplicou duas vezes e meia do período de dez anos (1985-94). Quase todos os setores tiveram um grande acréscimo, mas foi no ramo industrial do

vestuário que o crescimento mais se manifestou, multiplicando-se quase oito vezes - de 93 para 714 empresas. Duas razões principais devem ter influenciado este crescimento: a legalização de micros e pequenas empresas já existentes e a criação de novas. Este fenômeno fica mais visível quando notamos os dados da TABELA 2.8.

**TABELA 2.8**

**QUANTIDADE DE EMPRESAS E EMPREGADOS NA INDÚSTRIA DE  
BLUMENAU(1985/1993)  
POR TAMANHO DA EMPRESA (com valores e percentagem de crescimento)**

| TIPO DE<br>EMPRESA        | EMPRESAS |       |        | EMPREGADOS |        |        |
|---------------------------|----------|-------|--------|------------|--------|--------|
|                           | 1985     | 1993  | cresc. | 1985       | 1993   | cresc. |
| GRANDE<br>(+ 200 empreg.) | 33       | 33    | 0%     | 30.948     | 30.835 | -0,5%  |
| MÉDIA<br>(50 - 199)       | 47       | 75    | +60%   | 5.078      | 7.792  | +53%   |
| PEQUENA<br>(0 - 49)       | 639      | 1.625 | +154%  | 1.211      | 7.256  | +499%  |

FONTE: IPPUB/PMB

De fato, não só aumentam o número de pequenas empresas e da mão-de-obra empregadas por estas, como mantém-se estáveis os dados relativos às grandes empresas. Contudo, o quadro das grandes empresas esconde as modificações existentes nos setores industriais e estabelecimentos individuais. Grandes empresas do setor têxtil (Hering, Artex, Teka, etc.) dispensaram milhares de empregados no período de 1985-94. Outras, no entanto, tiveram um crescimento. Verificando somente os últimos três anos (1992-94) com dados das empresas filiadas ao SINTEX (ver TABELA 2.9) é possível verificar a liberação de mão-de-obra. O exemplo da Hering, que possuía mais de quinze mil empregados na década de 80 e teve diminuída seu emprego de mão-de-obra para cerca de oito mil pessoas em 1994 é um flagrante deste processo. Parece certo que parte deste contingente de demitidos deve ter aproveitado seu conhecimento técnico e pequeno capital para

abrir as micro empresas que surgiram no período. Um outro tanto destes devem ter aderido como empregados nestes pequenos estabelecimentos.

**TABELA 2.9**

**QUANTIDADE DE MÃO-DE-OBRA EMPREGADA NAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DA REGIÃO DE BLUMENAU FILIADAS AO SINTEX POR EMPRESA (DEZ/92 - DEZ/93 - AGO/94)**

| <b>EMPRESA</b>   | <b>DEZ/1992*</b> | <b>DEZ/1993</b> | <b>AGO/1994</b> |
|------------------|------------------|-----------------|-----------------|
| HERING           | 10.092           | 9.176           | 8.247           |
| SUL FABRIL       | 4.645            | 4.356           | 4.496           |
| TEKA             | 4.762            | 4.425           | 4.487           |
| ARTEX            | 2.917            | 3.270           | 2.965           |
| CREMER           | 2.105            | 2.241           | 2.242           |
| KARSTEN          | 1.826            | 2.009           | 2.064           |
| MAJU             | 1.078            | 1.301           | 866             |
| DIANA            | 1.221            | 941             | 898             |
| SCHMALZ(CÍRCULO) | 965              | 1.021           | 1.032           |
| HACO             | 972              | 996             | 1.032           |
| BRANDILI         | 519              | 530             | 567             |
| CRISTINA         | 455              | 549             | 683             |
| MARISSOL**       | —                | 502             | 496             |
| DUDALINA**       | —                | 515             | 510             |
| OUTRAS***        | 1.479            | 3.617           | 3.798           |
| <b>TOTAL</b>     | <b>33.036</b>    | <b>35.449</b>   | <b>34.383</b>   |

FONTE: PAINEL TÊXTIL/SINTEX

\* Os dados de dez/1992 são referentes a 18 empresas pesquisadas pelo SINTEX, enquanto 34 empresas tiveram dados em dez/1993 e ago/1994.

\*\* Marissol e Dudalina não possuíam dados em dez/1992.

\*\*\* As outras empresas pesquisadas são: Albany, Altenburg, Fiovale, Taeschner, Zintex (somente em dez/1992), Malwee, Rovitex, Wilson, Lancaster, Riosul, Novelsul, Rico, Malhasoft, Pemar, Bianca, HJH, Juriti, Styllu's, RW e Marchi.

Estes dados nos permitem verificar que nos últimos anos houve um processo de liberação de mão-de-obra das grandes empresas e uma pequena desconcentração da atividade industrial. Contudo, este processo não afetou a predominância da grande indústria no setor têxtil local. Só a atenuou. É provável que a crise de crescimento do setor e os incentivos estatais ao investimento tecnológico tenham levado à modernização do processo produtivo. Isto, unido à tendência de terceirização de serviços e funções produtivas (facções) não

fundamentais à atividade fim das indústrias, gerou um grande contingente de mão-de-obra excedente e dispensável.

A ausência de setores mais dinâmicos e de crescimento recente na economia regional, com exceção do turismo, não permitiu uma absorção plena desta mão-de-obra excedente em outras atividades. A resposta a este dilema deu-se, ao que parece, pela informalidade e pela geração de um grande contingente de micro e pequenas empresas de confecções. Estas, produzindo mercadorias para a população de baixa renda e pagando salários menores que as grandes empresas, conseguiram sobreviver pelo consumo - entre outros - do *turismo de compra*. Fato verificável pela proliferação de *outlets*, *shopings* de fábrica, etc.<sup>9</sup>, que além de atrair *sacoleiras* conseguiram uma certa sofisticação no atendimento.

Apesar disto, continua sendo a grande indústria a maior responsável pela produção industrial do Vale do Itajaí. Isto fica mais claro quando observamos os dados da TABELA 2.10.

**TABELA 2.10**

**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E DE EMPREGADOS NA BASE DO SINTEX(1992) - POR TAMANHO DE EMPRESA E CATEGORIA**

| TIPO DE EMPRESA | FIAÇÃO E TECELAGEM |               | VESTUÁRIO    |              | TOTAL        |               |
|-----------------|--------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
|                 | empresas           | empregados    | empresas     | empregados   | empresas     | empregados    |
| quant. empreg.  |                    |               |              |              |              |               |
| 0 - 50          | 147                | 897           | 1.464        | 3.776        | 1.611        | 4.673         |
| 51 - 200        | 23                 | 2.570         | 30           | 2.832        | 53           | 5.402         |
| 201 - 500       | 14                 | 4.150         | 5            | 1.643        | 19           | 5.793         |
| 501 - n         | 22                 | 29.797        | 2            | 1.226        | 24           | 31.023        |
| <b>TOTAL</b>    | <b>206</b>         | <b>37.414</b> | <b>1.501</b> | <b>9.477</b> | <b>1.707</b> | <b>46.891</b> |

FONTE: SINTEX

<sup>9</sup> Segundo dados do IPPUB-PMB, somente em oito novos empreendimentos tipo *outlets* (centros de compras com venda direta da fábrica) - prontos ou quase concluídos -, haveria num espaço de dois anos a duplicação do faturamento no *turismo de compra* de Blumenau. Passando este a um faturamento de cerca de US\$ 150 milhões anuais com a criação de cinco mil novos postos de trabalho no município.



Como pode-se notar pelos dados do SINTEX, são os grandes estabelecimentos (com mais de 500 empregados) que ocupam a maior parte da mão-de-obra. As 24 unidades de grande porte possuem, em média, cerca de 1.300 empregados cada uma, enquanto as 1.611 unidades de pequeno porte não chega a ter três empregados em média. Isto agravado pela percentagem quase desprezível do pessoal ocupado pelas últimas - frente à participação das primeiras. Agrega-se o fato dos estabelecimentos de porte intermediário serem em pequeno número (72) e ocuparem pouco mais de 20% da mão-de-obra. Fato que amplia a característica concentradora de mão-de-obra dos grandes estabelecimentos.

TABELA 2.11

**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E DE EMPREGADOS NA  
BASE DO SINTEX(1992) - POR MUNICÍPIO E CATEGORIA**

| MUNI<br>CÍPIO*    | FIAÇÃO E<br>TECELAGEM |               | VESTUÁRIO    |              | TOTAL        |              |               |              |
|-------------------|-----------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|
|                   | empresas              | empreg.       | empresas     | empreg.      | empresas     | (%)          | empreg.       | (%)          |
| Blumenau          | 127                   | 26.207        | 719          | 2.876        | 846          | (50)         | 29.083        | (62)         |
| Gaspar            | 39                    | 3.225         | 134          | 350          | 173          | (10)         | 3.575         | (8)          |
| Indaial           | 3                     | 2.665         | 57           | 773          | 60           | (3)          | 3.438         | (7)          |
| Timbó             | 4                     | 1.222         | 129          | 1.104        | 133          | (8)          | 2.326         | (5)          |
| Rodeio<br>ibirama | 3                     | 1.239         | 13           | 55           | 16           | (1)          | 1.294         | (3)          |
| ibirama           | 1                     | 1.007         | 38           | 182          | 39           | (2)          | 1.189         | (3)          |
| Rio do Sul        | 2                     | 300           | 148          | 742          | 150          | (9)          | 1.042         | (2)          |
| Pomerode          | 5                     | 842           | 23           | 176          | 28           | (2)          | 1.018         | (2)          |
| Ascurra           | 1                     | 12            | 6            | 686          | 7            | (-)          | 698           | (1)          |
| Apiúna            | 1                     | 542           | 4            | 128          | 5            | (-)          | 670           | (1)          |
| Outros            | 20                    | 153           | 230          | 2.405        | 250          | (15)         | 2.558         | (6)          |
| <b>TOTAL</b>      | <b>206</b>            | <b>37.414</b> | <b>1.501</b> | <b>9.477</b> | <b>1.707</b> | <b>(100)</b> | <b>46.891</b> | <b>(100)</b> |

FONTE: SINTEX

\* Um total de 42 municípios fazem parte da base territorial do SINTEX. Além dos descritos acima, estão: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Benedito Novo, Correia Pinto, Curitibanos, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Imbuia, Ituporanga, José Boiteaux, Lages, Laurentino, Lontras, Massaranduba, Otacílio Costa, Petrolândia, Ponte Alta, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio dos Cedros, Salete, Santa Cecília, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vítor Meireles e Witmarsun.

Outro fato importante, relativo a mão-de-obra e aos estabelecimentos industriais da base do SINTEX, é a concentração geográfica dos mesmos (ver

**TABELA 2.11).** Apenas cinco municípios - de um total de 42 -, Blumenau e seus limítrofes (Gaspar, Indaial, Timbó e Pomerode), concentram 85% da mão-de-obra e mais de 70% das unidades fabris da região.

O que estes dados não revelam inteiramente é um outro fator que demonstra a maior concentração, em poucos grupos econômicos, do emprego da mão-de-obra. Entre os 24 grandes e 19 médios estabelecimentos - responsáveis juntos por quase 80% do pessoal ocupado por este setor - estão diluídas as filiais e empresas controladas pelos grandes grupos (Hering, Sul Fabril, Teka, Karsten, Artex, Lince, etc.)<sup>10</sup>. Como exemplo, podemos ver os seguintes casos<sup>11</sup>: 1) a Hering Têxtil S/A possui oito estabelecimentos industriais, sendo quatro no município de Blumenau e outros em Indaial, Ibirama, Rodeio, Apiúna; 2) a Sul Fabril S/A possui unidades em Blumenau, Gaspar, Ascurra e Rio do Sul; e 3) a Teka S/A possui unidades em Blumenau e Indaial. É devido a este fator que alguns municípios pequenos aparecem com um certo relevo na ocupação da mão-de-obra.

### 3.2 - VOLUMES FINANCEIROS: FATURAMENTO, EXPORTAÇÃO, INVESTIMENTOS E RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS

As referências e o peso relativo do setor industrial têxtil da região de Blumenau, quanto a seus valores financeiros (ver TABELA 2.12), assemelham-se aos definidos para o emprego de mão-de-obra. A majoritária participação da indústria blumenauense e, em especial, de seus grandes grupos econômicos neste setor do estado é notória. Existindo, inclusive, uma pequena ampliação neste caso.

---

<sup>10</sup> A composição dos maiores grupos econômicos têxteis é descrita na seção posterior deste capítulo.

<sup>11</sup> Além das filiais e empresas coligadas presentes no Vale do Itajaí existem estabelecimentos em outros estados e em outras regiões de Santa Catarina, por exemplo: a Sul Fabril possui fiações em Joinville, Hering e Teka possuem empresas em São Paulo e Hering e Sul Fabril atuam no Nordeste. Apesar de não ser tão comum o contrário também ocorre. Malwee e Marissol - com sede em Jaraguá do Sul - têm filiais em Blumenau, Pomerode e Rio dos Cedros.

Comparado ao estado de Santa Catarina, as indústrias ligadas ao SINTEX participavam, no período de 1990-93, com 70% a 80% dos valores totais de faturamento, exportação e recolhimento de ICMS do setor têxtil catarinense.

**TABELA 2.12**

**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS(em US\$ milhões)  
DO SETOR INDUSTRIAL TÊXTIL(1989-93)**

| <b>INFORMAÇÕES</b>     | <b>1989</b> | <b>1990</b> | <b>1991</b> | <b>1992</b> | <b>1993</b> |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>FATURAMENTO:</b>    |             |             |             |             |             |
| SC                     | ---         | 2.536       | 1.701       | 1.309       | 1.674       |
| SINTEX                 | ---         | 1.734       | 1.318       | 1.066       | 1.287       |
| <b>EXPORTAÇÃO:</b>     |             |             |             |             |             |
| BRASIL                 | 1.142       | 1.033       | 1.179       | 1.428       | 1.347       |
| SC                     | 277         | 286         | 338         | 380         | 424         |
| SINTEX                 | ---         | 218         | 253         | 286         | 287         |
| <b>INVESTIMENTOS:</b>  |             |             |             |             |             |
| SINTEX                 | ---         | 95          | 175         | 90          | 90          |
| <b>IMPORTAÇÃO:</b>     |             |             |             |             |             |
| SINTEX                 | ---         | 89          | 65          | 57          | 29          |
| <b>ICMS RECOLHIDO:</b> |             |             |             |             |             |
| SC                     | ---         | 121         | 78          | 47          | 59          |
| SINTEX                 | ---         | 82          | 61          | 40          | 47          |

FORNTE: SINTEX

O que pode ser verificado por estes dados é a grande perda financeira que ocorre em 1991, cuja recuperação não se estabelece totalmente até 1993. Esta perda foi generalizada ao setor têxtil brasileiro e catarinense, sendo consequência da política recessiva do governo Collor, acompanhada da competição com produtos estrangeiros devido à abertura econômica. A principal forma de contrabalancear as perdas no mercado interno foi a ampliação das vendas no mercado exterior, na qual o MERCOSUL teve uma importância fundamental para algumas empresas<sup>12</sup>. Pode-se deduzir disto que a política cambial e de mercado exterior de Governo federal crescem em importância para as grandes empresas exportadoras de têxteis de Blumenau. Além disto, o processo de liberalização de mão-de-obra e o investimento

<sup>12</sup> A Hering Têxtil S/A tem sido, nos anos 90, a empresa de Santa Catarina que mais exporta para os países que compõe o MERCOSUL (ver Suplemento Especial, JSC, 01/01/95).

tecnológico permitiu o ajuste das grandes empresas as novas condições do mercado.

O crescimento nas exportações das seis maiores indústrias têxteis Blumenauenses foi superior a 40% no período de 1989 a 1993 (ver TABELA 2.13). Empresas como a Karsten passaram a depender em mais de 50% do mercado externo para o seu faturamento. Estas seis empresas (Hering, Karsten, Artex, Teka, Sul Fabril e Cremer) exportam juntas mais de 90% do valor exportado pelo setor na região de Blumenau e cerca de 60% do setor em todo o estado de Santa Catarina - dados de 1993. Como o setor têxtil é o principal exportador catarinense, com 20% em média das exportações do estado, percebe-se a relevância destas empresas para a economia catarinense.

**TABELA 2.13**

**VALORES FINANCEIROS DAS EXPORTAÇÕES(em US\$ 1.000,00)  
NAS MAIORES INDÚSTRIAS TÊXTEIS DE BLUMENAU(1989-93)**

| <b>EMPRESAS</b>     | <b>1989*</b>   | <b>1990**</b>  | <b>1991***</b> | <b>1992</b>    | <b>1993</b>    |
|---------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| HERING Têxtil S/A   | 43.498         | 50.877         | 56.400         | 68.679         | 70.641         |
| Cia. Têxtil KARSTEN | 31.477         | 41.865         | 43.096         | 48.577         | 58.383         |
| ARTEX S/A           | 37.092         | 34.158         | 37.580         | 43.409         | 48.267         |
| TEKA S/A            | 43.089         | 37.133         | 42.718         | 46.886         | 43.953         |
| SUL FABRIL S/A      | 16.856         | 18.867         | 31.653         | 30.097         | 25.981         |
| CREMER S/A          | 11.241         | 13.909         | 13.607         | 13.329         | 12.759         |
| <b>TOTAL</b>        | <b>183.253</b> | <b>196.809</b> | <b>225.054</b> | <b>250.977</b> | <b>259.984</b> |

Fonte: DECEX/CTIC/SISTEMA ALICE

\* O valor da exportação da SUL FABRIL em 1989 é a soma da Sul Fabril Trading S/A (US\$ 14,5 milhões) e da Sul Fabril S/A (US\$ 2,3 milhões).

\*\* Os dados da Artex e da Sul Fabril em 1990 são, respectivamente, a soma: da Intex S/A (US\$ 22,9 milhões) e da Artex S/A (US\$ 11,3 milhões); e, da Sul Fabril Trading S/A (US\$ 14,5 milhões) e da Sul Fabril S/A (US\$ 4,8 milhões).

\*\*\* O valor da exportação da Hering em 1991 é a soma da Hering Têxtil S/A (US\$ 15,8 milhões) e da Hering Comércio Exterior S/A (US\$ 40,6 milhões).

A importância das exportações pode ser vista na participação do faturamento destas seis grandes indústrias. Tomando-se como base o ano de 1992, o faturamento total delas foi de cerca de US\$ 872 milhões (Gazeta Mercantil,

05/08/93) distribuído da seguinte forma: Hering (265), Teka (230), Artex (103), Sul Fabril (101), Cremer (91) e Karsten (82). No mesmo ano foram exportados pelas mesmas US\$ 251 milhões, o que resulta em cerca de 30% do total faturado. Como extremos, neste ponto, temos a Cremer que exportou 14% e a Karsten 60% do total de suas vendas.

Outra característica relevante das exportações têxteis da região de Blumenau é a sua especialização em dois tipos de produtos: artigos de malha e artigos de *cama, mesa & banho*. Nestes, as empresas da região participam com cerca de 55% das exportações brasileiras. De fato, são estes produtos que monopolizam a maior parte da produção têxtil de Blumenau e que conferem a alcunha "maior pólo têxtil do Brasil e segundo maior pólo do mundo" à cidade<sup>13</sup>.

**TABELA 2.14**

**VALORES FINANCEIROS(em US\$ 1.000,00) DO RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS PELAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DA BASE DO SINTEX(1990-92)**

| <b>IMPOSTOS, TAXAS e<br/>CONTRIBUIÇÕES</b> | <b>1990</b>    | <b>1991</b>    | <b>1992</b>    |
|--|----------------|----------------|----------------|
| <b>MUNICIPAIS:</b>                         | <b>1.835</b>   | <b>1.232</b>   | <b>412</b>     |
| ISS  | 631            | 570            | 232            |
| IPTU                                       | 1.144          | 643            | 158            |
| Outros                                     | 60             | 19             | 22             |
| <b>ESTADUAIS:</b>                          | <b>82.321</b>  | <b>61.996</b>  | <b>40.071</b>  |
| ICMS                                       | 81.830         | 61.306         | 39.774         |
| Outros                                     | 491            | 690            | 297            |
| <b>FEDERAIS:</b>                           | <b>141.495</b> | <b>109.188</b> | <b>109.414</b> |
| <b>TOTAL</b>                               | <b>225.651</b> | <b>172.416</b> | <b>149.897</b> |

FONTES: SINTEX

Quanto à arrecadação de impostos (ver TABELA 2.14), ela se manteve estável em cerca de 13% do faturamento total do setor no período de 1990-92.

<sup>13</sup> O estado de Santa Catarina é classificado como o terceiro estado brasileiro, atrás de São Paulo e Minas Gerais, em valor de transformação industrial no setor têxtil durante as décadas de 80 e 90. A conceituação de "maior pólo" têxtil do Brasil atribuída à Blumenau não é passível de ser mensurada, pelo menos com os dados disponíveis, e não é clara qual a variável que a define. O importante para nossa investigação está mais no valor ideológico desta afirmação do que no sua referência real.

Ganha destaque, porém, a grande diminuição da contribuição de impostos municipais, principalmente o IPTU, e a queda, proporcionalmente menor, dos impostos estaduais (ICMS).

Quando comparada à arrecadação do município de Blumenau por impostos individuais, estes valores se explicam razoavelmente<sup>14</sup>. Em 1993, a arrecadação municipal de IPTU reduziu-se a cerca de 1/5 do valor arrecadado em 1990. Neste mesmo período, o recolhimento do setor têxtil para o mesmo imposto reduziu-se a 1/7 do valor inicial. Isto deve-se, provavelmente, a uma falta de recomposição dos valores cobrados frente ao processo inflacionário, já que a partir de 1993 a importância arrecadada volta a aumentar. É possível que unido a este fator existisse algum tipo de renúncia fiscal para novos empreendimentos e a ausência de recolhimento por algumas empresas do setor. Só um exame caso a caso permitiria verificar isto.

Além disto, também na arrecadação de ICMS os valores oscilaram de forma diversa. Entre o início e o fim do período analisado (1990-92), a arrecadação no município se reduz a 2/3 do valor enquanto o recolhimento do setor diminui a metade. Entre os fatores que devem ter concorrido para isto devem estar: o aumento das exportações que são isentas de ICMS e os investimentos financiados pela renúncia fiscal do Estado na forma de empréstimos com juros subsidiados.

Estas informações relativas à queda no volume de arrecadação destes dois impostos tem o *status* de hipóteses. Não sendo possível fazer inferências mais sólidas, visto que faltam dados fundamentais que permitam conferir estas suposições. Contudo, um fator pesa nas considerações sobre renúncias fiscais e incentivos financeiros do Estado. Neste período (1990-92), tanto o governo estadual

---

<sup>14</sup> Toma-se complicado comparar a redução no recolhimento dos impostos do setor têxtil com os dados do município de Blumenau. Isto devido aos dados do setor abrangerem 42 municípios e as informações municipais disponíveis não serem especificadas por setor econômico. Contudo, como visto anteriormente, já que Blumenau concentra as empresas e o faturamento da indústria têxtil regional, torna-se possível, pelo menos a título de ilustração, realizar esta comparação.

(Wilson Kleinubing) quanto governo municipal (Vitor Fernando Sasse) possuíam uma estreita ligação com o empresariado blumenauense. O que poderia resultar num acesso facilitado à conquista de benefícios pelo setor têxtil junto a estas esferas de poder.

#### **4. COMPOSIÇÃO DOS MAIORES GRUPOS ECONÔMICOS**

Para aprofundar a compreensão da estrutura empresarial do setor têxtil da região de Blumenau, procuraremos, nesta seção, identificar os principais grupos econômicos que atuam neste setor industrial. Ao fazer isto pretendemos: 1) realizar uma sintética descrição da expressão econômica e das principais transformações ocorridas nos últimos dez anos; 2) evidenciar as diferenças existentes entre esta elite do setor têxtil, destacando seu potencial diferenciado de satisfazer suas demandas junto ao poder público e de atuar no espaço regional - organizações empresariais e outras instituições da sociedade civil; 3) esclarecer a origem e as relações dos capitais que formam os grupos econômicos; e 4) identificar as empresas coligadas e os principais ramos de atividades econômicas, evidenciando as suas filiações nas entidades empresariais investigadas (SINTEX e ACIB).

As características descritas e analisadas nas seções anteriores deste capítulo permitem verificar a extrema concentração industrial existente no setor têxtil blumenauense, bem como a sua importância relativa no contexto regional e estadual. Algumas poucas empresas detêm o controle majoritário da produção industrial têxtil, tornando as milhares de micros e pequenas empresas simples coadjuvantes dos espaços político-corporativo e econômico. De fato, alguns dos grupos econômicos possuem tamanha importância (ver TABELA 2.15), que seus desempenhos têm relevância nacional. Como resultado disto, temos empresários

reconhecidos como lideranças políticas e corporativas por seus pares - e por outros setores da sociedade. Estes, convertem-se em agentes sociais cuja competência consegue extrapolar o peso relativo das indústrias por eles capitaneadas. Por outro lado, um verdadeiro exército de pequenos empreendedores sobrevivem num espaço competitivo de forma pulverizada, sendo incapazes de agir concertadamente.

**TABELA 2.15**

**POSIÇÃO DOS MAIORES GRUPOS ECONÔMICOS BLUMENAUENSES  
NO RANKING DOS 300 MAIORES GRUPOS PRIVADOS NACIONAIS(1980/95)  
ORDENADOS SEGUNDO O PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

| GRUPOS    | 80* | 81  | 82  | 83  | 84  | 85  | 86  | 87  | 88  | 89  | 90  | 91  | 92  | 93  | 94/5 |
|-----------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|
| HERING    | 86  | 71  | 72  | 78  | 90  | 66  | 51  | 59  | 60  | 77  | 55  | 15  | 18  | 21  | 26   |
| ARTEX     | 64  | 52  | 57  | 53  | —   | 103 | 105 | 123 | 131 | 183 | 161 | 152 | 149 | 178 | —    |
| KARSTEN   | 174 | 247 | 240 | 166 | 146 | 215 | 200 | 233 | 224 | 222 | —   | —   | —   | —   | 188  |
| CREMER    | —   | —   | 184 | 195 | 191 | 196 | 178 | 172 | 193 | 220 | 217 | 117 | 177 | —   | 183  |
| TEKA      | —   | —   | —   | —   | —   | —   | —   | 161 | 159 | 148 | 162 | 165 | 111 | —   | —    |
| SULFABRIL | —   | —   | —   | —   | —   | —   | —   | 189 | 206 | 231 | 234 | 206 | 222 | 216 | 200  |

FONTE: BALANÇO ANUAL/GAZETA MERCANTIL(1980/95)

\* Em 1980 a lista do Balanço Anual(GM) contava apenas com 250 grupos.

Como decorrência disto, entendemos que, para a análise da estrutura sócio-econômica do setor industrial têxtil blumenauense, faz-se necessário o mapeamento dos seus principais grupos empresariais. Isto, enquanto condição fundamental ao entendimento da atuação político-corporativa deste empresariado.

No total, foram escolhidos nove grupos empresariais: Hering, Artex, Teka, Sul Fabril, Cremer, Karsten, Haco, Lince e Dudalina. Os critérios utilizados para esta seleção foram o volume do faturamento e da mão-de-obra empregada pelos grupos. Também levou-se em consideração a reputação - verificada pela presença na imprensa local - e a participação ativa dos empresários ligados aos grupos nas entidades de classe<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Dos nove grupos selecionados somente um tem sede fora do município de Blumenau: o grupo Lince (Gaspar). Este foi, inclusive, um critério que utilizamos para descartar três outros grupos importantes: Malwee e Marissol - com sede em Jaraguá do Sul, fora, portanto, da área de abrangência do SINTEX; e o grupo Albany (multinacional americana). Isto, devido a estes grupos só



#### 4.1. GRUPO HERING

A "Cia. Hering" - ou "Companhia", como é conhecido o grupo Hering em Blumenau - é o maior grupo econômico do Vale do Itajaí e um dos maiores grupos privados do país. Baseado inicialmente no setor têxtil, o grupo teve um grande crescimento a partir da década de 70 em virtude dos investimentos na agroindústria ("Ceval Alimentos"). Presente em vários estados e com empreendimentos no exterior (EUA, Espanha, Uruguai e Argentina), o grupo teve um faturamento superior a US\$ 1,6 bilhões em 1993 (Balanço Anual-Gazeta Mercantil, 1994/95) - menos de 20% destes originários do setor têxtil. Além dos setores descritos acima, a "Cia. Hering" possui empresas nos ramos de: seguros, hotelaria e construção civil.

Devido a sua importância econômica, muito superior aos demais grupos econômicos da região, e seu provável poder de influenciar as instâncias de decisão do poder público, este grupo poderia ser considerado em um extrato a parte - uma elite das elites.

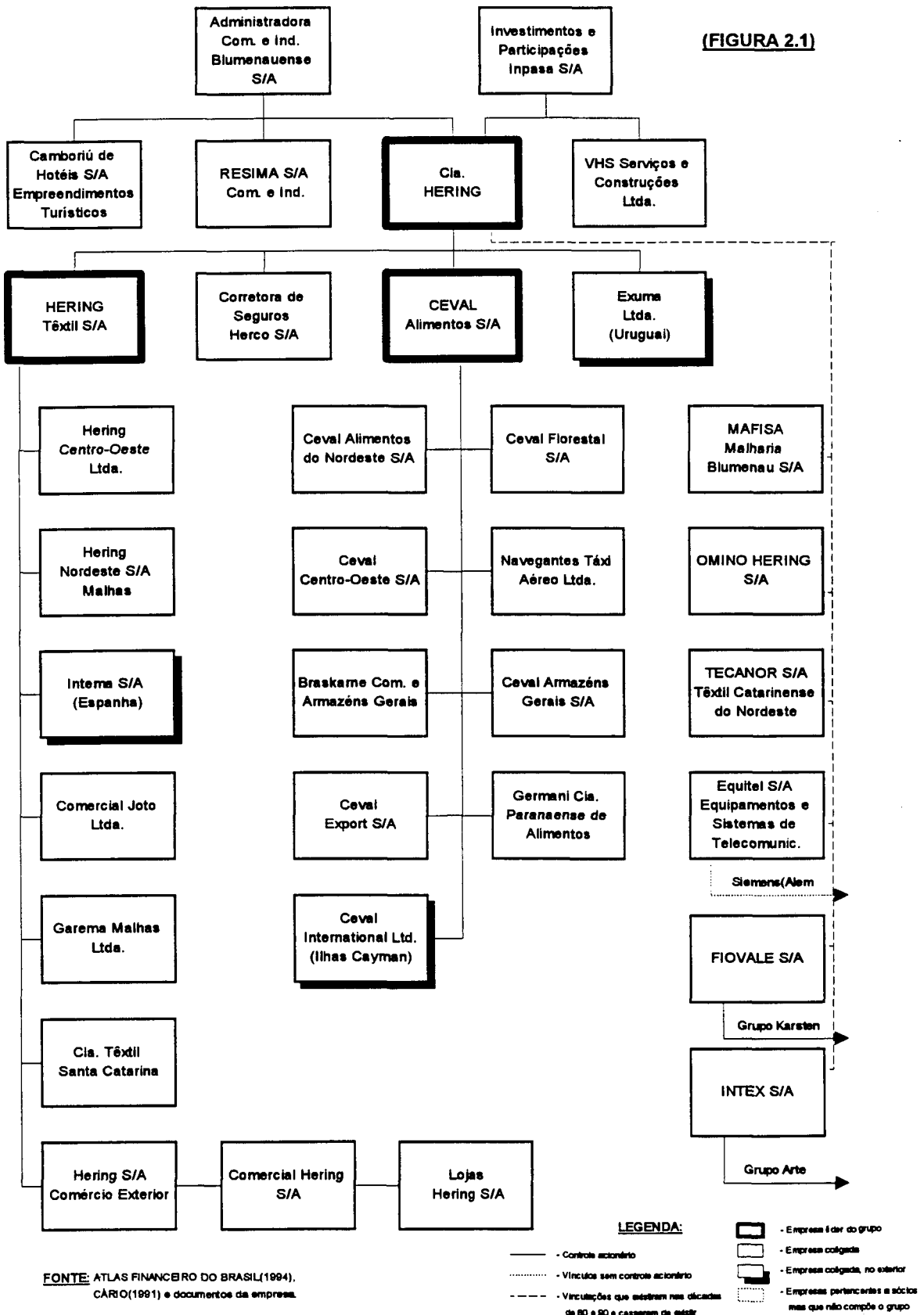
Na composição acionária do grupo é destacada a participação da família Hering - cerca de 75% das ações ordinárias. Fora isto, é relevante a participação de fundos de previdência de bancos estatais (Banco do Brasil e Banco Central).

Durante o período investigado(1980-94) foi possível constatar a existência de uma prática empresarial que foi comum na formação do grupo: a incorporação de empresas têxteis locais e a existência de atividades conjuntas com outros importantes grupos empresariais locais. Na década de 80, a "Hering Têxtil" incorporou a "Omino Hering" - empresa criada por um grupo italiano - e participou como sócio, de forma minoritária, na "Intex" (Artex) e na "Fiovale" (Karsten). Nos anos 90 houve a incorporação da "Mafisa" à "Hering Têxtil".

---

manterem filiais na região de Blumenau. Além disto, foram feitas consultas à Maju e à Malharia Cristina - indústrias de porte considerável - que se recusaram a dar informações ou dificultaram o acesso aos dados. A primeira em virtude de um pedido de auto-falência e a segunda sem nenhum tipo de razão manifesta.

(FIGURA 2.1)



FONTE: ATLAS FINANCEIRO DO BRASIL(1994).  
 CÁRIO(1991) e documentos da empresa.

Além da associação com o grupo italiano no ramo têxtil - Omino -, o grupo Hering compartilhou do controle de uma empresa do ramo de telecomunicações ("Equitel") com o grupo alemão Siemens na década de 80.

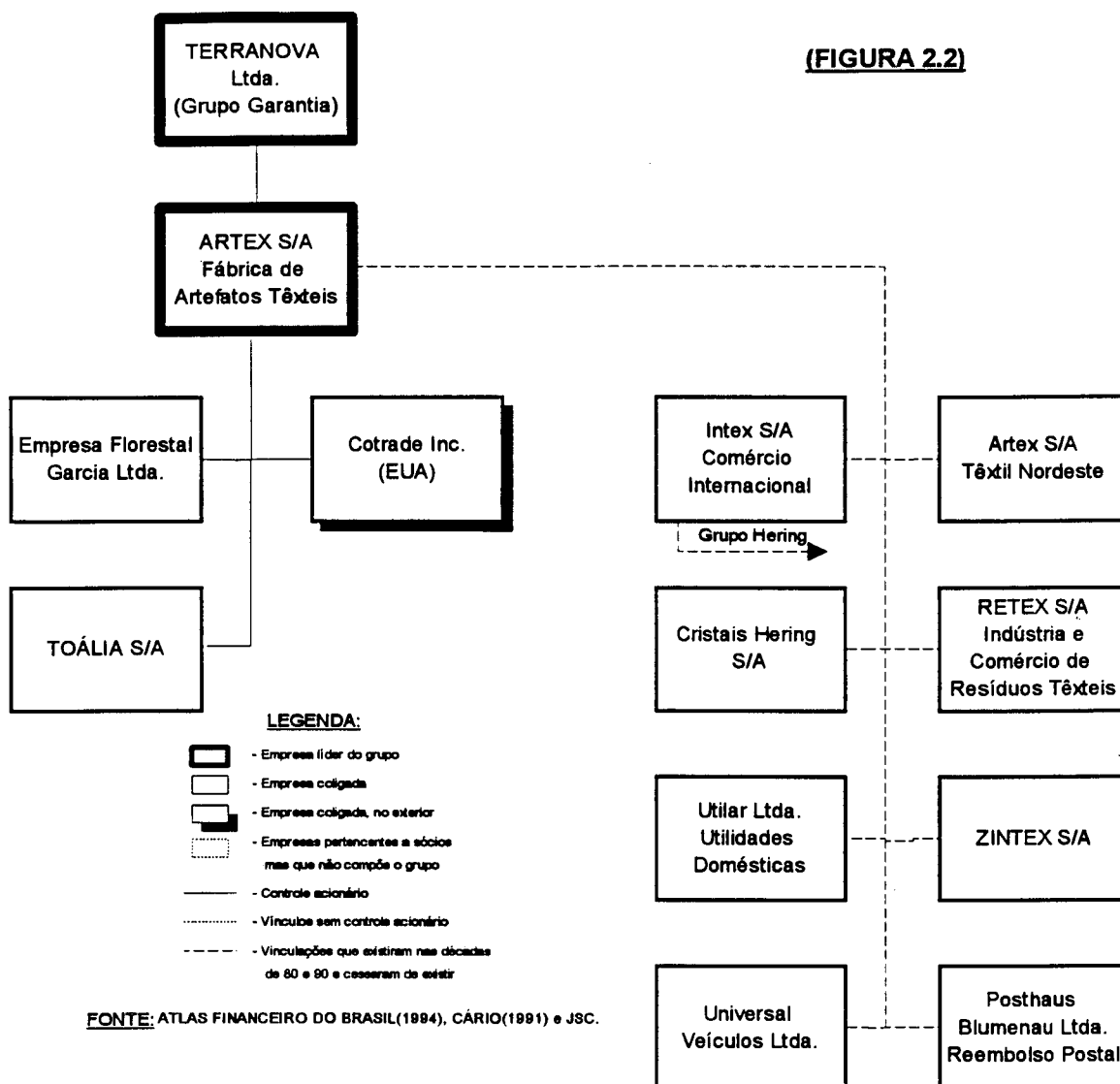
Apesar do grande número de empresas individuais sediadas em Blumenau, além da "Hering Têxtil" somente a "Resima" (resíduos têxteis) e a "Herco" (Seguros) são sócias da ACIB<sup>16</sup>. Ao SINTEX é filiada somente a "Hering Têxtil". Como este procedimento é uma característica relativamente generalizável aos grandes grupos da região, é possível verificar que a participação ativa dos empresários ligados a estes nas entidades empresariais é resultado do reconhecimento de seus pares e de sua capacidade de articulação junto à classe.

#### 4.2. GRUPO ARTEX

A trajetória recente do grupo Artex é uma exceção entre os grandes grupos econômicos de Blumenau. Uma das últimas grandes empresas têxteis criadas na região - juntamente com a Sul Fabril - o grupo foi agressivo em seu crescimento, incorporando grandes empresas como a Algotex e a Garcia. Durante parte da década de 70 e início dos anos 80 a Artex tornou-se a maior empresa do setor têxtil do Vale do Itajaí. Contudo, depois de várias crises, o controle do grupo passou, em 1993, da família Zadrozny para o grupo financeiro Garantia. A perda do controle acionário para investidores externos à região parece ter levado a uma retração na atuação político-corporativa de seus empresários a nível regional. Como esta foi uma mudança muito recente, não é possível definir quais serão as novas formas de atuação do grupo.

---

<sup>16</sup> Se contarmos a "Mafisa" - quando era uma empresa separada - e a "Fiovale" seriam cinco o número de empresas do grupo Hering filiadas à ACIB e duas ao SINTEX.



No controle acionário atual da empresa são relevantes as seguintes participações: grupo Garantia (60,9%), grupo Bradesco<sup>17</sup> (10,44%), Fundação Teófilo B. Zadrozny (7,39%) (ATLAS Financeiro do Brasil, 1994, p. 285). Continuaram sob o controle da Artex somente duas empresas, e mais uma que foi adquirida depois da mudança de gestão: a "Cotrade Inc." (EUA), a "Empresa

<sup>17</sup> O grupo Bradesco já possuía participação minoritária significativa na Artex quando esta era controlada pela família Zadrozny.

Florestal Garcia" e a "Toália" (tecelagem adquirida na Paraíba). Contudo, nos anos anteriores, vários empreendimentos fizeram parte do grupo. Destes, alguns eram e ainda são filiados à ACIB: "Cristais Hering", "Utilar", "Universal Veículos" e "Retex". Somente a "Artex" é filiada ao SINTEX e à ACIB.

#### 4.3. GRUPO KUEHNRICH

Não contamos com muitas informações sobre este grupo<sup>18</sup>. Segundo informações da gerência financeira, o grupo Kuehnrich limitar-se-ia à empresa "Teka" - participante ativa da ACIB e do SINTEX.

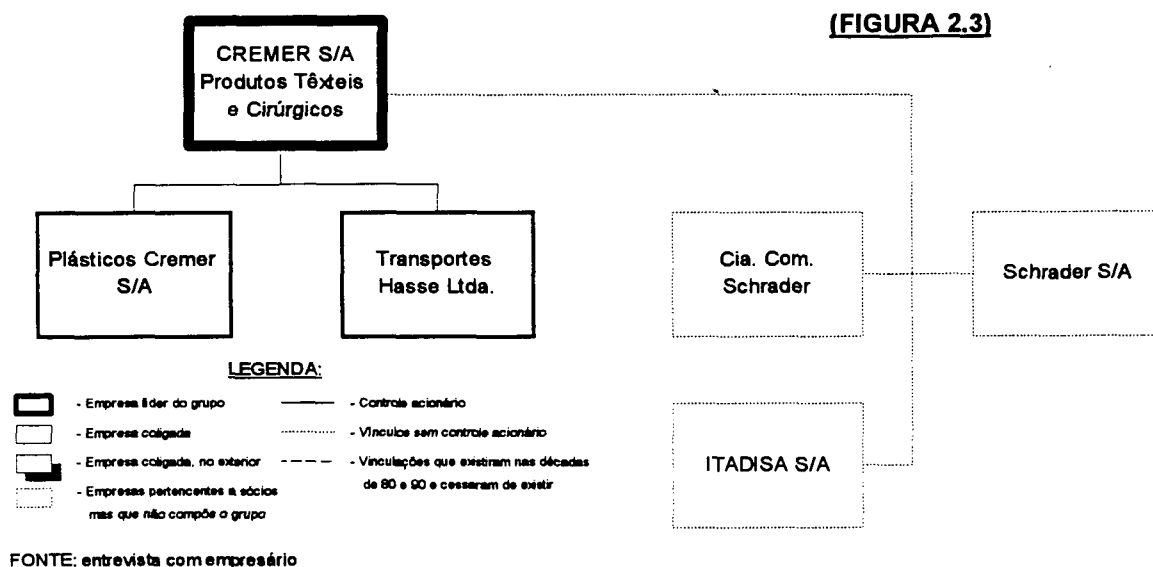
Com um faturamento estimado em US\$ 310 milhões, em 1994, a "Teka" é, atualmente, a segunda maior indústria têxtil da região. Seu controle acionário é majoritariamente detido pela família Kuehnrich (63% do capital), sendo relevantes as participações das seguintes famílias<sup>19</sup>: Hamuche (19%), John (8%) e Tuma (5%). Quanto a este ponto, foi também relevante a participação acionária, no final da década de 80, do empresário Lawrence Pih (Moinhos Santista) na Teka - cerca de 29% das ações ordinárias. Sua participação, apesar de efêmera, foi o suficiente para motivar uma desagregação do empresariado têxtil local quando este enfrentava uma grande greve dos trabalhadores. Na época, Pih orientou a posição da empresa para o pagamento pleno das reivindicações salariais, fato que foi revertido por pressão dos outros empresários (JSC, 17/03/89).

---

<sup>18</sup> A dificuldade na obtenção de dados da Teka não parece ser um fato circunscrito à nossa investigação. CÁRIO(1991, p.275) relata fato semelhante.

<sup>19</sup> A noção de "família" é de uso comum entre a imprensa e os empresários locais. Como na maioria das vezes não tivemos acesso aos sócios individuais, também passamos a utilizar este termo como referência. Este pode ter complicações analíticas visto que dentro de uma mesma "família" pode haver discordâncias e interesses diversos entre os membros individuais. Fato que parece ter ocorrido na família Zadrozny(Artex).

## 4.4. GRUPO CREMER

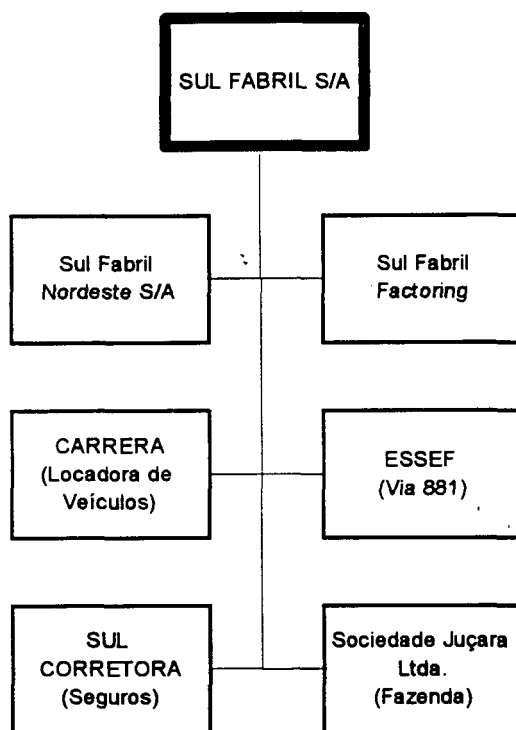


Com um faturamento de US\$ 114 milhões (1994), o grupo Cremer é controlado por três famílias (Schrader, Zinkhahn e Fouquet) que detêm 60,65% do capital votante do grupo. Além destes acionistas, possui relevo a participação do grupo Bradesco (13,37%). Este grupo é uma exceção na atuação corporativa, já que todas as empresas do grupo fazem parte da ACIB ("Cremer", "Plásticos Cremer" e "Transportes Hasse"), sendo a "Cremer" sócia do SINTEX.

A maior acionista do grupo Cremer, a família Schrader é também detentora de um outro grupo empresarial independente com o mesmo nome da família<sup>20</sup>, sendo que uma das empresas deste grupo ("Cia. Comercial Schrader") foi criada em 1859. Fato que denota a longa tradição empresarial em que está imersa a Cremer.

<sup>20</sup> Das três empresas do grupo Schrader, duas delas ("Cia. Com. Schrader" e "Schrader S/A") são sócias da ACIB. A terceira, "Itadisa", está localizada no município de Itajaí.

## 4.5. GRUPO SUL FABRIL



(FIGURA 2.4)

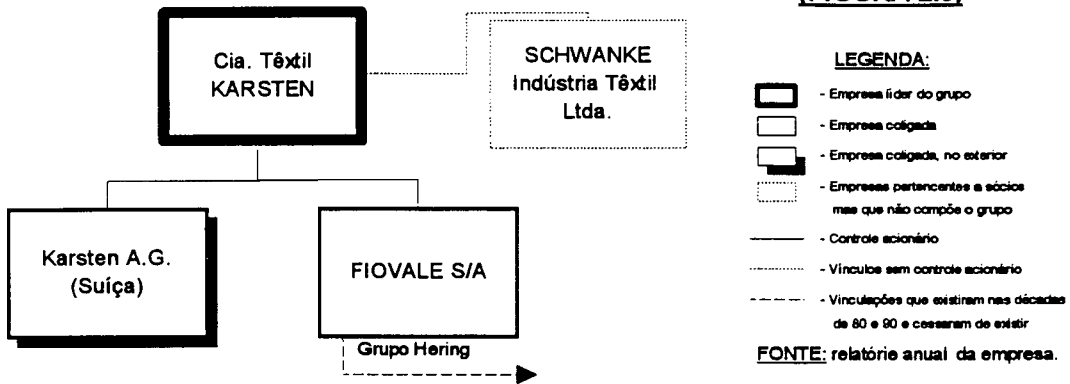
**LEGENDA:**

- Empresa líder do grupo
- Empresa coligada
- Empresa coligada, no exterior
- Empresas pertencentes a sócios mas que não compõe o grupo
- Controle acionário
- Vínculo sem controle acionário
- Vínculos que existiram nas décadas de 80 e 90 e cessaram de existir

**FONTE:** entrevista com empresário.

A "Sul Fabril" foi a última das grandes indústrias têxteis a ser criada em Blumenau. Com um faturamento estimado em US\$ 100 milhões (1994), seu controle acionário é detido integralmente (100%) pelo empresário Gerhard Horst Fritzsche. A atividade econômica do grupo concentra-se no setor têxtil - em Santa Catarina e no Rio Grande do Norte ("Sul Fabril NE") - havendo algumas empresas complementares e de pouco vulto: "Carrera" (locadora de veículos), "Sul Corretora" (seguros) e "ESSEF" (Via 881 - loja de fábrica). Além da "Sul Fabril" - sócia das duas entidades empresariais estudadas -, o grupo conta com outra empresa filiada à ACIB: a "Sociedade Juçara" (fazenda).

#### 4.6. GRUPO KARSTEN



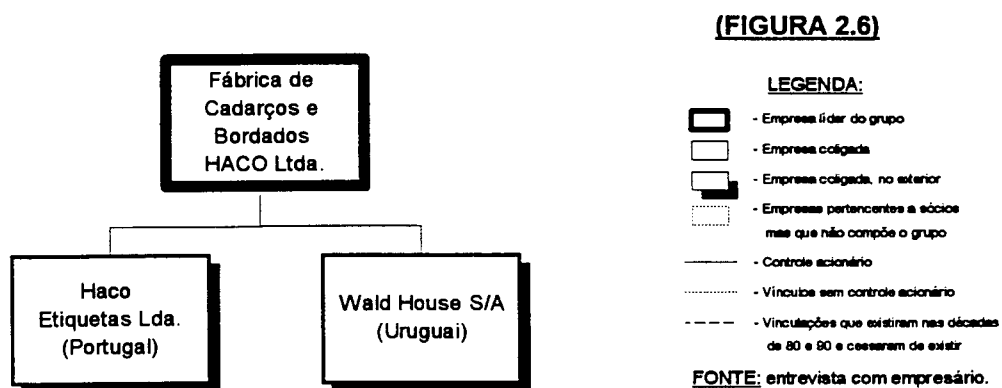
O segundo mais antigo empreendimento empresarial têxtil de Blumenau ("Karsten") teve um faturamento de US\$ 86 milhões em 1994 - 48 milhões destes em exportações. Cerca de 94% de suas ações ordinárias são de propriedade de famílias tradicionais de Blumenau. Além da família Karsten, que detém mais de 50% do grupo, são importantes acionistas as famílias Odebrecht e Spranger (cerca de 30%, conjuntamente). Outros proprietários da Karsten são co-proprietários do grupo Cremer - Lothar Schmidt (5,5%, genro de Alwin Schrader, fundador da Cremer), Heinz Wolfgang Schrader (5,4%) e Paula Gross Zinkhahn (0,44%). Além destes, outro sócio minoritário deste grupo é a "Schwanke Indústria Têxtil" (0,26%)<sup>21</sup>.

Das três empresas ligadas ao grupo Karsten, duas ("Karsten" e "Fiovale") são filiadas à ACIB e ao SINTEX. A terceira empresa tem sede na Suíça ("Karsten A.G."), e representa a licença da empresa para confecções da marca *Disney* na Europa.

<sup>21</sup> A "Schwanke", apesar de atuar no setor têxtil, não é filiada ao SINTEX. Sendo, porém, sócia da ACIB.



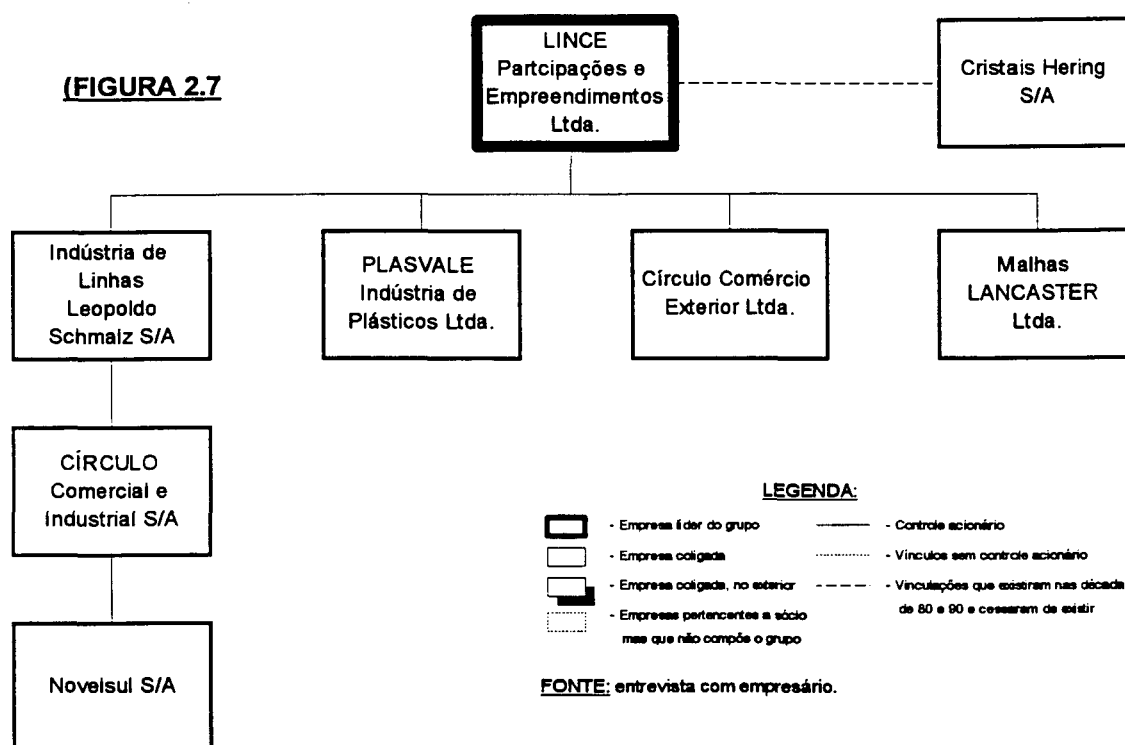
## 4.7. GRUPO HACO



A propriedade das empresas ligadas ao grupo é detida integralmente pela família Conrad. Com um faturamento de US\$ 35 milhões atribuído a empresa com sede em Blumenau<sup>22</sup>, o grupo possui duas empresas no exterior: uma representação no Uruguai ("Wald House") e uma fábrica em Portugal ("Haco Lda."). Nesta última o grupo detém 64% do capital. A "Fab. de Cadarços e Bordados Haco" é associada ao SINTEX e à ACIB.

<sup>22</sup> A sede da "Haco" localiza-se na Vila Itoupava, único distrito de Blumenau. Neste, o predomínio desta empresa é evidente, tanto por ser a maior empregadora de mão-de-obra quanto por seu faturamento.

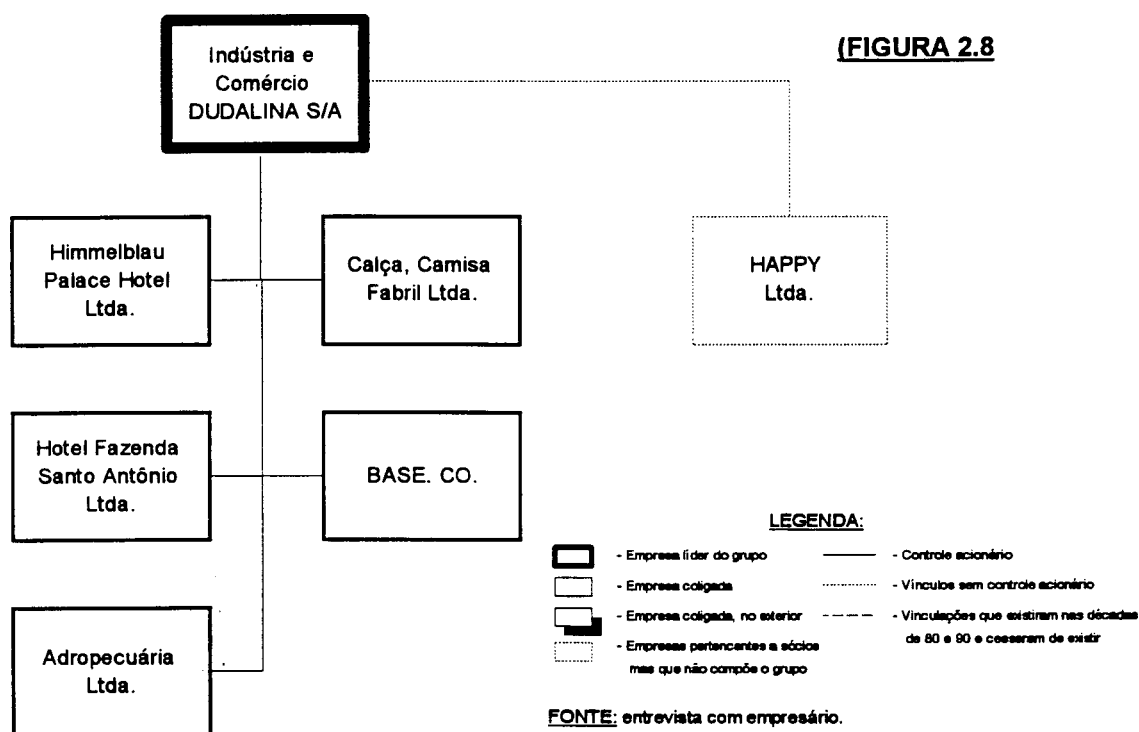
## 4.8. GRUPO LINCE



Com um faturamento de R\$ 29 milhões em 1994, o grupo Lince tem sua sede no município de Gaspar - único fora de Blumenau. Este grupo tem como proprietário Leopoldo Adolfo Schmalz - detém 99,99% da "Lince" que é a maior acionista dos outros empreendimentos do grupo. Além deste, a "Ind. de Linhas Leopoldo Schmalz" tem como sócios minoritários: Nancy Scharf (3,8%), Newton Scharf (3,8%) e Adm. Participações J.J. (2,3%).

O grupo Lince demonstrou um grande crescimento na última década com a compra da "Plasvale", "Cristais Hering" e "Malhas Lancaster". A última, uma empresa de médio porte do setor têxtil localizada em Blumenau. Tanto a "Lancaster" quanto a "Leopoldo Schmalz" são filiadas ao SINTEX.

## 4.9. GRUPO DUDALINA



O grupo Dudalina tem nos membros da família Souza 100% do controle acionário do grupo. Em 1994, a Dudalina teve um faturamento de US\$ 27 milhões. Além do setor têxtil, o grupo possui atividades no ramo hoteleiro ("Himmelblau" e "Hotel Fazenda Santo Antônio"), de *franchise* ("Base. Co."), loja de fábrica ("Calça, Camisa Fabril") e pecuária ("Adro Pecuária"). Um dos sócios (Anselmo de Souza) é proprietário da "Happy" (rede de lojas). Entre as empresas do grupo são sócias da ACIB a "Happy", a "Calça, Camisa" e a "Dudalina". Esta última sendo também filiada ao SINTEX

#### 4.10 - OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GRUPOS ECONÔMICOS

No período de 1985-94, a estrutura dos principais grupos econômicos têxteis teve uma única mudança significativa. O controle da Artex pelo grupo financeiro Garantia rompeu com o monopólio das tradicionais famílias blumenauenses. Não cremos, contudo, que este tipo de processo converta-se numa tendência geral. Além disto, a flexibilização da participação acionária era uma processo comum desde a década de 70. Deste participaram grupos financeiros (Bradesco e City Bank) e fundos de previdência de estatais (Banco Central e Banco do Brasil) - além da pulverização de ações entre pequenos investidores. Contudo, sempre preservando o controle acionário dos antigos proprietários.

Mesmo durante a crise do início do governo Collor, os grandes grupos preservaram sua posição na região. Os grandes investimentos em tecnologia e capital e a dispensa de mão-de-obra mantiveram a capacidade de sobrevivência do setor têxtil. A própria designação *setor tradicional* parece ser incoerente com a mudança no processo produtivo destas empresas, que conseguiram demonstrar muito dinamismo para voltar a crescer nos anos seguintes. É provável que isto manteve a capacidade destes grupos competirem com outros setores (metal-mecânico, cerâmico, agroindustrial, etc.) catarinenses por suas demandas junto ao poder público.

Neste ponto, provavelmente, evidencia-se as diferenças de *status* econômico dos diversos grupos frente ao Estado. Esta elite do setor não forma, segundo verificamos pelas informações dos grupos, um grupo homogêneo. Poderíamos definir um primeiro extrato formado por seis dos grupos econômicos aqui descritos: Hering, Artex, Kuehnrich, Cremer, Sul Fabril e Karsten. Estes encontram-se numa posição superior aos demais por sua importância econômica -

destacando-se dos demais o grupo Hering. Além disto, possuem um alto grau de articulação empresarial desde o seu surgimento e que, como se verificou, continuou prática usual na última década - coparticipação em empreendimentos (Hering/Artex, Hering/Karsten, Cremer/Karsten). Parece provável em virtude disto que, além da capacidade de acesso individual às instâncias de decisão pública, estes grupos possam agir concertadamente - interna ou externamente às entidades empresariais por eles controladas.

Um segundo extrato da elite, em posição inferior ao primeiro, é formado pelos outros grupos econômicos relevantes da região: Lince, Haco e Dudalina. Acrescidos de outros como: Albany, Altemburg, Cristina, Diana, Maju. etc. Estes, por sua menor expressão e diferenças fundamentais - existem multinacionais, empresas individuais e grupos econômicos de diversas origens -, dependeriam de seu nível de articulação com os empresários do primeiro grupo ou de sua capacidade individual de produzir espaços para a satisfação de suas demandas. O segundo caso parece ser característico do grupo Dudalina, que conseguiu de seu quadro de sócios - e membros da família Souza - eleger um presidente da ACIB (Anselmo de Souza) e um deputado federal e vice-prefeito (Wilson de Souza), mesmo não fazendo parte da elite tradicional da região. Todos estes grupos devem possuir, pelo menos, a capacidade de influir significativamente em decisões públicas de cunho local, devido a seu relativo peso econômico.

Finalmente, quanto à participação das empresas coligadas aos grupos econômicos nas entidades de classe (ver TABELA 2.16), não parece haver uma orientação à ocupação ostensiva dos quadros das organizações empresariais. Todos os grupos possuem pelo menos uma filiação ao SINTEX - 12 empresas no total de 34 sócios, seriam 11 em 33 se consideramos que a "Mafisa" não é mais sócia do sindicato. Na ACIB, pelo caráter não setorial, existe um maior número de filiações (24 em mais de 600). A exceção a este tipo de comportamento é a atuação

do grupo Cremer. Neste, todas as empresas aptas são sócias das entidades. Não conseguimos, contudo, definir a existência de uma razão específica para a atuação deste grupo.

**TABELA 2.16**

**PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS PERTENCENTES AOS GRUPOS ECONÔMICOS NAS ENTIDADES EMPRESARIAIS (EMPRESAS COM SEDE EM BLUMENAU NO PERÍODO DE 1985/94)**

| GRUPOS ECONÔMICOS | QUANT. EMPRESAS |           | EMPRESAS SÓCIAS |           |
|-------------------|-----------------|-----------|-----------------|-----------|
|                   | Têxtil          | Total     | ACIB            | SINTEX    |
| HERING*           | 3               | 12        | 5               | 2         |
| ARTEX**           | 3               | 9         | 5               | 1         |
| TEKA              | 1               | 1         | 1               | 1         |
| CREMER            | 1               | 5         | 5               | 1         |
| SULFABRIL         | 1               | 6         | 2               | 1         |
| KARSTEN           | 2               | 2         | 2               | 2         |
| HACO              | 1               | 1         | 1               | 1         |
| LINCE***          | 4               | 1         | —               | 2         |
| DUDALINA          | 1               | 5         | 3               | 1         |
| <b>TOTAL</b>      | <b>17</b>       | <b>42</b> | <b>24</b>       | <b>12</b> |

FONTES: ACIB/SINTEX/ CÁRIO(1991)/ATLAS FINANCEIRO DO BRASIL(1994)/JSC/ENTREVISTAS

\* Não foi incluído nos dados do grupo Hering as empresas em sociedade com os grupos Artex(Intex) e Karsten(Fiovale).

\*\* A empresa Cristais Hering, que no período foi propriedade dos grupos Artex e Lince - separadamente - foi somada ao primeiro grupo.

\*\*\* O grupo Lince conta com duas empresas filiadas ao SINTEX, apesar de só uma ter sede em Blumenau, devido a inclusão da Leopoldo Schmalz (Gaspar) nesta soma.

## 5. CONCLUSÃO

A história da industrialização e da formação da classe capitalista blumenauense confunde-se à história do setor industrial têxtil - apesar de não reduzir-se totalmente a ela. Os principais atores sociais que ocuparam posição economicamente hegemônica - no contexto local e neste último século - foram os empresários ligados ao ramo têxtil. Além disto, a maioria dos empresários que não

pertenciam a este setor e tiveram papel relevante no processo de industrialização possuíam alguma relação econômica com os primeiros.

De fato, o estreito relacionamento entre a burguesia blumenauense perpassou toda a sua história enquanto classe econômica. Formando-se no início do século uma ampla rede de ligações que nas últimas décadas - conforme ampliou-se a diferenciação intra-classe - ficou reduzida a sua elite. Vários fatores favoreceram este processo de concentração e inter-relacionamentos de capitais em Blumenau. Alguns deles foram:

a) a marginalidade inicial da economia local em relação à economia nacional gerou uma burguesia autóctone e capitalizada com recursos oriundos da poupança interna - sendo raros os casos de capitalistas externos investindo na região;

b) a identidade étnica (germânica) comum à maioria dos empresários<sup>23</sup> contrastada com o ambiente circundante a região proporcionou vínculos sociais com maior poder de coesão do que os de classe;

c) a ausência do Estado como promotor de serviços públicos nas primeiras décadas deste século (energia elétrica, vias de comunicação, educação, saúde, etc.), necessidades que foram supridas pela iniciativa privada local - muitas vezes de forma solidária via associações de classe ou sociedades jurídicas -, oportunizou mais um laço de união do empresariado;

d) a diversificação de investimentos pelos capitalistas locais em outros ramos econômicos, objetivando suprir as necessidades de insumos demandados pela indústria têxtil - e em menor grau de outros ramos - ou de fornecer novos produtos a um mercado crescente, uniu capitalistas já estabelecidos com técnicos recém imigrados. Esta união gerou boa parte das grandes indústrias blumenauenses atuais não pertencentes ao setor têxtil.

---

<sup>23</sup> A etnicidade germânica como construção ideológica definidora da identidade social do empresariado blumenauense será tratada em capítulo posterior.

Um fato adicional à história da burguesia de Blumenau é a sua perenidade. A elite burguesa formada entre as últimas décadas do séc. XIX e as primeiras décadas do séc. XX se reproduz até a atualidade. Um número reduzido de sobrenomes se repetem com prenomes diferentes nas diversas fases do desenvolvimento do município, que confundem-se com as gerações de algumas famílias. Isto demonstra que a elite econômica blumenauense foi restritiva e pouco permeável ao ingresso de novos membros. Processo este que deve estar sofrendo uma pequena flexibilização devido à profissionalização da gestão dos grandes grupos econômicos.

A hegemonia de classe ocupada pelo setor têxtil desde o início do século não sofre rupturas e nem há o surgimento de novos atores sociais que a coloque em risco. Conforme o processo de desenvolvimento industrial avança não há a incorporação de capitais externos significativos - de origem nacional ou multinacional - nas relações econômicas regionais<sup>24</sup>. Fato muitas vezes característico a outras regiões industriais do país. Mesmo a abertura de capitais dos grandes grupos econômicos blumenauenses - processo recente na maioria dos casos - se restringem a ações negociadas em bolsas, sendo minoritária a participação de investidores estrangeiros à região na formação do capital votante das empresas<sup>25</sup>.

Isto não significa que os grandes grupos têxteis sejam partidários de um isolamento econômico. Suas atividades econômicas extrapolam o mercado nacional através de exportações e unidades fabris e representações comerciais sediadas no exterior. Além disto, estes grupos econômicos possuem estabelecimentos

---

<sup>24</sup> A maior exceção a isto está na indústria de processamento de fumo (Souza Cruz e Tabacos Brasileiros). Contudo, o ingresso destas multinacionais na região não colocou em risco o papel hegemônico ocupado pelos capitalistas locais ligados ao setor industrial têxtil.

<sup>25</sup> É necessário notar a existência de um único caso de grande indústria têxtil blumenauense controlada por investidores externos: o controle do grupo financeiro Garantia sobre a Artex a partir de 1993. No entanto, esta não parece ser uma tendência econômica a ser seguida pela economia regional.



industriais espalhados em vários estados brasileiros. Alguns deles em parceria com outros grupos nacionais e multinacionais<sup>26</sup>.

A dinâmica dos grupos econômicos controlados por empresários têxteis de Blumenau foi complexa. Seus limites oscilaram muito durante todo o século. Entretanto, a característica das grandes indústrias locais participarem da formação do capital de suas congêneres permaneceu até a atualidade. É provável que estes fatos - longa tradição empresarial em comum e relações de capitais recentes - predisponham estes empresários a atuações concertadas no plano político-corporativo, visto que seus interesses comuns são mais facilmente definidos. Este seria o caso, no período investigado, das relações de capital entre Hering e Artex, Hering e Karsten e Cremer e Karsten. Contudo, como outros grandes grupos econômicos tem sua origem derivada ou "apadrinhada" por empresários ligados à Hering e à Garcia - depois Artex -, cremos que estas características possam ser estendidas a toda elite empresarial têxtil local (Hering, Artex, Cremer, Teka, Karsten e Sul Fabril).

Se é possível notar uma relativa homogeneidade - estruturalmente condicionada - de interesses na elite industrial têxtil, isto não necessariamente estende-se a todo o setor industrial têxtil blumenauense. Estruturalmente é possível identificar a existência de um enorme contingente de micro-empresários cujos interesses podem ser opostos ao dos grandes empresários. De fato, por sua posição na estrutura econômica estes atores sociais participam de outra classe com interesses próprios: a pequena-burguesia. Como tal, estes não fazem parte de nosso objeto central de investigação.

Resta à nossa investigação um contingente de algumas centenas de empresários em cerca de cem empresas<sup>27</sup>. Devido a similaridade das posições

---

<sup>26</sup> As empresas que os grandes grupos têxteis possuem, no Brasil e no Exterior, são descritas na seção anterior deste capítulo.

<sup>27</sup> É difícil quantificar o número total de empresários têxteis da região de Blumenau. Partindo de dados do SINTEX existiriam menos de uma centena de estabelecimentos industriais com mais de 50

ocupadas por estes atores sociais na estrutura econômica, é provável que os interesses possuam mais pontos em comum conforme o tamanho das empresas controladas. Como existe uma grande diversidade de empresas neste grupo, conseqüentemente diversos interesses diferenciados por categorias como pequenos, médios e grandes empresários devem se manifestar no espaço de atuação coletiva destes atores sociais.

Além desta diferenciação de interesses intra-grupo, um outro fator agrega-se a definição dos interesses e o posicionamento político-corporativo dos empresários investigados. Uma parcela razoável das médias e pequenas empresas têxteis pertencem aos grandes grupos econômicos, o que ampliaria o espectro de interesses homogêneos sob orientação da elite industrial têxtil, alargando, assim, a sua capacidade de exercer a hegemonia sobre o grupo total de empresários investigado.

Uma última referência importante à indústria têxtil blumenauense e a seu empresariado é a posição relativa que este ocupa no conjunto da burguesia regional e catarinense. No contexto regional a posição hegemônica da elite empresarial têxtil parece ser incontestável. Não existe outra fração da classe burguesa que ocupe posições semelhantes a desta elite. Em relação à burguesia catarinense, estes empresários também possuem papel destacado, sendo que os maiores grupos econômicos possuem poucos equivalentes no estado de Santa Catarina.

---

empregados - incluindo neste grupo as filiais e empresas controladas pelos grandes grupos. Como, partindo da conceituação utilizada neste trabalho para definir empresários, é possível haver mais de um empresário por empresa, este número toma-se incalculável.

## **CAPÍTULO III - O EMPRESARIADO BLUMENAUENSE E O ESPAÇO POLÍTICO-INSTITUCIONAL**

### **1. INTRODUÇÃO**

A compreensão do processo pelo qual uma classe ou um grupo social manifesta-se politicamente é um exercício complexo. Como o espaço político não reflete, necessária e mecanicamente, as posições estruturais - dominantes e dominados - de um determinado ambiente econômico, a expressão política dos sujeitos coletivos dependerá da capacidade de articulação interna e externa dos indivíduos que o compõem. Os grupos ou frações que ocupem uma posição economicamente dominantes, desta forma, predispõem-se a exercer a hegemonia da classe devido a sua competência de formar e impor consensos nos diversos campos de interação e de lutas. O sucesso nesta empreitada atribuirá a este grupo, ou fração hegemônica, uma situação privilegiada no processo de reprodução social, permitindo a manutenção de seu *status* e de sua posição política e econômica.

Esta construção lógica - apresentada aqui de forma simplificada e sintética - orienta nossa interpretação da atuação política da burguesia blumenauense e de sua fração econômica mais destacada: o empresário industrial têxtil. Procuramos compreender a forma que esta classe manifesta-se no espaço político-institucional. Para realizar esta análise faremos o seguinte:

- 1) descrever e analisar os principais padrões de atuação política desde a formação desta classe, destacando o período recente;

2) identificar as lideranças empresariais que se destacaram na organização da classe, caracterizando seu vínculo com os grupos econômicos;

3) compor um quadro de relações políticas destes atores com os partidos e as oligarquias catarinenses;

4) e identificar a ocupação de cargos públicos que permitam a satisfação dos interesses corporativos - setor têxtil - e de classe da burguesia de Blumenau.

Para a apresentação destas informações, dividimos a exposição em duas seções: a primeira contendo um longo período - da institucionalização do espaço político municipal até a década de 80, compondo a dinâmica que formou a burguesia blumenauense enquanto sujeito político; e a seguinte com o período recente de atuação da classe, buscando compreender parte de nosso objeto central de investigação.

## **2. BREVE HISTÓRICO**

### **(DA EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU ATÉ A DÉCADA DE 80)**

A emancipação do município de Blumenau aconteceu simultaneamente ao início do processo de industrialização da região. Em 1880, através de lei provincial, são estabelecidos os limites do município, que teve as suas primeiras eleições em 1883. Certamente a autonomia política da colônia fazia-se necessária devido à diversificação sócio-econômica e ao crescimento populacional.

O período que procuramos sintetizar neste momento - um século de história política da cidade - é dotado, obviamente, de grandes diferenças estruturais. O desenvolvimento econômico e as conjunturas políticas - locais e nacionais - proporcionaram ao município uma paulatina e crescente complexidade que dificultariam comparações entre os diversos momentos específicos de sua

história. Contudo, para a nossa temática, existe um fator relevante e que propicia certa unidade a este longo período: considerando as distinções de cada fase econômica da região - tamanho dos empreendimentos, relação com o mercado nacional, nível de industrialização e urbanização, etc. - , é possível verificar a participação direta do empresariado mais proeminente de Blumenau em cargos públicos de natureza eletiva. Ou seja, entre a criação do município e o fim da década de 70, membros da elite empresarial blumenauense estiveram envolvidos diretamente no governo local.

## 2.1. DA CONSTITUIÇÃO DA UNIDADE POLÍTICA DO EMPRESARIADO BLUMENAUENSE À RUPTURA INSTITUCIONAL DO ESTADO NOVO

Da emancipação ao estabelecimento do *Estado Novo*<sup>1</sup> na década de 30, os principais governantes municipais eram, na maioria, comerciantes. Entretanto, alguns industriais, ou futuros industriais, também fizeram parte do governo local, tanto no executivo quanto no legislativo. Entre estes, alguns empresários do setor industrial têxtil tiveram grande relevância na política municipal (ver TABELA 3.1): Alwin Schrader, superintendente municipal durante 12 anos, era comerciante (Comi. Schrader) e foi posteriormente administrador da Empresa Industrial Garcia e um dos fundadores da Cremer<sup>2</sup>; e Curt Hering, último prefeito antes da Revolução de 30, ligado ao grupo Hering e a outros empreendimentos.

Durante este período, existem duas características - de interesse à nossa investigação - que contribuíram à formação da identidade coletiva do empresariado

---

<sup>1</sup> No período de 1883 a 1930 o município de Blumenau era formado por quase todo o Vale do Itajaí - de Ilhota a Curitibaanos. Nesta fase as administrações municipais possuíam diversas formas jurídico-políticas: Câmaras Municipais (1883-89), Intendências Municipais/Conselhos de Intendência (1890-91 e 1892-95), Superintendências Municipais/Conselhos Municipais (1892 e 1895-1927) e Prefeitura Municipal/Conselho Municipal (1927-30).

<sup>2</sup> Alwin Schrader também foi um dos fundadores da Caixa Agrícola (Banco) e da ACIB, além de ter sido eleito deputado estadual.

blumenauense - ou pelo menos de sua elite. Estas revelam uma similaridade de interesses e um grande poder de organização destes atores sociais.

A primeira característica é o relacionamento estreito da elite empresarial que manifesta-se em vários campos de atuação. Como já foi relatado e analisado no capítulo anterior, a industrialização da região contou com um estreito relacionamento econômico entre os empresários através da união de capitais e esforços. Os principais grupos econômicos, e dentre eles os industriais têxteis, formaram-se a partir da iniciativa de poucas famílias da burguesia blumenauense em cooperação.

**TABELA 3.1**

**PARTICIPAÇÃO DE EMPRESÁRIOS DO SETOR TÊXTIL NO PODER MUNICIPAL EM BLUMENAU (1893-1977)**

| <b>EMPRESÁRIO</b>    | <b>EMPRESA</b> | <b>CARGO PÚBLICO</b>                          | <b>PERÍODO</b> |
|----------------------|----------------|---|----------------|
| Enrique Probst       | GARCIA         | Conselheiro                                   | 1893-95        |
| Alwin Schrader       | GARCIA/CREMER  | Superintendente                               | 1903-15        |
| Max Hering           | HERING         | Conselheiro                                   | 1911-15        |
| Curt Hering          | HERING         | Conselheiro,<br>Superintendente e<br>Prefeito | 1919-30        |
| Willy Hering         | HERING         | Conselheiro                                   | 1927-30        |
| Hermann Sachtleben   | GARCIA         | Conselheiro                                   | 1933-34        |
| Ingo Hering          | HERING         | Vereador                                      | 1951-70        |
| Carlos Curt Zadrozny | ARTEX          | Prefeito e Vereador                           | 1961-70        |
| Dieter Hering        | HERING         | Vereador                                      | 1970-77        |
| Alfredo Íten         | CREMER         | Vice-prefeito                                 | 1973-77        |

FONTE: SILVA(1988, p. 279-84)

Outro campo de grande integração entre esta elite empresarial foi o corporativo - via associação de classe. A ACIB teve entre seus sócios fundadores<sup>3</sup> muitos comerciantes e industriais que já possuíam, ou que viriam a possuir,

<sup>3</sup> A ACIB teve em 1898 como sócios fundadores os seguintes empresários: Hermann Sachtleben, Henrique Probst, Alwin Schrader, Ricardo Scheeffler, Luís Altemburg, Guilherme Scheeffler, Friedrich Blohm, Bruno Hering, Hermann Hering, Paul Husadel, Ferdinando Schrader, Caetano Deeke, Guilherme Nienstedt, G. Arthur Koehler, Pedro Cristiano Feddersen e Gustavo Salinger. Este último foi eleito o primeiro presidente da entidade. Na época, Salinger, além de ser comerciante, também acumulava a função de Cônsul alemão (ACIB, 1989, p. 1898).

estreitas relações políticas e econômicas. Criada em 1898, esta entidade de classe deve ter desempenhado um importante papel na formação da identidade coletiva da burguesia local. Além disto, serviu como meio para o desenvolvimento de serviços públicos pelo empresariado local (telefonia, energia hidrelétrica, etc.) e para a fundação de novos empreendimentos econômicos privados. Desta forma, a associação não só defendeu os interesses da classe burguesa, mas contribuiu para forjar a própria classe durante o desenvolvimento do município.

Além disto, os mesmos atores sociais que controlaram a economia regional e organizaram a classe na entidade patronal(ACIB) também foram responsáveis por uma parcela significativa do poder político-institucional do município. Além de uma presença constante no legislativo, todos os três administradores municipais anteriores à revolução de 30 - de 1903 a 1930 - tinham origem nesta elite empresarial: Alwin Schrader (três mandatos, 1903-15), Paul Zimmermann (três mandatos, 1915-23)<sup>4</sup> e Curt Hering (dois mandatos, 1923-30). Verifica-se, desta forma, o grau de organicidade da elite empresarial neste período, controlando a política e o espaço associativo local de forma hegemônica.

A segunda característica que forma a identidade coletiva do empresariado blumenauense e possuía relevo neste período, é a atividade das instituições teuto-brasileiras. Notadamente duas instituições são aqui relevantes devido as suas manifestas atuações políticas: o *Volksverein* (Sociedade do Povo) e o *Volkspartei* (Partido do Povo). Fundadas primeiramente em Blumenau, em 1898, estas entidades espalharam sedes por todo o estado, principalmente nas áreas de colonização alemã. As duas entidades procuravam divulgar os valores pan-germanistas e organizar a população de origem alemã. Segundo SIMÃO:

---

<sup>4</sup> Paul Zimmermann foi comerciante, agrimensor e delegado de polícia em Blumenau (ACIB, 1989, p.1911). Além disto, teve relevo sua participação - juntamente com Gustav Salinger, Pedro Cristiano Feddersen e Carl Jensen - na construção de usina hidrelétrica do Salto em 1915.

"Volkspartei" não era, apenas, uma organização da classe patronal, e sim uma associação germânica que concebia a existência de um só partido, um líder e uma massa [devido a incapacidade dos partidos existentes em dar uma resposta satisfatória às demandas populares, já que só serviam às oligarquias corruptas] (...) O programa do Volkspartei tinha como item I a definição das bases do partido, e entre estas destacamos a 3ª cláusula, que diz: "O Volkspartei é em primeiro lugar uma partido político-econômico, para poder trabalhar condignamente neste sentido, o partido pleiteia um lugar no congresso" (...) O movimento germânico, através do "Volkspartei", mostra que os alemães sentiam-se alheios ao processo decisório da política estadual e nacional... (1995, p. 55-7)

Vê-se, desta forma, que a ideologia étnica<sup>5</sup> era outro fator relevante à construção a entidade coletiva deste empresariado. Através do *Volkverein* e do *Volkspartei* foi eleito Alwin Schrader como superintendente municipal (1903). Este movimento político contou, ainda, com a participação de um número expressivo de empresários da região<sup>6</sup>.

A representação política da região de Blumenau nos espaços político-institucionais estaduais e federais também esteve mediada pelas características expostas anteriormente: a organicidade da elite empresarial e a ideologia étnica. No início da república, a segunda característica esteve mais presente nas figuras políticas de Lauro Müller, Felipe Schmidt e Hercílio Luz. Os dois primeiros eram considerados teuto-brasileiros - Müller estudou numa escola alemã de Blumenau - e, apesar de não serem blumenauenses, tiveram uma grande ligação com a região do Vale do Itajaí. Já Hercílio Luz foi chefe do escritório da Inspetoria de Terras e Colonização em Blumenau, onde contou com o apoio das instituições germânicas

<sup>5</sup> A etnicidade, enquanto valor ideológico partícipe da construção da identidade coletiva do empresariado blumenauense, será tratado de forma mais detalhada em um capítulo posterior.

<sup>6</sup> O *Volkverein* e o *Volkspartei* não tiveram aceitação unânime entre a população de origem germânica, sendo adeptos, principalmente, os pan-germanistas. Em Blumenau, a disputa político-ideológica entre pan-germanistas e contrários deu-se através de dois jornais editados em língua alemã: o *Der Urwaldsbote* (Diário da Selva) a favor e o *Blumenauer Zeitung* (Gazeta de Blumenau) contra o *Volkspartei*. Para maiores detalhes sobre estas instituições políticas, ver SIMÃO (1995, p. 53-8) e SEYFERTH (1994, p. 115-20).



para a sua carreira política. Todos estes três políticos governaram o estado várias vezes e elegeram-se senadores e deputados federais (SEYFERTH, 1994, p. 116-7).

Entretanto, são os herdeiros destes três políticos do Partido Republicano que irão demonstrar maior organicidade com o empresariado local: os irmãos Konder (Adolfo, Vítor e Marcos) e Irineu Bornhausen. Com atividades econômicas em sociedade com os grandes empresários têxteis, estes políticos tiveram muita projeção no contexto político estadual. Vítor Konder começou sua carreira política como conselheiro municipal (vereador) em Blumenau e chegou a ocupar o Ministério da Viação no governo de Washington Luís (SEYFERTH, 1994, p. 117). Estes políticos que originaram a oligarquia dos Konder-Bornhausen expressaram, no contexto político blumenauense, a união dos interesses étnicos e empresariais.

A Revolução de 30 e o início do Estado Novo getulhista marcam uma mudança no tipo de representação política de Blumenau. De 1930 a 1947 foram escolhidos interventores nomeados pela oligarquia Ramos - representantes de Getúlio Vargas no estado - para o governo municipal.

De 1934 a 1937 houve eleições diretas e um breve governo constitucional. Contudo, foram eleitos majoritariamente representantes ligados a Ação Integralista Brasileira (AIB) não ligados diretamente à elite empresarial local. A marca de todo este período é o afastamento desta elite do exercício direto dos cargos eletivos.

Além disto, o período ditatorial de Vargas trouxe grandes modificações para o espaço político-cultural blumenauense. O município foi reduzido em seu território com o desmembramento de Rio do Sul, Gaspar, Indaial, Timbó e Hamônia (Ibirama), sendo este ato uma represália de Aristliliano Ramos - interventor estadual - à posição política oposicionista do governo local. Como resultado deste ato, Blumenau ficou delimitada a seu território atual mais os futuros municípios de Pomerode e Massaranduba. Isto reduziu o poder político de Blumenau, mas tornou o município mais homogêneo em seu espaço sócio-econômico.

Apesar destas transformações políticas, o principal eixo de ruptura deste período foi originado pela campanha de nacionalização do governo Vargas - para livrar o *quisto estrangeiro* do território brasileiro. Através desta campanha, foram proscritos os principais meios de reprodução da ideologia étnica teuto-brasileira: a língua e as instituições germânicas. Foi proibido o uso da língua alemã em público, fechadas as escolas alemãs e as *vereins* (sociedades de atiradores, ginástica, canto, teatro, etc.), proibido a publicação em língua alemã através dos jornais e outros meios, etc. Este processo teve graves consequências para uma comunidade majoritariamente não integrada à cultura brasileira e onde até o bilinguismo (português-alemão) não era generalizado na sede urbana do município. Como resultado da nacionalização forçada, houve uma transformação nas formas de reprodução da ideologia étnica e de seu potencial formador da identidade coletiva do empresariado local.

## 2.2. DO PERÍODO DEMOCRÁTICO DO PÓS-GUERRA AO PROCESSO DE ABERTURA DEMOCRÁTICA (DÉCADA DE 70/80)

O restabelecimento da ordem democrática, pela promulgação da constituição de 1946, encontra Blumenau modificada economicamente, apresentando o município um perfil predominantemente urbano-industrial. Neste período da política blumenauense - de 1947 até a extinção dos partidos pelo regime militar (1968) - o exercício do poder municipal volta a ser dominado pela burguesia tradicional através, principalmente, da UDN.

As cinco eleições seguintes para o executivo foram vencidas por empresários de longa tradição familiar e pessoal na economia blumenauense. Foram eleitos prefeitos: duas vezes o industrial Frederico G. Bush Júnior (1947-51 e 1956-61), duas vezes o banqueiro (Banco Inco) Hercílio Deeke (1951-55 e 1961-66)

e o industrial (Artex) Carlos Curt Zadrozny (1966-70)<sup>7</sup>. Este último foi o único prefeito eleito pelo PSD no período. Também no legislativo municipal a burguesia tradicional esteve diretamente presente neste período, através dos seguintes empresários: Guilherme Jensen (Cia. Jensen, 1947-51), Ingo Wolfgang Hering (Cia. Hering, 1951-70), Bernardo Wolfgang Werner (Eletro-Aço Altona, 1955-70)<sup>8</sup>, Federico Carlos Allende (Prosdócimo/Presidente da ACIB, 1951-55), Wolfgang Jensen (Cia. Jensen, 1961-73), Carlos Curt Zadrozny (1961-66) e Dieter Hering (Cia. Hering, 1970-77) (SILVA, 1988, p. 165-85 e 282-4). A presença simultânea de três ou quatro grandes empresários no legislativo municipal foi comum nesta época.

Um fator de destaque neste período é que apesar do predomínio empresarial no executivo municipal, as disputas eleitorais travavam-se muitas vezes entre membros da própria burguesia. Em 1946, Bush foi eleito concorrendo contra Vítor Hering. Na eleição de 1950, Deeke elegeu-se derrotando Guilherme Jensen (SILVA, 1988, p. 173-4). Na última eleição, que precedeu ao bipartidarismo (1965), Zadrozny foi eleito, derrotando Aldo Pereira de Andrade (SIMÃO, 1995, p. 101 e seg.). Aldo foi candidato pela UDN, sendo apoiado publicamente por Ingo Hering e outros empresários, o que evidencia a falta de união política mesmo no interior do setor industrial têxtil<sup>9</sup>. Demonstra-se, desta forma, uma fragmentação da atuação política do empresariado neste período da política blumenauense.

---

<sup>7</sup> Além dos três empresários, também exerceu o mandato de prefeito o vereador Gehard Neufert (1955-56) devido o afastamento de Hercílio Deeke para ocupar uma vaga na Câmara Federal.

<sup>8</sup> O empresário Bernardo Wolfgang Werner foi presidente da FIESC no período de 1970-86.

<sup>9</sup> Aldo Pereira de Andrade iniciou sua carreira política em 1954, no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Blumenau. Foi presidente da entidade entre 1956 e 1966 em gestões alinhadas aos interesses empresariais e dedicadas a ações assistencialistas. Em 1962, elegeu-se deputado estadual (UDN) com o apoio do prefeito Hercílio Deeke e do vereador Ingo Hering, sendo reeleito sucessivamente (ARENA/PDS) até falecer em 1986. Toda sua carreira política foi marcada como representante da família Hering no legislativo estadual. Para outras informações sobre o político Aldo Pereira de Andrade e a disputa eleitoral com Curt Zadrozny ver SIMÃO (1995, p. 101-106).

É difícil compreender profundamente as razões que geraram esta divisão sem uma investigação específica. Entretanto, é possível que tenha concorrido para isto: desejos pessoais de projeção política, interesses econômicos conflitantes ou novos interesses que tenham surgido durante o Estado Novo - o que levaria parte dos empresários blumenauenses a se ligarem à oligarquia Ramos -, ausência de uma oposição democrática radical ou de esquerda que provocasse a união política da classe, etc.

Se olharmos mais detidamente a política local no final deste período democrático - década de 60 -, verifica-se um alinhamento de forças empresariais em dois pólos. Estes manifestando-se no município e em alianças estaduais divergentes. De um lado estava o grupo político do qual faziam parte - entre outros - a família Hering, Hercílio Deeke e Bernardo Werner, atuando na UDN e tradicionalmente alinhados à oligarquia Konder-Bornhausen<sup>10</sup>.

Em outro pólo estava a família Zadrozny e outros empresários. Proprietários da Artex - uma das indústrias têxteis blumenauenses que mais cresceu depois da Segunda Guerra, incorporando empresas importantes como a Garcia -, a família Zadrozny ingressou no PSD apoiando a oligarquia Ramos. Júlio Zadrozny foi secretário de estado no governo de Celso Ramos (1961-66). Felipe Zadrozny, neste mesmo período, exerceu a presidência da CELESC, quando esta estatal incorporou a empresa de Força e Luz Santa Catarina, melhorando muito a distribuição de energia no Vale do Itajaí. Finalmente, Carlos Curt Zadrozny elegeu-se prefeito derrotando o candidato apoiado pela família Hering.

O novo período de liberdades políticas restritas gerado pelo golpe militar de 1964 e a criação do bipartidarismo geraram novas transformações no ambiente político de Blumenau. A partir da eleição de 1969 o MDB (depois PMDB) elegeu

---

<sup>10</sup> Além das ligações políticas existiam relações empresariais neste grupo. Deeke era sócio dos Bornhausen no Banco Inco - instituição financeira da qual a família Hering já havia participado como acionista. Além disto, estas famílias possuíam vários empreendimentos em comum desde os primeiras décadas deste século

sucessivamente quatro prefeitos não ligados a elite empresarial<sup>11</sup>. Uma excessão a este padrão foi a eleição de Alfredo Íten - diretor da Cremer - como vice-prefeito de Félix Theiss (1973-77). É também na década de 70 que são eleitos os últimos grandes empresários ao legislativo municipal (Dieter Hering e Wolfgang Jensen).

Apesar de pertencerem ao partido que fazia oposição ao regime militar, os prefeitos eleitos pelo MDB não eram ligados a grupos radicais democráticos ou da esquerda do partido. Evilásio Vieira, primeiro prefeito eleito pelo MDB, era filiado ao PSD e vinculado à família Ramos. Sua vitória pode ter sido o resultado do fracionamento anterior da burguesia local e da ausência de um empresário tradicional concorrendo que pudesse unificá-la.

As gestões seguintes não colocaram em risco a estrutura econômica do município, pautando-se mais por políticas populistas e pela criação de estruturas clientelísticas junto às regiões mais pobres de Blumenau. O clientelismo e a capacidade de manipular o poder municipal devem ter dado condições a estes políticos independentes do MDB para permanecerem quase vinte anos no poder.

Além disto, durante os governos municipais do (P)MDB (1970-88), os incentivos econômicos e estímulos fiscais (isenção de impostos municipais pelo prazo de cinco anos, serviços de infra-estrutura, doação de terrenos, isenção de taxas, etc.), dados pela prefeitura - através da Lei Municipal nº 1.672 - a novos empreendimentos industriais ou a expansão dos já existentes, favoreceram a diversificação industrial sem afetar os interesses da burguesia tradicional blumenauense. Segundo SIMÃO:

Das trinta e uma empresas que receberam incentivos entre o período de 1970 a 1989, apenas quatro são do setor têxtil, entre elas: a Cremer S.A. [que teve um de seus diretores, Alfredo Íten, vice-prefeito (1973-77)], Cia. Hering, Artex S.A. e Malharia

---

<sup>11</sup> Os quatro prefeitos eleitos pelo (P)MDB em Blumenau foram: Evilásio Vieira (1969-73), Félix Theiss (1973-77), Renato de Mello Vianna (1977-82) e Dalto dos Reis (1982-88). Segundo SIMÃO: "os prefeitos eleitos pelo MDB não estavam na relação direta com o sistema produtivo e não provinham das bases populares do partido. Estes se destacavam pela atividade que exerciam no poder público [secretarias municipais]" (1995, p. 127).

Thiemann Ltda., esta última a única não pertencente ao grupo das grandes empresas; e cinco são multinacionais: Albany (Canadá), Coca-Cola, Cotrisul (Alemanha e Ártico (Alemanha). A maioria das empresas que receberam incentivos do governo local não pertenciam ao ramo têxtil, o que significou a diversificação da indústria em Blumenau, mas, assim, o governo continuava resguardando os interesses das grandes indústrias locais na medida em que não estimulava a concorrência (SIMÃO, 1995, p. 135).

Nos anos do bipartidarismo a burguesia tradicional blumenauense afastou-se do exercício político em cargos eletivos sem contudo afastar-se da política. A maioria dos empresários locais ligados ao PSD e a UDN vinculam-se à ARENA, reproduzindo o caminho das oligarquias estaduais<sup>12</sup>. Neste período o principal candidato da ARENA ao governo municipal foi Victor Fernando Sasse. Este político concorreu várias vezes até assumir o cargo de prefeito devido ao afastamento de Kleinubing (1989) para concorrer ao governo do estado.

### 3. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

O fim do bipartidarismo e a criação dos novos partidos políticos não implicou em mudanças imediatas na atuação política do empresariado blumenauense. Estes atores sociais deslocaram-se em massa da ARENA para o PDS enquanto o PMDB de Blumenau herdou os políticos medebistas que haviam governado o município na década de 70. Dos partidos de esquerda criados a partir de 1979 (PT, PDT, PSB, PCB/PPS, PC do B), somente o PT, a partir da década de 90, conseguiu apresentar algum tipo de representação política em Blumenau.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Na década de 70, o governo do estado foi responsável por incentivos que beneficiaram o grande empresariado catarinense, sendo que o setor têxtil blumenauense foi detentor de uma parte expressiva destes recursos. Fato que demonstra a íntima relação deste empresariado com os governos estaduais arenistas (ver GIESE, 1991).

<sup>13</sup> A falta de representatividade dos partidos de esquerda e identificados com os interesses dos trabalhadores foi frequente na história política de Blumenau até a década de 80. Apesar da ocorrência de greves de trabalhadores desde o início do século no município - muitas com lideranças de orientação anarco-sindicalista ou socialista -, estes movimentos operários nunca passaram do nível econômico-corporativo de reivindicação. Aliou-se a isto a história recente do sindicalismo (pós

Como nas décadas anteriores, a participação do empresariado de Blumenau continuou constante no governo estadual. Do governo de Espiridião Amin (PDS) participaram como secretários: da Administração, Paulo Gouvea da Costa (Artex) e da Indústria e Comércio, os ex-presidentes da ACIB Etevaldo da Silva (Impressora Paranaense) e Décio Moser (Comerciante).<sup>14</sup> Mesmo durante o governo seguinte do PMDB - Pedro Ivo/Cassildo Maldaner - preservou-se a representação de Blumenau na Secretaria de Estado da Indústria e Comércio através do ex-senador e ex-prefeito Evilásio Vieira.<sup>15</sup> Esta secretaria era considerada um importante canal de mediação de interesses pelo empresariado de Blumenau, que tratava como uma questão de honra a sua ocupação por um político - ou empresário - blumenauense.

Outra constante da política blumenauense foi a contínua eleição de deputados estaduais identificados com os interesses empresariais da família Hering. Após o falecimento de Aldo Pereira de Andrade, em 1986, dois outros deputados o sucederam na representação dos interesses deste grupo econômico: primeiro Francisco Mastella, eleito em 1986, era diretor da Cevai e ex-presidente da FACISC - faleceu durante o mandato; e depois Marcelo Rego<sup>16</sup>, eleito em 1990, era ligado à

---

1950) marcada por lideranças aliadas à classe dominante local, cujo exemplo mais notório foi o do deputado estadual e dirigente sindical têxtil Aldo Pereira de Andrade. Somente a partir da década de 80 que um sindicalismo mais combativo e identificado a movimentos políticos e classistas (CUT e PT) passou a manifestar-se no contexto local. Possivelmente, este movimento temporário propiciou algumas das bases para o crescimento recente da representatividade dos partidos políticos de esquerda em Blumenau. Para mais informações sobre o sindicalismo operário em Blumenau, ver SIMÃO (1995, 86-120).

<sup>14</sup> O governo Amin foi marcado pela ocupação das secretarias por empresários ligados a grandes grupos econômicos catarinenses e lideranças empresariais do PDS em municípios importantes (ver CÁRIO, 1991, p. 366).

<sup>15</sup> Evilásio Vieira era considerado da ala direita do PMDB. Além disto, na eleição de 1986 - em que concorreu a reeleição para o Senado sem se eleger - outros peemedebistas blumenauenses acusaram-no de ter feito um acordo com o PFL através da Cia. Hering. Neste acordo Vieira apoiaria Francisco Mastella à Assembléia Legislativa e receberia o apoio dos empresários na sua candidatura ao Senado Federal (JSC, 17/11/86, p. 3).

<sup>16</sup> Este político rompeu com os interesses da família Hering, filiando-se posteriormente ao PSDB. Na eleição de 1994, não conseguiu reeleger-se pela legenda da Frente Popular (PT, PSDB, PDT, PPS, PSB, PC do B). Atualmente, participa da administração municipal de Renato Vianna (1992-95).

família Hering através de casamento. Estes dois deputados elegeram-se pelo PDC em campanhas conjuntas com o PFL.

### 3.1. PODER MUNICIPAL E ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO EMPRESARIADO BLUMENAUENSE

Além da manutenção destes padrões de atuação, durante a década de 80 a pauta política da burguesia tradicional blumenauense é marcada por um fato significativo: um maior interesse na conquista do poder executivo municipal.

Neste período, é possível verificar constantes críticas de empresários à administração municipal peemedebista de Dalto dos Reis (1982-88) através da imprensa. As críticas ao PMDB condenavam: a excessiva politização da administração municipal, a falta de gerência racional dos recursos públicos, a ausência de importantes obras e a incapacidade do executivo municipal apresentar respostas satisfatórias aos problemas provocados pelo desenvolvimento sócio-econômico de Blumenau.

A manifestação pública do empresariado não limitou-se à condenação do executivo municipal. Produziu-se também uma receita para os males administrativos. Foram arautos destas manifestações atores sociais de grande tradição político-empresarial. Bernardo Wolfgang Werner ao se afastar da presidência da FIESC recebeu o título de "cidadão hemérito" na Câmara Municipal e, em discurso público, condenou "o predomínio da ação político-partidária em prejuízo da ação administrativa", lançando a idéia de uma "frente supra-partidária" para resgatar a racionalidade administrativa na prefeitura (JSC, 20/07/86, p. 3). Ingo Hering, no ano seguinte, profetiza em entrevista que "a administração municipal deverá passar para as mãos de alguém com a mentalidade empresarial" (JSC, 25/03/87, p. 6). Faziam parte do receituário presente no discurso empresarial:



moralidade, racionalidade administrativa, despolitização da gestão pública e mentalidade empresarial.

Concomitantemente às críticas e às receitas, caminharam candidaturas de empresários à eleição municipal de 1988. Vários nomes foram cogitados pela imprensa ou lançados pelos próprios proponentes. Entre eles: Etevaldo da Silva, Anselmo de Souza (Dudalina e Presidente da ACIB), Norberto Ingo Zadrozny e Bernardo Wolfgang Werner. Este último, filiado ao PDS, foi defensor enfático de sua candidatura. Devido a uma escolha consensual da maioria da elite empresarial, foi forçado a declinar em favor de Vilson Kleinubing (PFL).

A opção por Kleinubing reunia condições políticas que não podiam ser satisfeitas por um empresário de Blumenau. Sua densidade eleitoral já havia sido testada na eleição estadual de 1986, quando foi o candidato a governador mais votado em Blumenau. Possuía a habilidade e o histórico político, além de ter o carisma que os empresários locais não detinham mais.<sup>17</sup> Kleinubing contava também com uma identidade social manipulável: possuía sobrenome alemão - o que dava respeitabilidade e o identificava ao eleitorado conservador e de alta renda - e era natural do Vale do Rio do Peixe - podendo identificar-se com o grande contingente de migrantes de baixa renda do Planalto Serrano e do oeste catarinense estabelecidos em Blumenau. Além disto, seu projeto pessoal de governar Santa Catarina - o que o governo de um município importante como Blumenau facilitava - unia os interesses em jogo.

---

<sup>17</sup> Ao contrário das gerações anteriores, que tinham vivido o surgimento e/ou o crescimento das indústrias blumenauenses, atribuindo um grande peso a esta iniciativa empresarial, a população adulta blumenauense (anos 80) era, em sua maioria, não natural de Blumenau. Devido a isto - e a outras razões - a burguesia local não detinha o mesmo carisma das décadas anteriores, sendo vista como um conjunto de grandes empresários capitalistas em busca de lucro. No discurso do empresariado local esta incompatibilidade para a política foi vista: de forma lírica, segundo Paulo Gouvea da Costa, como "a indisponibilidade das lideranças empresariais locais para fazerem política e o espírito cosmopolita e acolhedor do povo [recepção à candidatura Kleinubing]" (JSC, 28/02/88, p. 3); e como disfunção, para Norberto Ingo Zadrozny "o empresário, via de regra, salvo honrosas exceções é um mau político. Eu também sou mau político..." (JSC, 27/07/88, p. 3-e). Estas construções ideológicas expostas são, no mínimo, contraditórias tanto com o passado, quanto com a atuação política dos empresários blumenauenses naquele momento político.

Contudo, a maior importância para nossa análise não está na adoção de Kleinubing como candidato a prefeito pela burguesia blumenauense. E sim, na concertação que algumas lideranças desta classe construíram para dar condições a sua eleição. Esta concertação política foi um projeto posto em prática durante alguns anos. Durante este período, romperam-se as resistências e interesses privados intra-classe, tornando possível uma unidade que a elite industrial não possuiu durante o pós-guerra (1947-70).<sup>18</sup> Produziu-se, desta forma, uma ação coletiva estrategicamente planejada com o intuito de modificar o panorama político-institucional do município.

É possível evidenciar este planejamento a partir das seguintes informações:

1) a sustentação partidária foi fornecida por uma coligação de três partidos: PDS, PFL e PL - além de contar com o apoio dos "dissidentes" do PDC sob a liderança de Mastella.<sup>19</sup> Ao PFL já eram filiados desde a sua fundação grandes empresários ligados aos grupos Hering e Artex, sendo que alguns destes foram articuladores da candidatura Kleinubing ao governo do estado em 1986.<sup>20</sup> No PDS, além de políticos tradicionais, a articulação contou com o apoio de Décio Moser (ex-presidente da ACIB e secretário de estado no governo Amin), que veio a tornar-se secretário no governo municipal. Outros empresários ligados a grandes grupos econômicos (Teka, Altona) também faziam parte deste partido e participaram do planejamento. Finalmente, o PL foi criado e ocupado por empresários como Ronaldo Baumgarten (que viria a ser presidente da ACIB) - também o candidato a vice Víctor Sasse (funcionário público) filiou-se ao partido. O objetivo na criação do

---

<sup>18</sup> Nem todos as lideranças empresariais apoiaram a candidatura Kleinubing. A oposição mais destacada foi a de Anselmo de Souza que apoiou Wilson Souza (PSDB) - seu irmão. Contudo, a maior parcela do grande empresariado blumenauense alinhou-se à coligação PFL/PDS/PL.

<sup>19</sup> O PDC, na eleição municipal de 1988, coligou-se ao PMDB e apoiou a candidatura do deputado federal e ex-prefeito Renato Vianna.

<sup>20</sup> Sobre a atuação do empresariado catarinense na eleição estadual de 1986 ver MEURER (1994).

PL, segundo a informação de uma liderança empresarial, foi "não permitir que outro grupo tomasse a legenda e atrapalhasse o movimento pela tomada do governo municipal";

2) segundo um empresário - em entrevista pessoal -, o planejamento da eleição antecedeu a escolha de Kleinubing como candidato. Em suas palavras: "o município estava sendo administrado a vinte anos pelo PMDB e a administração de Dalto dos Reis foi muito fraca e ruim. Por isto, alguns empresários se reuniram para formar uma alternativa, viesse ela de onde viesse";

3) todos os candidatos que surgiram do meio empresarial e que tinham aspirações políticas pessoais - geralmente filiados ao PDS -, como Bernardo Wolfgang Werner e Etevaldo da Silva, foram dissuadidos de sua decisão de concorrer ao pleito. Este encaminhamento evitou uma cisão nas forças políticas conservadoras de Blumenau;

4) o empresário Paulo Gouvea da Costa (PFL)<sup>21</sup>, um dos principais articuladores de três eleições que Kleinubing participou - 1986 e 1990 ao governo do estado e 1988 à prefeitura de Blumenau - assinou uma coluna política semanal no JSC entre 1986 e 1988. Além de comentar temas conjunturais e a política nacional, grande parte de seus artigos eram dedicados a criticar o governo municipal do PMDB e tornar palatável a candidatura de um "estrangeiro" (Kleinubing).

É possível notar com estas informações que a eleição municipal de 1988 foi permeada pela articulação coletiva das principais lideranças empresariais de Blumenau. Envolveram-se neste processo empresários tradicionais, dirigentes das entidades de classe e novas lideranças que passaram a ter relevância na representação político-empresarial da burguesia local. Vitorioso no pleito

---

<sup>21</sup> Paulo Gouvea da Costa participou do primeiro escalão dos governos encabeçados por Kleinubing. Em 1994, elegeu-se deputado federal (PFL) com o apoio do empresariado blumenauense. Sua popularidade foi conquistada em grande parte pela ocupação do cargo de Secretário do Estado dos Transportes (1990-94) - período em que foram feitas obras viárias no Vale do Itajaí.

municipal<sup>22</sup>, Kleinubing veio a receber dois anos mais tarde a sustentação do empresariado para sua eleição ao governo do estado. Deste governo participaram como secretários: Paulo Gouvea da Costa (Transportes), Milton Pompeu e Luís Carlos Carvalho (Administração e Justiça) - os dois últimos eram lideranças ligadas ao PDS blumenauense.

### 3.2. PARTICIPAÇÃO NOS PARTIDOS POLÍTICOS

A atuação político-partidária foi uma constante na história da burguesia blumenauense e, especificamente, do empresariado ligado aos grandes grupos econômicos do setor têxtil. A partir da década de 80, o partido político que mais teve ingressos de grandes empresários foi o PDS. Fato relativamente normal, visto que estes empresários possuíam filiação à ARENA.

Com a formação da "Aliança Democrática" para eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posterior formação do PFL, a maior parte do grande empresariado local transfere-se para este partido (ver TABELA 3.2). Esta transferência tem seu símbolo na saída de Ingo Hering do PDS (JSC, 14/05/86, p. 3), o qual é seguido por outros empresários. Possivelmente, esta transferência está ligada ao posicionamento favorável deste empresário com relação à transição democrática e à eleição de governantes civis. Ingo Hering, em 1984, já escrevia ao Jornal de Santa Catarina colocando-se a favor de eleições diretas e do parlamentarismo (HERING, 1989, p. 97-8). Contudo, é provável que tenha sido relevante nesta mudança o papel central de Jorge Bornhausen na formação do PFL. Como foi descrito anteriormente, o grande empresariado blumenauense e, em

---

<sup>22</sup> Na eleição de 1988, Kleinubing foi eleito prefeito com 51.875 votos (50,06%) - a maioria absoluta dos votos. Os candidatos derrotados, com respectiva votação, foram: Vilson Souza (PSDB, 24,45%), Renato Vianna (PMDB/PDC, 23,2%), Pedro Cascaes (PTB, 1,2%), José Garcia (PT, 0,5%), Jaime Telles (PDT, 0,2%) e Antônio Nascimento (PCB, 0,1%) (SIMÃO, 1995, p. 163).

particular a família Hering, sempre teve muita afinidade com o grupo político de Bornhausen.

Afora a filiação partidária, a participação política do empresariado de Blumenau parece ser estimulada por posicionamentos como o de Norberto Ingo Zadrozny:

Nós achamos que os interesses do país e do bom empresário são os mesmos (...) Os grupos maiores, temos 20 ou 30 deles em Blumenau, poderiam destacar diretores, gerentes ou mesmo funcionários, que tenham habilidade e tendência para a política. O empresário é o maior interessado que o país vá bem, porque é ele que paga a conta (JSC, 27/07/88, p. 3-e).

**TABELA 3.2**

**PARTICIPAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS,  
LIGADOS AOS GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS DO SETOR TÊXTIL  
BLUMENAUENSE, EM PARTIDOS POLÍTICOS (décadas de 80 e 90)**

| <b>EMPRESÁRIO</b>           | <b>GRUPO<br/>ECONÔMICO</b> | <b>PARTIDO<br/>POLÍTICO</b> |
|-----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| FRANCISCO MASTELLA          | HERING                     | PDC                         |
| MÁRIO JOHN                  | TEKA                       | PDS/PPR                     |
| SIEGFRIED LIESEMBERG        | TEKA                       | PDS/PPR                     |
| ULRICH KÜHN*                | ARTEX/HERING               | PFL                         |
| HENRIQUE ISLEB              | HERING                     | PFL                         |
| RAUL HERING SANTIAGO        | HERING                     | PFL                         |
| PAULO GOUVEA DA COSTA       | ARTEX                      | PFL                         |
| INGO HERING                 | HERING                     | PFL                         |
| DIETER HERING               | HERING                     | PFL                         |
| LOTHAR SCHMIDT              | CREMER                     | PFL                         |
| JÚLIO H. ZADROZNY           | ARTEX                      | PFL                         |
| ALFREDO ÍTEN                | CREMER                     | PMDB                        |
| SÉRGIO FERNANDO H. DE SOUZA | DUDALINA                   | PMDB                        |

FONTES: JSC(1985-94) e MEURER(1994, p. 170-92)

\* Ulrich Kühn, presidente do SINTEX desde 1984, desligou-se da Artex para tomar-se um dos diretores da Hering.

O próprio Norberto Zadrozny tinha sido filiado ao PDS - até o final da década de 80, quando decidiu abandonar a filiação partidária -, e como tal, ocupou uma secretaria no governo estadual durante a gestão de Jorge Bornhausen. Além

disto, este empresário presidiu durante parte da década de 80 a Associação dos Exportadores do Brasil (AEB).

Questões como a falta de representatividade do empresariado no espaço político, quando contrastada a sua importância econômica para a sociedade - na opinião destes atores sociais -, são recorrentes no discurso empresarial blumenauense. Este posicionamento político está presente em depoimentos públicos de importantes empresários de Blumenau, tais como: Heinz Schrader/Cremer (JSC, 06/01/85, p. 12), Francisco Mastella (JSC, 25/09/85, p. 13 e 04/10/85, p. 6), Anselmo de Souza (JSC, 19/11/85, p. 6), Etevaldo da Silva (JSC, 30/12/86, p. 2), Ronaldo Baumgarten (JSC, 01/02/89, p. 3-e), etc.

Normalmente a resposta dada pelos empresários a este dilema estava associada à necessidade de uma maior representação das associações de classe nas decisões governamentais. Entretanto, a eleição de empresários para cargos públicos também era vista como um fator fundamental. Este tipo de posicionamento político do empresariado blumenauense, a partir da década de 80, deve estar ligado às modificações do espaço político-institucional brasileiro. Com a democratização, a ampliação da participação política passa a fazer parte de forma mais intensa da pauta de interesses empresariais.

Apesar desta predisposição para atividade política, o empresariado blumenauense parece ter se reservado aos bastidores e ao papel de articulação. O depoimento de um informante - empresário com filiação partidária - parece expressar bem esta nova forma de integração da burguesia blumenauense ao espaço político:

Política é coisa para profissional. Não se pode misturar muito empresário com política, as duas atividades exercidas conjuntamente são incompatíveis. A função do empresário é inovar na economia, gerar empregos, etc.

Do conjunto de entrevistas realizadas com lideranças empresariais, esta posição foi predominante, havendo pouca variação entre elas.<sup>23</sup> De fato, a atividade partidária dos empresários, apesar de não ser assumida por todos os informantes, foi vista como possível e até desejável.<sup>24</sup> Segundo outro informante - um empresário não filiado a nenhum partido político:

Para um empresário que toma gosto pela política, que tem vocação e que aguenta as falsidades do mundo político, não há nenhum mal na sua participação partidária e na ocupação de cargos públicos. Ao contrário, já que ele não é político profissional e nem depende exclusivamente da política, não precisaria participar de negociatas.

Ao que parece, a tendência de atuação política do empresariado blumenauense é a que vem construindo-se ao longo dos anos 80 até hoje - negando em parte o depoimento colhido dos empresários. O empresariado filiado aos partidos políticos ocupa posições-chaves em momentos críticos como as eleições, desenvolvendo um papel de liderança na condução das articulações. Estrategicamente as candidaturas são escolhidas entre políticos profissionais que possuam afinidade e representem os interesses do empresariado.<sup>25</sup>

O único caso atual de um empresário ligado diretamente aos grandes grupos econômicos blumenauenses que concorreu a um cargo eletivo parece

---

<sup>23</sup> Foram realizadas sete entrevistas com lideranças empresariais blumenauenses. A representatividade das informações coletadas em relação ao universo empresarial de Blumenau são questionáveis. Contudo, como os critérios de escolha dos informantes levaram em conta a ativa participação nas entidades de classe - foram ouvidos cinco presidentes e dois importantes diretores da ACIB e do SINTEX - e a ligação a grandes grupos econômicos, achamos possível utilizar estes dados na interpretação da atuação política da burguesia blumenauense.

<sup>24</sup> Dos sete empresários ouvidos, apenas três manifestaram sua filiação a partidos políticos - PPR, PFL e PL.

<sup>25</sup> Além da candidatura à prefeitura de Kleinubing em 1988, na eleição seguinte parece ter havido novamente a articulação do empresariado de Blumenau - sem o mesmo ímpeto anterior. Em 1992, concorreu por uma ampla coligação (PPR, PFL, PL, PTB, PDC, PSC) o ex-prefeito Félix Theiss. Este, apesar de perder a eleição para a chapa formada por Renato Vianna e Wilson Souza (PMDB, PSDB, PDT, PC do B, PPS, PTR, PV), reuniu o apoio da maior parte do empresariado de Blumenau. Theiss tinha governado o município na década de 70 pelo MDB, e foi em sua gestão que Alfredo Íten (Cremer) foi vice-prefeito. Fato que demonstra que apesar de estarem em sua maioria ausentes da eleição, o empresariado nunca se afastou totalmente na década de 70 do poder municipal.

confirmar esta interpretação. Paulo Gouvea da Costa - empresário ligado ao grupo Artex, quando este era de propriedade da família Zadrozny -, eleito deputado federal em 1994, apresentava-se publicamente como empresário durante parte da década de 80. Contudo, conforme amplia-se a visibilidade de sua atividade política, sua apresentação passa a ser de jornalista ou de ex-secretário de estado.

Este fato parece evidenciar uma divisão de funções, na burguesia blumenauense, entre empresários e políticos profissionais no processo político-institucional - pelo menos em sua aparência externa. Aos empresários caberia o financiamento das campanhas e a produção de algumas das diretrizes políticas, enquanto os políticos profissionais tornar-se-iam mais visíveis e expostos aos conflitos políticos, expressando, quando conveniente aos primeiros, os interesses dos grupos empresariais. A análise do financiamento das campanhas eleitorais nas eleições estaduais de 1994<sup>26</sup> demonstram a ocorrência deste processo (ver TABELA 3.3).

Conforme o cargo eletivo, o comportamento dos empresários no financiamento das campanhas eleitorais seguiu um padrão de atuação. Nas candidaturas a governador, foi possível verificar a participação de vários grupos econômicos da região de Blumenau em todas as campanhas: o candidato eleito Paulo Afonso (PMDB) recebeu doações dos grupos Hering, Lince e Sul Fabril; Angela Amin (PPR) foi financiada pelos grupos Hering, Karsten, Sul Fabril e Lince; e até a candidatura da "Frente Popular" recebeu doações da Sul Fabril, através do candidato a vice Wilson Souza (PSDB).<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Os dados dos financiamentos das campanhas registram somente a contabilidade oficial entregue pelos candidatos ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SC) através da venda dos "Bônus Eleitorais". Além destas, provavelmente, não demonstrarem todos os gastos dos candidatos, já que é possível que alguns financiadores não tenham desejado se identificar e nem os candidatos desejem tomar públicas contas de campanha muito altas, tivemos acesso apenas às contas homologadas pelo tribunal até maio de 1995. Neste grupo, incluía-se todos os candidatos eleitos e alguns não eleitos em 1994, ficando de fora a maioria das candidaturas sem sucesso.

<sup>27</sup> Não tivemos acesso às contas de Jorge Bornhausen (PFL). Contudo, cremos que, devido à grande ligação deste com os empresários, seria provável que o financiamento de sua campanha ao governo do estado reproduza o padrão das outras candidaturas.



TABELA 3.3

**DOAÇÕES ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS DE 1994 (por candidatos)  
REALIZADOS POR EMPRESAS/EMPRESÁRIOS DE BLUMENAU\***

| CANDIDATO          | PARTIDO  | CARGO ELETIVO | DOADORES<br>(empresas/empresários)** | DOAÇÃO<br>(em R\$) |
|--------------------|----------|---------------|--------------------------------------|--------------------|
| Ângela Amin***     | PPR      | governador    | Cia. Têxtil KARSTEN                  | 35.000,00          |
|                    |          |               | SUL FABRIL S.A.                      | 35.000,00          |
|                    |          |               | L. Schmalz S.A (LINCE)               | 5.000,00           |
|                    |          |               | Cevai S.A. (HERING)                  | 110.000,00         |
| Paulo Afonso       | PMDB     | governador    | SUL FABRIL S.A.                      | 15.000,00          |
|                    |          |               | Plasvalle S.A. (LINCE)               | 5.000,00           |
|                    |          |               | Lancaster S.A. (LINCE)               | 5.000,00           |
|                    |          |               | Cevai S.A. (HERING)                  | 100.000,00         |
|                    |          |               | Cia. HERING                          | 2.000,00           |
|                    |          |               | Baumgarten Ind. Gráf. Ltda.          | 2.000,00           |
|                    |          |               | Malhasoft S.A.                       | 10.000,00          |
|                    |          |               | Malhas Ricco Ltda.                   | 1.000,00           |
| Vilson Souza***    | PSDB     | Vice-Govern.  | SUL FABRIL S.A.                      | 3.000,00           |
| Vilson Kleinubing  | PFL      | Senador       | Cia. Têxtil KARSTEN                  | 20.000,00          |
|                    |          |               | Altemburg Ind. Têxtil Ltda.          | 2.000,00           |
| João A. Pizzolatti | PPR      | Dep. Federal  | LINCE S.A.                           | 1.000,00           |
|                    |          |               | Plasvalle S.A. (LINCE)               | 1.000,00           |
| Paulo Gouvea       | PFL      | Dep. Federal  | Cia. Têxtil KARSTEN                  | 20.000,00          |
|                    |          |               | SUL FABRIL S.A.                      | 15.000,00          |
|                    |          |               | Cevai S.A. (HERING)                  | 50.000,00          |
|                    |          |               | Cia. HERING                          | 30.000,00          |
|                    |          |               | Distribuidora Condor Ltda.           | 2.000,00           |
|                    |          |               | Metalúrgica RF Ltda.                 | 20.000,00          |
| Iguaçu Seguros     | 2.500,00 |               |                                      |                    |
| Fernando Vianna*** | PMDB     | Dep. Federal  | SUL FABRIL S.A.                      | 3.000,00           |
| Gilmar Knaesel     | PFL      | Dep. Estadual | Cia. Têxtil KARSTEN                  | 10.000,00          |
| Wilson Wan-Dall    | PPR      | Dep. Estadual | Cevai S.A. (HERING)                  | 30.000,00          |
|                    |          |               | SUL FABRIL S.A.                      | 10.000,00          |
|                    |          |               | Cia. Têxtil KARSTEN                  | 1.500,00           |
|                    |          |               | Siegfried Liesenberg (TEKA)          | 1.000,00           |
|                    |          |               | Distribuidora Condor Ltda.           | 2.500,00           |
|                    |          |               | Cristal Blumenau S.A.                | 2.000,00           |
|                    |          |               | Iguaçu Seguros                       | 2.500,00           |

FONTE: TRE-SC.

\* Estão descritas somente as contas dos candidatos homologadas pelo TRE-SC até maio de 1995.

\*\* Foram incluídos entre os doadores as empresas ligadas ao setor industrial têxtil e as empresas que seus proprietários possuam ligação com as entidades empresariais (SINTEX e ACIB).

\*\*\* Candidatos não eleitos em 1994.

Este, entretanto, não foi um fenômeno isolado do empresariado blumenauense, a maioria dos grande grupos econômicos de Santa Catarina tiveram um comportamento semelhante. De fato, a soma dos valores dados pelos

empresários de Blumenau não representam mais de 1% ou 2% da arrecadação oficial das principais candidaturas majoritárias. Parece-nos possível que este padrão de atuação do empresariado deva-se: a capacidade de interferência que o poder executivo estadual tem nas atividades econômicas, tanto em termos de incentivos quanto na forma de sanções, o que geraria compromissos mínimos na gestão das políticas públicas selados através do financiamento das campanhas e de contatos com os candidatos; a aposta múltipla em candidaturas viáveis que, ao mesmo tempo, reduziria a possibilidade de represálias futuras e limitaria a capacidade de crescimento de candidaturas não alinhadas aos interesses empresariais como contraponto a uma única candidatura confiável.

O financiamento das candidaturas ao legislativo - federal e estadual -, ao contrário do caso anterior, seguiu um padrão eletivo por parte do empresariado blumenauense. Das candidaturas ao Senado Federal foi possível verificar a doação de verbas para Vilson Kleinubing (PFL) pelas empresas têxteis Karsten e Altemburg, sendo que estas doações representam cerca de 20% do valor apresentado por este candidato ao TRE-SC. Como este político possui uma ligação estreita com o empresariado blumenauense, é possível que tenham havido contribuições informais de outros empresários a sua campanha.

Para a Câmara Federal, foram verificadas contribuições a três candidaturas, sendo todas ligadas à região de Blumenau. Para a campanha de João Pizzolatti (PPR), contribuiu o grupo Lince. Como esta doação representou menos de 3% das suas contas oficiais, este candidato não parece ter uma vinculação mais estreita com o empresariado blumenauense. De fato, a maior parte de sua campanha foi financiada por pequenas empresas e funcionários da Receita Estadual. Como o próprio Pizzolatti é fiscal do estado, parece provável que este político represente os interesses desta corporação de funcionários públicos.

Outro candidato - não eleito - a deputado federal, Fernando Vianna (PMDB), teve doações em situação semelhante. Somente 6% de suas contas oficiais foram formadas pela Sul Fabril, sendo que o restante foi doado, principalmente, por empreiteiras. Isto explica-se, provavelmente, em função do vínculo deste político com a administração municipal de Blumenau, já que este era presidente da Câmara de Vereadores e irmão do prefeito Renato Vianna.

Ao contrário dos dois anteriores, Paulo Gouvea da Costa (PFL) teve cerca de 90% de sua campanha financiada pelo empresariado blumenauense (Hering, Karsten, Sul Fabril, etc.). De fato, como demonstram os dados do TRE-SC - e outras informações já descritas anteriormente - este parece ser o político mais ligado organicamente à burguesia de Blumenau e, em particular, a sua elite formada, principalmente, pelo empresariado industrial têxtil.

O financiamento dos candidatos à Assembléia Legislativa segue o padrão anterior. Gilmar Knaesel (PFL) teve cerca de 15% de suas doações oficiais recebidas do grupo Karsten. Isto possivelmente deve-se a interesses específicos deste grupo, visto que este político é da cidade de Pomerode - próximo ao bairro do Testo, sede da empresa Karsten em Blumenau. Por outro lado, como Paulo Gouvea, Wilson Wan-Dall (PPR) teve 98% de suas contas oficiais ligadas ao grande empresariado blumenauense (Hering, Sul Fabril, Teka, Karsten, etc.). Fato este que parece, também, retratar uma grande organicidade com os interesse desta elite empresarial.

De forma geral, a verificação dos dados acima expostos parece retratar o seguinte: a elite do empresariado blumenauense procura manter interlocutores confiáveis nos poderes legislativos federal e estadual, sendo que na eleição de 1994 esta representação estaria manifesta, principalmente, em dois políticos da região de Blumenau (Paulo Gouvea e Wilson Wan-Dall); entre os grandes grupos econômicos do setor têxtil, com exceção do grupo Cremer, todos tiveram

participação direta no financiamento destas campanhas eleitorais; apesar da numerosa filiação ao PFL entre os empresários não existe uma ligação única com este partido, visto que foram verificados apoios financeiros a candidaturas de outros partidos políticos (PPR, PMDB e PSDB).

#### 4. CONCLUSÃO

A atuação contemporânea do empresariado blumenauense - e, principalmente, de sua elite industrial têxtil - no espaço político-institucional é a expressão de um processo histórico que possui, pelo menos, um século de duração. Nesses anos, a dinâmica no espaço sócio-econômico local interrelacionada às diversas formas institucionais do Estado e aos sucessivos regimes político-ideológicos brasileiros produziram, em cada momento histórico, campos de interação e de lutas que contaram com diversos graus de articulação e níveis de atuação pública entre a burguesia de Blumenau.

Nas primeiras décadas deste século, a relativa autonomia política local proporcionada pela distância dos principais centros de poder do país e a grande unidade ideológica motivada pela etnicidade teuto-brasileira, viabilizaram a estruturação de um projeto político-econômico próprio hegemônico pela elite empresarial blumenauense. Nesta fase, o empresariado foi hiperativo em sua atuação política através do exercício dos postos dirigentes do governo local e da formação de organizações políticas e corporativas (*Volksverein*, ACIB, etc.) destinadas à articulação interna do grupo hegemônico e à reprodução e legitimação dos valores dominantes aos setores subordinados no espaço político-cultural blumenauense. Além disto, neste momento histórico iniciou-se um relacionamento mais orgânico - com vínculos econômicos, políticos e ideológicos - do empresariado

blumenauense com a oligarquia Konder/Bornhausen, viabilizando uma maior participação nos espaços de poder e decisão ao nível estadual.

A instalação do Estado Novo, através da Revolução de 30, com o projeto de integração política nacional capitaneado por Getúlio Vargas - e executado no âmbito estadual pela oligarquia Ramos - desmobilizou a organicidade do empresariado blumenauense. O exercício de força e coerção pelo Estado autoritário cassou lideranças políticas - empresários e alguns de seus prepostos -, proscreeu a ideologia étnica teuto-brasileira e fechou organizações políticas e culturais, extinguindo o projeto autônomo das lideranças políticas e empresariais locais.

Uma decorrência deste processo foi a sobrevivência do espaço de organização econômico-corporativo - através da ACIB e entidades setoriais - como o principal - senão único - meio de estruturação da unidade e da consciência política coletiva da elite empresarial blumenauense. No plano político-institucional, apesar do empresariado continuar a exercer diretamente o governo municipal - depois do fim do regime ditatorial de Vargas, entre 1947 e 1970 -, houve um fracionamento da unidade verificável pelas disputas eleitorais intra-grupo e pelo alinhamento diferenciado com as oligarquias estaduais - que, se não levaram a antagonismos políticos, pelo menos geraram situações conjunturais de mútua oposição. Isto, em parte pela inexistência de oposição política organizada por outras classes sociais que unisse a burguesia em um movimento único no campo político, mas também muito possivelmente, pela inexistência de um projeto coletivo autêntico desse grupo dominante.

A união política destes atores sociais voltou a se manifestar pela via autoritária no final da década de 60 - regime militar - através da agregação das forças conservadoras na ARENA. Neste momento histórico ocorre um afastamento dos cargos eletivos municipais, provavelmente devido ao esvaziamento político dessa instância de poder e ao direcionamento do interesse da elite empresarial

local - principalmente a industrial têxtil em virtude de seu crescimento econômico - para esferas superiores de decisão política. Isto pode ser notado pela intensa ocupação de cargos no governo estadual neste período.

Somente a partir da metade da década de 80, com o processo de democratização, a elite empresarial blumenauense volta a empenhar-se decisivamente pela conquista do poder municipal. Neste momento, foi possível verificar a manifestação de uma atuação concertada, na qual foram mobilizadas as instituições políticas e as organizações econômico-corporativas para a realização deste projeto político. Um projeto que não se esgotou na conquista do poder municipal, mas que, incorporando à visibilidade proporcionada pelo cargo no regime democrático, buscou a reconquista do governo do estado numa movimentação política que reuniu as elites políticas conservadoras e o grande empresariado catarinense à eleição de Kleinubing como governador.

Além disto, nesta fase contemporânea estruturou-se uma nova forma de integração do empresariado blumenauense ao espaço político-institucional. Ao contrário dos períodos anteriores à década de 70, as lideranças empresariais passam a ocupar papéis centrais no planejamento estratégico, no fornecimento de recursos e na articulação dos diversos grupos mobilizados à ação eleitoral, mas não assumem candidaturas próprias. Esse padrão foi verificado nas últimas eleições - posteriores ao início da Nova República - municipais (1988 e 1992) e estaduais (1986, 1990 e 1994). Nestes últimos casos, principalmente nas eleições direcionadas ao legislativo estadual e federal. Estas características aqui sintetizadas parecem constituir-se numa tendência atual de comportamento destes atores sociais no espaço político-institucional.

# **CAPÍTULO IV - A ETNICIDADE TEUTO-BRASILEIRA: DISCURSO, IDEOLOGIA E ESTRUTURAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA DO EMPRESARIADO BLUMENAUENSE**

## **1. INTRODUÇÃO**

A exposição aqui apresentada pretende complementar o quadro de informações referentes ao empresariado blumenauense - com ênfase em sua elite, cujo núcleo principal é formado pelo setor industrial têxtil. Nos dois capítulos anteriores, descrevemos e analisamos: 1) as condições estruturais que evidenciam a possibilidade efetiva de organização coletiva destes atores sociais, dada à grande homogeneidade de interesses econômicos presentes entre estes; e 2) a manifestação concreta da atuação da burguesia blumenauense no espaço político-institucional e sua experiência recente de concertação coletiva, exemplificada na disputa eleitoral pelo poder municipal (1988). Neste capítulo, procuramos agregar a dimensão ideológica à investigação.

O processo pelo qual os diversos atores sociais compreendem sua posição social, identificam seus potenciais aliados e inimigos e definem os limites de sua atuação política e econômica é permeado por construções simbólicas de natureza ideológica. Diversas representações do mundo disputam o espaço de produção simbólica para construir consensos sobre os papéis sociais a serem desempenhados pelos diversos atores sociais, justificando e legitimando as posições ocupadas pelos indivíduos na estrutura social. Como o espaço simbólico tende a reproduzir as desigualdades de outras estruturas sociais, os atores que

ocupam posições dominantes nos espaços políticos e econômicos predispõem-se como mais competentes na emissão de seu discurso de legitimação das desigualdades sociais.

Partindo destes pressupostos, procuraremos investigar o discurso do empresariado blumenauense. Dada a amplitude de temas e características que estão envolvidos numa manifestação concreta desta produção de valores simbólicos, privilegiaremos no discurso destes atores sociais um tema específico - que nos parece bastante elucidativo e ao mesmo tempo pouco explorado: a ideologia étnica. Procuraremos verificar, neste caso, a persistência da ideologia étnica teuto-brasileira e sua relação com a estruturação da identidade coletiva do empresariado blumenauense. Uma forma particular de identificação social que, sobreposta ou relacionada à identidade de classe, cooperaria para maximizar a capacidade de organização coletiva deste empresariado, ampliando a defesa dos interesses de classe.

## **2. A INCLUSÃO DA ETNICIDADE NA ESTRUTURAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA E DA ORGANIZAÇÃO DE CLASSE DO EMPRESARIADO BLUMENAUENSE**

O envolvimento da questão étnica com a problemática de investigação é uma presença oportuna na pesquisa social que tenha como objeto fenômenos relativos à região de Blumenau. Conforme o período de estudo avança no passado, esta importância aumenta consideravelmente. Contudo, mesmo na contemporaneidade é difícil desconsiderar a presença de valores étnicos na ação dos diversos atores e grupos sociais. Sobretudo quando deseja-se investigar o



processo de produção simbólica e sua relação com a estruturação de identidades coletivas nesta região.

O final do séc. XIX e as primeiras décadas deste século foram os períodos de maior presença da ideologia étnica na formação de identidades coletivas em Blumenau.<sup>1</sup> Ao longo do tempo, vários fatores contribuíram à redução do potencial da etnicidade teuto-brasileira promover a identidade social e a mobilização coletiva da população de origem germânica. Os principais devem ter sido:

1) a complexificação do espaço sócio-econômico - através da industrialização e da urbanização -, que originou novos interesses coletivos (de classe ou frações de classe) mais difíceis de unirem-se pacificamente sob a capa do interesse étnico;

2) a violência da campanha de nacionalização, promovida pelo governo Vargas nas décadas de 30 e 40, que impediu o funcionamento de instituições e a permanência de costumes germânicos (o uso público da língua alemã, os periódicos editados em alemão, as *vereins*<sup>2</sup>, etc.), dificultando a reprodução dos valores étnicos.

Como resultado destes processos, outras formas de identidade coletiva (ciasse social, regionalidade, etc.) passaram a ocupar maior relevo na atuação

---

<sup>1</sup> Neste período, os jornais editados em língua alemã na cidade de Blumenau (*Blumenauer Zeitung* e *Der Urwaldsbote*) e outras instituições germânicas promoviam os valores ideológicos do *Deutschbrasilianertum* (Teutobrasilianidade). Este tratava-se de um conjunto de valores que buscavam reunir uma dualidade: a manutenção da nacionalidade alemã e a promoção da cidadania brasileira aos habitantes de origem alemã. Esta construção ideológica baseava-se na idéia da existência de um pluralismo nacional no Brasil, o que garantiria o direito à manutenção da identidade nacional, da língua e do *geist* (espírito) alemão entre os habitantes de ascendência germânica. Entre os resultados desta campanha ideológica houve - como já foi visto no capítulo anterior -: a criação de instituições políticas (o *Volksverein* e o *Volkspartei*), o apoio a políticos estaduais teuto-brasileiros ou identificados com a permanência dos valores étnicos alemães e a ocupação da maioria dos cargos eletivos municipais por teuto-brasileiros. Para maiores informações sobre este período, ver SEYFERTH (1977; 1981; 1994).

<sup>2</sup> As *vereins* eram sociedades recreativas e culturais que desempenhavam um papel importante na reprodução dos valores étnicos teuto-brasileiros. Entre as principais estavam: a *Schutzverein* (Sociedade de Caça e Tiro), a *Tumverein* (Sociedade de Ginástica) e a *Gesangverein* (Sociedade de Canto) (SEYFERTH, 1977, p. 65-7).

coletiva em Blumenau. Entretanto, os efeitos da etnicidade teuto-brasileira não parecem ter desaparecido. Segundo SEYFERTH:

"O paradoxo da etnicidade é sua mutabilidade na persistência, e sua persistência através da mudança". Ao longo do tempo, a etnicidade teuto-brasileira foi reconstruindo seus símbolos, à medida que as "colônias alemães" [*sic*] se tornavam mais brasileiras, permanecendo quase inalterada a idéia étnica da origem ou descendência comum (que supõe um modo de vida e um comportamento social diferenciados) (1994, p. 112).

Esta noção de *eticidade* insere-se em nossa investigação como o reflexo de "tendências positivas de identificação e inclusão num grupo étnico". O pertencimento a este grupo tem como critério a *identidade étnica* que se forma através de valores ideológicos (categorias étnicas) excludentes. Categorias de "nós" e "eles" que são produzidas em situações de interação entre diferentes grupos étnicos, definindo os limites de inclusão ao próprio grupo, tanto interna (identidade positiva) quanto externamente (identidade negativa) (SEYFERTH, 1983, p. 1-6).

A etnicidade expressa, assim, uma identidade social de um universo de outras identidades possíveis. A capacidade de um mesmo ator social manipular - planejadamente ou não - diversas identidades sociais, conforme o campo de atuação e a conjuntura em que se encontra, é factível. Como o grupo étnico representa uma manifestação específica da produção simbólica - e sua existência depende da crença na exclusividade de valores étnicos partilhados e de sua aceitação por indivíduos excluídos do grupo -, identidades étnicas, regionais, de classe, de religião, etc., podem ser expressas de forma alternada ou conjunta pelos atores sociais.

A produção e a manifestação de categorias simbólicas que formam a identidade coletiva de grupos sociais é limitada somente pelas características objetivas que estruturam o próprio grupo e que se expressam nos atores sociais individualmente. Além disto, as identidades sociais não são equivalentes. Cada uma possui um maior peso conforme as condições objetivas que as produzem. Desta

forma, em um espaço marcado por uma grande diferenciação social é provável que a identidade de classe possua maior capacidade de promover uma mobilização coletiva que outras identidades sociais.

No plano da mobilização ideológica à organização coletiva, um ator social poderia compreender-se - e ser visto minimamente como tal por outros indivíduos de seu grupo social ou de fora dele - através de várias categorias que expressem sua identidade social. Poderíamos ter como exemplo disto o empresário blumenauense, luterano e de origem germânica (ou teuto-brasileiro). A manipulação dessas diversas identidades, num contexto específico, poderiam resultar numa ampliação do espectro de organização e atuação coletiva de determinados grupos sociais no espaço investigado.

De fato, esta hipótese já foi formulada em outra investigação sobre o empresariado industrial têxtil de Blumenau. Nesta, GIESE (1991) propõe que a atuação coletiva destes atores sociais, com o objetivo de satisfazer suas demandas junto ao Estado, comportaria a agregação de interesses econômicos, étnicos e regionais. Utilizando o conceito de grupos estratégicos à análise<sup>3</sup>, a autora apresenta a seguinte conclusão:

... este ramo industrial [setor têxtil de Blumenau] faz parte ou constitui um grupo estratégico regional onde seus membros não se ligam apenas por motivos econômicos, mas também por identificação cultural e étnica. Durante a década de 70 isto permitiu um complexo reequipamento e modernização do setor, e, conseqüentemente, melhores chances no mercado interno e internacional (GIESE, 1991, p. 131).

---

<sup>3</sup> O fundamento da utilização do conceito de *grupo estratégico* está ligado à pressuposição de uma deficiência estrutural do "capitalismo periférico": a incompleta formação das classes sociais, o que não habilitaria estes sujeitos coletivos à luta política. Como resultado disto, os grupos estratégicos comporiam-se "de pessoas, as quais são interligadas por um interesse comum na manutenção ou ampliação das suas chances de apropriação [de bens materiais, poder, prestígio, etc] (...) O interesse comum possibilita a ação estratégica, significando perseguir a longo prazo, um programa para manutenção ou melhoramento das chances de apropriação" (EVERS & SCHIEL *apud* GIESE, 1991, p. 8). Não compartilhamos da utilização deste conceito e de seus pressupostos em nossa investigação. Consideramos que a manifestação de identidades étnicas e regionais na articulação do empresariado expressa uma contingência de sua formação histórica e não uma deficiência na constituição da classe burguesa local.

Estas afirmações, apesar de razoáveis, carecem de verificação empírica e é isto que pretendemos realizar. Utilizando-nos da base dedutiva descrita anteriormente, ou seja, partindo da possibilidade de agregação de diferentes categorias de identificação social e do processo de transformação da forma de inserção da etnicidade teuto-brasileira no contexto regional, procuraremos explorar mais detidamente a seguinte questão: qual o grau de importância da etnicidade teuto-brasileira à estruturação da identidade coletiva e à organização de classe do empresariado blumenauense?

### **3. OS VALORES ÉTNICOS TEUTO-BRASILEIROS, SUA PERSISTÊNCIA E VINCULAÇÃO CONTEMPORÂNEA COM O EMPRESARIADO BLUMENAUENSE**

O Vale do Itajaí, como muitas outras regiões de Santa Catarina, teve sua ocupação populacional marcada pela colonização europeia a partir do séc. XIX. Imigrantes alemães, italianos, poloneses, etc., foram estabelecidos em colônias privadas e oficiais. Estas desenvolveram um espaço sócio-econômico que se diferenciou do modelo pautado pelo latifúndio escravista e exportador de monoculturas que caracterizavam o Brasil imperial - e mesmo do exemplo menos desenvolvido deste modelo econômico presente no litoral de Santa Catarina. Formas de pequena produção familiar, tanto camponesa quanto artesanal, foram reproduzidas dos países de origem dos imigrantes e tornaram-se a manifestação majoritária destas áreas até o início deste século.

Uniu-se ao desenvolvimento deste tipo particular de atividade econômica o relativo isolamento inicial dos grupos de imigrantes. Devido a isto, em comunidades como a de Blumenau, foi possível constituir-se uma grande homogeneidade étnica.

No período de 1850 a 1875 quase a totalidade da população era formada por imigrantes alemães e seus descendentes. Mesmo o ingresso de colonos de outras nacionalidades a partir do final deste período - principalmente italianos - não originou, de imediato, grandes mudanças, visto que estes foram estabelecidos em núcleos mais remotos e distantes da sede da colônia. Este processo de ocupação contribuiu para sedimentar, nesta época, valores culturais endógenos e estranhos aos processados pelas populações circundantes. Assim, a colonização do Vale do Itajaí gerou vários núcleos populacionais formados por grupos étnicos diferenciados.

O fim do isolamento étnico viria a provocar o desenvolvimento de uma ideologia étnica. Segundo SEYFERTH:

A ideologia étnica que, no sul do Brasil, recebeu o nome de *Deutschbrasilianertum*, foi concebida e transmitida por intelectuais de origem alemã, a partir de uma época em que as relações interétnicas nas áreas conhecidas como de "colonização alemã" atingiram um período crítico: o final do século XIX. É um termo derivado de *Deutschtum*, cujo significado mais aproximado é "germanidade", e incorpora a ideologia nacional alemã formulada no início do século XIX, e radicalizada, mais tarde, pelos pangermanistas da *All deutsch Verband* e pelos nazistas (1982, p. 3).

O desenvolvimento econômico do município de Blumenau promoveu a acentuação das relações interétnicas e o fim do isolamento. Como resposta a este processo, parte da elite intelectual e econômica de origem germânica intensificou a propaganda ideológica pela manutenção da *pureza racial* alemã e pela preservação dos valores germânicos. A promoção da identidade teuto-brasileira, uma forma de garantir a unidade do grupo étnico, teve grande receptividade nos habitantes de origem germânica, independentemente de classe social.

A etnicidade teuto-brasileira sustentava-se numa produção simbólica etnocêntrica e preconceituosa em relação aos outros grupos étnicos, ou seja, "na

superioridade racial e cultural dos alemães"<sup>4</sup> (SEYFERTH, 1977, p. 71). Os critérios de identificação de um teuto-brasileiro eram: o sangue alemão (a origem), não importando quantas gerações o separavam da Alemanha; o espírito (*geist*) alemão, pensar e viver à maneira alemã, ter hábitos, costumes, energia e ideais germânicos; e, principalmente, o uso cotidiano da língua alemã. Estas características eram vistas como intrínsecas e herdadas. Sua preservação era a garantia da manutenção do principal componente ideológico de diferenciação étnica: a superioridade do "trabalho alemão" e de sua eficiência no desenvolvimento econômico.<sup>5</sup>

Em síntese, o objetivo dos ideólogos germanistas do início deste século era consolidar a identidade coletiva das populações teuto-brasileiras, habilitando-as à mobilização política e social como um grupo de interesse monolítico. O resultado esperado era a preservação da nacionalidade alemã com a conquista da cidadania brasileira plena. Isto implicou numa luta ideológica em duas frentes: 1) junto ao Estado brasileiro pela legitimação jurídico-política enquanto minoria étnica e 2) no espaço regional pela hegemonia dos valores étnicos germânicos. As consequências destes embates não foram as idealizadas pelos promotores do *Deutschbrasilianertum*.

---

<sup>4</sup> A superioridade racial era manifesta em esteriótipos que identificavam os não-alemães, tais como: italianos são sujos e avarentos, poloneses são traiçoeiros, luso-brasileiros ("caboclos", "tijucanos") não gostam de trabalhar, etc. Apesar dos conceitos negativos atribuídos aos "outros", as categorias étnicas não eram manipuladas de forma equivalente. Havia uma hierarquia na qual, obviamente, os alemães (ou teuto-brasileiros) estavam no topo. Seguiam-se a estes - em ordem decrescente de valor -: os outros imigrantes europeus, os luso-brasileiros e mestiços e, na escala mais baixa, os negros e os índios (SEYFERTH, 1977, p. 71-2).

<sup>5</sup> A superioridade do "trabalho alemão" era vista como produto da pureza racial alemã. Para justificar sua validade, os ideólogos da etnicidade teuto-brasileira comparavam a prosperidade dos núcleos de colonização alemã à estagnação das cidades litorâneas e ao menor desenvolvimento das outras colônias de imigrantes europeus. A miscigenação, para estes, degeneraria esta capacidade inata, prejudicando o desenvolvimento econômico da região e do país (SEYFERTH, 1982, p. 13 e seg.).

### 3.1. AS CONSEQUÊNCIAS DA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO DE VARGAS (DÉCADAS DE 30 E 40) PARA A IDEOLOGIA ÉTNICA TEUTO-BRASILEIRA

A difusão da ideologia germânica chocou-se com a ideologia oficial do Estado e com a tese do "branqueamento" defendida por alguns intelectuais brasileiros. Estas últimas não admitiam a existência de um Estado baseado no pluralismo nacional e, no limite, propunham a integração dos imigrantes europeus à população brasileira pela miscigenação. A execução destas idéias era tudo que o *Deutshbrasianertum* buscava evitar.

Desde o início do século o Estado vinha desenvolvendo ações para diminuir a influência do nacionalismo germânico. Contudo, este vinha crescendo e se difundindo por todos os núcleos de colonização alemã no sul do Brasil, inclusive com a ampliação da representação política dos teuto-brasileiros. Isto foi encarado, pelas autoridades e intelectuais brasileiros, como uma tentativa de secessão, sobretudo após a inserção de grupos de propaganda nazista na região.

A reação do Estado deu-se através do endurecimento da campanha de nacionalização. Foram proscritas as principais instituições alemãs (escola alemã, periódicos e as *vereins*) e proibido o uso público da língua alemã. A maioria das autoridades teuto-brasileiras foram destituídas de seus cargos, sendo substituídas por interventores leais ao Estado. Nem as propriedades foram poupadas, muitas empresas sofreram intervenções em função de seus proprietários terem sido acusados de simpatia ou colaboração com o nazismo.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Entre as empresas que sofreram intervenção oficial, a mais importante foi a Cia. Hering. Nesta os seus diretores foram afastados do cargo até 1947, tendo sido substituídos por pessoas "já atuantes na firma e de confiança dos novos círculos políticos no poder" (HERING, 1987, p. 212-3).

O impacto dessas medidas fez-se sentir nas atividades da entidade de classe do empresariado (ACIB), como relatou seu ex-presidente (1943-46) Ernesto Stodieck Júnior:<sup>7</sup>

O meu ingresso na ACIB foi motivado pela Segunda Guerra Mundial. Para possibilitar a manutenção e sobrevivência de diversas empresas e minimizar as perseguições que os alemães estavam sofrendo, [sic] empresário Curt Hering me convidou para ocupar este cargo. Eu tinha a qualidade de ser brasileiro e apesar de ser jovem, cerca de 30 anos, pude ajudar muito as pessoas que estavam sendo penalizadas injustamente.

Lembro que com o lançamento da lista negra, composta de nomes de empresas e cidadãos acusados de ter simpatia ao nazismo, muitos blumenauenses foram prejudicados e em conseqüência, a nossa economia. Por exemplo, se um comerciante vendesse algo para alguém da lista negra, também entrava na lista e sofria sanções terríveis. De maneira que as empresas estagnaram.

Por isso eu trabalhei muito a favor deste grupo (...) Consegui tirar pessoas da lista, provei a falsidade de diversas acusações. Foram muitos anos de luta, que só abrandou em 46, quando saí da ACIB, mas o trauma daquele sofrimento ainda existe nas gerações de filhos e netos daquelas pessoas (INFORMATIVO ACIB, agosto de 1988, p. 6).

O ingresso do Brasil na II Guerra contra a Alemanha e seus aliados foi um insumo a mais na campanha contra a ideologia germanista no sul do Brasil. O regime de exceção da ditadura Vargas conseguiu, pela violência de sua atuação, sepultar as referências ideológicas ligadas à formação de uma nacionalidade germânica dentro do Brasil.

Com o fim da guerra e do regime discricionário foram suspensas quase todas as sanções - legais ou não - ao funcionamento das instituições germânicas. A maior exceção a isto foi o impedimento mantido à instrução primária em língua alemã, sendo que as escolas alemãs fechadas foram substituídas paulatinamente por escolas públicas. As mudanças decorrentes disto (ampliação do uso da língua

---

<sup>7</sup> Ernesto Stodieck Júnior foi diretor da Empresa Industrial Garcia. De origem alemã, era natural de Florianópolis e não sofreu as perseguições do Estado. Além de ter sido presidente da ACIB (1943-46), Stodieck foi o primeiro presidente do SINTEX (1952), o que demonstra a sua grande ligação com a elite industrial têxtil de Blumenau.



portuguesa, introdução de valores patrióticos brasileiros através de atividades cívicas, etc.), contudo, só puderam ser sentidas ao longo do tempo.

O maior desestímulo ao ressurgimento de um nacionalismo alemão parece ter sido o impacto da campanha de Vargas nas elites locais - sobretudo nas econômicas. A participação da burguesia blumenauense em atividades político-ideológicas colocou em risco a acumulação capitalista. As grandes indústrias - na maioria têxteis - haviam se integrado ao mercado nacional e algumas delas sofreram sanções do Estado devido à posição ideológica de seus proprietários. Em virtude disto, como forma de garantir sua sobrevivência econômica, a burguesia de Blumenau passa a não sustentar mais o *Deutschbrasilianertum*, buscando, ao contrário, uma conciliação com o Estado - como pode ser visto pelo depoimento de Stodieck. Sem o alento das elites locais, o nacionalismo alemão ficou confinado à marginalidade de grupos radicais.

A luta ideológica travada contra o Estado resultou na transformação da etnicidade teuto-brasileira. A dimensão política, a manifestação do grupo étnico como um grupo de interesse independentemente dos interesses de classe social, desapareceu. O principal critério de identificação e diferenciação do grupo étnico teuto-brasileiro até a década de 40, o uso da língua alemã, perdeu progressivamente a importância devido a escolarização em português e a maior integração à sociedade brasileira.<sup>8</sup>

Entretanto, a ideologia étnica alemã não se esgotou. O principal critério de diferenciação étnica que persistiu foi a idealização da superioridade do trabalho e da eficiência alemã. Aliado a este, na ausência do uso da língua alemã - veículo

---

<sup>8</sup> O uso da língua alemã, após a campanha de nacionalização, ficou confinado ao espaço privado e familiar. Entre a população de origem alemã nascida após a segunda guerra é comum o desconhecimento ou a pouca articulação da língua alemã devido, principalmente, a seu desuso no cotidiano e a escolarização em português. Apesar disto, é entre os colonos (população rural) e evangélicos (luteranos) que o alemão é mais utilizado atualmente (SEYFERTH, 1982, p. 1).

da germanidade -, manteve-se a ascendência alemã reconhecida no sobrenome como um critério à identificação da origem étnica.<sup>9</sup>

Isto pode ser notado no artigo escrito por Ingo Hering, em 1950, em função das comemorações do centenário de Blumenau:

A indústria de Blumenau, como a de todo o Vale do Itajaí, é quase que exclusivamente fruto do esforço de seus habitantes. Ela não se baseia em riquezas dos subsolo, nem foi incentivada pela proximidade dos grandes centros de consumo, ou por uma situação favorável quanto aos meios de comunicação. O único fator natural já preexistente foi a abundante força hidráulica, proporcionada pelo sistema hidrográfico do Itajaí-Açú. De resto, o desenvolvimento industrial desta área contou, entre condições muitas vezes adversas, com um só fator positivo: o humano. Os imigrantes, chegando de zonas européias já industrialmente desenvolvidas, trouxeram para cá as aptidões técnicas e a indispensável iniciativa para transformar, passo a passo, um território de mata virgem semitropical em uma das regiões mais industrializadas do Sul do Brasil (HERING, 1980, p. 10).

Apesar do tom solene - com um certo eufemismo -, devido ao caráter público e festivo deste artigo e das comemorações do centenário de Blumenau<sup>10</sup>, a idéia da superioridade do trabalho e da eficiência está presente no discurso deste empresário. O que este comporta de novo, em relação às manifestações ideológicas anteriores à Segunda Guerra, é a mudança da categoria étnica alemão - ou teuto-brasileiro - pela de imigrante europeu. De fato, este tipo de referência tornou-se comum - pelo menos em discursos públicos - na manipulação ideológica de componentes étnicos, abrandando as diferenças entre alemães, italianos, etc., mas mantendo a oposição ao brasileiro (luso, caboclo da praia, tijucano, etc.) no

---

<sup>9</sup> Definido em detrimento à capacidade empreendedora e de trabalho de outros grupos étnicos - principalmente expresso nas categorias étnicas: luso-brasileiro, mestiço ou caboclo da praia -, o trabalho e a eficiência alemã são identificados por SEYFERTH(1982) como os principais elementos de diferenciação étnica na atualidade. Segundo a autora, esta oposição é vista em termos de "atraso e progresso" e os não alemães são vistos como "intrusos" que vieram se beneficiar do desenvolvimento produzido pelos alemães (SEYFERTH, 1982, p. 17-9).

<sup>10</sup> Esta citação faz parte do artigo *Desenvolvimento da indústria blumenauense*, publicado pela primeira vez no livro *Centenário de Blumenau - 1950*. Neste artigo, Ingo HERING apresenta sua interpretação do processo de industrialização em Blumenau (1980, p. 10-29).

concernente a capacidade de trabalho e, por decorrência, de desenvolvimento econômico dos diversos grupos étnicos.

### 3.2. A HEGEMONIA DOS VALORES ÉTNICOS TEUTO-BRASILEIROS NO ESPAÇO REGIONAL

A superioridade do trabalho alemão - ou do imigrante europeu em elaborações mais amplas - extrapolou os limites do grupo étnico em sua aceitação enquanto idealização da verdade. De critério interno de identificação étnica (identidade positiva) este passa a ser visto como um valor universal pela população local - independentemente da origem étnica -, tornando-se até parte da ideologia oficial.<sup>11</sup> Isto se deve, em parte, ao maior sucesso dos promotores do *Deutschbrasilianertum* na luta pela hegemonia dos valores étnicos germânicos no espaço regional.

Contudo, o fator preponderante à supremacia da ideologia étnica alemã está relacionado à forma de incorporação dos indivíduos de outras origens étnicas à cidade de Blumenau. A maioria destes migraram para região atraídos pelo mercado de trabalho formado pelos processos de urbanização e industrialização, agregando-se à sociedade blumenauense em posições inferiores e dominadas da estrutura social e produtiva. Vê-se, desta forma, que a dominação ideológica dos valores étnicos reproduziu a dominação de classe.

As relações interétnicas que se formaram neste processo incorporaram uma grande complexidade. Primeiramente, havia diversos grupos étnicos com níveis diferentes de consciência étnica. Os principais eram: os alemães, que como já foi

---

<sup>11</sup> A prefeitura municipal promove, em sua propaganda oficial, a região de Blumenau como o "Vale Europeu". Apesar de dirigido, em grande parte, à promoção do turismo e do "camaval alemão" (*Oktoberfest*), estão presentes componentes da ideologia étnica germânica nesta propaganda, tais como: a preponderância da cultura alemã em Blumenau, a eficiência do desenvolvimento econômico da região - maior qualidade de vida - devido ao espírito trabalhador do imigrante europeu, etc.

visto possuíam uma elaborada ideologia étnica (*Deutschbrasilianertum*); os italianos, que originavam-se de colônia rurais do interior do Vale do Itajaí com uma grande homogeneidade étnica e um grau razoável de identificação coletiva; e os luso-brasileiros, originários principalmente do litoral catarinense, que não tinham consciência de uma origem comum e cuja identidade étnica formou-se negativamente - do exterior do grupo - através de categorias pejorativas como caboclo da praia, tijucano, etc.<sup>12</sup> Estes diferentes graus de elaboração da identidade étnica determinaram a maior ou menor sujeição aos valores germânicos dominantes por parte de outros grupos.

Um outro vetor de complexificação das relações interétnicas - provavelmente o mais importante - eram as posições de classe ocupadas pelos diversos atores sociais na estrutura produtiva. Com o desenvolvimento das atividades industriais a mão-de-obra adicional requerida foi suprida inicialmente pelos colonos teuto-brasileiros. Contudo, com o maior crescimento das indústrias - e a decorrente ampliação do setor terciário na cidade -, a necessidade de trabalhadores não pode mais ser gerada localmente. Assim, a classe trabalhadora foi agregando indivíduos de várias origens étnicas através da migração interna.

Este processo não se reproduziu nas posições mais altas do processo produtivo. A burguesia de Blumenau manteve inicialmente uma grande homogeneidade étnica. Se nos fixarmos nas primeiras décadas do contato interétnico, além dos empresários a maioria dos intelectuais eram indivíduos de origem alemã. Isto garantia uma supremacia na difusão da ideologia germânica. A legitimidade dos valores étnicos teuto-brasileiros foi conferida tanto pelo reconhecimento e percepção dos demais grupos étnicos do sucesso empresarial e

---

<sup>12</sup> Além de alemães, italianos e luso-brasileiros também compuseram este espaço multiétnico indivíduos de origem polonesa, ucraniana, belga e outras etnias. Devido ao seu número pouco expressivo, não se formaram categorias étnicas expressivas relacionadas a estes grupos.

econômico dos teuto-brasileiros, quanto pela própria posição dominante ocupada pelos emissores dos valores ideológicos.

Devido a esta assimetria de condições, a luta ideológica conferiu aos valores étnicos alemães uma aceitação mais universal no espaço social de Blumenau. O componente central da etnicidade teuto-brasileira, a idealização da superioridade da eficiência e do trabalho alemães é incorporada - de forma diferenciada - ao discurso dos outros grupos étnicos. Entre os indivíduos de ascendência italiana a capacidade de trabalho alemã é vista como equivalente a sua<sup>13</sup>, como pode ser notado nestes depoimentos:<sup>14</sup>

Os alemães são meio racistas e querem sempre ser melhores que os outros, mas são muito trabalhadores. Já os brasileiros não gostam de trabalho, fogem dele...

Os tijucanos (...) vinham para Brusque para trabalhar na fábrica. Tijucano, sabe, é meio malandro, não trabalha direito. Aí nós (italianos e alemães) é que ficamos prejudicados porque temos de fazer a parte deles (...) Depois, quando a gente não gosta de brasileiro, dizem que somos racistas (SEYFERTH, 1982, p. 18-9).

Já entre os migrantes originários do litoral de Santa Catarina, muitas vezes o discurso comporta uma inferioridade em relação ao elemento alemão, como demonstram estes depoimentos:<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> A igualdade entre a idealização do trabalho e da eficiência alemã e italiana - vista desta forma pelos últimos - é uma característica das relações interétnicas em cidades industriais como Blumenau e Brusque. Em contatos mantidos no espaço rural por camponeses de diversas origens étnicas - onde existe uma simetria entre essas posições ocupadas na estrutura econômica - "cada grupo, etnocentricamente, se situa em primeiro lugar numa ordem étnica hierarquizada" (SEYFERTH, 1993, p. 59).

<sup>14</sup> Estes depoimentos foram extraídos do artigo *A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica teuto-brasileira*, de Giralda SEYFERTH. Segundo a autora, a coleta dos dados foi efetuada entre 1974 e 1976, principalmente no município de Brusque, sendo que o conteúdo dos depoimentos expressaria uma visão idealizada generalizável ao grupo étnico ítalo-brasileiro no Vale do Itajaí. Sobretudo no indivíduos que habitavam as cidades industriais e tinham como ocupação o trabalho como operário em fábricas (SEYFERTH, 1982).

<sup>15</sup> Os dados contidos nestas citações foram retirados de entrevistas realizadas por nós, em 1990, com indivíduos que migraram do litoral catarinense para Blumenau nas décadas de 40 e 50. Os questionamentos apresentados aos informantes tinham o objetivo de obter informações sobre a percepção do relacionamento interétnico no pós-guerra em Blumenau. Como a seleção da amostra foi intencional, não podemos generalizar os resultados para o universo da pesquisa. Entretanto, as referências à importância do trabalho alemão estiveram presentes em quase todas as entrevistas realizadas.

Todos nós agradecemos porque se não fossem esses, esses imigrantes [alemães] que nos ensinaram, que trouxeram para cá tecnologia, sabedoria, que hoje ainda continua também exportando, e nós importando. Então a eles é que a gente deve tudo isso, porque nós aprendemos a trabalhar, aprendemos a ser gente...

É verdade que o alemão em si ele tem, ele é muito exclusivista em parte né, ele é exclusivista. Mas é uma pessoa que vive para o trabalho. Ele se dedica. Ele constrói. Ele progride (...) Tanto é que vê o que é Blumenau hoje, não só em Santa Catarina, não só no Brasil, como mundialmente reconhecido pelo progresso.

Estas referências que demonstram a generalização de uma idealização da superioridade da eficiência econômica dos imigrantes alemães e seus descendentes - e de uma forma mais extensa do imigrante europeu - podem ser sentidas até hoje. Certamente o crescente contato das últimas décadas e a inibição das barreiras étnicas à mobilidade social diminuíram a presença dos estereótipos negativos. Porém, a ideologia que atribui o desenvolvimento de Blumenau, tanto no passado quanto na contemporaneidade, à herança cultural superior do elemento étnico germânico é mantida e aceita por grande parte da população - independentemente da origem étnica.

### 3.3. A VINCULAÇÃO DOS VALORES ÉTNICOS TEUTO-BRASILEIROS À BURGUESIA BLUMENAUENSE

A universalização de alguns dos valores da etnicidade teuto-brasileira não implicam, necessariamente, na exclusão da identidade étnica na formação de identidades coletivas no espaço regional, nem numa simétrica importância desta identidade social para os diversos grupos e classes sociais. A diferenciação social provocada pela urbanização e pela industrialização produziu linhas de divisão<sup>16</sup> no

---

<sup>16</sup> Segundo COHEN, "se uma nova linha de divisão [*line of cleavage*], como a de classe social, cruza as linhas étnicas, a identidade étnica e a exclusividade serão inibidas por alinhamentos emergentes correspondentes. Os pobres de um grupo étnico cooperarão com os pobres de outro grupo étnico, que irão, por sua vez, cooperar no curso da luta para manter seus privilégios" (Abner COHEN *apud* SEYFERTH, 1981, p. 201).

interior do grupo étnico germânico que, ao nosso ver, tornaram a burguesia blumenauense mais suscetível à manipulação ideológica dos critérios de identificação étnica. Sobretudo, quanto a seu potencial de contribuir à organização coletiva e à mobilização para luta política.

Segundo SEYFERTH, a principal linha de divisão do grupo étnico teuto-brasileiro foi a emergência da classe trabalhadora: "as reivindicações trabalhistas, a luta pelos interesses de classe e a convivência no trabalho, igualou operários teuto-brasileiros com o de outras etnias". Desta primeira, derivaram-se outras duas importantes linhas de divisão: o aumento no número de casamentos interétnicos, principalmente entre operários católicos, que promoveu a distensão dos limites étnicos; e a formação de bairros operários, que ampliou, através de relações de vizinhança, a integração dos diversos grupos étnicos (SEYFERTH, 1981, p. 202-4).<sup>17</sup>

Como é possível notar, todas estas linhas afetaram principalmente a classe trabalhadora, reduzindo a importância da identidade étnica entre os indivíduos com esta posição social. Em contrapartida, a burguesia teuto-brasileira foi menos marcada por estas linhas de divisão e pela integração étnica, havendo, portanto, uma maior tendência à persistência do processo de identificação étnica nesta classe. Uma evidência disto na atualidade é a possibilidade de se perceber uma maior presença de indivíduos com ascendência alemã nesta classe, sendo que em sua elite esta característica é aprofundada (ver TABELA 4.1).<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> SEYFERTH aponta, ainda, uma quarta linha de divisão do grupo étnico teuto-brasileiro: "a ponte formada pelo colono-operário entre a cidade e o campo" (1981, p. 203-4).

<sup>18</sup> A maior importância da identidade étnica entre a burguesia blumenauense não implica que esta identidade social manifeste-se exclusivamente no relacionamento intra-classe. Como a identidade teuto-brasileira se reproduz fora dos limites de classe, a manifestação de seus efeitos nas relações sociais podem extrapolar seus limites. Um exemplo claro de relacionamento interclasses onde há a presença da identificação étnica é a comunidade religiosa luterana.

TABELA 4.1

**PARTICIPAÇÃO DE EMPRESÁRIOS COM ASCENDÊNCIA ALEMÃ\*  
NAS ENTIDADES DE CLASSE (ACIB E SINTEX) DE BLUMENAU  
DÉCADAS DE 80 E 90 (em número e %)**

| <b>GRUPOS DE EMPRESÁRIOS</b>              | <b>com ascendência alemã</b> |       | <b>sem ascendência alemã</b> |       | <b>TOTAL</b> |        |
|---|------------------------------|-------|------------------------------|-------|--------------|--------|
| Sócios da ACIB (outubro de 1994)**        | 256                          | (55%) | 213                          | (45%) | 469          | (100%) |
| Diretores da ACIB (1985-91)***            | 53                           | (72%) | 21                           | (28%) | 74           | (100%) |
| Diretores executivos da ACIB (1983-95)*** | 25                           | (74%) | 9                            | (26%) | 34           | (100%) |
| Diretores do SINTEX (1987-94)***          | 19                           | (63%) | 11                           | (37%) | 30           | (100%) |

FONTE: SINTEX e ACIB

\* O critério de identificação dos empresários com ascendência alemão foi a verificação do sobrenome paterno.

\*\* Os empresários sócios da ACIB foram identificados pelo cadastro da entidade através do "contato" de cada empresa filiada.

\*\*\* Na diretoria das entidades de classe foram identificados todos os membros, excluindo a repetição dos empresários que foram eleitos para várias gestões.

Como pode ser visto na tabela acima, na última década e em todos os quatro grupos, os empresários identificáveis com a ascendência alemã constituem a maioria. Contudo, não há uma proporcionalidade na presença dos indivíduos com origem germânica nestes grupos de empresários blumenauenses, sendo que nesta oscilação:

1) a menor presença (pouco mais da metade) é encontrada entre os sócios da ACIB. Isto se deve, provavelmente, à política recente de ampliação do quadro de associados da entidade. Esta ocorrência multiplicou a base da associação, agregando uma maior quantidade de micro e pequenos empresários. Como a multiplicação de atividades empresariais processou-se num ambiente pluriétnico e como os sócios da ACIB vinculam-se aos mais variados setores da atividade econômica (indústria, comércio, serviços e profissionais liberais), a menor concentração étnica neste grupo deve expressar um processo de desvinculação



entre a classe burguesa e a etnia alemã que vem ocorrendo nas últimas décadas em Blumenau;

2) o índice intermediário (quase dois terços) ocorre na diretoria do SINTEX. Este grupo, ao contrário do anterior, reúne empresários ligados - em sua maioria - aos grandes grupos econômicos de Blumenau e somente do setor industrial têxtil. Além disto, não figuram micro e pequenos empresários entre os diretores deste sindicato patronal. Como a maioria das grandes empresas têm entre seus sócios majoritários indivíduos com origem étnica germânica, a presença de empresários sem esta vinculação étnica neste grupo resulta principalmente: da profissionalização na direção destas empresas, onde a origem étnica passa a ser um fator secundário, o que permite o ingresso de gestores profissionais na direção do SINTEX; e da presença de diretores do sindicato proprietários de grandes e médias empresas não vinculadas aos grandes grupos econômicos. Porém, somente uma parcela dos empresários que fazem parte destes dois casos não possuem ascendência alemã;

3) a maior presença (quase três quartos) localiza-se na diretoria da ACIB, sendo que esta característica é aprofundada na diretoria executiva desta entidade. A estrutura organizacional da direção da ACIB, com uma extensa nominata e a presença obrigatória de empresários de todos os setores econômicos blumenauenses, favoreceria uma menor concentração étnica neste grupo. De fato, todos os fatores citados nos dois grupos anteriores contribuiriam para isto: existe a ocorrência de gestores profissionais ligados aos grupos econômicos e há a presença de pequenos empresários nos quadros diretivos desta associação. Contudo, apesar de manifestar estas características, há um outro fator que, opondo-se aos anteriores, favorece o alto índice de empresários com ascendência alemã na diretoria da ACIB: a grande participação de indivíduos ligados às tradicionais famílias burguesas blumenauenses, independentemente do setor econômico de

atuação. Esta tradicionalidade, provavelmente, proporciona a grande concentração étnica na ACIB.<sup>19</sup>

A afirmação da existência de uma parcela majoritária de indivíduos com origem étnica alemã a partir dos dados apresentados comporta, pelo menos, duas limitações na sua extensão a todo universo do empresariado blumenauense. Primeiramente, o maior grupo de empresários investigados - os sócios da ACIB, que de certa forma envolvem todos os outros três grupos - limita-se a menos de 500 indivíduos. Apesar deste número expressivo, há dados da Prefeitura Municipal de Blumenau que apontam a existência, em 1994, de mais de doze mil empresas no município. Agrega-se a esta base empresarial a possibilidade de filiação de profissionais liberais a entidade. Em virtude disto, verifica-se que este grupo deve representar, no máximo, 3% dos sócios potenciais da ACIB. Além disto, não existe nenhuma garantia à reprodução da proporcionalidade de empresários com ascendência alemã, existente entre os associados, ao empresariado blumenauense. De fato, cremos que, devido à intensa migração interna que contribuiu para triplicar a população de Blumenau em menos de 30 anos, exista uma maior probabilidade a menor concentração étnica neste universo empresarial.

A segunda limitação está ligada ao critério utilizado à identificação dos empresários com ascendência germânica: o sobrenome paterno. Este encontra sua validade no seu uso e aceitação pelo grupo étnico para estabelecer a idealização na manutenção do "sangue alemão" e, portanto, das qualidades inerentes a um indivíduo de origem alemã. Contudo, como tal, este se vincula a uma construção qualitativa da representação social presente na ideologia étnica teuto-brasileira, sendo, desta forma, complicado a sua utilização enquanto variável quantitativa para medir a participação numérica do grupo étnico alemão. Agrega-se a isto a miscigenação que, apesar de ser menos presente na burguesia que em outros

---

<sup>19</sup> As características organizacionais e a participação empresarial no SINTEX e na ACIB serão analisadas nos capítulos posteriores.

grupos sociais, aprofundou-se nas últimas décadas, ocasionando a existência de indivíduos com uma identificação étnica dúbia. Esta ambiguidade, acrescida da maior valorização das atribuições étnicas germânicas no espaço local, favoreceria a manipulação da identidade social pela incorporação da identidade étnica alemã por indivíduos que não possuam o sobrenome paterno alemão. Devido a estas características, a quantidade de empresários que foram identificados pelo sobrenome paterno alemão e que seriam identificados pelo reconhecimento - próprio e externo - da sua origem étnica germânica devem apresentar discrepâncias. Provavelmente, com esta, favorecendo numericamente o segundo grupo.

Apesar destas ressalvas, parece satisfatória a indicação de uma maior tendência à manifestação da identificação étnica alemã entre a maioria do empresariado - ou pelo menos entre a maioria da elite empresarial - do que a ocorrência de processo semelhante em outros grupos sociais blumenauenses. Isto não só pela maior presença de indivíduos identificados com a origem germânica, mas também devido à forma que se processou a incorporação de outras etnias a esta classe. Enquanto a ruptura da unidade étnica no operariado se deu de forma precoce e intensa, o mesmo processo junto ao empresariado ocorreu paulatinamente e de forma subordinada à elite local através: da mobilidade social e da profissionalização na gestão dos grandes grupos econômicos. Em virtude disto, foram mantidas melhores condições à reprodução da identidade social e dos valores teuto-brasileiros neste grupo social.

#### **4. A PRESENÇA DA IDEOLOGIA ÉTNICA TEUTO-BRASILEIRA NO DISCURSO DAS LIDERANÇAS EMPRESARIAIS**

Para a análise da inserção, no discurso dos empresários de Blumenau, dos valores que compõem a ideologia étnica teuto-brasileira dividimos a investigação em duas partes. Na primeira, operamos uma leitura sistemática de todos os artigos assinados, entrevistas concedidas e opiniões expressas pelas lideranças empresariais blumenauenses, publicadas entre 1985 e 1994, nos seguintes periódicos: Jornal de Santa Catarina, revista Expressão (editada pela FIESC), Boletim Informativo ACIB e Informe Urgente (editados pela ACIB) e Painel Têxtil (editado pelo SINTEX). Além destes, aleatoriamente, conforme tomávamos conhecimento, também foram verificadas outras publicações nacionais e estaduais que contivessem informações correlatas às anteriores.

Na segunda parte, executamos entrevistas pessoais com sete empresários que ocuparam posições de liderança, tanto pelo exercício da direção das entidades de classe (ACIB e SINTEX) quanto pela presença recorrente nos órgãos de imprensa citados anteriormente. Estas entrevistas foram formadas por questões abertas e continham um roteiro semi-estruturado, favorecendo a expressão livre de opiniões por parte dos informantes.

Além disto, as duas verificações foram orientadas pela busca de posições ideológicas que expressassem formas de distinção étnica. Especificamente, atentou-se para a presença de proposições que: atribuíssem uma causalidade entre a imigração alemã ou a cultura teuto-brasileira e o desenvolvimento econômico da região de Blumenau; definissem uma hierarquia entre a capacidade de trabalho e a eficiência econômica dos diversos grupos étnicos; e especificassem características próprias e singulares que marcassem a organização coletiva e a prática associativa blumenauense, relacionando-as à origem étnica alemã.

#### 4.1. A (NÃO)EXPRESSÃO PÚBLICA DA IDEOLOGIA ÉTNICA TEUTO-BRASILEIRA ENTRE O EMPRESARIADO BLUMENAUENSE

A ideologia étnica, no período de 1985 e 1994, esteve ausente nas manifestações públicas do empresariado blumenauense. Na análise de várias centenas de artigos e entrevistas publicados em periódicos esta temática praticamente inexistiu.<sup>20</sup> Somente uma manifestação abordando a distinção deste empresariado foi verificada. Nesta, Ronaldo Baumgarten - presidente da ACIB na ocasião - propõe que as respostas destes atores sociais diante da crise econômica seria diferenciada da implementada por seus pares de outras regiões. Isto devido a uma índole própria, como pode ser visto no depoimento deste empresário:

Veja o exemplo do empresário blumenauense. Ele tem um espírito diferenciado. Vive muito a realidade de sua empresa, como se ela fizesse parte dele. Não encara o negócio apenas quando ele dá lucro. Ele tem orgulho daquilo que faz. O blumenauense tem vergonha quando sua empresa não vai bem, porque aí ele acha que é o culpado. Afinal é ele quem administrou mal. Então ele luta, briga. Ele olha primeiro a saúde financeira da empresa, para depois pensar em seu bem-estar (EXPRESSÃO, 1991, n. 17, p. 62).

O juízo de valor presente nesta citação expressa uma ética, atribuída ao empresariado de Blumenau, que comportaria: uma maior responsabilidade pelas atividades econômicas gerenciadas e uma iniciativa própria para a resolução dos problemas - crise - sem a dependência de intervenções externas - como do Estado. Apesar da similitude desta idealização com os valores ideológicos teuto-brasileiros, a singularidade deste depoimento não permite a verificação de uma continuidade na manifestação desta ideologia entre todo o empresariado blumenauense. De fato, é a própria inexpressividade na manifestação pública da ideologia germanista que

---

<sup>20</sup> Somente no Jomal de Santa Catarina (1985-94), principal periódico da região de Blumenau, foram verificados cerca de 150 artigos assinados e entrevistas concedidas pelas lideranças empresariais locais, sendo que entre estes não estão computadas as colunas dominicais assinadas pelo empresário Ingo Hering.

contém um teor explicativo. Entre as possíveis causas que promovem a ocorrência deste fenômeno identificamos algumas que nos parecem mais significativas - e que, necessariamente, não se excluem.

A primeira é a mais lógica, isto é, não haveria o interesse entre as lideranças empresariais blumenauenses na promoção da ideologia étnica teuto-brasileira. Diante da existência de uma pluriétnicidade entre o empresariado, a manifestação de valores étnicos exclusivistas implicaria na produção de divisões intra-grupo, desfavorecendo, portanto, a mobilização do conjunto do empresariado e enfraquecendo-os à luta política junto ao Estado e a outros grupos e classes sociais. Além disto, a aliança destes atores sociais com empresários de outras regiões seria prejudicada, visto que os primeiros seriam identificados como chauvinistas. Seriam, desta forma, anacrônicas ao contexto regional as tendências à fragmentação étnica interna e ao isolacionismo político resultantes deste tipo de propaganda ideológica. Além de serem contraditórias aos interesses de um empresariado tão integrado à economia nacional.

Isto posto, a resposta ao nosso questionamento inicial, sobre o grau de importância da ideologia étnica teuto-brasileira à organização coletiva do empresariado blumenauense, resultaria, senão na total inexistência, num fenômeno de menor peso a mobilização coletiva deste grupo social. Contudo, devido a existência de indicadores contrários a esta afirmação, parece-nos provável que outras causas inibem a expressão pública da etnicidade teuto-brasileira no discurso das lideranças empresariais.

Uma das razões disto pode estar no "trauma" da campanha de nacionalização (décadas de 30 e 40), como apontou o empresário Ernesto Stodieck - ver seção anterior. De fato, o rigor da coerção oficial à propaganda nacionalista alemã, que resultou em privações das liberdades políticas e pessoais e em intervenções nos estabelecimentos empresariais, pode ter desmotivado novas

formas de expressão semelhantes a da primeira metade do século. Como uma parte considerável das lideranças empresariais com ascendência alemã pertencem a gerações que viveram no período da campanha de nacionalização, esta parece ser uma hipótese plausível.

Entretanto, outra hipótese à inexistência de manifestações da ideologia étnica entre o empresariado parece ser mais crível: a sua presença desnecessária na reprodução dos valores étnicos entre o empresariado blumenauense. Isto, porque outras instituições sociais (família, escola, igreja luterana, clubes sociais, etc.), responsáveis pela socialização dos indivíduos, ocupariam esta função de reprodutor da ideologia étnica teuto-brasileira. Configuraria-se, assim, uma sutil, mas poderosa estruturação dos valores ideológicos da etnicidade germânica. Formando-se um *habitus*<sup>21</sup> burguês em Blumenau que garantiria a formação de consensos mínimos entre os atores sociais, sem a necessidade da explicitação ou da propagação pública dos critérios de distinção étnica.

#### 4.2. AS ENTREVISTAS COM OS EMPRESÁRIOS: A MANIFESTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DISTINÇÃO ÉTNICA

Ao contrário da investigação junto aos periódicos, nas entrevistas com lideranças empresariais foi possível verificar a manifestação de relações significativas entre os critérios de diferenciação étnica e as proposições dos informantes (ver TABELA 4.2). Apesar do número reduzido de entrevistas, em virtude da grande expressão regional das lideranças contactadas, cremos serem

---

<sup>21</sup> A noção de *habitus* é incorporada aqui em seu sentido atribuído por BOURDIEU. Segundo este autor, as "estruturas constitutivas de um tipo particular de meio" produzem o *habitus*, que são "sistemas de *disposições* duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador de práticas e das representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares' sem ser o produto de obediência a regras". Desta forma, o *habitus* funciona como o encadeador das ações, tanto individuais quanto de um grupo ou classe social, de forma parcialmente homogênea devido a uma similaridade nas condições de existência e formação dos atores sociais (BOURDIEU, 1983, p. 60-1).

representativas as informações que determinam esta relação. Devido a isto, parece-nos razoável a hipótese - apresentada anteriormente - que postula a existência de estruturas constitutivas de um *habitus* burguês blumenauense marcado pelos valores da etnicidade teuto-brasileira e identificado, principalmente, com a elite empresarial local.

**TABELA 4.2**

**POSICIONAMENTO DAS LIDERANÇAS EMPRESARIAIS BLUMENAUENSES  
(em entrevistas\*) COM RELAÇÃO À IMPORTÂNCIA DE VALORES  
DE DISTINÇÃO ÉTNICA**

| <b>QUESTIONAMENTOS **</b>   | <b>respostas afirmativas</b> | <b>respostas negativas ou dúbias</b> |
|---|------------------------------|--------------------------------------|
| A imigração alemã e a maior presença deste grupo étnico foram fatores fundamentais ao desenvolvimento econômico de Blumenau?                        | 6                            | 1                                    |
| Quanto à capacidade de trabalho e de eficiência econômica, existe uma hierarquia étnica - com a etnia alemã no topo?                                | 3                            | 4                                    |
| A etnicidade alemã resulta em uma forma singular e diferenciada de organização coletiva e de prática associativa entre o empresariado blumenauense? | 5                            | 2                                    |

FONTE: entrevistas com lideranças empresariais

\* Foram realizadas sete entrevistas com algumas das mais expressivas lideranças empresariais de Blumenau atuantes nas décadas de 80 e 90. Se utilizarmos o critério de identificação étnica incorporado anteriormente - o sobrenome paterno - poderíamos dividir os informantes em: quatro indivíduos com ascendência germânica e três com outras origens étnicas.

\*\* Como utilizou-se a técnica de entrevista semi-estruturada, os questionamentos aqui sintetizados sofreram pequenas variações em cada contato, não ocorrendo, entretanto, alterações significativas que modificassem o sentido das interrogações.

De uma forma geral, todos os questionamentos apresentados aos entrevistados relacionavam-se ao principal critério de identificação da etnicidade teuto-brasileira: a superioridade do "trabalho alemão". Buscamos com isto coletar a percepção dos informantes acerca de sua importância ao desenvolvimento econômico e a prática associativa do empresariado blumenauense. A segmentação



dos questionamentos demonstraram uma aceitação assimétrica das diversas formulações de distinção étnica.

A relação entre a imigração alemã, o desenvolvimento precoce da indústria e o progresso econômico blumenauense é aceito pela grande maioria dos informantes.<sup>22</sup> De fato, esta é uma equação causai generalizada na percepção da maioria da população local. Entretanto, uma característica relevante nas afirmações feitas pelos entrevistados é a generalização desta relação a toda imigração europeia a partir do séc. XIX, independentemente da origem étnica. Alemães, italianos e poloneses são, neste caso, considerados os portadores de um arcabouço cultural capaz de promover o desenvolvimento industrial em um espaço marcado pelo atraso econômico e por condições adversas. Diminui-se, assim, na percepção destes empresários às implicações das diferentes categorias étnicas, tornando-as intercambiáveis pela categoria de imigrante europeu ou de origem europeia. Fato que expande a capacidade de identificação coletiva deste grupo social.

O mesmo posicionamento dos informantes não foi verificado quando estes se expressaram sobre a hierarquização da capacidade de trabalho e de eficiência econômica dos diversos grupos étnicos. Somente três dos sete empresários entrevistados expressaram juízos de valor neste sentido, sendo que o teor de um dos depoimentos pode ser notado nesta citação:

Onde houve imigração europeia em Santa Catarina existe desenvolvimento. As exceções são pequenas manchas como o litoral e o Vale do Rio do Peixe, onde não houve a imigração. Estas regiões estão estagnadas e não se desenvolvem. Nestes lugares, a estagnação explica-se pelos açorianos no litoral e pretos no Vale do Rio do Peixe... Uma raça, mistura de preto com índio, e o índio não gosta de trabalhar.

---

<sup>22</sup> O único posicionamento não afirmativo a este respeito é mais ambíguo do que uma negação a sua validade. Neste caso dúbio, o teor do depoimento deste empresário foi o seguinte: "o contexto cultural de uma região, seja alemão, italiano, chinês ou qualquer outro, não é o fundamental, mas sim uma base cultural mais rica ou mais pobre que determina o progresso econômico". E complementa: "quanto menores forem as diferenças culturais, mais homogênea for uma região, mais favorável serão suas possibilidades econômicas".

Possivelmente, esta percepção retrate a existência de uma parcela conservadora entre as lideranças empresariais blumenauenses. Neste caso, os valores étnicos possuiriam uma maior capacidade de sensibilizar a atuação dos indivíduos que formam este grupo.

O último questionamento, a relação da etnicidade teuto-brasileira com a prática associativa, teve entre a maior parte dos entrevistados respostas de conteúdo afirmativo. Nestas, os informantes atribuíram como um resultado da cultura alemã as seguintes qualidades que distinguiriam suas organizações de classe: "o trabalho é mais sério e mais objetivo", "a atuação é mais pragmática", "existe mais iniciativa e independência", "o espírito associativo", "há insatisfação com a estagnação", "os germânicos são por natureza mais organizados", "a cultura é corporativista", "há preocupação com o progresso".

Muitas destas qualificações possuem uma ligação com a ideologia étnica alemã. Parece-nos importante nas proposições destas lideranças empresariais - que ocuparam cargos de direção em entidades de classe - orientadas à distinção de sua prática associativa. Sobretudo porque estes informantes ligam este processo de organização coletiva a critérios de diferenciação étnica. Isto provavelmente demonstraria um razoável grau de importância da identificação étnica para a mobilização do empresariado blumenauense.

## 5. CONCLUSÃO

Os valores simbólicos que constituem a etnicidade teuto-brasileira (superioridade do "trabalho alemão", o *geist* alemão, a língua como veículo da germanidade, etc.) tiveram, conforme o período histórico focalizado, graus extremamente diferenciados de contribuição à estruturação da unidade de classe e

à organização e mobilização coletiva do empresariado blumenauense. A ampliação da urbanização, do desenvolvimento econômico e da integração político-cultural do espaço local com o espaço nacional trouxeram como consequência o incremento dos contatos interétnicos na região de Blumenau - e em outras regiões de Santa Catarina com características semelhantes na dinâmica populacional devido a imigração européia.

Este processo criou tensões que se manifestaram, nas primeiras décadas deste século, no crescimento da importância da identidade étnica teuto-brasileira à estruturação da identidade coletiva dos grupos sociais locais. Em Blumenau, isto foi capitalizado pelas elites intelectuais e empresariais como um meio de viabilização dos projetos políticos e econômicos deste grupo dominante, transformando esses atores sociais nos maiores propagandistas desta ideologia étnica.

Através das instituições germânicas - já existentes ou criadas neste processo - e da divulgação pública em periódicos de língua alemã foram criadas as condições orgânicas para o exercício da direção e hegemonia política pela elite empresarial. Além disso, devido a identificação étnica, em nenhum outro momento da história blumenauense este grupo dirigente alcançou tanta legitimidade, em sua posição e em seus projetos, junto aos setores subordinados do espaço regional.

Este grande consenso, entretanto, foi interrompido pela ação de forças exógenas e endógenas. Por um lado, a ideologia étnica teuto-brasileira e a constituição de um projeto autônomo da burguesia local chocou-se com a ideologia oficial do Estado brasileiro e com os interesses de grupos oligárquicos estaduais. Até a década de 30 tinha sido possível a convivência destas ideologias antagônicas devido à permissividade das autoridades públicas, mas depois da instalação do regime autoritário do Estado Novo isto não foi mais possível. Entre as décadas de 30 e 40 foram proscritas as instituições teuto-brasileiras e perseguidos ou caçados os principais promotores da ideologia étnica - inclusive muitos empresários -,

destruindo as condições de reprodução da organicidade e da hegemonia sustentada por esses valores.

Por outro lado, as próprias condições que ampliaram as relações interétnicas e municiaram a ideologia étnica contribuíram para sua desagregação. O crescimento econômico e a urbanização fizeram crescer o operariado - em número e diversidade étnica -, produzindo novas formas de identidade coletiva, como a de classe, que, se sobrepondo à identidade étnica, deslegitimaram o consenso que aliava organicamente os interesses dos grupos subordinados à classe dominante. Este processo, entretanto, não afetou igualmente a burguesia local, já que a sobreposição das identidades coletivas - étnica e de classe - não tinham um efeito desagregador, mas sim ampliavam a articulação deste grupo dominante. Isto, porque esse grupo social manteve uma maior homogeneidade étnica, mesmo com o aumento da migração interna.

Unido a estes dois fatores (ação autoritária estatal e desagregação do grupo étnico como um grupo de interesse unitário), houve um terceiro que contribuiu à extinção da propaganda ideológica de caráter étnico como uma estratégia explícita de organização coletiva do empresariado blumenauense. O grande crescimento de alguns grupos econômicos depois da década de 50 - principalmente os baseados na indústria têxtil - integrou a elite empresarial local à burguesia nacional, tanto no relacionamento econômico quanto político. Desta forma, a propagação pública de valores chauvinistas e etnocêntricos tenderia a prejudicar os interesses deste grupo social, colocando em risco a acumulação capitalista devido a possíveis represálias do *establishment*, o que de fato ocorreu durante o Estado Novo.

Como resultado deste processo extremamente complexo, a partir do final dos anos 40, a reprodução dos valores simbólicos que constituem a etnicidade teuto-brasileira perde sua dimensão pública, ficando a cargo das instituições

privadas (família, igreja luterana, clubes fechados, etc.) a sua perpetuação, na forma de um *habitus*, entre as novas gerações deste grupo étnico. Isto, conjuntamente à diminuição da participação proporcional da população de origem alemã no contexto local, deprimiu paulatinamente o papel da identificação étnica na estruturação da organização coletiva do empresariado blumenauense.

Excluindo-se a centralidade da identidade de classe, outras identidades coletivas, como a de caráter regional, tendem a superar a etnicidade na legitimação dos valores simbólicos que constróem a unidade do grupo dominante. O papel da etnicidade na atualidade, quanto à organização coletiva do empresariado, parece ser o de participar, complementarmente a outras identidades coletivas, em alguns campos de interação onde a agregação desta identidade social tenha relevância. Desta forma, o espaço, por excelência, desta expressão, deve ser a legitimação dos valores tradicionais, entre a elite empresarial, que estructurem uma hierarquia intra-classe onde os empresários representantes dos empreendimentos pioneiros - que na maior parte dos casos são os de maior importância econômica - ocupem o topo consensualmente.

# **CAPÍTULO V - A ACIB E A POSIÇÃO HEGEMÔNICA DA ELITE INDUSTRIAL TÊXTIL NA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO EMPRESARIADO BLUMENAUENSE**

## **1. INTRODUÇÃO**

A estrutura formal de representação de interesses empresariais no Brasil é constituída, basicamente, por duas modalidades de organização: uma corporativa e outra extra-corporativa. A primeira, originada na década de 30 pelo esforço do Estado e das elites políticas em tutelar a organização coletiva das classes econômicas (empresários e trabalhadores), expressava o desejo em manter seguras as condições para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas restringindo a manifestação de conflitos entre as classes. A segunda, formada por sociedades civis que sobreviveram ou foram criadas paralelamente à vigência da legislação corporativista, é resultante da mobilização de alguns setores do empresariado que procuravam romper esses limites de atuação coletiva impostos pelo Estado.

A convivência dessas duas estruturas com motivações distintas, uma estatal autoritária e outra societal pluralista, propiciaram, em muitos casos, um duplo sistema de representação que maximizou a capacidade de certos grupos empresariais em influenciar a formulação e execução de políticas públicas, além de ampliar a eficácia de suas manifestações político-ideológicas e do exercício de um papel hegemônico no conjunto da classe.

Neste capítulo, procuramos constatar a validade destas afirmações genéricas em um caso específico através da investigação de uma experiência concreta: o papel da elite industrial têxtil na organização coletiva do empresariado blumenauense formalizada na ACIB - primeira parte de um estudo que se completa no capítulo seguinte através da análise do SINTEX. Unido a isto, examinaremos a dinâmica da atuação deste grupo de interesse extra-corporativo na última década, sobretudo em sua relação com o Estado, buscando verificar possíveis indicações que demonstrem uma modificação no padrão de interação desta entidade com o sistema político.

Para operacionalizar esta investigação, dividimos a exposição nas seguintes partes: 1) um breve levantamento do histórico da associação, 2) uma análise da estrutura, organização interna e perfil dos diretores e sócios da ACIB e 3) um exame das atividades da entidade e de seus principais padrões de interação com o Estado.

## **2. BREVE HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO**

A Associação Comercial e Industrial de Blumenau (ACIB) é a mais antiga e tradicional entidade de representação de interesses do empresariado blumenauense, possuindo quase 100 anos de atuação. Seu ano de fundação, entretanto, é motivo de dúvida. Segundo a posição oficial da entidade, o surgimento da ACIB teria ocorrido no segundo semestre de 1898 através de uma reunião de dezesseis empresários - na maioria comerciantes - sob a liderança do cônsul alemão, no município, Gustavo Salinger.<sup>1</sup> Como motivos para sua criação estariam

---

<sup>1</sup> Entre os outros sócios fundadores da ACIB, em 1898, estavam os seguintes empresários: Hermann Sachtleben, Henrique Probst, Alwin Schrader, Ricardo Scheeffe, Luís Altemburg, Guilherme Scheeffe, Friedrich Blohm, Bruno Hering, Hermann Hering, Paul Husadel, Ferdinando Schrader, Caetano Deeke, Guilherme Nienstedt, G. Arthur Koehler e Pedro Cristiano Feddersen. Boa parte

a necessidade de incentivo à produção interna e o "amparo às exportações e importações"(ACIB, 1989, p.1898).

Esta data, contudo, é contestada. Segundo SIMÃO, não existem referências no ano de 1898 à fundação da ACIB, mas sim à organização do *Volkverein* (Sociedade do Povo) em Blumenau. Para a autora, a criação da ACIB ocorreu em 11 de agosto de 1901, através de uma convocação do *Kulturverein* (Sociedade de Consumo de Blumenau), sendo sua primeira direção composta pelos seguintes empresários: Gustavo Salinger, Luís Altemburg, Guilherme Nienstedt, Friedrich Blohm, A. Specht, Guilherme Scheeffe e Bruno Hering. A motivação para sua fundação estaria retratada no seguinte contexto:

No início da década de 1900, Blumenau passava por uma crise no mercado de manteiga, provocada pela queda do preço deste produto nos mercados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, em função da concorrência: o produto estava sendo oferecido por outros mercados produtores e em melhores condições. (...) assim, através do "Kulturverein"(Sociedade de Consumo da Colônia de Blumenau), foram definidas ações para combater a crise: criação de melhores meios de comunicação marítima, inclusive com frigoríficos, para que os produtos chegassem rapidamente e em perfeitas condições ao mercado consumidor; *a criação de uma associação comercial para organizar os comerciantes e uni-los no sentido de controlar o mercado perdido pela, entre outros motivos apontados na época, má qualidade da mercadoria oferecida pelos colonos e pela negligência do armazenamento do produto nos estabelecimentos.* Por isso, foi proposta a organização de uma associação para fiscalizar a qualidade da mercadoria e impedir a exportação de produtos de má qualidade [grifos nossos] (SIMÃO, 1995, p.46).

Esta confusão das datas parece estar ligada a presença recorrente dos mesmos atores sociais nos diversos espaços de organização coletiva. Independente disso, a emergência da organização coletiva do empresariado blumenauense nesta associação parece expressar o seguinte: a manifestação dos interesses dos comerciantes de exportação e importação como resposta à competição externa; a

---

destes viriam a comandar grande parte dos empreendimentos econômicos e da vida político-institucional do município nas primeiras décadas deste século (ver capítulos II, III e IV).



busca de controle, por parte destes comerciantes, sobre a produção artesanal e camponesa de mercadorias primárias ou semi-elaboradas, demonstrando uma diferenciação de interesses entre os diversos grupos sociais de Blumenau.

As reivindicações e atividades mais destacadas da ACIB deste período foram as destinadas à construção de uma infra-estrutura que suportasse o desenvolvimento econômico do município. Através destas, foram construídas por iniciativa do Estado, de capitalistas externos ou de empresários blumenauenses: usinas de geração de energia elétrica, comunicações telefônicas, uma ferrovia ligando o interior do vale ao porto de Itajaí, instituições de crédito financeiro, etc.

Conforme a industrialização ampliou-se, novos interesses foram sendo agregados a esta entidade de classe. Este processo, contudo, não apresentou rupturas, visto que grande parte das indústrias criadas nas primeiras décadas deste século tiveram origem nos empreendimentos comerciais (ver capítulo II).

Este processo de incorporação de novos interesses também refletiu-se no nome, na organização interna e nas principais lideranças da entidade. A ACIB surgiu com nome de "Associação Comercial de Blumenau". Este foi mudado, em 1927, para "Associação Comercial, Industrial e Classes Anexas de Blumenau", sendo que em 1942 passou a ser chamada pela denominação atual<sup>2</sup>. Até a década de 50, comerciantes, industriais e profissionais liberais ocuparam a direção da entidade - com um predomínio dos primeiros -, sendo seus presidentes nesses períodos: Gustavo Salinger (1898-1917), Hermann Sachtleben (1917-23), Artur Rabe (1923-25), Pedro Cristiano Feddersen (1925-41), Evaldo Jansen/Leopoldo Colin (1941-42), Antônio Cândido de Figueiredo (1942-43), Ernesto Stodieck Júnior (1943-47), Joaquim Gonçalves (1947-49) e Federico Carlos Allende (1949-57). No período posterior à segunda guerra mundial o perfil dos diretores da ACIB sofre

---

<sup>2</sup> Nas primeiras décadas de atuação da ACIB somente a língua alemã era utilizada para o registro escrito. A primeira ata da associação em língua portuguesa é datada de 7 de dezembro de 1917 (BOLETIM DA ACIB, n.491, agosto de 1988, p. 5). Para outras informações sobre a presença de valores germânicos na organização do empresariado de Blumenau, ver capítulo IV.

## TABELA - 5.1

### DIRETORIAS EXECUTIVAS DA ACIB (1953-83)\*

| CARGO                         | 1953-55                                 | 1955-57                              | 1957-59                                  | 1959-61                                  | 1961-63                                  |
|-------------------------------|---|--------------------------------------|--|--|--|
| Presidente                    | Federico C. Aliende(Prodócio)           | Federico C. Aliende(Prodócio)        | <u>Júlio Horst Zadrozny(Artex)</u>       | <u>Júlio Horst Zadrozny(Artex)</u>       | <u>Júlio Horst Zadrozny(Artex)</u>       |
| 1º Vice-Presidente            | Kurt Von Hertwig(Fund. Hertwig)         | Kurt Von Hertwig(Fund. Hertwig)      | Alfred Freshel(C. do Americano)          | Alfred Freshel(C. do Americano)          | Alfred Freshel(C. do Americano)          |
| 2º Vice-Presidente            | Martinho C. da Veiga (Contador)         | Martinho C. da Veiga (Contador)      | Carlos Heinz Büchler(Hoepke)             | Carlos Heinz Büchler(Hoepke)             | Carlos Heinz Büchler(Hoepke)             |
| Secretário-Geral              | Alfredo Campos(Caleco)                  | Egen Freitag(Cia Lorenz)             | Adolfe Wollstein(Seg. Catarinens.)       | Ralf Otte(Curtume Otte)                  | Ralf Otte(Curtume Otte)                  |
| 1º Vice-Secretário            | Osmar Schartz(...)                      | Osmar Schartz(...)                   | Ralf Otte(Curtume Otte)                  | <u>Günther Steinbach(Loias Hering)</u>   | <u>Günther Steinbach(Loias Hering)</u>   |
| 2º Vice-Secretário            | Ralf Otte(Curtume Otte)                 | <u>Alfredo Zinkhahn(Cremel)</u>      | <u>Alfredo Zinkhahn(Cremel)</u>          | Oriando Ferreira de Mello(...)           | Oriando Ferreira de Mello(...)           |
| Tesoureiro                    | Jago Lungershausen(Casa Patzer)         | José Marques Vieira(Vieira Bruns)    | Hans Günther Zander(Carma)               | Hans Günther Zander(Carma)               | Hans Günther Zander(Carma)               |
| 1º Vice-Tesoureiro            | José Marques Vieira(Vieira Bruns)       | Aluisio Campos de Alcântara(...)     | Hans Günther Zander(Carma)               | João Marzall(Auditor)                    | João Marzall(Auditor)                    |
| 2º Vice-Tesoureiro            | <u>Helmuth Lantenyung(C. Zadrozny)</u>  | René Garcia(...)                     | Egon Patzer(Casa Patzer)                 | Jerry Weisskeimer(Bco. Mer. Bras.)       | Jerry Weisskeimer(Bco. Mer. Bras.)       |
| Bibliotecário                 | Bruno Germer(Gráfica 43)                | Bruno Germer(Gráfica 43)             | <u>Acristo Moreira da Costa(Garcia)</u>  | <u>Acristo Moreira da Costa(Garcia)</u>  | <u>Acristo Moreira da Costa(Garcia)</u>  |
| <b>CARGO</b>                  | <b>1963-65</b>                          | <b>1965-67</b>                       | <b>1967-69</b>                           | <b>1969-71</b>                           | <b>1971-73</b>                           |
| Presidente                    | <u>Júlio Horst Zadrozny(Artex)</u>      | Carlos Heinz Büchler(Hoepke)         | Rolf Ehke(Cristal Blumenau)              | <u>Lothar Schmidt(Cremel)</u>            | Leandro Victor Bona(Cia. Lorenz)         |
| 1º Vice-Presidente            | Alfred Freshel(C. do Americano)         | <u>Norberto Ingo Zadrozny(Artex)</u> | <u>Norberto Ingo Zadrozny(Artex)</u>     | <u>Norberto Ingo Zadrozny(Artex)</u>     | Ruy E. Willecke(Casa Royal)              |
| 2º Vice-Presidente            | Carlos Heinz Büchler(Hoepke)            | Rolf Ehke(Cristal Blumenau)          | <u>Lothar Schmidt(Cremel)</u>            | Leandro Victor Bona(Cia. Lorenz)         | <u>Lothar Stueber(Artex)</u>             |
| Secretário-Geral              | Ralf Otte(Curtume Otte)                 | Ralf Otte(Curtume Otte)              | Ralf Otte(Curtume Otte)                  | Lothar Paul(Loias Paul)                  | <u>Lothar Stueber(Artex)</u>             |
| 1º Vice-Secretário            | <u>Günther Steinbach(Loias Hering)</u>  | Adolfo Altenburg(Md. Altenburg)      | Adolfo Altenburg(Md. Altenburg)          | <u>Ivo Hering(Hering)</u>                | <u>Wolfgang Kadel(Meias Blumen.)</u>     |
| 2º Vice-Secretário            | Adolfo Altenburg(Md. Altenburg)         | Arno Buerger(Casa Buerger)           | Arno Buerger(Casa Buerger)               | Arno Buerger(Casa Buerger)               | <u>Alfredo Zinkhahn(Cremel)</u>          |
| Tesoureiro                    | Hans Günther Zander(Carma)              | <u>Laura Cordel(Hering)</u>          | <u>Laura Cordel(Hering)</u>              | <u>Laura Cordel(Hering)</u>              | <u>Friederich W. K. Ideker(Cremel)</u>   |
| 1º Vice-Tesoureiro            | João Marzall(Auditor)                   | Walter Bergmann(Bco. Com. Ind.)      | Walter Bergmann(Bco. Com. Ind.)          | Avelino Sanches(Some)                    | <u>Mário Egebrand(Garcia)</u>            |
| 2º Vice-Tesoureiro            | Jerry Weisskeimer(Bco. Mer. Bras.)      | <u>Edgar Vianza(Artex)</u>           | Wilson Miguéis Praun(Bco. Inco)          | Wilson Miguéis Praun(Bco. Inco)          | Avelino Sanches(Some)                    |
| Bibliotecário                 | <u>Acristo Moreira da Costa(Garcia)</u> | Jago Lungershausen(Casa Patzer)      | <u>Edgar Vianza(Artex)</u>               | Rolf Ehke(Cristal Blumenau)              | <u>Mário John(Tekel)</u>                 |
| <b>CARGO**</b>                | <b>1973-75</b>                          | <b>1975-77</b>                       | <b>1977-79</b>                           | <b>1979-81</b>                           | <b>1981-83</b>                           |
| Director Presidente           | Ruy E. Willecke(Casa Royal)             | Ruy E. Willecke(Casa Royal)          | <u>Mário John(Tekel)</u>                 | <u>Mário John(Tekel)</u>                 | Elevado da Silva(Impr. Paramen.)         |
| Dir. 1º Vice-Presidente       | <u>Lothar Stueber(Artex)</u>            | Adolfo Altenburg(Md. Altenburg)      | Décio Moser(Moser T.ec. Contc.)          | Décio Moser(Moser T.ec. Contc.)          | Décio Moser(Moser T.ec. Contc.)          |
| Dir. 2º Vice-Presidente       | <u>Ivo Hering(Hering)</u>               | Rolf Ehke(Cristal Blumenau)          | Rolf Ehke(Cristal Blumenau)              | Rolf Ehke(Cristal Blumenau)              | Rolf Ehke(Cristal Blumenau)              |
| Director Administrativo       | Henrique Bergan(Bco. do Brasil)         | <u>Lothar Stueber(Artex)</u>         | <u>Carlos Odebrecht(Karsten J.)</u>      | <u>Carlos Odebrecht(Karsten J.)</u>      | <u>José Erico Dalia Rosal(Sul Fabr.)</u> |
| Vice-Dir. Administrativo      | Adolfo Altenburg(Md. Altenburg)         | <u>Ivo Hering(Hering)</u>            | <u>José Erico Dalia Rosal(Sul Fabr.)</u> | <u>José Erico Dalia Rosal(Sul Fabr.)</u> | <u>Abraham Moser(Hering)</u>             |
| Director Financeiro           | Wilson Miguéis Praun(Bco. Inco)         | Wilson Miguéis Praun(Bco. Inco)      | <u>Ulrich Kühn(Artex)</u>                | <u>Ulrich Kühn(Artex)</u>                | <u>Alfred Zinkhahn(Cremel)</u>           |
| Vice-Dir. Financeiro          | <u>Alfred Zinkhahn(Cremel)</u>          | <u>Alfred Zinkhahn(Cremel)</u>       | <u>Ulrich Kühn(Artex)</u>                | <u>Ulrich Kühn(Artex)</u>                | <u>Carlos Odebrecht(Karsten)</u>         |
| Director de Patrimônio        | Décio Moser(Moser T.ec. Contc.)         | Aldrovino Castanho(Prodócio)         | Romneu E. Willecke(Casa Royal)           | Romneu E. Willecke(Casa Royal)           | Edmundo Wehrmuth(Tabacos Br.)            |
| Director de Relações Públicas | Rolf Rudi Weislung(...)                 | Décio Moser(Moser T.ec. Contc.)      | Emílio Schramm(Casa Flamingo)            | Emílio Schramm(Casa Flamingo)            | Hans Sohadraok(Casa Moelmann)            |

FONTE: ACIB

\* Os empresários vinculados aos grupos econômicos do setor têxtil tiveram seus nomes gñriados.

\*\* A denominação dos cargos da diretoria da ACIB foram modificados em 1979, sendo que estes passaram a ser utilizados somente a partir da eleição de 1981.

algumas transformações (ver TABELA 5.1). A ampliação do peso econômico da indústria em Blumenau manifesta-se na entidade pelo aumento de sua participação nos cargos da diretoria. Este processo inicia-se em 1957 quando Júlio Horst Zadrozny (Artex) assume a presidência da ACIB, permanecendo neste cargo até 1965.

A ampliação da participação dos empresários industriais na ACIB é significativa por expressar a estruturação de um grupo dirigente entre a burguesia blumenauense. Mesmo sem ser novo, este grupo passa a se destacar da elite empresarial local, tanto por seu peso econômico quanto por sua influência política. O próprio Zadrozny e sua empresa são um símbolo dessa mudança. Criada em 1936, a Artex foi uma das indústrias com maior crescimento durante e depois da segunda guerra. Isto em parte pela influência política da família Zadrozny que, aliada a oligarquia Ramos, não sofreu sanções durante a campanha de nacionalização (décadas de 30 e 40). Esta influência é verificada pela participação de vários membros da família Zadrozny no governo estadual de Celso Ramos, sendo que o próprio Júlio Zadrozny foi secretário de estado deste governo.<sup>3</sup>

Além dos empresários ligados à Artex, todos os outros grandes grupos econômicos do setor têxtil (Hering, Teka, Cremer, Sul Fabril e Karsten) ampliaram sua participação na diretoria da ACIB. De fato, no período de 1953 a 1983, dos 150 cargos da diretoria executiva (em quinze gestões) 55 são ocupados por empresários ligados a estes seis grupos econômicos - mais de um terço do total. De 1971 a 1983 (seis gestões) esta característica foi ampliada, com o preenchimento de 29 cargos em 60 possíveis - quase a metade.

Esta característica do passado recente da ACIB evidencia a importância atribuída, por estes grandes grupos econômicos, ao controle político da entidade. Fato este que, provavelmente, demonstra uma grande relevância da associação

---

<sup>3</sup> Sobre a participação da família Zadrozny e do empresariado blumenauense no espaço político-institucional, ver o capítulo III.

enquanto um canal: para a representação destes interesses empresariais junto ao Estado; e como articuladora do conjunto da burguesia blumenauense, predispondo-a ao conflito com outros grupos sociais sob orientação da elite empresarial local.

### **3. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO INTERNA**

Como um grupo de interesse institucionalmente formalizado, as entidades de classe do empresariado possuem características que as tornam similares a qualquer organização. Para sua manutenção e exercício de suas atividades estas constituem regulamentos que disciplinam seu funcionamento interno e o provimento de recursos, sua hierarquia, etc. Estas características podem ser objeto, por um lado, de uma investigação que procure analisar o seu grau de eficácia e eficiência administrativa. Contudo, por outro lado, pode-se implementar uma investigação que busque explicar as relações de poder intra-organizacionais, interpretando os processos e regras que legitimam a hierarquia e o exercício da autoridade por indivíduos ou grupos específicos. Em nosso estudo, especificamente, foi privilegiado esta última orientação.

Para a implementação desta análise na ACIB, procuramos, a partir das informações disponíveis, especificar as características de sua estrutura e organização interna através do seguinte: 1) a definição da identidade da associação; 2) o perfil, função e relacionamento dos órgãos de deliberação, execução e assessoria da entidade; e 3) o processo de ascensão aos cargos de direção. Além disso, orientamos a investigação à identificação das transformações estruturais ocorridas nas décadas de 80 e 90, buscando relacioná-las tanto às modificações no meio ambiente político-institucional brasileiro (democratização)

quanto às mudanças intra-organizacionais que expressassem novas configurações de poder na entidade.

### 3.1. IDENTIDADE

A ACIB é uma sociedade civil que faz parte - como se convencionou denominar - da estrutura extra-corporativa de representação de interesses empresariais no Brasil. Esta categoria definida por exclusão, reúne uma diversidade de formas de organizações empresariais (setoriais, gerais e ideológicas)<sup>4</sup> que tem em comum a ausência: de tutela do Estado, de institucionalização necessária ao aparelho estatal, de mecanismos legais restritivos à organização (por região e categorias) e da vinculação hierarquizada a uma estrutura formal de representação de interesses sem competição. Todas essas, em contrapartida, características da estrutura corporativa de mediação de interesse econômico criada a partir da década de 30 no governo de Vargas<sup>5</sup>.

Grande parte das organizações extra-corporativas foram criadas objetivando romper o engessamento provocado pela legislação corporativista. Procurava-se com isto criar espaços paralelos e complementares de mediação dos interesses de alguns setores do empresariado, maximizando o poder de organização coletiva e de satisfação das demandas destes atores sociais. Apesar deste não ser o caso da ACIB, que foi criada anteriormente à institucionalização do

---

<sup>4</sup> A heterogeneidade - quanto à função e abrangência de interesses - das organizações empresariais extra-corporativas pode ser vista nestes exemplos de entidades: a ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica) com expressão setorial; a FACISC (Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina) com expressão geral; e o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) de perfil ideológico.

<sup>5</sup> A estrutura corporativa de representação de interesses é formada por sindicatos, federações e confederações, organizadas hierarquicamente e sem competição entre si, cujo modelo faz-se presente entre as entidades dos trabalhadores e dos empresários. A constituição federal de 1988 retirou a maioria das restrições legais que permitia ao Estado exercer um papel tutelar sobre estas organizações, mantendo, entretanto, sua forma básica.

corporativismo, cremos que a sua permanente atuação deva estar ligada a esta lógica.

Enquanto sociedade civil a ACIB possui ampla liberdade para definição de seus objetivos, formas de atuação e de organização interna. Como resultado disto, essa entidade possui entre seus objetivos formais: organizar e representar publicamente toda classe empresarial do município de Blumenau, aceitando o ingresso em seu quadro social de pessoas físicas e jurídicas, com ou sem fins lucrativos. Subsidiariamente, a associação propõe-se à prestação de serviços (econômicos, jurídicos e assistenciais) aos seus associados.

A grande plasticidade desta organização - que permite reunir grandes empresas, fundações, empresas estatais, profissionais liberais e micro-empresários de todos os setores da economia - capacita-a como o principal meio de organização da burguesia blumenauense, ou seja, como veículo mais capaz na formação e legitimação de consensos intra-classe que predisponham esta burguesia à atuação coletiva e, muitas vezes, concertada diante de conflitos com outras classes ou grupos sociais - ou à realização de demandas junto ao Estado. De fato, este parece ser o principal objetivo da ACIB: a reprodução da organicidade entre as lideranças empresariais e o conjunto da burguesia blumenauense.

No relacionamento com o Estado a ACIB possui graus de institucionalização diferenciados conforme o nível político-administrativo. Junto à federação e ao estado de Santa Catarina possui o reconhecimento como entidade de *utilidade pública* - através do Decreto Nº 45.595 (23/03/1959) e da Lei Nº 434 (25/08/1950), respectivamente. Entretanto, no município de Blumenau esta associação possui um *status* público superior, sendo considerada *órgão consultivo* (Lei Nº 203 de 21/03/1951). Este fato garante à ACIB assentos em conselhos e comissões especiais do poder público municipal e, por conseguinte, maiores

Informações e poder de influência sobre políticas públicas que outras organizações do município<sup>6</sup>.

Finalmente, quanto à vinculação da ACIB a outras organizações do empresariado, é possível verificar o seguinte: a associação é filiada à FACISC, que serve como canal para demandas mais amplas do empresariado blumenauense; além disso, existe uma relação informal e próxima entre a ACIB e as ACI's de municípios com uma história cultural semelhante (Joinville, Jaraguá do Sul, Pomerode, Rio do Sul e Brusque), através de um convênio de "cooperação técnica" com a *HANDWERKS KAMMER* (Câmara de Artes e Ofícios de Munique e Alta Baviera, da Alemanha). Neste último caso, a relação com a entidade empresarial alemã propõe-se à assimilação de técnicas de *marketing* e de prestação de serviços a pequenos empresários, objetivando uma maior penetração da ACIB - e das outras associações - no espaço empresarial e uma ampliação da representatividade da entidade no conjunto da classe.

### 3.2. ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E PROCESSO DE ASCENSÃO AOS CARGOS DIRETIVOS

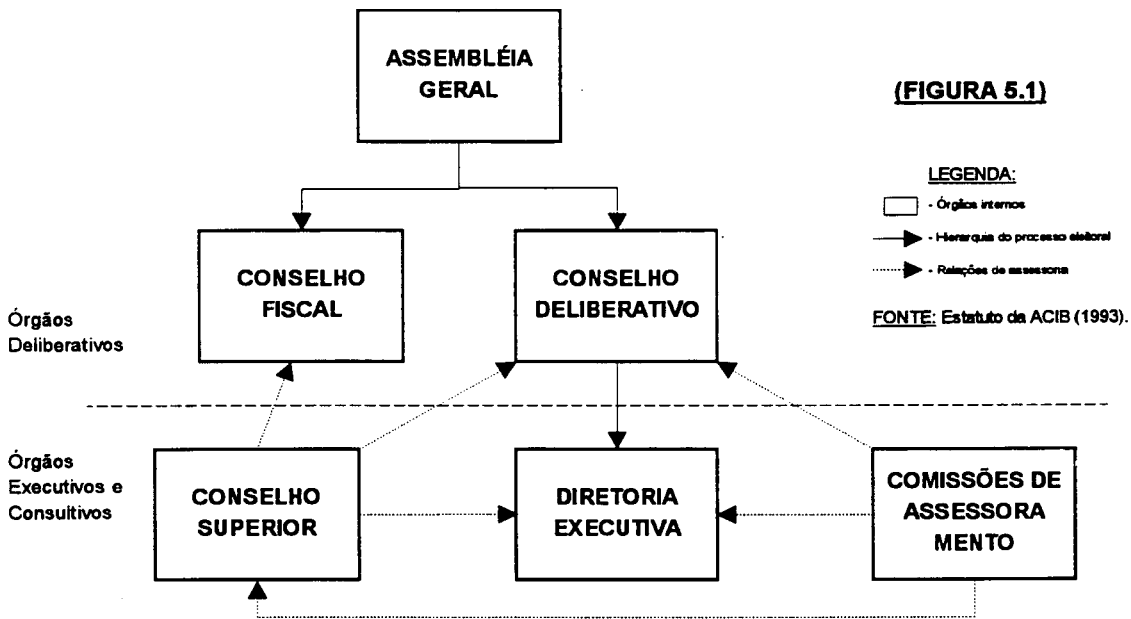
A ACIB possui uma organização interna complexa que reúne um número elevado de empresários com cargos de direção - cerca de 50 membros em cargos eletivos. Além disso, pode agregar várias dezenas de empresários em funções de assessoramento e execução de atividades específicas. A entidade possui sete tipos de órgãos com funções deliberativas, executivas ou de assessoria - seis com atribuições definidas em estatuto (ver FIGURA 5.1) e um formalizado pelo seu

---

<sup>6</sup> A participação da ACIB estende-se por conselhos e comissões especiais do poder executivo e legislativo, fundações e autarquias municipais, sendo que algumas destas são: Conselho Deliberativo do IPPUB (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Blumenau), Conselho de Desenvolvimento Econômico (ocupado em 1987 pelo, diretor da ACIB e presidente do SINTEX, empresário Ulrich Kühn), Conselho Municipal de Entorpecentes, conselhos superiores da FURB (Universidade Regional de Blumenau), Conselho da Fundação Municipal de Saúde.

funcionamento (os "núcleos" de setores econômicos específicos) -, sendo que, de forma sumária, as - principais características de cada um deles são as seguintes:<sup>7</sup>

### ACIB (ORGANIZAÇÃO INTERNA)



1) **Assembléia Geral:** formada por todos os associados, reúne-se ordinariamente uma vez por ano, sendo responsável pela eleição dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;

2) **Conselho Fiscal:** eleito bianualmente, é formado por seis membros (três titulares e três suplentes), sua função é deliberar sobre as finanças da associação;

3) **Conselho Deliberativo:** constituído por 30 membros (27 representando cada ramo econômico do município,<sup>8</sup> mais os dois últimos e o atual presidente da

<sup>7</sup> As características descritas sob os órgãos internos da ACIB - com exceção dos núcleos - estão vinculadas ao último estatuto da entidade - aprovado em março de 1993.

<sup>8</sup> Os representantes dos ramos econômicos podem ser indicados por seus pares, desde que estes possuam sindicato ou associação profissional e tenham dois terços de seus sócios filiados à ACIB.



ACIB) com mandatos de seis anos. Sua renovação é feita bienalmente quando são eleitos um terço dos 27 conselheiros representantes da base - e o presidente da associação, quando for o caso. Com poderes deliberativos amplos, este conselho também é responsável pela eleição da diretoria executiva;

4) **Conselho Superior:** formado pelos ex-presidentes da ACIB e do Conselho Deliberativo, suas funções são o assessoramento dos órgãos da associação e a escolha de conselheiros em postos que estiverem vagos no Conselho Deliberativo;

5) **Diretoria Executiva:** constituída por quinze membros, eleitos bienalmente, tem entre suas atribuições a viabilização das atividades cotidianas na entidade. Em cada eleição devem ser renovados, pelo menos, um terço dos diretores;<sup>9</sup>

6) **Comissões de Assessoramento:** criadas e extintas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, podem existir em número ilimitado. Com a função de orientar as atividades e posicionamentos públicos dos diretores da entidade, algumas das comissões criadas nas décadas de 80 e 90 foram as seguintes: de segurança, de assuntos jurídicos, de micro e pequenas empresas, de energia, de meio ambiente, de turismo, pró-constituente e constituição e de assuntos comunitários;

7) **Núcleos:** são grupos formados por empresários de um setor específico (panificadores, confeccionistas, etc.), geralmente micros e pequenos, que implementam atividades de assessoria, intercâmbio de informações e organização do setor.

Além destas informações, quanto ao processo eleitoral interno da associação, são significativos os seguintes dados: somente são elegíveis os associados que tiverem, no mínimo, três anos de vinciação com a ACIB; em todas

---

<sup>9</sup> Em todos os cargos eletivos da ACIB é permitida a contínua reeleição dos empresários que o ocupam. A única exceção é o presidente da entidade que pode ser reeleito uma única vez.

as eleições concorrem somente chapas que forem organizadas e apresentadas pelos Conselhos Fiscal, Superior ou Deliberativo, pela Diretoria ou por, no mínimo, um terço dos sócios.

A partir dessas informações, é possível verificar que a estrutura organizacional interna da ACIB, quanto a sua composição, seus órgãos diretivos e seu processo de ascensão aos postos de direção da entidade, caracteriza-se por dois aspectos aparentemente discrepantes: por um lado, a estrutura é pautada pela ampla *representatividade*, isto é, existem procedimentos estatutários que obrigam a participação de empresários dos mais variados setores da atividade econômica na diretoria da associação; por outro lado, esta mesma organização interna é *elitista e conservadora*, porque impõe obstáculos à formação de novos grupos que busquem disputar a direção da entidade, além de impedir que cisões dos grupos dirigentes promovam uma circulação das elites no controle da ACIB.

Estas características organizacionais da ACIB reduzem a possibilidade de rupturas na direção da entidade. De fato, a continuidade, isto é, a permanência de uma mesma elite na direção da ACIB por várias décadas e a ausência de competição são notórias no histórico da associação. Conforme se modificaram as correlações de força no espaço econômico local, ajustes foram realizados no interior da entidade para comportar estas mudanças, sempre de maneira conciliadora. Além disso, as transformações no meio ambiente político-institucional também devem possuir uma contribuição na dinâmica organizacional da ACIB. Particularmente nas últimas duas décadas, o processo de democratização do Estado e da sociedade brasileira acrescenta a essa entidade de classe, para sua legitimação, a necessidade de ampliar a sua representatividade no conjunto da classe.

Esta dinâmica organizacional é evidenciada nas alterações estatutárias recentes (1986 e 1993) que modificaram a estrutura da associação. Tensionadas pelas forças transformadoras internas e externas, estas alterações tiveram,

provavelmente, motivações diversas. A primeira, de 1986 foi uma alteração pequena mas significativa.<sup>10</sup> Nesta, foi ampliado o número de membros da Diretoria Executiva, que passaram de 10 para 15 membros. Como já foi visto na segunda seção deste capítulo, desde a década de 70 os seis maiores grupos econômicos (Hering, Artex, Teka, Sul Fabril, Cremer e Karsten) - todos do setor têxtil - passaram a controlar a maior parte da diretoria da ACIB. Mesmo que o poder econômico desses grupos justificassem sua participação majoritária, este era um ponto de estrangulamento que se tornou incompatível com a necessidade de maior representatividade e com o crescimento econômico de outros setores da economia blumenauense. A alternativa a este dilema se deu no estilo conciliador da associação. Sem diminuir a participação desses grandes grupos têxteis, a ampliação no número de vagas na diretoria permitiu equilibrar as tensões internas e, ao mesmo tempo, ampliar a legitimidade da ACIB no conjunto do empresariado e em suas relações com interlocutores externos.

A mais recente alteração estatutária (1993), ao contrário da anterior que promoveu uma abertura, teve um conteúdo que ampliou a elitização da estrutura organizacional e do processo eleitoral da ACIB. Esta reforma foi mais ampla, sendo que entre as modificações que comportou estão as seguintes: o tempo de vinculação à associação, para efeito de ocupação de cargos eletivos, foi aumentado para três anos, quando antes eram dois anos para presidente e seis meses para outros cargos; foi ampliada a duração do mandato - de dois para seis anos - e a quantidade - de 26 para 30 - dos membros do Conselho Deliberativo; a Diretoria Executiva deixou de ser eleita pela Assembléia Geral e passou a ser escolhida pelo Conselho Deliberativo; e, finalmente, o processo de renovação da Diretoria e do Conselho Deliberativo, que antes podia ser total, foi reduzido para um terço dos membros em cada eleição bianual.

---

<sup>10</sup> A alteração estatutária da ACIB, em 1986, foi feita sobre um estatuto aprovado em 1979.

Apesar do caráter elitizante e restritivo dessa alteração na estrutura da associação, dentre suas motivações também deviam estar presentes uma estratégia para ampliar a representatividade da ACIB, só que desta vez pela base. Após a reforma estatutária foi realizada uma campanha de filiação que, em cerca de um ano duplicou a quantidade de associados. Esta ampliação, sob as regras eleitorais anteriores, poderiam colocar em risco a posição da elite dirigente da entidade. Desta forma, ao invés de buscar ajustar as relações de força interna, a alteração teve uma orientação conservadora ao limitar a possibilidade de ascensão aos cargos diretivos pelos novos associados.

#### **4. PERFIL DOS DIRIGENTES**

Durante as décadas de 80 e 90 o perfil dos diretores da ACIB, quanto a sua vinculação a empresas, grupos e setores econômicos, manteve semelhante ao padrão estruturado a partir dos anos 60 (ver TABELA 5.2). Características como o pertencimento a famílias tradicionais da burguesia blumenauense ou a ligação às maiores empresas estabelecidas no município foram verificadas na maior parte dos membros das Diretorias Executivas da associação neste período. Este padrão elitista - como visto na seção anterior - está relacionado, principalmente, à estrutura organizacional da ACIB. Uma condição que garante a reprodução dos grupos dirigentes, inibindo a competição interna e, portanto, a ruptura no perfil das lideranças da entidade.

Desta forma, apesar de representar - e ter no seu quadro de associados - todos os setores da economia de Blumenau, poucos destes tiveram expressão na Diretoria Executiva da ACIB e menos ainda mantiveram-na constante (ver TABELA

5.3). Entre 1983 e 1995 (sete gestões), a única constante é a presença do setor têxtil e, particularmente, dos empresários ligados às maiores empresas.<sup>11</sup>

**TABELA 5.2**  
**DIRETORIAS EXECUTIVAS DA ACIB (1983-95)\***

| CARGO                    | 1983-85                                   | 1985-87                                   |   |
|--------------------------|---|---|---|
| Diretor Presidente       | Décio Antônio Moser(Moser Tec.)           | <u>Anselmo José de Souza(Dudalina)</u>    |   |
| Dir. 1º Vice-Presidente  | <u>Abramo Moser(Hering)</u>               | <u>Abramo Moser(Hering)</u>               |   |
| Dir. 2º Vice-Presidente  | <u>Anselmo José de Souza(Dudalina)</u>    | Décio Antônio Moser(Moser Tec.)           |   |
| Diretor Administrativo   | <u>José Erico Dalla Rosa(Sul Fabril)</u>  | <u>José Erico Dalla Rosa(Sul Fabril)</u>  |   |
| Vice-Dir. Administrativo | <u>Rui Ebert(Teka)</u>                    | <u>Rui Ebert(Teka)</u>                    |   |
| Diretor Financeiro       | Rolf Ehlike(Cristal Blumenau)             | Rolf Ehlike(Cristal Blumenau)             |   |
| Vice-Dir. Financeiro     | <u>Carlos Odebrecht(Karsten)</u>          | <u>Carlos Odebrecht(Karsten)</u>          |   |
| Diretor de Patrimônio    | <u>Ulrich Kühn(Artex)</u>                 | <u>Ulrich Kühn(Artex)</u>                 |   |
| Dir. Relações Públicas   | Arno Buerger Filho(Casa Buerger)          | Wilberto Schuermann(Schuermann)           |   |
| Diretor                  | <u>Artur Fouquet Júnior(Cremer)</u>       | <u>Artur Fouquet Júnior(Cremer)</u>       |   |
| CARGO                    | 1987-89                                   | 1989-91                                   | 1991-93                                   |
| Diretor Presidente       | <u>Anselmo José de Souza(Dudalina)</u>    | Ronaldo Baumgarten(Baumgarten)            | Ronaldo Baumgarten(Baumgarten)            |
| Dir. 1º Vice-Pres.       | Décio Antônio Moser(Moser Tec.)           | Hans Schadrack(Moelmann)                  | <u>Abramo Moser(Hering)</u>               |
| VPp/Assu.da Indústria    | Renato Werner(Altona)                     | <u>Abramo Moser(Hering)</u>               | <u>Adolar Leo Hermann(Sul Fabril)</u>     |
| VPp/Ass.do Comércio      | Wilberto Schuermann(Schuermann)           | Hans Martin Meyer(Distr.Condor)           | Hans Martin Meyer(Distr.Condor)           |
| VP Prest. de Serviços    | <u>Rui Ebert(Teka)</u>                    | Alcântara Correa(Altona)                  | Alcântara Correa(Altona)                  |
| VPPEq.Micro Empresa      | Romeu Georg(Romeu Georg)                  | Romeu Georg(Romeu Georg)                  | Arno Pitz(Acon-contabilidade)             |
| VP As. Comunitários      | Egon Stein(Construtora Stein)             | Egon Stein(Construtora Stein)             | Egon Stein(Construtora Stein)             |
| VP As. Legais e Gov.     | Ronaldo Baumgarten(Baumgarten)            | <u>Haroldo Pabst(Teka)</u>                | <u>Siegfried Liesenberg(Teka)</u>         |
| Dir. Administrativo      | <u>José Erico Dalla Rosa(Sul Fabril)</u>  | <u>Uwe Spranger(Karsten)</u>              | <u>Uwe Spranger(Karsten)</u>              |
| Vice-Dir. Administ.      | <u>Osmar Valentin(Hering)</u>             | <u>Carlos Husadel Dalsenter(Schrader)</u> | <u>Carlos H. Schimidt(Cremer)</u>         |
| Diretor Financeiro       | Rolf Ehlike(Cristal Blumenau)             | Rolf Ehlike(Cristal Blumenau)             | <u>Carlos Husadel Dalsenter(Schrader)</u> |
| Vice-Dir. Financeiro     | <u>Carlos Odebrecht(Karsten)</u>          | <u>Adolar Leo Hermann(Sul Fabril)</u>     | Hans Schadrack(Moelmann)                  |
| Dir. de Patrimônio       | <u>Artur Fouquet Júnior(Cremer)</u>       | <u>Artur Fouquet Júnior(Cremer)</u>       | Romeu Georg(Romeu Georg)                  |
| Dir. de Rel. Públicas    | Hans Schadrack(Moelmann)                  | Jorge Buechler(Hering Brinquedos)         | Carinho Bogo(Transform. Mega)             |
| Diretor                  | <u>Ivo Zadrozny(Artex)</u>                | <u>Ivo Zadrozny(Artex)</u>                | <u>Guido de Oliveira(Artex)</u>           |
| CARGO                    | 1993-95                                   | 1995-97                                   |   |
| Diretor Presidente       | Hans Martin Meyer(Distr.Condor)           | Hans Martin Meyer(Distr.Condor)           |   |
| Dir. 1º Vice-Pres.       | Marcos Bueschler(A.V.Catarinense)         | <u>Carlos Husadel Dalsenter(Schrader)</u> |   |
| VPp/Assu.da indústria    | <u>Adolar Leo Hermann(Sul Fabril)</u>     | <u>Adolar Leo Hermann(Sul Fabril)</u>     |   |
| VPp/Ass.do Comércio      | Manfredo Bubeck(Bermo Repres.)            | Célio Fiedler(Fiedler Automação)          |   |
| VP Prest. de Serviços    | Alcântara Correa(Altona)                  | Alfredo Lindner Jr.(Lindner Arquit.)      |   |
| VPPEq.Micro Empresa      | Hans Didjurgert(Add/Makler)               | Hans Didjurgert(Add/Makler)               |   |
| VP As. Comunitários      | Luiz Miqueluzzi(Constr. Miqueluzzi)       | <u>Uwe Spranger(Karsten)</u>              |   |
| VP As. Legais e Gov.     | <u>Abramo Moser(Hering)</u>               | <u>Abramo Moser(Hering)</u>               |   |
| Dir. Administrativo      | Carinho Bogo(Transform. Mega)             | Carinho Bogo(Transform. Mega)             |   |
| Vice-Dir. Administ.      | <u>Carlos H. Schimidt(Cremer)</u>         | <u>Ézio Alquini (Artex)</u>               |   |
| Diretor Financeiro       | <u>Carlos Husadel Dalsenter(Schrader)</u> | <u>Siegfried Liesenberg(Teka)</u>         |   |
| Vice-Dir. Financeiro     | <u>Siegfried Liesenberg(Teka)</u>         | Manfredo Kriek(Actus Consultoria)         |   |
| Dir. de Patrimônio       | <u>Uwe Spranger(Karsten)</u>              | <u>Carlos H. Schimidt(Cremer)</u>         |   |
| Dir. de Rel. Públicas    | Ricardo Stodieck(Dicatesa)                | Luiz Miqueluzzi(Constr. Miqueluzzi)       |   |
| Diretor                  | Hans Schadrack(Moelmann)                  | Evandro Obenaus(Molas Obenaus)            |   |

FONTE: ACIB

\* Os empresários vinculados aos grupos econômicos do setor têxtil tiveram seus nomes grifados.

<sup>11</sup> A única ausência dos seis maiores grupos em uma gestão da Diretoria Executiva da ACIB, no período de 1983 a 1995, ocorreu em 1993 quando nenhum diretor da Artex participou da formação da chapa eleita. Este afastamento ocorreu, possivelmente, devido ao processo de transferência de seu controle acionário da família Zadrozny para o grupo Garantia.

A participação de representantes destes grandes grupos econômicos não está relacionado, necessariamente, ao papel de liderança que estes empresários possuem individualmente em relação à classe. De fato, é comum a permanência destes empresários por no máximo duas ou três gestões.<sup>12</sup> Além disto, estes são, muitas vezes, administradores profissionais não ligados às tradicionais famílias fundadoras dos empreendimentos.

TABELA 5.3

**PARTICIPAÇÃO (com % e número de diretores) DOS SETORES ECONÔMICOS DE BLUMENAU NA DIRETORIA EXECUTIVA DA ACIB (1983-95)**

| SETORES         | 1983 (%)        | 1985 (%)        | 1987 (%)        | 1989 (%)        | 1991 (%)        | 1993 (%)        | 1995 (%)        | TOTAL (%)       |
|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| INDÚSTRIA       | 8 (80)          | 8 (80)          | 11 (73)         | 11 (73)         | 10 (87)         | 8 (53)          | 9 (60)          | 65 (88)         |
| - têxtil        | 7 (70)          | 7 (70)          | 7 (47)          | 6 (40)          | 6 (40)          | 5 (33)          | 6 (40)          | 44 (46)         |
| - metal-mec.    | —               | —               | 1 (7)           | 1 (7)           | 2 (13)          | 2 (13)          | 2 (13)          | 8 (9)           |
| - constr. civil | —               | —               | 1 (7)           | 1 (7)           | 1 (7)           | 1 (7)           | 1 (7)           | 5 (5)           |
| - cristais      | 1 (10)          | 1 (10)          | 1 (7)           | 1 (7)           | —               | —               | —               | 4 (4)           |
| - gráfica       | —               | —               | 1 (7)           | 1 (7)           | 1 (7)           | —               | —               | 3 (3)           |
| - brinquedos    | —               | —               | —               | 1 (7)           | —               | —               | —               | 1 (1)           |
| COMÉRCIO        | 2 (20)          | 2 (20)          | 4 (27)          | 3 (20)          | 3 (20)          | 3 (20)          | 2 (13)          | 19 (20)         |
| SERVIÇOS        | —               | —               | —               | 1 (7)           | 2 (13)          | 4 (27)          | 4 (27)          | 11 (12)         |
| <b>TOTAL</b>    | <b>10 (100)</b> | <b>10 (100)</b> | <b>15 (100)</b> | <b>15 (100)</b> | <b>15 (100)</b> | <b>15 (100)</b> | <b>15 (100)</b> | <b>95 (100)</b> |

FONTE: ACIB

A legitimação deste padrão de atuação encontra-se no *carisma* destas grandes empresas, sendo que este processo reúne a representação de dois tipos de interesse. Por um lado, garante-se a estes grandes empresários o controle e a direção sobre a organização coletiva do empresariado blumenauense; por outro lado, a sua presença e seu peso econômico emprestam à entidade uma maior influência junto ao Estado e, portanto, uma maior capacidade de satisfação de suas

<sup>12</sup> Esta, contudo, não é uma regra geral. Abramo Moser (Hering), por exemplo, foi o empresário que, entre 1983 e 1995, mais participou da diretoria da ACIB (seis gestões).

demandas - mesmo quando estas são de interesse geral ou de outros setores que não o têxtil.

Esta ampla presença do setor têxtil, apesar de aparentemente legitimar-se entre a maior parte da elite empresarial local, estrangulava a representação de outros setores. Com a alteração nos estatutos em 1986 - analisada na seção anterior - isto foi sanado sem retirar as *cadeiras cativas* das grandes indústrias têxteis.<sup>13</sup> A partir disto, é possível verificar a manifestação de novos padrões de presença de interesses econômicos setoriais na diretoria da associação: dentro dos setores industriais, o metal-mecânico e a construção civil passaram a ter uma representação minoritária e constante; e o setor terciário - principalmente os prestadores de serviços - amplia sua participação na diretoria.

Como estas características são recentes, não é possível definir se isto é um padrão duradouro ou se este processo interno ainda vem sofrendo ajustes para definir o grau de representação de cada setor. Entretanto, existe um diferencial entre estes padrões e o verificado para o setor têxtil: não há a ocupação perene de espaço por nenhuma empresa específica. O que ocorre, na maior parte dos casos, é a sucessão de empresários vinculados a empresas de médio e grande porte com larga tradição no município de Blumenau.<sup>14</sup> As exceções a isto, normalmente, encontram-se nos diretores ligados a setores com manifestação mais recente no espaço econômico local (construção civil e prestadores de serviços).

Outra característica verificável na diretoria da ACIB, durante as décadas de 80 e 90, é o caráter *burocrático* de suas lideranças. Não há a expressão de um

---

<sup>13</sup> Nas entrevistas pessoas com diretores da ACIB foi comum o uso da expressão "cadeiras cativas" para representar os cargos ocupados por empresários ligados às seis grandes empresas do setor têxtil. Além disto, também foi relatado a estratégia de ampliação do número de cargos com o objetivo de ampliar a representatividade da entidade sem alterar a presença dos grandes grupos econômicos.

<sup>14</sup> Alguns exemplos disto são, na indústria: Eletro-Aço Altona, Cristal Blumenau, Baumgarten Ind. Gráfica; e no comércio: Casa Buerguer, Schuermann S/A, Casa Moelmann, Schrader S/A (vinculada ao grupo Cremer) e Dicatesa (Distribuidora Catarinense de Tecidos).

líder carismático que imponha uma marca a sua gestão. Existe uma sucessão de líderes que ocupam a direção da entidade e são substituídos sem rupturas ou mudanças bruscas.

Foram presidentes, entre 1983 e 1995, os seguintes empresários:

1) **Décio Moser** (1983-5), pequeno comerciante, teve uma longa participação na diretoria da ACIB (1973-89), ocupando uma única vez a presidência. Teve uma grande atuação em partidos políticos (PDS/PPR) e foi secretário estadual no governo Amin (1986) e secretário municipal no governo Kleinubing (1988-90), além de concorrer - sem sucesso - a uma vaga na Câmara Federal em 1990. Também exerceu a presidência do CDL (Câmara de Diretores Lojistas). Atualmente não é mais associado à ACIB;

2) **Anselmo José de Souza** (1985-9), empresário do setor têxtil (Dudalina) e do comércio, ingressou na diretoria da ACIB em 1983. Apesar de não possuir filiação partidária, participou ativamente das campanhas eleitorais de seu irmão Vilson Souza (PMDB/PSDB). Também foi diretor da FACISC (1986-88);

3) **Ronaldo Baumgarten** (1989-93), empresário da indústria gráfica, ingressou na diretoria da ACIB em 1987. Foi um dos fundadores do PL em Blumenau e articulador da campanha de Kleinubing à prefeitura. Além disso, presidiu o sindicato da indústria gráfica de Blumenau e foi membro das diretorias da FACISC (1989-93) e FIESC (1986-95);

4) **Hans Martin Meyer** (1993-), empresário do setor de serviços (Meyer Representações e Distribuidora Condor), passou a fazer parte da diretoria da ACIB em 1989. Não possui vinculações partidárias.

O perfil dos presidentes da ACIB ilustra bem este processo burocratizado. Normalmente, são médios empresários que atuaram por duas gestões como diretores da associação e foram eleitos presidentes por um período não superior a



quatro anos.<sup>15</sup> Com algumas variações, possuem vinculações político-partidárias, um posicionamento ideológico liberal e democrático<sup>16</sup> e relações com outras entidades de classe do empresariado - tanto locais quanto estaduais (ver TABELA 5.4). Normalmente, parecem ter sido eleitos por sua atuação mais intensa dentro da entidade e por sua confiabilidade junto às elites empresariais locais.

**TABELA 5.4**

**PARTICIPAÇÃO DE DIRETORES DA ACIB EM ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS COM ABRANGÊNCIA ESTADUAL (1983-95)**

| <b>EMPRESARIO/EMPRESA</b>                     | <b>ENTIDADE</b> | <b>CARGO</b>          | <b>PERIODO</b> |
|---|-----------------|-----------------------|----------------|
| Anselmo de Souza (Dudalina)                   | FACISC          | Vice-Presidente       | 1986-88        |
| Ronaldo Baumgarten<br>(Baumgarten Ind. Graf.) | FACISC          | Conselho Fiscal       | 1989-93        |
|   | FIESC           | 2º Secretário         | 1986-89        |
|   | FIESC           | 2º Vice-Presidente    | 1989-92        |
|   | FIESC           | Delegado(supl.) CNI   | 1992-95        |
| Egon Stein<br>(Construtora Stein)             | FIESC           | Suplente              | 1983-86        |
|   | FIESC           | Conselho Fiscal       | 1986-89        |
| Carlos Wachholz<br>(Panificadora 7)           | FIESC           | Suplente              | 1986-89        |
|   | FIESC           | Diretor Adjunto       | 1989-92        |
|   | SESI            | Suplente              | 1989-95        |
| Júlio Horst Zadrozny<br>(Artex)               | FIESC           | 1º Vice-Presidente    | 1986-89        |
|   | CIESC           | Conselho Deliberativo | 1989-95        |
| Bernardo W. Wemer<br>(Altona)                 | FIESC/CIESC     | Presidente            | 1970-86        |
|   | FIESC           | Delegado(supl.) CNI   | 1986-89        |
| Ulrich Kühn (Artex/Hering)                    | FIESC           | Delegado CNI          | 1986-92        |
| Renato Wemer<br>(Altona)                      | CIESC           | 2º Tesoureiro         | 1986-89        |
|   | FIESC           | Vice-Presidente(Vale) | 1992-95        |
|   | CIESC           | Conselho Deliberativo | 1989-95        |
| Rui Ebert (Teka)                              | FIESC           | Diretor Adjunto       | 1992-95        |
| Lothar Schmidt (Cremer)                       | CIESC           | Conselho Deliberativo | 1989-95        |

FONTE: ACIB, FIESC e FACISC

<sup>15</sup> A preocupação em não estabelecer lideranças que ocupem durante um longo período a presidência da ACIB é expresso, inclusive, em seus estatutos. Estes limitam a, no máximo, duas gestões (quatro anos) o tempo de permanência de um empresário neste cargo.

<sup>16</sup> A expressão do posicionamento ideológico dos presidentes da ACIB (1983-95) foi verificada através de seus pronunciamentos públicos (periódicos locais e órgão de divulgação interna da entidade) e de entrevistas pessoais. Sem grandes discrepâncias ao longo do período, todos os empresários manifestaram: uma posição liberal e privatizante, quanto ao funcionamento da economia, com uma aversão à intervenção do Estado e favoráveis a regulação pelas "leis de mercado"; e uma posição a favor do jogo democrático no espaço político, apesar de não tecerem críticas ao período de ditadura militar, com a livre organização e manifestação de todos os grupos sociais (trabalhadores, empresários, etc). Neste último caso, houve um posicionamento majoritário contra a regulamentação estatal das relações de trabalho e da estrutura corporativista de representação de interesses.

A estabilidade e a falta de competição explícita é, de fato, uma marca do processo sucessório interno da ACIB. Todas suas eleições são reduzidas a chapas únicas e consensuais. A ausência de conflitos manifestos agrega, provavelmente, outros elementos à legitimação das lideranças que atuem simultaneamente aos procedimentos eleitorais restritivos e elitistas.

Um desses fatores parece ser a função exercida pelo Conselho Deliberativo. Este conselho permite o acesso, à posição de diretor da ACIB, de empresários de dezenas de setores econômicos, abrandando as dificuldades de adentrar à Diretoria Executiva. Devido a sua plasticidade - capacidade de alterar a composição dos setores que o formam -, este conselho permite, ainda, incorporar a dinâmica da economia local, institucionalizando-a a estrutura da associação.<sup>17</sup> Além disto, como grande parte de seus membros também exercem a liderança em sindicatos patronais e associações profissionais, este órgão diretivo viabiliza a articulação do conjunto do empresariado blumenauense sob a orientação da direção da ACIB.

Finalmente, há na ACIB mais um órgão que tem seus membros eleitos: o Conselho Fiscal. Os empresários que o compõe possuem uma relevância particular à nossa investigação. Estes formam uma espécie de "*conselho de honra*" que reúne, na maior parte dos casos, grandes e tradicionais empresários blumenauenses. Entre os empresários que fizeram parte deste conselho nos últimos anos estão: Ingo Hering, Ivo Hering, Heinz Schrader (Cremer), Lothar Schmidt (Cremer), Júlio Zadrozny (Artex), Bernardo Wolfgang Werner (Altona), etc. A participação destes empresários parece constituir uma *cúria* que funciona, ao

---

<sup>17</sup> Entre 1983 e 1995 existiram dois tipos de composição no Conselho Deliberativo da ACIB. Até 1989 havia: nove conselheiros do comércio, onze da indústria e cinco dos prestadores de serviços - 25 no total. Depois desta data, estes passaram a ser, respectivamente, oito, doze e dez conselheiros - 30 ao todo. Esta modificação, provavelmente, refletiu a ampliação da representação dos prestadores de serviços na associação

mesmo tempo, como uma forma de homenagear a tradição empresarial blumenauense e como uma forma destes empresários fiscalizarem o funcionamento da entidade para que esta continue sob o controle da elite econômica local.

## 5. PERFIL DOS ASSOCIADOS

A base social da ACIB é extremamente complexa. Como sócios da entidade encontram-se desde profissionais liberais a empresas que pertencem a grupos econômicos com um faturamento anual de bilhões de dólares. Entre esses dois extremos é possível verificar empresas de vários tamanhos e atividades nos mais variados setores econômicos, além de fundações públicas, empresas estatais, empresas multinacionais e entidades filantrópicas. Esta configuração diversificada, acrescida da grande quantidade de sócios, permite estabelecer a ACIB como a mais representativa organização empresarial do município de Blumenau.

Apesar desta pluralidade, esta representação de interesses demonstra-se desigual quando utilizamos alguns critérios de estratificação (tamanho da empresa, setores econômicos, etc.) para analisar o perfil dos filiados. A maioria dos sócios desta entidade é constituída de micro e pequenas empresas. Entretanto, esses associados representam uma parcela pequena do total de empreendimentos deste gênero presentes em Blumenau. Em contrapartida, o padrão de ingresso das grandes e médias empresas ao quadro de associados é o inverso, isto é, apesar de encontrarem-se em número inferior na associação, a grande maioria destes tipos de empresas é filiada à ACIB.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Como falta-nos informações sobre as empresas filiadas à ACIB, não podemos expressar dados exatos sobre esta questão. Entretanto, quando confrontamos a lista de sócios da entidade - utilizando a notoriedade das grandes empresas estabelecidas no município para identificá-las - com os dados da Prefeitura que computam, em 1993, apenas 33 empresas industriais consideradas grandes (mais de 200 empregados), torna-se possível utilizar essas informações. Além disso, segundo os dados da Prefeitura para o mesmo ano, existiam mais de 1700 estabelecimentos industriais e cerca de 11500 empresas registradas em Blumenau (para mais informações, ver item 3.1 do capítulo II).

Como apesar dessa desigualdade a maioria dos cargos de direção da ACIB é controlada pelos grandes empresários, certamente a motivação para ingresso e permanência na entidade deve ser diferenciado para os dois grupos. Enquanto o primeiro sensibiliza-se pelos incentivos seletivos - serviços prestados pela ACIB a seus associados -, o segundo grupo tem na associação um canal privilegiado de atuação político-ideológico.

Quanto a vinculação dos sócios aos diversos setores econômicos, verifica-se que a maioria pertence às atividades terciárias<sup>19</sup> e, principalmente, relacionadas à prestação de serviços (ver TABELA 5.5). A participação da indústria não só é minoritária como vem decrescendo percentualmente entre 1992 e 1994. Entretanto, existe um ponto em comum a todos os setores representados na base social da ACIB: a baixa representação quando comparada ao universo empresarial de Blumenau. Tendo como base o ano de 1994 e o cadastro de empresas da Prefeitura, verificamos que, das empresas estabelecidas no município, são filiadas à associação: 7% das indústrias, 3% do comércio e 4% das prestadoras de serviços.<sup>20</sup>

A análise da quantidade de sócios, sua distribuição por setores e seu crescimento numérico nos permite fazer mais algumas observações sobre o perfil da base social desta associação. Durante as décadas de 70 e 80, a quantidade de filiados da ACIB teve uma baixa oscilação, mantendo uma média de 380 sócios.<sup>21</sup> Os primeiros dados que temos da década de 90 demonstram um decréscimo no

---

<sup>19</sup> Existe uma tradição dentro da ACIB em dividir os sócios do setor terciário em atividades do comércio e dos serviços. Para nossa estratificação mantivemos essa separação ordenando os associados da seguinte forma, no setor de serviços: instituições financeiras, escolas, escritórios de contabilidade e consultoria, agências de turismo, instituições filantrópicas, representantes comerciais e profissionais liberais; e no comércio atividades no varejo e atacadistas.

<sup>20</sup> Segundo dados da Prefeitura de Blumenau, existiriam em 1994: 1.824 empresas industriais, 4.638 comerciais e 5.587 prestadoras de serviços.

<sup>21</sup> Segundo dados dos relatórios bianuais da Diretoria da ACIB, expressos em seu Boletim Informativo entre 1977 e 1987 (mês de maio), a quantidade de sócios da entidade em cada biênio era o seguinte: 1977, 361 sócios; 1979, 369 sócios; 1981, 387 sócios; 1983, 404 sócios; 1985, 391 sócios; 1987, 376 sócios.

número de filiados - 305 sócios em 1992. Contudo, em 1994 a ACIB começou uma campanha de filiação com o objetivo de ampliar sua representatividade. Esta teve o efeito desejado, visto que esta associação multiplicou sua base social para 469 (outubro de 1994) e 823 membros (junho de 1995) num tempo relativamente curto - um crescimento de 54% e 170%, respectivamente, sobre 1992.<sup>22</sup> Como a quantidade de associados vem crescendo em ritmo maior no setor terciário e, especificamente, nos ramos de prestação de serviços, é possível que isto venha a se refletir na estrutura e atuação futura da entidade.

**TABELA 5.5**

**VINCULAÇÃO DOS ASSOCIADOS DA ACIB AOS SETORES ECONÔMICOS  
(1992/94 - com índice de crescimento)**

| SETORES                   | QUANTIDADE DE SÓCIOS* |                 | crescimento<br>(1992/94) |
|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------------------|
|                           | outubro de 1992       | outubro de 1994 |                          |
| <b>INDÚSTRIA</b>          | 96 (32%)              | 127 (27%)       | +32%                     |
| - Têxtil/confecção        | 28 (9%)               | 37 (8%)         | +32%                     |
| - Metal-mecânica/elétrica | 30 (10%)              | 24 (5%)         | -20%                     |
| - Construção civil        | 16 (5%)               | 18 (4%)         | +13%                     |
| - Alimentícia             | 11 (4%)               | 12 (2%)         | +9%                      |
| - Outras                  | 11 (4%)               | 36 (8%)         | +227%                    |
| <b>COMÉRCIO</b>           | 86 (28%)              | 126 (27%)       | +47%                     |
| <b>SERVIÇOS</b>           | 123 (40%)             | 216 (46%)       | +76%                     |
| <b>TOTAL</b>              | 305 (100%)            | 469 (100%)      | +54%                     |

FONTES: ACIB

\*. Os dados de 1992 não tiveram fontes homogêneas. O primeiro possuía uma pré-estratificação realizada pela ACIB que no segundo não existiam.

<sup>22</sup> Não temos dados específicos sobre a distribuição da base social por setores econômicos em 1995. Entretanto, provavelmente esta deve, no mínimo, manter os percentuais de 1994 com possível crescimento para o setor de serviços.

## 6. ATIVIDADES DA ENTIDADE (1984-1994)

Nas seções anteriores nos detivemos à investigação das especificidades da dinâmica e da estrutura da ACIB através da análise e descrição de sua organização, lideranças e associados. Nesta, pretendemos complementar o estudo do processo de representação de interesses do empresariado blumenauense - realizado por essa associação - examinando sua atuação na última década. Ao realizarmos isso, estamos especificamente preocupados em desenvolver os seguintes objetivos: descrever e analisar as principais atividades da entidade; compreender sua dinâmica pela interpretação de diferentes padrões de atuação e expressão pública; e especificar as tendências que provavelmente orientam o comportamento futuro desta organização empresarial.

Para operacionalizar esta investigação optamos por distinguir três tipos básicos de atividades que serão tratadas separadamente: 1) as demandas/pressões orientadas ao Estado, em todos os seus níveis jurídico-políticos; 2) a prestação de serviços aos associados; e 3) as relações com outras entidades de classe do empresariado. Em cada um desses tipos específicos - especialmente no primeiro - abordaremos seus aspectos quantitativos e qualitativos. Além dessa análise das atividades da associação, incorporaremos uma verificação dos pronunciamentos das lideranças da ACIB na imprensa local, objetivando com isto constatar o grau de visibilidade da atuação da entidade e especificar quais as principais temáticas que foram objeto de expressão pública.<sup>23</sup>

Como fonte de informações aos estudos das atividades, utilizamos os periódicos editados pela associação, entre 1984 e 1994, por esta demonstrar-se a mais completa base de dados disponíveis sobre esta organização.<sup>24</sup> Contudo, esta

---

<sup>23</sup> O órgão de imprensa utilizado para esta verificação foi o Jornal de Santa Catarina, o qual foi sistematicamente examinado no período de 1985 a 1994.

<sup>24</sup> Além dessa fonte, existiam relatórios bianuais de atividades normalmente encartados em seus periódicos. Contudo, estes apresentaram algumas inconveniências para sua utilização: eram

apresentou alguns limites à nossa investigação. O primeiro, foi a provável disparidade entre o conjunto de atividades da ACIB e a quantidade e os tipos de atuações que tiveram divulgação nos periódicos. Incorporou-se a isso o nível diferenciado de informações sobre cada atividade específica, fato que comprometeu, principalmente, a investigação das relações com o Estado. Isto, devido a inconstante presença de dados fundamentais como: o nível de satisfação das demandas, o interlocutor, o canal de acesso ao aparelho estatal, etc.

A segunda dificuldade - decorrente e interligada a primeira -, foi relativa à falta de homogeneidade nos órgãos de divulgação das atividades da ACIB, tanto em seu formato quanto em sua periodicidade (ver TABELA 5.6). Foram utilizados os três periódicos editados entre 1984 e 1994: 1) o "Informativo Urgente", editado entre novembro de 1983 e agosto de 1987, teve uma periodicidade primeiramente quinzenal e depois mensal, sendo que seu formato era o de fotocópias agregadas; 2) o "Boletim Informativo da ACIB", divulgado entre setembro de 1987 e dezembro de 1992 e impresso no formato tablóide, foi o veículo de divulgação mais irregular no período, tendo ficado mais de dois anos sem nenhuma edição (1990-92); 3) a coluna "Informativo ACIB", publicada semanalmente no Jornal de Santa Catarina desde 15/07/1993, foi, apesar do pouco tempo de edição, a fonte de dados mais rica e completa a disposição.

O formato de edição, a quantidade/qualidade das informações e a periodicidade das publicações parecem estar relacionadas em maior ou menor grau em cada momento, a dois fatores diversos: 1) o perfil dos gestores da ACIB - e, particularmente, ao empresário que ocupa sua presidência, já que o restante da diretoria possui uma razoável estabilidade entre seus ocupantes nas diversas gestões -, visto que a nova presidência inaugura-se um novo tipo de periódico ou, a

---

resumos do que havia sido divulgado nos periódicos internos - e, portanto, menos ricos em dados que estes - e tiveram sua divulgação suspensa em 1989. Devido a esses limites, os relatórios bianuais mostraram-se úteis somente à verificação do nível de satisfação das demandas/pressões junto ao Estado - isto, quando eram publicados.

**TABELA - 5.6**

**ATIVIDADES DA ACIB (1984-94) DIVULGADA NOS PERIÓDICOS EDITADOS PELA ENTIDADE  
(discriminadas por tipo de atividade e ano - com informações sobre os periódicos\*)**

| ATIVIDADES                           | 1984 (%) | 1985 (%) | 1986 (%) | 1987 (%) | 1988 (%) | 1989 (%) | 1990 (%) | 1991 (%) | 1992 (%) | 1993 (%) | 1994 (%)  | Total (%) |
|--------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|
| Demandas/pressões<br>Junto ao Estado | 62 (77)  | 19 (50)  | 26 (76)  | 17 (59)  | 09 (47)  | 05 (50)  | 01 (100) | --       | 02 (33)  | 29 (52)  | 56 (50)   | 226 (59)  |
| Prestação de<br>serviços             | 17 (21)  | 12 (32)  | 08 (24)  | 11 (39)  | 08 (42)  | 04 (40)  | --       | --       | 04 (67)  | 20 (36)  | 41 (37)   | 125 (32)  |
| Relações com<br>outras entidades     | 02 (02)  | 07 (18)  | --       | 01 (03)  | 02 (11)  | 01 (10)  | --       | --       | --       | 07 (12)  | 15 (13)   | 35 (09)   |
| <b>TOTAL</b>                         | 81 (100) | 38 (100) | 34 (100) | 29 (100) | 19 (100) | 10 (100) | 01 (100) | --       | 06 (100) | 56 (100) | 112 (100) | 386 (100) |
| Quant. de meses<br>com publicações   | 12       | 11       | 11       | 12       | 10       | 06       | 01       | --       | 01       | 06       | 12        | 82        |
| Média de<br>atividades/mês           | 6,8      | 3,5      | 3,1      | 2,4      | 1,9      | 1,7      | 1        | --       | 6        | 9,3      | 9,3       | 4,7       |
| Quantidade de<br>publicações         | 24       | 11       | 11       | 12       | 10       | 06       | 01       | --       | 01       | 24       | 51        | 151       |
| Média de<br>atividades/publicaç.     | 3,4      | 3,5      | 3,1      | 2,4      | 1,9      | 1,7      | 1        | --       | 6        | 9,3      | 2,3       | 2,2       |

FOONTE: PERIÓDICOS EDITADOS PELA ACIB  
\* Os periódicos consultados foram: "INFORMATIVO URGENTE" (01/11/83 a 03/08/87), "BOLETIM INFORMATIVO DA ACIB" (09/87 a 12/92) e a coluna do  
Jornal de Santa Catarina "INFORMATIVO ACIB" (iniciada em 15/07/93).



exemplo das gestões presididas por Ronaldo Baumgarten, suspende-se quase que por completo a divulgação de informações; 2) o meio ambiente político, que exige maior dinamismo, qualificação e abrangência no fornecimento de informações aos sócios - e, no caso mais recente, a toda a sociedade blumenauense -, visando a articulação interna e a formação de consensos à mobilização política.

Além destas implicações à análise e compreensão da atuação da ACIB, decorrentes das fontes de informações utilizadas, existe mais uma ressalva em um aspecto técnico-metodológico. A heterogeneidade destas informações compromete a construção de séries históricas moduladas pelos diferentes tipos de atividades especificados, prejudicando, desta forma, um melhor detalhamento das tendências de comportamento da associação. Como a quantidade de atividades varia concomitantemente ao volume de publicações, é provável que existam grandes desfigurações na atuação da ACIB aqui descritas. Isto, porém, deve ser visto como ressalva à análise aqui empreendida e nunca como obstáculo que a inviabilize totalmente.

## 6.1. DEMANDAS/PRESSÕES JUNTO AO ESTADO

Do conjunto de atividades empreendidas pela ACIB - e registradas em seus órgãos de divulgação - na última década, as que mais se destacaram pela sua quantidade foram as dirigidas ao Estado e suas agências. Esta regularidade é uma indicação de que o papel desta entidade na representação dos interesses do empresariado blumenauense é majoritariamente orientada a influenciar a formulação e execução de políticas públicas. Como este processo de mediação dos interesses está permeado por uma grande complexidade de relações, procuramos operacionalizar a análise através de quatro variáveis que possibilitaram a compreensão de algumas características significativas neste processo.

Cada demanda/pressão junto ao Estado foi dimensionada como um item específico e computada através das seguintes variáveis:

1) pela sua destinação, isto é, a qual nível de poder a ação foi orientada. Esta procurou verificar qual agência do Estado foi identificada pelos empresários como competente à satisfação de seus interesses durante o processo de democratização do Estado. Por isso, estratificamos a destinação em cada nível da hierarquia do Estado (federal, estadual e municipal) e, subsequentemente, em cada esfera de poder (executivo e legislativo). No caso do poder executivo foram englobados a administração direta, as agências descentralizadas e as empresas e fundações estatais;

2) pelo número de organizações empresariais envolvidas na ação, dividido em dois grupos: a) ação individual e b) ação coletiva. Nesse caso, procurou-se identificar, além do padrão de atuação, a cooperação de entidades empresariais no nível local - sobretudo vinculações entre a ACIB e o SINTEX - e à vinculação da ACIB com organizações que tivessem um nível de abrangência territorial maior (estadual e federal);

3) pelo padrão de interesse expresso na ação, estratificando-os em: a) geral e b) setorial (setor têxtil e outros). O objetivo desse dimensionamento foi identificar o grau de explicitação de interesses setoriais - especificamente do setor têxtil - no rol de atividades da associação, relacionando-as com o perfil de seus dirigentes;

4) pelos objetivos explicitados da ação. Esses foram codificados em: a) econômicos, quando comportavam interesses relacionados diretamente ao funcionamento das empresas (financiamentos de instituições públicas, isenção ou cobrança de impostos, procedimentos de exportação/importação, apoio ao turismo ou à realização/participação de feiras, etc.); b) políticos, quando vinculados à transformação na institucionalidade e na representação política

TABELA - 5.7

## INFORMAÇÕES SOBRE AS DEMANDAS/PRESSÕES DA ACIB DIRIGIDAS AO ESTADO (1984-94)

| INFORMAÇÕES              | 1984 (%) | 1985 (%) | 1986 (%) | 1987 (%) | 1988 (%) | 1989 (%) | 1990 (%) | 1991 (%) | 1992 (%) | 1993 (%) | 1994 (%) | Total (%) |
|--------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| <b>1) NÍVEL DE PODER</b> |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |           |
| <b>FEDERAL</b>           | 16 (26)  | 09 (47)  | 09 (35)  | 06 (35)  | 02 (22)  | 01 (20)  | --       | --       | 01 (50)  | 13 (45)  | 19 (34)  | 76 (34)   |
| - Executivo              | 13 (21)  | 07 (37)  | 08 (31)  | 06 (35)  | 02 (22)  | --       | --       | --       | --       | 01 (04)  | 09 (16)  | 46 (20)   |
| - Legislativo            | 03 (05)  | 02 (10)  | 01 (04)  | --       | --       | 01 (20)  | --       | --       | 01 (50)  | 12 (41)  | 10 (18)  | 30 (14)   |
| <b>ESTADUAL</b>          | 35 (56)  | 07 (37)  | 11 (42)  | 08 (47)  | 07 (78)  | 02 (40)  | 01 (100) | --       | 01 (50)  | 11 (38)  | 25 (45)  | 108 (48)  |
| - Executivo              | 34 (55)  | 07 (37)  | 10 (38)  | 08 (47)  | 07 (78)  | 02 (40)  | 01 (100) | --       | 01 (50)  | 11 (38)  | 25 (45)  | 106 (47)  |
| - Legislativo            | 01 (01)  | --       | 01 (04)  | --       | --       | --       | --       | --       | --       | --       | --       | 02 (01)   |
| <b>MUNICIPAL</b>         | 11 (18)  | 03 (16)  | 06 (23)  | 03 (18)  | --       | 02 (40)  | --       | --       | --       | 05 (18)  | 12 (21)  | 42 (18)   |
| - Executivo              | 11 (18)  | 03 (16)  | 06 (23)  | 03 (18)  | --       | 01 (20)  | --       | --       | --       | 03 (10)  | 09 (16)  | 36 (16)   |
| - Legislativo            | --       | --       | --       | --       | --       | 01 (20)  | --       | --       | --       | 02 (08)  | 03 (05)  | 06 (02)   |
| <b>TOTAL</b>             | 62 (100) | 19 (100) | 26 (100) | 17 (100) | 09 (100) | 05 (100) | 01 (100) | --       | 02 (100) | 29 (100) | 56 (100) | 226 (100) |
| <b>2) TIPO DE AÇÃO</b>   |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |           |
| <b>INDIVIDUAL</b>        | 57 (92)  | 17 (89)  | 25 (96)  | 15 (88)  | 09 (100) | 05 (100) | 01 (100) | --       | 02 (100) | 27 (93)  | 47 (84)  | 205 (91)  |
| <b>COLETIVA</b>          | 05 (08)  | 02 (11)  | 01 (04)  | 02 (12)  | --       | --       | --       | --       | --       | 02 (07)  | 09 (16)  | 21 (09)   |
| <b>TOTAL</b>             | 62 (100) | 19 (100) | 26 (100) | 17 (100) | 09 (100) | 05 (100) | 01 (100) | --       | 02 (100) | 29 (100) | 56 (100) | 226 (100) |
| <b>3) INTERESSE</b>      |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |           |
| <b>GERAL</b>             | 57 (92)  | 17 (89)  | 25 (96)  | 17 (100) | 09 (100) | 05 (100) | 01 (100) | --       | 02 (100) | 29 (100) | 55 (98)  | 217 (96)  |
| <b>SETORIAL</b>          | 05 (08)  | 02 (11)  | 01 (04)  | --       | --       | --       | --       | --       | --       | --       | 01 (02)  | 09 (04)   |
| - Têxtil                 | 02 (03)  | 02 (11)  | 01 (04)  | --       | --       | --       | --       | --       | --       | --       | 01 (02)  | 06 (03)   |
| - Outros                 | 03 (05)  | --       | --       | --       | --       | --       | --       | --       | --       | --       | --       | 03 (01)   |
| <b>TOTAL</b>             | 62 (100) | 19 (100) | 26 (100) | 17 (100) | 09 (100) | 05 (100) | 01 (100) | --       | 02 (100) | 29 (100) | 56 (100) | 226 (100) |
| <b>4) OBJETIVOS</b>      |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |           |
| <b>ECONÔMICOS</b>        | 41 (66)  | 09 (47)  | 10 (38)  | 05 (29)  | 04 (45)  | 02 (40)  | --       | --       | --       | 05 (17)  | 09 (16)  | 85 (38)   |
| - Financeiros            | 19 (31)  | 02 (11)  | 03 (10)  | 01 (05)  | --       | --       | --       | --       | --       | --       | 01 (02)  | 26 (12)   |
| - Impostos               | 09 (15)  | 02 (11)  | 02 (08)  | 02 (12)  | 03 (34)  | --       | --       | --       | --       | 03 (10)  | 04 (07)  | 25 (11)   |
| - Turismo/Ferias         | 06 (10)  | 03 (15)  | 02 (08)  | --       | --       | 02 (40)  | --       | --       | --       | 01 (03)  | 01 (02)  | 15 (07)   |
| - Espec. mão-de-obra     | 01 (01)  | 01 (05)  | 02 (08)  | --       | --       | --       | --       | --       | --       | 01 (04)  | --       | 04 (02)   |
| - Exportação/Import.     | 02 (02)  | 01 (05)  | --       | --       | --       | --       | --       | --       | --       | --       | --       | 03 (01)   |
| - Outros                 | 05 (08)  | --       | 01 (04)  | 02 (12)  | 01 (11)  | --       | --       | --       | --       | --       | 03 (05)  | 12 (05)   |
| <b>POLÍTICOS</b>         | 02 (03)  | 04 (21)  | 04 (16)  | --       | 01 (11)  | 02 (40)  | --       | --       | 01 (50)  | 13 (45)  | 20 (36)  | 47 (21)   |
| - Constituição           | --       | 01 (05)  | --       | --       | --       | 01 (20)  | --       | --       | 01 (50)  | 09 (31)  | 03 (05)  | 15 (07)   |
| - Rep. polít./Eleições   | 01 (02)  | --       | --       | --       | --       | 01 (20)  | --       | --       | --       | 02 (07)  | 04 (07)  | 14 (06)   |
| - Legislação             | 01 (01)  | 02 (11)  | 02 (08)  | --       | 01 (11)  | --       | --       | --       | --       | 01 (04)  | 10 (19)  | 10 (04)   |
| - Outros                 | --       | 01 (05)  | 02 (08)  | --       | --       | --       | --       | --       | --       | 01 (03)  | 03 (05)  | 08 (04)   |
| <b>CIVICOS/SOCIAIS</b>   | 19 (31)  | 06 (32)  | 12 (46)  | 12 (71)  | 04 (44)  | 01 (20)  | 01 (100) | --       | 01 (50)  | 11 (38)  | 27 (48)  | 94 (41)   |
| - Infra-estrutura        | 06 (10)  | 05 (27)  | 07 (26)  | 06 (35)  | 01 (11)  | --       | 01 (100) | --       | 01 (50)  | 06 (21)  | 14 (25)  | 47 (21)   |
| - Segurança pública      | 06 (10)  | 01 (05)  | 02 (08)  | 03 (06)  | 01 (11)  | 01 (20)  | --       | --       | --       | 03 (10)  | 03 (05)  | 18 (08)   |
| - Saúde/educação         | --       | --       | 02 (08)  | 03 (16)  | --       | --       | --       | --       | --       | 02 (07)  | 05 (09)  | 12 (05)   |
| - Inundações             | 06 (10)  | --       | --       | 02 (12)  | --       | --       | --       | --       | --       | --       | 01 (02)  | 07 (03)   |
| - Outros                 | 01 (01)  | --       | 01 (04)  | 02 (12)  | 02 (22)  | --       | --       | --       | --       | --       | 04 (07)  | 10 (04)   |
| <b>TOTAL</b>             | 62 (100) | 19 (100) | 26 (100) | 17 (100) | 09 (100) | 05 (100) | 01 (100) | --       | 02 (100) | 29 (100) | 56 (100) | 226 (100) |

FONTE: PERIÓDICOS EDITADOS PELA ACIB

(Assembléia/reforma à Constituição, processo eleitoral e representação política regional, alteração na legislação tributária/trabalhista, etc.); e c) cívicos/sociais, quando relacionados a interesses que extrapolaram o âmbito empresarial (infra-estrutura, segurança pública, saúde/educação, contenção de cheias, etc.).

A apreciação geral do processo de representação de interesses realizado pela ACIB entre 1984 e 1994 - e dimensionado pelas variáveis descritas anteriormente (ver TABELA 5.7) - indicaram, como mais típico na atuação da entidade, o seguinte: uma majoritária destinação das demandas/pressões às esferas de poder executivo (83%), com uma maior concentração no governo estadual (47%), o que poderia significar um desprestígio do poder legislativo enquanto espaço competente de resolução de interesses; um predomínio do padrão individual de atuação (91%) e orientada majoritariamente para interesses não setoriais (96%), fatores que descartariam hipóteses relacionadas com a veiculação de interesses setoriais pela entidade; e uma maior orientação da atuação em objetivos cívico/sociais (principalmente questões envolvendo infra-estrutura e segurança pública) e econômicas (concentrada em demandas sobre o recolhimento de impostos e financiamentos públicos). Entretanto, como além de verificar o padrão global pretendemos analisar a dinâmica de atuação no período, precisamos realizar uma investigação mais detalhada de cada um dos pontos.

Primeiramente, quanto à destinação das demandas às diversas esferas de poder estatal, existem grandes variações na atuação da ACIB quando recortamos a última década em períodos menores (ver TABELA 5.8). Nos dois primeiros biênios (1984-5 e 1986-7) quase a totalidade das atividades direcionaram-se ao poder executivo em seus diversos níveis (federal, estadual e municipal). Este padrão foi alterado no período mais recente (1993-4) pelo crescimento - proporcional e numérico - das demandas/pressão orientadas ao poder legislativo que, apesar de

continuarem minoritárias, passaram a representar quase um terço das atividades da associação.

**TABELA 5.8**

**QUANTIDADE DE DEMANDAS/PRESSÕES JUNTO AO ESTADO  
REALIZADAS PELA ACIB  
(por níveis/esferas de poder e em três períodos: 1984-85, 1986-87 e 1993-94)**

| <b>PODERES</b>     | <b>1984-85</b> |               | <b>1986-87</b> |               | <b>1993-94</b> |               |
|--------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| <b>EXECUTIVO</b>   | 75             | (93%)         | 41             | (95%)         | 58             | (68%)         |
| - FEDERAL          | 20             | (25%)         | 14             | (32%)         | 10             | (12%)         |
| - ESTADUAL         | 41             | (51%)         | 18             | (42%)         | 36             | (42%)         |
| - MUNICIPAL        | 14             | (17%)         | 09             | (21%)         | 12             | (14%)         |
| <b>LEGISLATIVO</b> | 06             | (7%)          | 02             | (5%)          | 27             | (32%)         |
| - FEDERAL          | 05             | (6%)          | 01             | (3%)          | 22             | (26%)         |
| - ESTADUAL         | 01             | (1%)          | 01             | (2%)          | -              | -             |
| - MUNICIPAL        | -              | -             | -              | -             | 05             | (6%)          |
| <b>TOTAL</b>       | <b>81</b>      | <b>(100%)</b> | <b>43</b>      | <b>(100%)</b> | <b>85</b>      | <b>(100%)</b> |

FONTES: PERIÓDICOS EDITADOS PELA ACIB

Contudo, este incremento não se dá de forma homogênea nos diversos níveis de poder. Enquanto os poderes legislativos municipal e estadual foram pouco contactados, esta esfera de poder federal foi um dos alvos preferencial da ACIB entre 1993 e 1994. É provável que a pequena quantidade de atividades da ACIB orientadas ao legislativo - e também executivo - municipal seja ocasionada: primeiro, pela proximidade e relacionamento íntimo entre as elites políticas e econômicas locais, o que favoreceria formas de contato mais discretas e menos visíveis para o encaminhamento das demandas e pressões, bem como, um grau razoável de satisfação destas; segundo, devido a institucionalização da ACIB enquanto órgão consultivo do poder municipal, a presença e a intervenção da entidade tornam-se legalmente favorecidas na formulação de leis e políticas públicas no município, fato que minimizaria a ocorrência de contatos externos aos conselhos e fóruns municipais que os diretores da ACIB têm assento obrigatório.

No nível estadual, a baixa incidência de demandas/pressões dirigidas ao poder legislativo parece relacionar-se à forma de integração da elite empresarial blumenauense ao espaço político e institucional catarinense.<sup>25</sup> Esta, por um lado, expressa-se na eleição contínua de deputados estaduais vinculados organicamente à elite empresarial local, garantindo-se, dessa forma, um canal perene e direto de representação de interesses nesta esfera de poder.

Por outro lado, o espaço que constantemente concentrou a maior quantidade de demandas/pressões - e também o maior índice de satisfação verificável entre essas na última década - foi o poder executivo estadual, inibindo, assim, uma maior intensidade de contactos com o legislativo. Também na relação do poder executivo estadual - principalmente nas gestões do PDS e PFL - com a ACIB expressam a integração do empresariado local com o espaço político, fornecendo, neste processo, os mais eficientes canais de satisfação dos interesses destes empresários no período investigado. Isto, devido à ocupação de cargos públicos por empresários blumenauenses ou pessoas a esses vinculados nas administrações estaduais.<sup>26</sup>

Diferentemente dos casos anteriores, há um incremento significativo da atuação da ACIB dirigida ao poder legislativo federal. Neste caso, isso parece estar vinculado diretamente às transformações do meio ambiente político, ou seja, é provável que esse crescimento relacione-se com o processo de democratização do Estado. Como nos últimos anos a agenda do Congresso Nacional esteve perpassada por propostas de mudanças estruturais - reformas constitucionais,

---

<sup>25</sup> Sobre a atuação do empresariado blumenauense no espaço político-institucional, ver capítulo III.

<sup>26</sup> Teve destaque neste processo a Secretaria da Indústria e Comércio (SIC), principalmente nas pressões orientadas a objetivos econômicos. Isto é particularmente relevante, já que esta Secretaria foi ocupada durante a década de 80 por vários blumenauenses - dentre esses, dois ex-presidentes da ACIB: Etevaldo da Silva (1983-86) e Décio Moser (1986). Esses, além de ser contactados para demandas de competência do governo estadual, foram muitas vezes tratados como interlocutores da ACIB junto ao poder executivo federal.

privatizações, etc. -, a alteração no padrão de atuação da ACIB refletiu isto pelo incremento de pressões político-ideológica dirigidas a esta esfera de poder.

Na segunda variável analisada - que distinguem entre ações individuais e ações em cooperação com outras organizações empresariais -, verifica-se uma baixa incidência de atividades coletivas (menos de 10%). Entre as entidades que mais cooperaram com a ACIB em demandas dirigidas ao Estado destacam-se: o CDL (Câmara de Diretores Lojistas de Blumenau) e os sindicatos patronais com sede em Blumenau<sup>27</sup>, associadas a demandas econômicas (promoção da *Oktoberfest* e de feiras setoriais) e políticas (defesa do voto em candidatos de Blumenau ao legislativo - "voto distrital"); a FACISC, como canal de expressão de pressões econômicas (recolhimento do ICMS), políticas (pressão pela reforma constitucional) e sociais (informações sobre os serviços da TELESC); e a FIESC/SENAI, ligada a demandas econômicas (auxílio estadual à especialização de mão-de-obra têxtil) e políticos (forma de financiamento em campanhas políticas). Contudo, como o padrão predominante de atuação foi o individual, verifica-se que, apesar da presença de muitos diretores da ACIB vinculados a entidades corporativas (sindicatos patronais), não há uma explicitação de uma cooperação perene com estas organizações empresariais.

A computação dos dados relativos à terceira variável - padrão de interesse geral ou setorial - obteve resultados semelhantes ao item anterior. Na maior parte das demandas encaminhadas ao Estado (96%) não se verificou referências a interesses setoriais. Dada a concentração de diretores da associação em poucos setores econômicos - com o predomínio do setor têxtil -, observa-se que isso não se reflete diretamente na representação de interesses encaminhada pela entidade.

---

<sup>27</sup> Praticamente todas as informações sobre cooperações entre os sindicatos patronais e a ACIB não expressavam quais entidades, individualmente, estavam participando, permanecendo sempre o sentido genérico. A única exceção a isso é uma citação ao SINTEX numa demanda conjunta à Secretaria da Indústria e Comércio de Santa Catarina para obter auxílio na realização de uma "feira têxtil" (INFORMATIVO URGENTE, 19/11/1994).

Apesar disso, as poucas demandas com interesses setoriais foram em sua maioria relacionadas ao setor têxtil<sup>28</sup>, fato que demonstra a expressiva importância deste setor na entidade.

Apesar de não existir uma vinculação imediata, na última década, entre o perfil da diretoria e o padrão de atuação da ACIB dirigido ao Estado - quanto à cooperação com outras organizações empresariais e à representação de interesses setoriais -, cremos ser possível verificar a expressão dos interesses da elite empresarial no controle da associação através do exame mais detalhado dos objetivos presentes nas atividades (quarta variável). Para realizar esta análise, cruzamos as informações sobre os objetivos com a destinação das demandas/pressões nos três biênios que possuem um número expressivo de dados - 1984-5, 1986-7 e 1993-4 (ver TABELA 5.9).

A dinâmica no padrão dos objetivos expressos nas pressões exercidas pela ACIB esteve vinculada diretamente à variação na destinação das atividades. Enquanto no biênio 1984-5 havia um predomínio de demandas econômicas dirigidas ao poder executivo - sobretudo o estadual -, no período recente (1993-4) ocorreu um incremento significativo das pressões políticas destinadas, principalmente, ao legislativo federal. Este fato parece indicar positivamente uma reorientação parcial nas prioridades da associação em seu relacionamento com o Estado. Isto não só pelo crescimento de suas atuações explicitamente políticas, mas também pelo incremento constante de suas demandas de caráter cívico/social. Esta última torna-se a mais importante categoria de atuação - pelo menos em termos quantitativos - no último biênio analisado, ocupando o espaço das demandas econômicas dirigidas ao executivo estadual.

A transformação na estratégia de atuação da ACIB é verificável pela explicitação de suas principais demandas nestes períodos investigados. Sobre as

---

<sup>28</sup> Entre as demandas orientadas por interesses setoriais têxteis estão: incentivos a exportação, auxílio na realização de feiras e solicitação de recursos públicos a qualificação de mão de obra.



TABELA - 5.9

OBJETIVOS DAS DEMANDAS/PRESSÕES JUNTO AO ESTADO REALIZADAS PELA ACIB  
(por nível de poder e em três períodos: 1984-85, 1986-87 e 1993-94)

| OBJETIVOS<br>DA AÇÃO         | 1984-85          |                  |                  |                   | 1986-87          |                  |                  |                   | 1993-94          |                  |                  |                   |
|------------------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
|                              | Federal(%)       | Estadual(%)      | Municipal(%)     | TOTAL (%)         | Federal(%)       | Estadual(%)      | Municipal(%)     | TOTAL (%)         | Federal(%)       | Estadual(%)      | Municipal(%)     | TOTAL (%)         |
| <b>ECONÔMICOS</b><br>(%)     | 10 (20)<br>(40)  | 32 (64)<br>(76)  | 08 (16)<br>(57)  | 50 (100)<br>(62)  | 05 (33)<br>(33)  | 08 (53)<br>(42)  | 02 (14)<br>(22)  | 15 (100)<br>(35)  | 03 (21)<br>(09)  | 07 (50)<br>(19)  | 04 (29)<br>(24)  | 14 (100)<br>(16)  |
| - Financiamentos             | 05               | 15               | 01               | 21                | 01               | 02               | 01               | 04                | -                | 01               | -                | 01                |
| - Impostos                   | 03               | 07               | 01               | 11                | 02               | 01               | 01               | 04                | 02               | 05               | -                | 07                |
| - Turismo/Ferias             | -                | 06               | 03               | 09                | 01               | 01               | -                | 02                | 01               | -                | 01               | 02                |
| - Espac. mão-de-obra         | -                | 01               | -                | 01                | -                | 02               | -                | -                 | -                | -                | 01               | 01                |
| - Exportação/Import.         | 02               | 01               | -                | 03                | -                | -                | -                | -                 | -                | -                | -                | -                 |
| - Outros                     | -                | 02               | 03               | 05                | 01               | 02               | -                | 03                | -                | 01               | 02               | 03                |
| <b>POLÍTICOS</b><br>(%)      | 06 (100)<br>(24) | -                | -                | 06 (100)<br>(07)  | 01 (25)<br>(07)  | 02 (50)<br>(10)  | 01 (25)<br>(11)  | 04 (100)<br>(09)  | 24 (79)<br>(75)  | 07 (21)<br>(19)  | 02 (06)<br>(12)  | 33 (100)<br>(39)  |
| - Constituição               | 01               | -                | -                | 01                | -                | -                | -                | -                 | 11               | 01               | -                | 12                |
| - Repr. polít./Eleições      | 01               | -                | -                | 01                | -                | -                | -                | -                 | 08               | 03               | 01               | 12                |
| - Legislação                 | 03               | -                | -                | 03                | 01               | 01               | -                | 02                | 04               | 01               | -                | 05                |
| - Outros                     | 01               | -                | -                | 01                | -                | 01               | 01               | 02                | 01               | 02               | 01               | 04                |
| <b>CÍVICO/SOCIAIS</b><br>(%) | 09 (36)<br>(36)  | 10 (40)<br>(24)  | 06 (24)<br>(43)  | 25 (100)<br>(31)  | 09 (36)<br>(60)  | 09 (37)<br>(46)  | 06 (25)<br>(67)  | 24 (100)<br>(59)  | 05 (19)<br>(16)  | 22 (58)<br>(62)  | 11 (29)<br>(64)  | 38 (100)<br>(45)  |
| - Infra-estrutura            | 03               | 04               | 04               | 11                | 06               | 04               | 03               | 13                | 03               | 14               | 03               | 20                |
| - Segurança pública          | 03               | 02               | 02               | 07                | -                | 03               | -                | 03                | -                | 02               | 04               | 06                |
| - Saúde/educação             | -                | -                | -                | -                 | 01               | 02               | 02               | 05                | 01               | 04               | 02               | 07                |
| - Inundações                 | 03               | 03               | -                | 06                | -                | -                | -                | -                 | -                | -                | 01               | 01                |
| - Outros                     | -                | 01               | -                | 01                | 02               | -                | 01               | 03                | 01               | 02               | 01               | 04                |
| <b>TOTAL</b><br>(%)          | 25 (31)<br>(100) | 42 (52)<br>(100) | 14 (27)<br>(100) | 81 (100)<br>(100) | 15 (35)<br>(100) | 19 (44)<br>(100) | 09 (21)<br>(100) | 43 (100)<br>(100) | 32 (38)<br>(100) | 36 (42)<br>(100) | 17 (20)<br>(100) | 85 (100)<br>(100) |

FONTE: PERIÓDICOS EDITADOS PELA ACIB

atividades com objetivos econômicos constatou-se que essas: sofreram uma diminuição - tanto numérica quanto percentual - numa comparação entre o período inicial (1984-7) e final (1993-4); tiveram oscilações em seu interesse principal - financiamentos públicos na década de 80 e questões relativas a impostos nos anos 90; mas não alteraram significativamente seu teor. Os principais itens desta categoria foram: a ampliação de créditos públicos às atividades econômicas locais, via bancos (BESC, BADESC e Banco do Brasil) e fundos oficiais (PROCAPE, PROIND, etc.), para novos investimentos, reescalonamento de dívidas antigas, capital de giro, etc.; e as alterações nas cobranças de impostos, principalmente ICM(S), através de isenções, parcelamento, prorrogação de vencimento, desindexação, etc.<sup>29</sup> Na maior parte dos casos estas reivindicações não eram setorializadas. Contudo, como são as grandes e médias empresas - no caso de Blumenau a maioria no setor têxtil - os principais contribuintes de impostos e contratantes de financiamentos públicos, é provável que, apesar do caráter genérico, nesta categoria de atividades fossem expressos os interesses econômicos da elite empresarial local. Este fato, evidenciaria, portanto, o papel da ACIB na maximização do poder de influência do grande capital blumenauense junto ao Estado, justificando, em parte, o interesse destes empresários no controle da entidade.

As pressões exercidas pela ACIB com objetivos políticos, ao contrário da categoria anterior, caracterizaram-se pelo incremento acentuado de sua importância relativa no decorrer da última década. Além disso, sua temática também sofreu alterações. Na década de 80 predominaram as pressões por modificações na legislação tributária (diminuição do ônus à produção industrial) e contra a aprovação de direitos trabalhistas (40 horas semanais, estabilidade no emprego). Já

---

<sup>29</sup> Nas pressões para alteração de cobrança de impostos foram verificadas solicitações específicas de isenção (ISS) para micro-empresários. Contudo, estas não foram muito frequentes e restringiram-se ao âmbito municipal.

nos anos 90 as principais pressões objetivaram: a "liberalização" da economia, a "flexibilização" da legislação trabalhista, reformas políticas (voto distrital), etc., na reforma constitucional empreendida pelo Congresso Nacional; e o aumento da representação política de Blumenau nos legislativos estadual e federal (distritalização do voto), bem como uma maior intervenção no processo eleitoral (propostas aos candidatos, indicação da forma de contribuição a campanhas eleitorais). O incremento na quantidade e o caráter destas demandas recentes evidenciam uma desmarginalização dos objetivos políticos na pauta de atuação da ACIB, visto que, na década de 80, questões semelhantes (Assembléia Constituinte, eleições) não tiveram a mesma atenção explícita por parte da associação.<sup>30</sup>

As demandas com objetivos cívico/sociais sempre tiveram uma grande importância no rol de atuações da ACIB. Entretanto, os interesses que motivam este tipo de atuação apresentam uma ambiguidade. Normalmente, estas são divulgadas pelo seu caráter comunitário e relevância social. Porém, muitas pressões estão envolvidas, direta ou indiretamente, com interesses econômicos específicos. Isto pode ser visto na apreciação dos principais itens relacionados a esta categoria. As demandas pelo provimento ou pela melhoria da infra-estrutura (rodovias, transportes aéreos, portos, fornecimento de energia, telefonia, etc.) atendem ao interesse de toda a população, contudo, também são subsídios fundamentais ao escoamento da produção, crescimento da indústria e turismo, etc. Outro exemplo disto foram as pressões por segurança pública direcionadas à melhoria nos serviços do Corpo de Bombeiros - que tiveram um alto grau de satisfação. Afora o seu caráter comunitário, esta garantiu a reclassificação de Blumenau no IRB (Instituto

---

<sup>30</sup> Apesar de não empreenderem pressões junto ao Congresso Nacional, durante a Assembléia Constituinte (1986-8) foi comum a existência de pronunciamentos públicos, num tom liberal, de diretores da ACIB - nos órgãos de divulgação interna e em periódicos de circulação regional. Além disto, nesta ocasião foi criada a "Comissão Especial Pró-constituinte e Constituição" (04/08/86), sob a direção de Paulo Gouvea da Costa (Artex/PFL/Secretário de Estado), para debater a nova ordem constitucional e interagir com outras organizações empresariais.

de Resseguros do Brasil), diminuindo o valor dos prêmios pagos às seguradoras pelas empresas locais.<sup>31</sup>

Além destes interesses econômicos não manifestos, as demandas cívico/sociais também parecem ter uma função política. Uma dessas é a legitimação da ACIB - e dos interesses da elite empresarial - junto ao conjunto da população blumenauense. A defesa de interesses gerais e comunitários dissimula o caráter classista da associação. Isto ganha uma grande importância no período recente, visto que a ACIB amplia seu papel como veículo das manifestações político-ideológicas da elite empresarial blumenauense.

Outra repercussão destas pressões com caráter social é o seu envolvimento com a representação político-partidária do empresariado. Durante a administração estadual de Vilson Kleinubing (1990-94) grande parte das demandas foram destinadas à Secretaria dos Transportes e Obras, cujo titular era o empresário Paulo Gouvea da Costa, objetivando melhorias no sistema viário que dá acesso ao município de Blumenau. A realização das obras pelo governo estadual era seguida de homenagens públicas e notas de agradecimento na imprensa com grande repercussão regional. Como estes dois políticos do PFL mantiveram, nos últimos anos, uma relação estreita com a elite empresarial blumenauense - além de terem tido o apoio financeiro desses empresários em suas campanhas políticas na eleição de 1994 (ver capítulo III) -, é possível que estas pressões estivessem envolvidas numa estratégia de promoção pública que ampliasse a viabilidade eleitoral destas candidaturas.

---

<sup>31</sup> As demandas por melhorias nos serviços do Corpo de Bombeiros deveriam ter uma grande relevância para o grande empresariado blumenauense, visto que a "Comissão de Segurança" da ACIB era formada, na década de 80, majoritariamente por diretores ligados aos grandes grupos econômicos do setor têxtil.

## 6.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A ACIB é uma organização empresarial que tem na prestação de serviços uma de suas principais características. A maior parcela dos serviços oferecidos pela entidade - e divulgados nos seus órgãos de divulgação interna entre 1984 e 1994<sup>32</sup> - dirigiram-se a seus sócios. Contudo, a associação também atua como um "clube de serviços", realizando atividades comunitárias. A presença destes dois tipos de atividades foi um padrão que se manteve constante durante todo o período investigado.

Estas duas modalidades diferenciam-se não só pela sua clientela, mas, fundamentalmente, pelas funções que têm na organização coletiva do empresariado blumenauense. A maioria dos associados à ACIB são micro e pequenos empresários que têm um papel periférico na formulação das políticas da entidade. Sua principal motivação à filiação está relacionada aos serviços prestados pela entidade. Alguns exemplos destas atividades são: cursos de especialização de profissionais (secretárias, gerentes, etc.), seminários e palestras com temáticas setoriais, assessoria jurídica, manutenção de um escritório da JUCESC (Junta Comercial do Estado de Santa Catarina) na ACIB, bibliotecas de livros técnicos, auxílio à participação em feiras setoriais - nacionais e internacionais -, descontos em serviços de terceiros, formação de "núcleos" de micro-empresários para assessoria técnica, etc.

A prestação de serviços, portanto, opera como um incentivo seletivo ao engajamento e permanência na organização para os micro-empresários. Entretanto, este não é a única consequência deste processo. O grande potencial agregador

---

<sup>32</sup> Além de divulgar a atuação da ACIB, os periódicos editados pela entidade eram, por si só, uma prestação de serviços. Nesses, era comum a presença de informações sobre legislação trabalhista e tributária, além de outros dados úteis ao funcionamento de empresas sem assessoria própria. De fato, pelo exame de exemplares editados na década de 70, verifica-se que esta era a principal função dos periódicos, sendo que só a partir de meados dos anos 80 uma orientação político-ideológica passa a predominar no conteúdo destes.

desses serviços proporciona à ACIB a maior base social das organizações empresariais blumenauenses, sendo que em muitos setores econômicos esta entidade possui mais empresas associadas do que os sindicatos patronais do setor. Isto confere uma grande representatividade à associação que, além de ampliar seu potencial de organização coletiva do empresariado, proporciona um trunfo a mais no exercício de pressões políticas e econômicas junto ao Estado.

A outra face da ACIB neste tipo de atividade, como "clube de serviços" provavelmente expressam um papel semelhante às demandas cívico/sociais junto ao Estado. Através de campanhas de doações a entidades assistenciais, do provimento de recursos aos serviços públicos (Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, etc.), amplia-se a legitimidade da associação no conjunto da sociedade blumenauense, que passa a figurar como um grupo de interesse comunitário e não classista.

### 6.3. RELAÇÕES COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS

Uma parcela minoritária das atividades da ACIB - registradas em seus periódicos entre 1984 e 1994 - tiveram como destinação outras organizações do empresariado. Essas, acompanhadas das demandas coletivas junto ao Estado, demonstraram a capacidade de articulação, das lideranças empresariais que dirigem a ACIB, com outros setores do empresariado na defesa e estruturação dos interesses (econômicos, políticos e ideológicos) da classe. Além disso, o exame detalhado destas atividades evidenciaram uma complexa rede de relações que, para melhor análise, foram divididas em três tipos: com entidades de setores do empresariado blumenauense, com entidades gerais de abrangência estadual (FACISC e FIESC) e com organizações similares (ACI's) de outros municípios.

No primeiro caso, foi verificado um número reduzido de registros sobre a interação da ACIB com sindicatos patronais e associações profissionais do município de Blumenau. Como a maior parte das lideranças empresariais - dos mais variados setores - milita dentro da associação, não cremos que isto demonstre uma desarticulação do empresariado local, mas sim um padrão de relacionamento tão próximo que dispensa a divulgação externa. Uma evidência disso é o caráter promocional das atividades divulgadas. Normalmente, estas expressaram atuações públicas coletivas das entidades (como a campanha pelo "voto distrital") ou contatos com missões empresariais estrangeiras visando o incremento em investimentos produtivos e no intercâmbio comercial.

A segunda categoria, as relações com entidades gerais, teve registros mais frequentes que a anterior, além de manterem-se relativamente constante durante toda a década investigada. Apesar da ACIB ser filiada à FACISC, foi constatado um volume maior de atividades direcionadas ao Sistema FIESC (SESI/SENAI) - talvez pela mesma razão expressa no caso anterior.<sup>33</sup> No relacionamento com esta entidade corporativa foram verificadas desde solicitações para representação de interesses regionais até o provimento de recursos do SESI/SENAI a atividades assistenciais e à formação de mão-de-obra - sobretudo para a indústria têxtil. O que expressa um comportamento semelhante ao de um sindicato patronal. De fato, na articulação, realizada pela ACIB, dos interesses da elite empresarial blumenauense com seus pares de outras regiões, as estruturas corporativa e extra-corporativa foram sempre utilizadas de forma complementar e nunca excludente.

Finalmente, a última distinção de relacionamento - com outras ACI's - ao contrário das anteriores, expressou uma mudança no padrão de atuação da ACIB. Somente nos últimos anos estas entidades passaram a fazer parte do rol de

---

<sup>33</sup> Tanto na FACISC quanto na FIESC - com o predomínio da segunda - foi comum a ocupação de cargos de diretoria por lideranças empresariais vinculadas à ACIB (ver TABELA 5.4).

interações da ACIB. O vetor dessa transformação foi o convênio de assessoria realizado pelas ACI's - além de Blumenau: Jaraguá do Sul, Joinville, Pomerode, São Bento do Sul, Brusque e Rio Negro - com a organização empresarial da Baviera (Alemanha) *HANDWERKS KAMMER*. Essa assessoria objetivava a modernização destas entidades pela reprodução de estratégias organizacionais européias, tais como: ampliação da representatividade junto ao universo da classe, prestação de serviços a micro e pequenos empresários, estratégias de *marketing* político e ideológico, etc.

Além do esforço de adaptação às transformações político-institucionais geradas pela democratização do Estado e da sociedade brasileira, é significativo neste relacionamento a ampliação da articulação das lideranças empresariais destes municípios através de reuniões mensais para troca de experiências e definição de interesses comuns. Uma decorrência disso é uma tendência de crescimento na atuação concertada das elites empresariais das regiões com maior importância econômica de Santa Catarina.

#### 6.4. PRONUNCIAMENTOS PÚBLICOS DOS DIRETORES DA ASSOCIAÇÃO (PRESENÇA NO JORNAL DE SANTA CATARINA)

Como forma de complementar a investigação das atividades empreendidas pela ACIB, agregamos a esta análise os pronunciamentos públicos das lideranças da entidade na imprensa escrita local. O periódico escolhido para esta verificação foi o Jornal de Santa Catarina (JSC), sistematicamente examinado entre 1985 e 1994, devido a este ter sua sede em Blumenau e ser, historicamente, o veículo de comunicação deste gênero com a maior penetração no espaço regional.

Nosso objetivo com este procedimento foi construir um indicador que permitisse constatar o nível de visibilidade da atuação da ACIB, especificando quais



as principais temáticas que foram objeto de expressão pública dos atores sociais que dirigiram a entidade. Isto porque, em virtude do caráter desta organização empresarial, ao universalizar estes pronunciamentos ao conjunto da sociedade regional ampliariam-se as condições de legitimação: de suas lideranças junto ao restante do empresariado e das demandas formuladas por estas e direcionadas aos órgãos do poder público.

Nos dez anos verificados (1985-94), nenhuma outra organização empresarial do município de Blumenau - e também de fora deste - teve tanta e tão perene presença no JSC quanto a ACIB (ver TABELA 6.10).<sup>34</sup> Este fato parece avaliar as afirmações anteriormente formuladas sobre a centralidade desta entidade de classe à organização coletiva do empresariado blumenauense.

**TABELA 5.10**

**CONTEÚDO DOS PRONUNCIAMENTOS DAS LIDERANÇAS EMPRESARIAIS VINCULADAS À ACIB NO JORNAL DE SANTA CATARINA (1985-94)**

| CONTEÚDO       | 85 (%)          | 86 (%)          | 87 (%)          | 88 (%)          | 89 (%)          | 90 (%)          | 91 (%)          | 92 (%)          | 93 (%)          | 94 (%)          | Total (%)        |
|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| ECONÔMICO      | 18 (41)         | 04 (16)         | 17 (52)         | 06 (32)         | 01 (12)         | 04 (30)         | 06 (40)         | 06 (35)         | 04 (29)         | 12 (46)         | 78 (36)          |
| - setor têxtil | 05 (11)         | 03 (12)         | 06 (18)         | —               | 01 (12)         | 01 (07)         | 01 (07)         | 01 (05)         | —               | —               | 18 (08)          |
| - outros       | 13 (30)         | 01 (04)         | 11 (34)         | 06 (32)         | —               | 03 (23)         | 05 (33)         | 05 (30)         | 04 (29)         | 12 (46)         | 60 (28)          |
| POLÍTICO       | 10 (23)         | 12 (48)         | 12 (36)         | 07 (36)         | 03 (38)         | 08 (62)         | 05 (33)         | 06 (35)         | 07 (50)         | 09 (35)         | 79 (37)          |
| OUTROS*        | 16 (36)         | 09 (36)         | 04 (12)         | 06 (32)         | 04 (50)         | 01 (08)         | 04 (27)         | 05 (30)         | 03 (21)         | 05 (19)         | 57 (27)          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>44 (100)</b> | <b>25 (100)</b> | <b>33 (100)</b> | <b>19 (100)</b> | <b>08 (100)</b> | <b>13 (100)</b> | <b>15 (100)</b> | <b>17 (100)</b> | <b>14 (100)</b> | <b>15 (100)</b> | <b>214 (100)</b> |

FONTE: JORNAL DE SANTA CATARINA(1985-94)

\* Como "outros" estão reunidos pronunciamentos com conteúdo: cívicos, sociais e organizacionais.

Entretanto, quando a quantidade de pronunciamentos foi anualizada, constatou-se uma grande variação na expressão pública das lideranças empresariais vinculadas à ACIB, sendo verificado uma concentração de mais de

<sup>34</sup> Além da ACIB, só computamos a presença do SINTEX no JSC neste mesmo período. A ausência de dados exatos sobre as outras organizações empresariais não inviabilizaram esta afirmação, visto que a disparidade na quantidade de ocorrências de pronunciamentos de lideranças ligadas a estas, em relação à ACIB, foram tão sensíveis que dispensaram um exame mais apurado.

50% dessas ocorrências nos primeiros quatro anos examinados (1985-88). A primeira vista, isto pareceria uma contradição com as análises anteriores que indicavam um esforço da entidade, nos anos 90, em ampliar sua legitimidade no conjunto da classe através do aumento de sua base social e do incremento dos incentivos seletivos a esta. Mesmo considerando a grande rotatividade nas lideranças da ACIB e, como decorrência, os diferentes estilos de atuação e de personalidade envolvidos como uma das causas para esta discrepância, isto não pareceu razoavelmente esclarecido.

A principal causa desta disparidade deve ter sido externa à dinâmica organizacional da associação, estando relacionada a fonte de informações utilizada: o JSC. No período em que foi examinado, este periódico teve, pelo menos, cinco orientações editoriais diferentes.<sup>35</sup> Sendo que algumas delas, como nos anos de 1985 a 1988, eram mais afinadas politicamente com os interesses da elite empresarial blumenauense. Além disso, a maior demanda da ACIB por visibilidade pública nos últimos anos devem ter, provavelmente, estimulado a entidade a comprar um espaço semanal neste jornal para a divulgação de suas atividades e do posicionamento de suas lideranças.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Os grupos empresariais que controlaram o JSC nessa última década vincularam, na maior parte dos casos, a sua linha editorial a projetos político-eleitorais, fato que deve ter contribuído a contínua mudança de controle acionário deste jornal. Neste período foi possível distinguir as seguintes orientações editoriais no JSC: 1) até 1986 esteve sob o controle de Nilton Reis, empreiteiro de obras vinculado ao PDS e ao governador Amin; 2) com a eleição de Pedro Ivo (PMDB) o jornal foi posto à venda e entre o final de de 1986 e meados de 1988, devido a uma perspectiva de compra - não concretizada - por empresários locais representados por Paulo Gouvea (PFL), o jornal mudou de orientação para auxiliar a eleição de Kleinubing a prefeito de Blumenau; 3) em 1988 o jornal foi comprado por empresários de Joinville para avaliar o governo de Pedro Ivo e promover uma candidatura empresarial joinvillense - vinculada ao PMDB - na eleição ao governo do estado em 1990; 4) com a morte de Pedro Ivo e a mudança de orientação do PMDB estadual, o JSC foi vendido, em 1990, a empresários blumenauenses (vinculados aos grandes grupos econômicos do setor têxtil), servindo como suporte ao projeto eleitoral de Kleinubing ao governo do estado; e 5) em maio de 1992 o JSC foi comprado pelo grupo RBS, passando a ter uma gestão mais profissionalizada e orientada à produção de resultados financeiros positivos, além de passar a se vincular diretamente aos interesses políticos deste grande grupo empresarial que, muitas vezes, podem assumir proporções maiores do que os interesses do empresariado local.

<sup>36</sup> A coluna "Informativo ACIB" começou a ser veiculada, semanalmente, a partir de 15/07/93. Seu conteúdo não foi incorporado ao exame dos pronunciamentos públicos das lideranças da ACIB no JSC porque serviram à análise anterior sobre as atividades da entidade.

Um outro ponto de interesse, sobre os posicionamentos públicos dos diretores da ACIB, foi o levantamento do conteúdo dessas manifestações. A análise das principais temáticas envolvidas nesse processo - econômicas, políticas e outras (cívico/sociais e organizacionais) - demonstraram uma sincronia entre a expressão pública das lideranças empresariais e as atividades da entidade neste período. Isto, sem uma necessária proporcionalidade, tanto no total quanto ano a ano, entre os objetivos implícitos nessas duas categorias.

Apesar disto, foi possível verificar que toda a complexidade de interesses que a ACIB serviu de veículo teve expressão nos pronunciamentos públicos das lideranças empresariais. As manifestações com conteúdo político foram as mais presentes. Isto deve ser um resultado da estratégia que reorientou o papel da entidade diante das mudanças no meio-ambiente político-institucional (democratização), sendo que estas manifestações públicas precederam o padrão de atuação da ACIB fortemente orientado às pressões com objetivos políticos - que só obtiveram relevo a partir da década de 90.

A caracterização deste tipo de pronunciamento público variou conforme a conjuntura política e a qualidade da atuação da entidade no espaço político institucional. Em todos os casos, estas tiveram um papel importante na generalização de valores que atendessem os interesses da elite empresarial blumenauense. Durante a década de 80, por exemplo, foram mais significativos dois gêneros de manifestação: as orientadas a criticar - ou elogiar - a macro-política econômica, isto é, a demarcação da posição destes atores sociais sobre os diversos "planos econômicos" executados pelo governo federal; e as destinadas a expressar o ponto-de-vista destes empresários sobre a Constituição de 1988, sobretudo em seu capítulo da ordem econômica (contra a ampliação dos direitos trabalhistas, monopólios estatais, etc.).

Nos anos 90 esses tipos de manifestação persistiram - no caso do segundo através da reforma constitucional. Contudo, outro gênero se agregou a esses, talvez com maior importância. Foram as questões relativas à representação política, tais como: elogios a políticos vinculados ao empresariado local (Kleinubing, Gouvea) que ocupavam cargos públicos e que viriam a ser candidatos à eleição em momentos próximos; e campanhas públicas para ampliar a representação legislativa regional (distritalização do voto), o que beneficiava os políticos citados anteriormente.

Os posicionamentos públicos com conteúdo econômico também tiveram relevo semelhante aos de caráter político. Esses atendiam ao antigo papel da ACIB na veiculação de demandas econômicas junto ao Estado, legitimando-as como de interesse de toda a comunidade regional. Os objetivos específicos destas manifestações foram tão diversos quanto a atuação correspondente da ACIB analisada anteriormente (financiamentos públicos, cobrança de impostos, incentivos, etc.) e, de certa forma, tiveram níveis similares de intensidade.

Entretanto, quando verificou-se o volume de manifestações que atendiam a interesses específicos do setor industrial têxtil, foi possível constatar uma importância maior do que a encontrada entre as atividades da entidade. A explicação deste fato, em virtude da concentração destes pronunciamentos entre 1985 e 1987, está relacionada diretamente à liderança empresarial que ocupava a presidência da ACIB neste período. Anselmo de Souza, diretor do grupo Dudalina, era vinculado ao setor têxtil e, portanto, era mais sensível aos interesses setoriais que as outras lideranças que o sucederam na entidade.

Finalmente, os "outros" pronunciamentos públicos, que figuraram no JSC nesta última década, atendiam, basicamente, a dois tipos de objetivos: cívico/sociais e organizacionais. O primeiro, como já foi interpretado anteriormente, ampliava a legitimação das lideranças empresariais junto a todos grupos sociais da região ao

veicularem interesses genéricos (infra-estrutura, segurança pública, inundações, etc.) e, muitas vezes, humanitários (saúde, educação, assistência social, filantropias). O segundo, com outro significado, contribuiu para aumentar a visibilidade e o reconhecimento público das principais lideranças empresariais, além de servir às campanhas para o aumento da base social da ACIB.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A DINÂMICA DA INTERAÇÃO DA ACIB COM O SISTEMA POLÍTICO**

O relacionamento entre Estado e sociedade, isto é, entre as diversas organizações coletivas da sociedade civil e os espaços de tomada de decisões e de execução de políticas públicas do sistema político, pode ser configurado pela forma geral que se executa e se legitima esta interação. Em um sentido ideal típico, é possível definir sinteticamente duas modalidades básicas de intermediação de interesses: uma pluralista, onde as diversas organizações (grupos de interesses ou de pressão), sem nenhum grau de *status* público, competiriam num "mercado político" para influenciar o processo de tomada de decisões, privilegiando como canais as estruturas parlamentares e os partidos políticos; e outra corporativista, onde algumas organizações sociais - geralmente vinculadas ao espaço produtivo - gozariam do monopólio da representação de interesses através da institucionalização à estrutura do Estado, podendo isto se dar por uma via autoritária (corporativismo estatal) ou democrática (corporativismo societal ou neocorporativismo)<sup>37</sup>.

As investigações sobre o processo de intermediação de interesses das organizações empresariais no Brasil, em vários momentos históricos, apontam à

---

<sup>37</sup> Ver ARAÚJO e TÁPIA (1991), DINIZ e BOSCHI (1991), SCHMITTER e LANZALACO (1988) e LUNA e TIRADO (1992).

convivência de diversas modalidades de interação com o sistema político. Segundo estas, o modelo corporativista de caráter autoritário, instaurado pelo Estado Novo na década de 30, teria seus efeitos de tutela restrito às organizações coletivas dos trabalhadores, sendo que aos empresários foi possível a estruturação de padrões alternativos de representação de interesses - ver DINIZ e BOSCHI (1979) e LEOPOLDI (1991).

Além disso, com o processo de democratização, em curso a partir do final da década de 80, e com a transformação da ordem constitucional (1988), flexibilizou-se o modelo corporativista brasileiro, legitimando-se a participação de novos grupos sociais ao processo de tomada de decisões - além de ampliar e dar maior visibilidade ao relacionamento dos grupos já anteriormente inseridos, como os empresários. O resultado deste recente e complexo processo foi a estruturação de um "sistema híbrido" de intermediação de interesses pela convivência de padrões pluralistas, corporativistas e neocorporativistas de interação Estado/sociedade, sendo que alguns autores atentam para uma tendência ao declínio do corporativismo<sup>38</sup>.

Em nosso estudo específico não pretendemos polemizar sobre a constituição e as tendências de todo processo de interação Estado/sociedade, mas sim, partindo da existência de um "sistema híbrido", verificar a trajetória, nestes últimos dez anos, das organizações empresariais controladas pelo grande empresariado têxtil blumenauense (nesse caso, a ACIB) em seu relacionamento com o sistema político. Basicamente, procuramos constatar a ocorrência, ou não, de evidências que demonstrem uma modernização desta interação - predomínio de padrões pluralistas e neocorporativistas - em virtude do processo de democratização do Estado e da sociedade brasileira.

---

<sup>38</sup> Ver DINIZ (1986 e 1993), DINIZ e BOSCHI (1989-a, 1989-b e 1993), ALMEIDA (1994), COSTA (1994) e TÁPIA (1994).

A ACIB, como organização empresarial partícipe da estrutura extra-corporativa de representação de interesses, nunca esteve regulada pela legislação corporativista. Como decorrência disto, com exceção do *status* de órgão consultivo conferido pela Prefeitura Municipal de Blumenau, esta entidade não possuiu nenhum tipo de institucionalização ao Estado e nem o monopólio da representação sobre a base empresarial local, o que estabeleceu a necessidade de estratégias diferenciadas para sua legitimação enquanto interlocutor competente em um espaço político democrático.

De fato, a competição, uma das características do padrão pluralista, sempre esteve presente na história recente da ACIB - pelo menos enquanto um risco. Desta forma, nas demandas direcionadas ao aparelho do Estado esta entidade teria que competir, no mínimo, com outras organizações empresariais, oficiais ou não, pela capacidade de influenciar as esferas de tomada de decisão. A concorrência pelos associados seria outro problema presente. No espaço regional existem, pelo menos, três outras entidades empresariais que organizam interesses similares ao aglutinados pela ACIB: o CDL (Câmara dos Diretores Lojistas), a ACINPEVI (Associação Comercial e Industrial das Micro e Pequenas Empresas do Vaie do Itajaí) e a ASPB (Associação dos Sindicatos Patronais de Blumenau).

Normalmente, a cooperação foi o estilo predominante de interação entre estas organizações. Entretanto, a ACINPEVI, por sua natureza, poderia representar interesses conflitantes aos do grande empresariado, além de possuir lideranças não vinculadas à elite burguesa local, tornando-se uma organização competidora da ACIB na mobilização da base social e no exercício de pressão sobre o Estado.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Não foram verificadas, talvez por um problema dos procedimentos metodológicos, nenhuma dissonância entre as organizações empresariais com sede em Blumenau. Contudo, como a ACINPEVI teve entre seus líderes empresários não comprometidos diretamente com a elite burguesa local - por exemplo, Pedro Cascaes, que foi filiado a diversos partidos (PTB, PDT e PT) e concorreu a prefeito na eleição municipal de 1988 onde o grande empresariado apoiava Kleinubing - e serve de canal para demandas muitas vezes conflitantes aos interesses destes últimos, é possível que esta entidade se comporte como uma competidora da ACIB no processo de organização coletiva e representação dos interesses de parcela do empresariado blumenauense.

Uma das características que capacitariam a ACIB a se tornar um interlocutor competente, junto às esferas de tomada de decisão do poder público em uma modalidade pluralista de interação Estado/sociedade, seria a ampliação de sua representatividade. Ou seja, tornar-se capaz de mobilizar - ou demonstrar a capacidade de mobilização sobre - uma base numericamente expressiva e economicamente relevante. O grande peso econômico, pela presença do grande empresariado têxtil e de outros setores, era um fator pré-existente e que garantiu, através de formas de relacionamento mais discretas, um alto grau de satisfação das demandas dirigidas ao Estado. Sobretudo quando estas dirigiam-se aos espaços de poder executivo do governo estadual e municipal nos momentos em que estes eram ocupados por aliados políticos da burguesia blumenauense.

Entretanto, formas de relacionamento mais visíveis e dirigidas ao poder legislativo - onde estão presentes diferentes forças políticas, inclusive algumas com interesses antagônicos ao empresariado - necessitariam uma maior legitimidade. São várias as evidências do esforço das lideranças da ACIB em se capacitar para este novo jogo de forças políticas, sobretudo a partir dos anos 90. Estas reuniram duas condições fundamentais, uma base social mais ampla e ativa e um esforço de generalização dos valores da elite empresarial a um universo mais extenso de interesses (luta ideológica). Algumas das indicações destas mudanças foram as seguintes: o aprimoramento na forma de divulgação das atividades e das posições político-ideológicas das lideranças da ACIB, fato que se manifestou, primeiramente, na editoração de periódicos mais atraentes e menos técnicos e, atualmente, na produção de uma coluna semanal no JSC; o convênio de cooperação e assessoria com uma organização empresarial alemã (*HANDWERKS KAMMER*) favorecendo a adequação da entidade a nova realidade política brasileira pelo repasse da experiência européia; a realização de pesquisas de imagem com a base empresarial blumenauense para detectar as aspirações do grupo social em relação à ACIB; e, a



ampliação dos incentivos seletivos (serviços) direcionados a fomentar o aumento da base social da associação.

Mais do que estas evidências que indicam uma transformação organizacional direcionada a habilitar a ACIB as novas configurações do relacionamento Estado/sociedade, o exame do padrão de atuação nesta última década demonstrou uma adesão da ACIB a formatos pluralistas de interação com o sistema político. Deste conjunto recente de atividades constata-se que a associação vem cada vez mais agregando a seu perfil o caráter de grupo de pressão que busca tanto influenciar o processo legislativo quanto alterar a composição de forças desta esfera de poder.

Nos últimos anos ocorreu uma reorientação na atuação da entidade cujo ponto mais relevante é o incremento das demandas dirigidas ao poder legislativo permeadas por objetivos político-ideológicos. Entre estas existiram dois tipos predominantes: as pressões destinadas a influenciar o conteúdo das reformas constitucionais - e que engrossaram o coro do empresariado brasileiro em geral -, acompanhadas, de forma menos intensa, de demandas orientadas ao processo legislativo ordinário; e as ações dirigidas a ampliar a representatividade política da região de Blumenau, através de uma campanha pública estimulando o voto em candidatos locais - ao legislativo estadual e federal -, o que representaria um acesso mais facilitado a estas esferas de poder, inclusive pela existência de candidatos organicamente vinculados às lideranças empresariais. Apesar de não serem majoritárias, estas categorias de ação passaram a ter, nos anos 90, uma relevância geometricamente maior que em períodos anteriores.

Desta forma, verificou-se que, na trajetória do relacionamento da ACIB com o sistema político na última década, as transformações ocorridas na organização e no padrão de atuação implicaram num aprofundamento de modalidades pluralistas de interação. Mais do que isto, apesar das atividades

configuradas neste padrão (reforma constitucional, eleições) poderem representar uma alteração circunstancial de comportamento da entidade, as alterações organizacionais que configuravam esta transformação parecem retratar o contrário, visto que estrutura-se uma base mais sólida para este padrão de relacionamento. Em virtude disto, estas características permitiriam definir uma tendência à reprodução deste padrão pluralista por um tempo relativamente longo - principalmente se forem mantidas e aprofundadas as condições institucionais que garantem o processo de democratização do Estado brasileiro.

# **CAPÍTULO VI - O SINTEX E O ESPAÇO INSTITUCIONAL DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS INTERESSES SETORIAIS DO GRANDE EMPRESARIADO INDUSTRIAL TÊXTIL**

## **1. INTRODUÇÃO**

A investigação desenvolvida neste capítulo pretende ampliar a investigação sobre o processo de organização coletiva e representação de interesses empreendido pelo grande empresariado industrial têxtil blumenauense através das entidades de classe locais controladas e dirigidas por esses atores sociais. Neste sentido, complementaremos o estudo iniciado no capítulo anterior - que focalizou a ACIB e o relacionamento do empresariado têxtil com os outros setores burgueses do município - pelo exame da dinâmica organizacional da entidade que representa os interesses setoriais destes grandes empresários: o SINTEX.

Ao investigarmos as características organizacionais e a dinâmica da atuação deste sindicato patronal, procuraremos utilizar os mesmos procedimentos analíticos e interpretativos que nortearam o estudo da ACIB. Obviamente, devido às diferenças estruturais que distinguem estas duas entidades, buscaremos também a compreensão do processo de institucionalização ao Estado que, como entidade oficial e corporativa, é restrito ao SINTEX.

## 2. BREVE HISTÓRICO DO SINDICATO PATRONAL

A organização coletiva do empresariado industrial têxtil da região de Blumenau - como a de toda elite burguesa do município - teve sua primeira expressão no final do século passado com a fundação da ACIB. O processo de setorização dessa organização somente manifestou-se cinco décadas depois. A diversificação da economia blumenauense e, em maior grau, o grande crescimento do setor industrial têxtil, que passou a se destacar dos outros setores econômicos por sua importância e peso relativo no espaço regional, tiveram uma grande contribuição para a formação de uma entidade de classe organizasse e defendesse os interesses setoriais. Entretanto, mais que a diferenciação dos interesses intraclasses, deve ter contribuído diretamente para este processo a legislação corporativista editada por Getúlio Vargas na década de 30.

A institucionalização autoritária ao conceder o monopólio da representação de interesses de classe à estrutura corporativa, tanto em sua interação com o Estado quanto na negociação dos conflitos com os trabalhadores, produziu a necessidade de criação de entidades oficiais - associações profissionais (estrutura pré-sindical) e sindicatos - entre o empresariado.

No caso específico do setor têxtil blumenauense, isso tornou-se inevitável devido a, pelo menos, dois fatores: a criação do sindicato dos trabalhadores e a ocorrência de greves nas décadas de 40 e 50. Estes manifestos como problemas distintos, visto que, desde a sua fundação e na maior parte de sua existência, a entidade oficial dos trabalhadores demonstrou-se dócil com o Estado autoritário e atrelada aos interesses empresariais, opondo-se, inclusive, aos movimentos grevistas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A organização oficial dos trabalhadores na indústria têxtil de Blumenau foi criada em 1941 como associação profissional e posteriormente, em 1950, teve seu *status* modificado para sindicato. Este processo não surgiu da organização da base, mas sim das autoridades públicas - representantes do Ministério do Trabalho - que aliciaram algumas lideranças para a constituição da entidade. Depois do fim do Estado Novo, em 1945, houve greves isoladas em grandes indústrias têxteis (em 1945 na

Como, apesar da falta de oposição do Sindicato dos Trabalhadores, ocorreram greves em 1945, 49 e 50, atingindo empresas de grande porte como a Cremer, a Garcia e a Algotex, fez-se necessário a criação de uma organização empresarial que interagindo institucionalmente com o Estado, representasse os interesses do empresariado têxtil na articulação da repressão oficial aos movimentos grevistas. Isso se deu, primeiramente, através da "Associação Profissional da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral de Blumenau" que obteve registro oficial do Ministério do Trabalho em 16 de junho de 1950. Com vida curta, esta associação profissional foi transformada no ano seguinte em "Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem de Blumenau" (SINTEX).<sup>2</sup>

Entre os sócios fundadores do SINTEX, em 1951, encontravam-se empresários vinculados a 15 empresas têxteis dos municípios de Blumenau e Gaspar (ver TABELA 6.1). Essas, considerando o nível de industrialização de Santa Catarina na época, eram em sua maioria grandes empresas e concentravam cerca de 5.000 operários em atividade - quantidade que não é encontrada em nenhum outro setor industrial Blumenauense até hoje. A grande relevância econômica no espaço regional é uma característica que viria a marcar o sindicato patronal em toda a sua história.

---

Empresa Garcia, em 1949 na Cremer) - que tiveram uma participação distante da entidade dos trabalhadores. E uma grande greve de 29 dias (em 1950) que paralisou totalmente várias indústrias de Blumenau (do setor têxtil: Cremer, Algotex e Garcia). Esta última sofreu oposição direta dos diretores do Sindicato dos Trabalhadores. Depois destes movimentos, somente em 1989 o setor têxtil voltou a realizar manifestações grevistas em Blumenau. Isso depois de uma mudança na orientação sindical da diretoria do Sindicato que passou a ter um caráter mais independente (SIMÃO, 1995, p.86 e seg.).

<sup>2</sup> O sindicato patronal teve seu registro oficial, expedido pelo Ministério do Trabalho em 1953, para a representação das indústrias do "sexto grupo" (fiação e tecelagem em geral) sediadas nos municípios de Blumenau e Gaspar. Ao longo do tempo, este sindicato teve sua abrangência ampliada às indústrias do "segundo grupo" (confecção, vestuário e calçados) e aos 43 municípios circunscritos entre Gaspar e Lages, modificando sua denominação para "Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau" (SINTEX).

TABELA 6.1

**EMPRESAS ASSOCIADAS À "ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DE  
FIAÇÃO E TECELAGEM EM GERAL DE BLUMENAU" EM 1951  
(com quantidade de empregados e município da sede)**

| <b>EMPRESAS</b>                          | <b>QUANTIDADE DE EMPREGADOS</b> | <b>MUNICÍPIO SEDE</b> |
|--|---------------------------------|-----------------------|
| Empresa Industrial Garcia S/A            | 1.300                           | Blumenau              |
| Tecelagem Kuehrich S/A (Teka)            | 450                             | Blumenau              |
| Cia. Têxtil Karsten                      | 400                             | Blumenau              |
| Fábrica de Gazes Medicinais Cremer S/A   | 450                             | Blumenau              |
| Indústria Têxtil Algotex S/A (Artex)     | 120                             | Blumenau              |
| Fábrica de Artefatos Têxteis Artex S/A   | 300                             | Blumenau              |
| Sociedade Sul Fabril Ltda.               | 100                             | Blumenau              |
| Wippel & Cia.                            | 100                             | Blumenau              |
| Indústria Têxtil Cia. Hering             | 900                             | Blumenau              |
| Malharia Blumenau S/A (Mafisa/Hering)    | 300                             | Blumenau              |
| Ind. de Malhas Thiemann S/A              | 100                             | Blumenau              |
| Tricotagem Catarinense Ltda.             | 100                             | Blumenau              |
| Fábrica de Cadarços e Bordados Haco S/A  | 120                             | Blumenau              |
| Indústria Têxtil Gaspar S/A              | 80                              | Gaspar                |
| Indústria de Linhas Leopoldo Schmalz S/A | 120                             | Gaspar                |
| <b>TOTAL</b>                             | <b>4.940</b>                    |                       |

FONTE: Delegacia do Ministério do Trabalho

Da primeira diretoria do SINTEX - e da associação profissional - participaram os seguintes empresários: como presidente Ernesto Stodieck Jr. (Empresa Garcia), como secretário Gustavo Stamm (Cremer) e como tesoureiro Ralph Gross (Mafisa/Hering). A presença de grandes empresários controlando a direção da entidade e ocupando a totalidade de seus cargos executivos é uma característica perene na organização até a década de 80 (ver TABELA 6.2). A permanência por longos períodos é outra.

Foram presidentes do SINTEX, entre 1951 e 1984, os seguintes empresários: Ernesto Stodieck (1951-66), Hans Prayon (Hering, 1966-72), Norberto Ingo Zadrozny (Artex, 1972-81) e Ivo Hering (Hering, 1981-84). Estas características demonstram que em nenhum momento da história dessa organização houve uma desagregação, ruptura ou competição pelo controle da entidade, visto que as

maiores empresas simplesmente revesaram seus diretores nos cargos da entidade através de eleições em chapa única.

**TABELA 6.2**  
**DIRETORES DO SINTEX (1975-84)**

| CARGO         | 1975-78                              | 1978-81                         |
|---------------|--------------------------------------|---------------------------------|
| PRESIDENTE    | Norberto Ingo Zadrozny (ARTEX)       | Norberto Ingo Zadrozny (ARTEX)  |
| SECRETÁRIO    | Rolph Kuehrich (TEKA)                | Ivo Hering (HERING)             |
| TESOUREIRO    | Hans Prayon (HERING)                 | Rolph Kuehrich (TEKA)           |
| SUPLENTE      | Wolfgang Kegel(M. Blumenau/HERING)   | Gunar Conrado Karsten (KARSTEN) |
| SUPLENTE      | Harald Vollmer (MAJU)                | Raul Laux (...)                 |
| SUPLENTE      | Raul Laux (...)                      | Harald Vollmer (MAJU)           |
| CARGO         | 1981-84                              |                                 |
| PRESIDENTE    | Ivo Hering (HERING)                  |                                 |
| SECRETÁRIO    | Rolph Kuehrich (TEKA)                |                                 |
| 2º SECRETÁRIO | Júlio Horst Zadrozny (ARTEX)         |                                 |
| TESOUREIRO    | Gunar Conrado Karsten (KARSTEN)      |                                 |
| 2º TESOUREIRO | Gehard Horst Fritzsche (SUL FABRIL.) |                                 |
| SUPLENTE      | Leopoldo Adolfo Schmalz (LINCE)      |                                 |
| SUPLENTE      | Ricardo Lowndes (...)                |                                 |
| SUPLENTE      | Heiz Curt Stach (...)                |                                 |
| SUPLENTE      | Roland H. Müller Hering (HERING)     |                                 |

FONTES: DELEGACIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Além disso, um outro fato marcante da diretoria da SINTEX foi a presença constante de suas lideranças na direção da ACIB. Como foi visto no capítulo anterior, com exceção de Hans Prayon, todos os presidentes e alguns dos diretores do sindicato também ocuparam cargos de direção na associação comercial. Contudo, o compartilhamento de diretores não é a única expressão da afinidade histórica entre essas duas entidades. Desde que foi fundado até o início da década de 90, o SINTEX - como a maioria dos sindicatos patronais de Blumenau - teve sua sede no edifício pertencente à ACIB, dividindo, portanto, também o espaço físico. Fato que contribuía para a integração e articulação destas organizações, além de demonstrar que a ACIB funcionava como uma espécie de suporte a estruturação dos sindicatos patronais.

### 3. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO INTERNA

A estrutura organizacional do SINTEX, de uma forma geral, não possui características singulares. Como parte da estrutura corporativa de representação de interesses, esta entidade reproduziu nos seus dispositivos estatutários a legislação vigente para estas organizações em cada momento da história política brasileira - em alguns períodos mais autoritária, em outros como depois da Constituição de 1988, mais aberta e liberal.

Desta forma, como qualquer sindicato oficial, a entidade possui: uma relação hierarquizada com o restante da estrutura corporativa, sendo filiado à FIESC que, por sua vez, vincula-se à CNI (Confederação Nacional da Indústria); o monopólio da representação das empresas com atividades de fiação, tecelagem (sexto grupo) e vestuário (segundo grupo) em sua base territorial (composta de 42 municípios entre Lages e Gaspar)<sup>3</sup>, sobretudo na negociação dos conflitos com os trabalhadores<sup>4</sup>; e a institucionalização obrigatória, de forma paritária com a organização dos trabalhadores, em todos "colegiados dos órgãos públicos" em que os interesses da categoria sejam objeto de discussão e deliberação.<sup>5</sup>

<sup>3</sup> Os municípios que, além de Blumenau, fazem parte da base territorial do SINTEX são os seguintes: Agrolândia, Agronômica, Apiúna, Ascurra, Atalanta, Aurora, Benedito Novo, Correia Pinto, Curitiba, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Gaspar, Ibirama, Imbuia, Indaial, Ituporanga, José Boiteaux, Lages, Laurentino, Lontras, Massaranduba, Otacílio Costa, Petrolândia, Pomerode, Ponte Alta, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rodeio, Saleté, Santa Cecília, Taió, Timbó, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum. De forma geral, esta região engloba as filiais das maiores indústrias, com exceção das situadas em municípios que possuem sindicato patronal organizado - como Joinville, Jaraguá do Sul e Brusque.

<sup>4</sup> Existem quatro sindicatos de trabalhadores organizados na base territorial do SINTEX: dois com sede em Blumenau - um da fiação e tecelagem e outro do vestuário e confecções -, um em Timbó e um em Rio do Sul. O mais importante e que reúne o maior número de filiados - cerca de 30.000 - é o Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem de Blumenau.

<sup>5</sup> O último dispositivo legal que normatizou a institucionalização da representação sindical no Brasil está contido nos artigos 8-10 do capítulo II (direitos sociais) da Constituição de 1988. Esses, apesar de extinguirem a autorização para o funcionamento (certificado oficial) e o poder de intervenção do Estado na estrutura sindical, mantiveram todas as outras características da estrutura corporativa.



As relações internas de poder e o processo de ascensão aos cargos diretivos do SINTEX também são disciplinados por legislação superior e não por fóruns internos de decisão. Isto esvazia a competência de seus órgãos deliberativos - assembléia geral e a diretoria. Segundo esta legislação, todas as empresas de fiação, tecelagem e vestuário da base territorial do SINTEX - cerca de 1.700 em 1992 - tem um *status* de quase-membros, visto que são representadas indistintamente e involuntariamente pelo sindicato. Entretanto, essas só se tornam ativas e com plenos direitos no momento em que se filiam à entidade, tornando-se, juridicamente, iguais para efeito de elegibilidade, não importando o tempo de filiação ou o peso econômico dos empreendimentos.

A manutenção do controle do sindicato patronal pelos grandes empresários têxteis - perene em toda a história da entidade - mantém-se, portanto, não por recursos estatutários como na ACIB, mas por outras estratégias. Por um lado, o grande empresariado aposta na sua legitimidade e no baixo grau de interesse dos micro e pequenos empresários em engajar-se ativamente na organização coletiva.

Por outro lado, com o controle da entidade, estes atores sociais criam barreiras (mensalidades altas, por exemplo) ou desestímulos (ausência de serviços aos associados) à filiação da grande massa de empresários, preservando o seu papel dirigente. Isto é, a elite dirigente aposta nos incentivos coletivos (*status* de quase-membro) e na falta de incentivos seletivos (serviços) para desmobilizar os interesses dos micro e pequenos empresários.<sup>6</sup> Isto parece evidente, visto que, apesar da extensa base social, o SINTEX nunca manteve mais de 40 sócios - que,

---

<sup>6</sup> Além dessas características objetivas, que demonstram uma estratégia de controle do número de sócios do SINTEX, nos contatos que tivemos com dirigentes e empregados desta organização empresarial foi flagrante o posicionamento, senão contrário pelo menos preconceituoso, com relação à massa de micro e pequenos empresários do setor têxtil. Esta segregação era manifesta em expressões como: "empresas de fundo-de-quintal", "empresários que não querem se organizar, mas somente desejam sonegar mais impostos", "forma de concorrência desleal", etc.

em muitos casos, agrupavam-se em alguns poucos grupos econômicos, ampliando o controle do grande empresariado sobre o sindicato.

Além disso, todo funcionamento interno do SINTEX - quanto aos órgãos que não possuem definição estatutária - é voltado para os interesses dos grandes - e, em alguns casos, dos médios - empresários. Existem para isso: "comissões" internas formadas por diretores, gerentes ou profissionais técnicos vinculados às empresas associadas que reúnem-se periodicamente para o intercâmbio de informações e o ajuste de políticas empresariais;<sup>7</sup> estruturas com técnicos profissionais para o estudo de normas técnicas e qualidade dos insumos (algodão) e produtos finais das empresas (tecidos de malha, felpudos e linhas); um setor de estatística que municia de informações estratégicas os diretores da entidade e grandes empresários em geral; e, finalmente, uma comissão especializada em negociações com os sindicatos dos trabalhadores, que passou a ser profissionalizada nos últimos anos devido ao incremento na combatividade do movimento sindical local.

Devido aos constrangimentos legais, a principal finalidade do SINTEX para organização coletiva do empresariado industrial têxtil parece ser: a manutenção de uma representação oficial junto ao Estado e o estabelecimento de um organismo com competência legal para negociar com as organizações dos trabalhadores. Certamente, como a entidade reúne um número reduzido de associados, todas as outras atividades que esta organização mantém poderiam ser supridas pelo relacionamento informal entre as próprias empresas ou pela representação em outras organizações empresariais que estas indústrias fazem parte.

---

<sup>7</sup> As comissões de trabalho internas do SINTEX são as seguintes: mercado externo, mercado de cama, mesa & banho, mercado de malha, suprimentos, relações trabalhistas e sindicais (recursos humanos), transportes internos (fretes), transportes externos, estudos salariais, treinamento e desenvolvimento, jurídico trabalhista, jurídico tributarista, pequena e média empresa, segurança e higiene, energia e assuntos corporativos.

#### 4. PERFIL DOS DIRIGENTES

O perfil dos diretores do SINTEX foi, invariavelmente, o mesmo desde a sua fundação até a década de 90. Os seis maiores grupos econômicos do setor industrial têxtil (Hering, Artex/Garcia, Teka, Karsten, Sul Fabril e Cremer) mantiveram o controle da direção do sindicato, ocupando todos - ou tantos quantos possíveis - cargos efetivos da diretoria executiva da entidade. Aos outros grandes e médios empresários coube ocupar os cargos de suplência, o conselho fiscal e, a partir de 1987 quando a diretoria passou a ter sete membros, a sétima vaga da diretoria executiva (ver TABELA 6.3).

Como os seis grandes grupos não constituem a maioria dos sócios do sindicato - mesmo quando somada todas as suas empresas coligadas que são filiadas à entidade -, parece certo que a sua posição dirigente é resultado de um consenso interno. Este legitima uma hierarquização das posições ocupadas de acordo com a importância que cada empresa tem dentro do setor. Além disso, provavelmente também a tradição empresarial e as relações políticas destes atores sociais devem pesar neste reconhecimento.

Entre 1984 e 1995, apenas o empresário Ulrich Kuhn ocupou a presidência do SINTEX, uma característica comum na história da entidade que teve somente cinco presidentes em 45 anos. O consenso deve ser, realmente, um atributo desta organização, visto que durante este período Kuhn, que é um executivo profissional, foi vinculado a duas empresas diferentes: a Artex (até 1986) e a Hering. Além dessa característica, como boa parte do grande empresariado têxtil blumenauense, esse empresário possui uma participação político-partidária ativa, sendo filiado ao PFL.

TABELA 6.3

## DIRETORES DO SINTEX (1984-95)

| CARGO           | 1984-87                             | 1987-90                          |
|-----------------|-------------------------------------|----------------------------------|
| PRESIDENTE      | Ulrich Kuhn (ARTEX)                 | Ulrich Kuhn (HERING)             |
| 1º VICE-PRESID. |                                     | Gunar Conrado Karsten (KARSTEN)  |
| 2º VICE-PRESID. |                                     | João Telles (SUL FABRIL)         |
| 1º SECRETÁRIO   | Gunar Conrado Karsten (KARSTEN)     | Lothar Schmidt (CREMER)          |
| 2º SECRETÁRIO   | Ivo Hering (HERING)                 | Pedro Joaquim Waldrich (PEMAR)   |
| 1º TESOUREIRO   | Rolph Kuehrich (TEKA)               | Frederico Kuehrich Neto (TEKA)   |
| 2º TESOUREIRO   | Heinz Schrader (CREMER)             | Cirano Fonseca Dias (ARTEX)      |
| SUPLENTE        | Gehard Horst Fritzsche (SUL FABRIL) | Wander Weege (MALWEE)            |
| SUPLENTE        | Henrique Isleb (HACO)               | Rui Altemburg (ALTEMBURG)        |
| SUPLENTE        | Anselmo José de Souza (DUDALINA)    | Henrique Isleb (HACO)            |
| SUPLENTE        | Gunar Vollmer (MAJU)                | Jaime da Silva Telles (THIEMANN) |
| SUPLENTE        | Rui Altemburg (ALTEMBURG)           | Gunar Vollmer (MAJU)             |
| SUPLENTE        |                                     | Werner Schuster (MARISOL)        |
| SUPLENTE        |                                     | Anselmo José de Souza (DUDALINA) |
| CARGO           | 1990-93                             | 1993-96                          |
| PRESIDENTE      | Ulrich Kuhn (ARTEX)                 | Ulrich Kuhn (ARTEX)              |
| 1º VICE-PRESID. | Rui Ebert (TEKA)                    | Rui Ebert (TEKA)                 |
| 2º VICE-PRESID. | João Telles (SUL FABRIL)            | João Telles (SUL FABRIL)         |
| 1º SECRETÁRIO   | Lothar Schmidt (CREMER)             | Lothar Schmidt (CREMER)          |
| 2º SECRETÁRIO   | Rui Humberto P. Dieckmann (RICO)    | Michel Sabbagh Filho (CRISTINA)  |
| 1º TESOUREIRO   | Gunar Conrado Karsten (KARSTEN)     | Gunar Conrado Karsten (KARSTEN)  |
| 2º TESOUREIRO   | José Bahls de Almeida (ARTEX)       | José Bahls de Almeida (ARTEX)    |
| SUPLENTE        | Ronaldo Dag Zadrozny (ZINTEX/ARTEX) | Henrique Isleb (HACO)            |
| SUPLENTE        | Rui Altemburg (ALTEMBURG)           | Gunar Vollmer (MAJU)             |
| SUPLENTE        | Henrique Isleb (HACO)               | Rui Altemburg (ALTEMBURG)        |
| SUPLENTE        | Gunar Vollmer (MAJU)                | Rolando Nitsche (DUDALINA)       |
| SUPLENTE        | Werner Schuster (MARISOL)           | Wander Weege (MALWEE)            |
| SUPLENTE        | Armando Hess de Souza (DUDALINA)    | Vicente Donini (MARISOL)         |
| SUPLENTE        | Jaime da Silva Telles (THIEMANN)    | Cari Heinz Brandes (BRANDILI)    |

FONTE: DELEGACIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SINTEX

Na vinculação dos diretores do SINTEX a outras entidades de classe do empresariado verificou-se um duplo padrão de relacionamento (ver TABELA 6.4). Por um lado, manteve-se uma ligação constante à estrutura corporativa de representação de interesses pela ocupação de cargos por vários empresários no sistema FIESC. Por outro, estes empresários também vincularam-se a várias organizações extra-corporativas.

**TABELA 6.4****PARTICIPAÇÃO DOS DIRETORES DO SINTEX EM OUTRAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS (1984-95)**

| <b>EMPRESÁRIO/EMPRESA</b>    | <b>ENTIDADE</b> | <b>CARGO</b>          | <b>PERÍODO</b> |
|------------------------------|-----------------|-----------------------|----------------|
| Ulrich Kühn (Artex/Hering)   | FIESC           | Delegado CNI          | 1986-92        |
|                              | ACIB            | Diretor               | 1977-87        |
|                              | ABIT            | Vice-Presidente       | 1993-95        |
| Rui Ebert (Teka)             | FIESC           | Diretor Adjunto       | 1992-95        |
|                              | ACIB            | Diretor               | 1983-89        |
| Anselmo de Souza (Dudalina)  | ACIB            | Diretor               | 1983-85        |
|                              | ACIB            | Presidente            | 1985-89        |
|                              | FACISC          | Vice-Presidente       | 1986-88        |
| Lothar Schmidt (Cremer)      | CIESC           | Conselho Deliberativo | 1989-95        |
| Norberto I. Zadrozny (Artex) | AEB             | Presidente            | 1985-89        |

FONTES: SINTEX, ACIB, FIESC, FACISC e JSC

Além do intenso relacionamento com a ACIB - exposto no capítulo anterior - outras entidades foram motivo de atenção dos grandes empresários têxteis. Na década de 80, Norberto Ingo Zadrozny ocupou a presidência da AEB (Associação dos Exportadores do Brasil) entre 1985 e 1989. Esta participação expressava um grande meio de pressão junto ao Estado por interesses específicos. Principalmente, porque o mercado exterior passou a ser, a partir dos anos 80, a única alternativa de crescimento desses grandes grupos devido a estagnação da economia brasileira.

Outra entidade extra-corporativa, a ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil), teve nos anos 90 a presença do empresário Ulrich Kuhn como diretor. Essa ligação vinculava-se à necessidade de organização do grande empresariado têxtil brasileiro, nesta década, em virtude da abertura do mercado nacional à importação. Além disso, fazia parte do esforço de coordenação à defesa de seus interesses na Câmara Setorial da indústria têxtil.

## 5. PERFIL DOS ASSOCIADOS

Em 45 anos de atividade o SINTEX conseguiu somente dobrar o número de associados - de 15 em 1951 passou a ter 33 em 1994.<sup>8</sup> Isso não parece ser um fracasso, mas uma estratégia intencional que limitou o crescimento da base social do sindicato, preservando o controle da entidade por seu grupo dirigente.

O incremento na base social seguiu uma dinâmica onde novos sócios eram agregados à entidade em função de dois processos básicos: através do deslocamento de grandes indústrias para a base territorial do SINTEX, caso da multinacional americana Albany do Brasil e das empresas de Jaraguá do Sul (Malwee e Marisol); ou do crescimento de micro-empresas locais que, a partir de um certo tamanho, passam a interessar-se pela organização coletiva do setor.<sup>9</sup>

Por outro lado, existe um outro fator que constantemente provocou baixas na quantidade de sócios: a incorporação de empresas pelas grandes indústrias têxteis. Alguns exemplos destes casos foram: a Algotex e a Garcia, incorporadas pela Artex, e a Omino, Meias Blumenau e Mafisa pela Hering.

Este processo determinou a estruturação de uma base social que, mesmo não sendo homogênea, tem seus limites em empresas que empregam, no mínimo, 50 trabalhadores, ou seja, cerca de 2% dos estabelecimentos industriais da base territorial do SINTEX. Dos 33 sócios do sindicato, em 1994, 39% eram grandes empresas (mais de 500 empregados) e 46% eram médias empresas (de 101 a 500

---

<sup>8</sup> As 33 empresas filiadas ao SINTEX em 1994 eram as seguintes: Hering, Sul Fabril, Teka, Artex, Cremer, Karsten, Maju, Diana, Schmalz (Lince/Linhas Círculo), Haco, Brandili, Cristina, Albany (a única multinacional), Emerson, Aitemburg, Fiovale (Karsten), Taeschner, Marisol, Dudalina, Malwee, Rovitex, Wilson, Lancaster (Círculo), Riosul, Rico, Malhasoft, Pemar, Bianca, HJH, Jurti, Styllu's, RW e Marchi.

<sup>9</sup> É possível que a maior quantidade de mão-de-obra controlada e, talvez, o *status* de participar da organização tendo como pares alguns dos maiores empresários do município - incentivos normativos e afetivos - sejam os motivos principais que levam esses empresários, com uma prosperidade recente, a se filiar ao SINTEX, visto que, além de não terem acesso à direção do sindicato, não existem serviços - incentivos seletivos - que motivem esta filiação.

trabalhadores), o que define um perfil elitista e um espaço marginal ocupado pelos pequenos empresários (ver TABELA 6.5). Além dessa existe outra característica, a concentração dos sócios do SINTEX em Blumenau e municípios limítrofes, o que indica que, provavelmente, a grande base territorial do sindicato serve aos interesses das grandes empresas devido a dispersão espacial de suas filiais por todo Vale do Itajaí.

**TABELA 6.5**

**INFORMAÇÕES SOBRE AS EMPRESAS FILIADAS AO SINTEX (agosto de 1994)**

| <b>INFORMAÇÕES</b>                                   | <b>QUANTIDADE DE EMPRESAS</b> |               |
|--|-------------------------------|---------------|
| <b><u>Empresas por quantidade de empregados:</u></b> |                               |               |
| - + de 1.000   | 08                            | (24%)         |
| - de 501 a 1.000                                     | 05                            | (15%)         |
| - de 201 a 500                                       | 09                            | (28%)         |
| - de 101 a 200                                       | 06                            | (18%)         |
| - de 51 a 100  | 05                            | (15%)         |
| - de 0 a 50  | -                             |               |
| <b>TOTAL</b>   | <b>33</b>                     | <b>(100%)</b> |
| <b><u>Cidade sede das empresas:</u></b>              |                               |               |
| - Blumenau   | 21                            | (64%)         |
| - Timbó  | 04                            | (12%)         |
| - Gaspar   | 02                            | (06%)         |
| - Indaial  | 02                            | (06%)         |
| - Jaraguá do Sul*                                    | 02                            | (06%)         |
| - Rio do Sul   | 01                            | (03%)         |
| - Apiúna   | 01                            | (03%)         |
| <b>TOTAL</b>   | <b>33</b>                     | <b>(100%)</b> |

FONTE: SINTEX

\* Jaraguá do sul não faz parte da base territorial do SINTEX, mas é a sede de duas indústrias (Malwee e Marisol) que possuem filiais nesta região.

## **6. ATIVIDADES DA ENTIDADE E PRONUNCIAMENTOS PÚBLICOS DOS DIRETORES DO SINTEX (1985-1994)**

Investigar o processo de representação de interesses setoriais da indústria têxtil blumenauense, mediado e organizado pelo SINTEX entre 1985 e 1994, demonstrou-se uma tarefa difícil em virtude da escassez de dados disponíveis sobre as atividades da entidade. Isto ocorreu devido a dois fatores: pelo acesso negado a documentos, que foram definidos como confidenciais ou de uso exclusivamente interno; e pela própria quantidade reduzida de documentos ou materiais de divulgação, produzidos pelo sindicato patronal, que tivessem um caráter "público".<sup>10</sup> Desta forma, fontes usuais à verificação da atuação de uma organização empresarial, tais como atas de reuniões e relatórios de atividades, não puderam ser agregadas a esta investigação.

A única fonte acessada, que teve origem no SINTEX e que pode fornecer alguns dados sobre a atuação da entidade, foi o periódico "Painel Têxtil". Editado mensalmente a partir de meados de 1991 - no formato de relatório impresso originário de um editor de textos -, este teve sua distribuição limitada aos sócios do sindicato patronal - cerca de 30 cópias, portanto. Apesar de cobrir um período relevante deste estudo (1991-94), a utilização deste periódico à análise mostrou-se limitada devido ao tipo de informação que este veiculava. Na maior parte dos casos, estas limitavam-se à divulgação: de normas técnicas, de legislação tributária e

---

<sup>10</sup> Estas características sobre o acesso às informações do SINTEX parecem estar relacionadas diretamente à estrutura da entidade. Como foi visto nas seções anteriores, o número reduzido de sócios, o perfil destes - na maioria grandes e médios empresários -, a política de restringir o crescimento da base social ativa e a institucionalização garantida ao aparelho do Estado, tomaram desnecessárias estratégias de divulgação das atividades deste sindicato patronal ao conjunto do setor industrial têxtil da região. Além disso, quando preciso, devido ao peso econômico das lideranças da entidade, estes utilizaram o acesso facilitado à imprensa para tornar público os seus posicionamentos.



trabalhista e de questões relativas ao mercado de matérias-primas, de produtos finais e da mão-de-obra local.<sup>11</sup>

As informações relativas às atividades da entidade (demandas/pressões junto ao poder público, relações com outras entidades de classe, etc.) ocuparam um espaço marginal neste periódico,<sup>12</sup> dificultando a compreensão da dinâmica e dos diferentes padrões de atuação do SINTEX a partir destas. Como decorrência disso, os pronunciamentos públicos dos diretores do sindicato patronal, coletados entre 1985 e 1994 no Jornal de Santa Catarina (JSC), tornaram-se a fonte principal de dados à investigação.

Apesar destas informações apresentarem vários vieses à análise - tais como: conter somente questões cuja visibilidade pública foi de interesse das lideranças empresariais, apresentar as variações das diferentes orientações editoriais do JSC<sup>13</sup> e oferecer diferentes graus de densidade das informações -, a possibilidade de ser examinada toda a década foi uma grande vantagem deste fonte de dados.

Em decorrência disto - e tendo presente todas as limitações que as fontes disponíveis ofereceram à investigação -, procurou-se reunir a atuação e o posicionamento público dos diretores do SINTEX nesse esforço de análise e interpretação destes aspectos dinâmicos da entidade de classe. Além disso, como forma de operacionalizar a explanação, esta foi dividida, conforme os principais objetivos envolvidos, em duas modalidades de atividades/pronunciamentos: 1) com

---

<sup>11</sup> O próprio teor e o limite de circulação das informações divulgadas no "Painel Têxtil" possuem um conteúdo explicativo à nossa análise. Estes evidenciam que o papel do SINTEX, na representação dos interesses e na organização coletiva do grande empresariado têxtil, esteve intimamente relacionado a finalidades econômicas durante o período investigado.

<sup>12</sup> Não foram encontrados mais do que dez registros claros de atividades no "Painel Têxtil".

<sup>13</sup> Como já foi descrito no capítulo anterior, o JSC teve diversos proprietários - e, portanto, linhas editoriais - entre 1985 e 1994. A maior parte destes controles acionários relacionaram-se a projetos político-eleitorais, sendo que o grande empresariado industrial têxtil esteve envolvido em dois deles - prefeitura (1986-88) e governo do estado (1989-92) - onde concorreu Wilson Kleinubing (PFL).

TABELA - 6.6

CONTEÚDO DOS PRONUNCIAMENTOS DAS LIDERANÇAS EMPRESARIAIS VINCULADAS AO SINTEX NO JORNAL DE SANTA CATARINA (1985-94)

| CONTEÚDO                         | 1985 (%) | 1986 (%) | 1987 (%) | 1988 (%) | 1989 (%) | 1990 (%) | 1991 (%) | 1992 (%) | 1993 (%) | 1994 (%) | Total (%) |
|----------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| <b>ECONÔMICOS</b>                | 16 (100) | 03 (75)  | 15 (88)  | 10 (91)  | 13 (93)  | 13 (86)  | 13 (93)  | 04 (80)  | 07 (64)  | 07 (70)  | 101 (83)  |
| - Exportação/Importação          | 06 (37)  | -        | 10 (59)  | 08 (73)  | 01 (07)  | 08 (31)  | 03 (21)  | 01 (20)  | 03 (29)  | 06 (60)  | 44 (36)   |
| - Questões trabalhistas          | 02 (13)  | -        | 01 (05)  | -        | 10 (72)  | 03 (16)  | 06 (43)  | 01 (20)  | 02 (18)  | -        | 25 (20)   |
| - Impostos                       | 01 (06)  | -        | -        | -        | 01 (07)  | -        | -        | -        | -        | -        | 02 (02)   |
| - Outros                         | 07 (44)  | 03 (75)  | 04 (24)  | 02 (18)  | 01 (07)  | 04 (21)  | 04 (29)  | 02 (40)  | 02 (18)  | 01 (10)  | 30 (25)   |
| <b>POLÍTICOS</b>                 | --       | 01 (25)  | 02 (12)  | 01 (09)  | 01 (07)  | 06 (32)  | 01 (07)  | 01 (20)  | 02 (18)  | 03 (30)  | 18 (15)   |
| - Críticas ao governo            | -        | 01 (25)  | 02 (12)  | -        | -        | 03 (16)  | 01 (07)  | 01 (20)  | -        | -        | 08 (07)   |
| - Pacto social/Câmaras Setoriais | -        | -        | -        | 01 (09)  | 01 (07)  | 01 (05)  | -        | -        | 01 (09)  | 01 (10)  | 05 (04)   |
| - Planos econômicos              | -        | -        | -        | -        | -        | 02 (11)  | -        | -        | 01 (09)  | -        | 03 (02)   |
| - Outros                         | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | -        | 02 (20)  | 02 (02)   |
| <b>OUTROS</b>                    | --       | --       | --       | --       | --       | --       | --       | --       | 02 (18)  | --       | 02 (02)   |
| <b>TOTAL</b>                     | 16 (100) | 04 (100) | 17 (100) | 11 (100) | 14 (100) | 19 (100) | 14 (100) | 05 (100) | 11 (100) | 10 (100) | 121 (100) |

FORNTE: JORNAL DE SANTA CATARINA

conteúdo econômico e 2) com conteúdo político.<sup>14</sup> Uma apreciação sintética de cada uma destas modalidades na última década pode ser vista na TABELA 6.6.

### 6.1. ATIVIDADES/PRONUNCIAMENTOS PÚBLICOS COM CONTEÚDO ECONÔMICO

Durante todo período investigado, tanto os pronunciamentos públicos (no JSC) das lideranças empresariais quanto as atividades constatadas do SINTEX foram majoritariamente direcionadas a objetivos econômicos. Este fato é um forte indicador de que o sindicato patronal possui esta especificidade na representação de interesses do grande empresariado industrial têxtil blumenauense, isto é, esta entidade empresarial, mesmo com o processo de democratização, não modificou significativamente o seu caráter setorial, econômico e corporativo.

Além disso, tendo como base as evidências expostas no capítulo anterior, parece razoável supor que estas características façam parte de uma estratégia onde haveria uma divisão de tarefas entre as organizações empresariais locais controladas por esta elite empresarial. Enquanto ao SINTEX caberia o papel econômico-corporativo já descrito, a ACIB seria responsável pela promoção da organicidade entre a elite têxtil e o restante da classe através da reprodução dos valores deste grupo dirigente e, a partir disto, pela mobilização coletiva e exteriorização das posições políticas deste grupo dominante ao restante da sociedade.

No caso do papel do SINTEX nesta relação, o exame mais detalhado das questões econômicas tratadas pela entidade contribuiu para evidenciar isto. Neste sentido, procurou-se dividir este gênero de atividades e pronunciamentos, conforme

---

<sup>14</sup> Somente foram verificados dois pronunciamentos públicos de lideranças do SINTEX que não tivessem caráter político ou econômico. Estas aconteceram em 1993 e divulgaram aspectos organizacionais: comemoração dos 40 anos da entidade e a participação do empresário Lothar Schmidt (Cremer) na diretoria executiva.

seus objetivos específicos, em quatro subtipos: 1) questões que envolvessem o comércio exterior (importação de matérias-primas e equipamentos e exportação de mercadorias); 2) questões trabalhistas, englobando a negociação com os sindicatos dos trabalhadores e temas relativos à mão-de-obra empregada; 3) questões relativas a impostos (forma de cobrança, isenções, alíquotas, etc.); e 4) outras questões econômicas (insumos, matérias-primas, volumes financeiros, etc.), que foram agrupadas por sua generalidade ou irrelevância numérica e analítica.<sup>15</sup> Para a compreensão da inserção de cada um dos subtipos no processo de representação de interesses, buscou-se examiná-los em duas dimensões: pela comparação quantitativa da expressão pública e pela interpretação qualitativa das especificidades de cada um destes.

O comércio exterior foi a temática que ocupou maior visibilidade pública entre os pronunciamentos das lideranças empresariais do setor têxtil, mantendo-se, senão constante em termos proporcionais, pelo menos presente durante toda a década. Os aspectos envolvidos a este item foram todos fundamentais ao processo de acumulação capitalista empreendidos pelas grandes indústrias.

Durante os anos 80 o ritmo lento de crescimento do mercado nacional e a política federal de incentivo à exportação reorientou a estratégia mercadológica do setor. Vinculado a isto esteve a necessidade de modernização do processo produtivo através do investimento em capital fixo, o que se deu, em grande parte, via importação de equipamentos e tecnologia. Devido a isto, a grande indústria têxtil se tornou mais sensível às políticas públicas de comércio exterior, expressando isto através de pronunciamentos públicos dos diretores da entidade que indicavam

---

<sup>15</sup> Na especificação prévia que fizemos das questões econômicas envolvidas na atuação/expressão pública do SINTEX havia um quinto subitem: as questões relacionadas a financiamentos públicos. Para estas, contudo, não houve nenhuma ocorrência, tanto em pronunciamentos no JSC quanto em atividades registradas no "Painel Têxtil". Como foi comum a verificação nos periódicos públicos de notícias sobre a liberação de financiamentos ao setor têxtil blumenauense, é possível que a ausência de demandas explicitadas sobre o tema indiquem a existência de canais sedimentados junto aos órgãos públicos responsáveis pela liberação dos recursos. Fato este que dispensaria o desgaste da associação pública entre o grande empresariado e seus interesses setoriais.

demandas dirigidas aos organismos do governo federal: ao CACEX, por guias de importação e exportação; ao Ministério do Exterior, por acordos internacionais que garantissem cotas de exportação para outros países, etc.<sup>16</sup>

Na década de 90, além das questões anteriores, incorporaram-se novos problemas ao setor devido à recessão e à abertura do mercado nacional à importação de manufaturas têxteis. Esses se refletiram nas atividades da entidade através de pressões junto ao Estado por: redução da defasagem cambial, implementação de cotas para produtos estrangeiros, aumento do imposto de importação, etc.

Outro fato relevante neste período mais recente foi a indicação de transformações no relacionamento do SINTEX com outras organizações empresariais. Antes da década de 90, a FIESC e, em algum grau, a AEB foram as organizações mais citadas pelas lideranças empresariais do setor para expressar a cooperação em demandas junto ao Estado. Nos últimos anos, ganhou visibilidade um novo tipo de cooperação orientada à setorização da representação dos interesses têxteis ao nível nacional através da ABIT - inclusive com a ocupação da vice-presidência da entidade pelo empresário Ulrich Kuhn. É possível que esta mudança indique um maior sucesso na gestão setorizada dos interesses junto ao governo federal, pela melhor definição dos objetivos envolvidos na demanda, sobretudo quando esta disvinculou-se da estrutura corporativa de representação de interesses.

O segundo subitem a apresentar maior visibilidade pública no JSC foi o relativo às questões trabalhistas. Entretanto, ao contrário do anterior, este apresentou grandes oscilações em sua intensidade durante a última década. Isto aconteceu devido às importantes e interligadas transformações por que passaram

---

<sup>16</sup> Além disto, como foi visto nas seções anteriores deste capítulo, o mercado exterior adquiriu tanta importância para o grande empresariado têxtil que Norberto Zadrozny tomou-se o presidente da AEB.

tanto a classe trabalhadora blumenauense quanto o sindicato dos trabalhadores da indústria têxtil, redefinindo as relações entre capital e trabalho na região.

No operariado, em virtude do seu grande crescimento numérico até a década de 90 e da maior rotatividade de mão-de-obra, romperam-se os vínculos tradicionais que mantinham grande parte dos trabalhadores empregados durante décadas numa mesma indústria. Além disso, a partir do início dos anos 80, com a estruturação do Partido dos Trabalhadores (PT) e de movimentos de base promovidos pela igreja católica (Comunidades Eclesiais de Base - CEB), formaram-se lideranças orgânicas dos trabalhadores a despeito da organização sindical "pelega" - que era, até os anos 80, amplamente majoritária no município.

O resultado deste processo de organização paralela da classe trabalhadora, unido ao novo perfil do operariado, produziu disputas pelo controle das organizações oficiais entre as novas lideranças orgânicas e os dirigentes tradicionais - com muitas vitórias para os primeiros. No sindicato dos trabalhadores da indústria têxtil de Blumenau - o mais importante da região com cerca de 30 mil trabalhadores na base -, esta mudança se deu na eleição de 1988, fato que alterou a dinâmica organizacional deste setor.<sup>17</sup>

Devido ao grande volume de mão-de-obra empregada pelo setor, o SINTEX teve sempre como uma de suas principais funções a negociação com as organizações sindicais dos trabalhadores. As mudanças na forma que se processou esta relação, no final da década de 80, puderam ser verificadas através da visibilidade pública do posicionamento dos diretores do SINTEX e da atuação da

---

<sup>17</sup> Como já foi descrito anteriormente, o sindicato dos trabalhadores da indústria têxtil sempre manteve, até 1988, uma relação de cooperação com o grande empresariado, havendo inclusive lideranças sindicais - como Aldo Pereira de Andrade - que se tornaram representantes dos interesses destes empresários no legislativo estadual. Na disputa sindical de 1988, o empresariado atuou ativamente para manter esta situação. As vésperas da eleição foram demitidas lideranças vinculadas à chapa oposicionista - alguns ilegalmente devido a estabilidade temporária proporcionada pelo registro da chapa - e os trabalhadores foram pressionados a não votar na oposição. Estas estratégias, contudo, não obtiveram sucesso - para outras informações, ver SIMÃO (1995, p. 106 e seg.).

entidade. Até 1989, as negociações coletivas, por ocasião da data-base da categoria, processaram-se sem grandes conflitos, sendo que as perdas salariais decorrentes dos diversos "planos econômicos" dificilmente eram repassadas aos trabalhadores. Um resultado direto do baixo grau de mobilização coletiva e da falta de combatividade do movimento sindical.

O único ponto de conflito, verificado no JSC neste período (1985-89), entre as organizações corporativas dos trabalhadores e dos empresários foi a implementação do sistema de "rodízio" por algumas grandes indústrias têxteis. Entretanto, a única forma de reação do sindicato dos trabalhadores a este problema se deu através de recursos ao Ministério do Trabalho para sua suspensão. Como era este órgão público que concedia às empresas o direito para implementação deste regime de trabalho por períodos determinados, normalmente, o maior poder de pressão dos empresários surtia efeito através de prorrogações sucessivas nos prazos de utilização do "rodízio".<sup>18</sup>

Em 1989, as relações entre capital e trabalho no setor têxtil blumenauense romperam uma trégua de quase 40 anos.<sup>19</sup> A greve - originada espontaneamente na base em virtude do arrocho salarial acentuado pelo "Plano Verão"(governo Sarney) -teve início do dia 11 de março, parando todas as grandes indústrias têxteis por

---

<sup>18</sup> O sistema de "rodízio" era uma técnica de emprego de mão-de-obra, utilizada por empresas como a Artex e a Teka, que objetivava a redução dos custos de capital fixo pela depreciação acelerada dos meios de produção. Nesta, o regime de trabalho era ininterrupto (24 horas por dia, sete dias por semana), sendo que grupos de operários se revezavam na produção em diferentes jornadas semanais que, na maior parte dos casos, não faziam coincidir o descanso remunerado com o final de semana padrão. Como isto gerava problemas nas relações familiares, o sistema de "rodízio" era amplamente rejeitado pelos trabalhadores. Além disso, a pouca mobilidade dos diretores tradicionais do sindicato em tratar esta questão foi um dos motivos que produziram a sua derrota eleitoral nas eleições sindicais de 1988.

<sup>19</sup> Como já foi visto anteriormente, a última greve no setor tinha ocorrido em 1950 e afetou apenas algumas empresas. Nesta, como em todas anteriores, o movimento grevista partiu da base a revelia do sindicato dos trabalhadores.

mais de dez dias.<sup>20</sup> Ao contrário de movimentos anteriores, este recebeu a adesão do sindicato dos trabalhadores que passou a liderar e organizar a greve.

A resposta inicial do SINTEX ao movimento grevista foi rápida, porém relativamente desorientada e ineficaz. Esta se deu através de notas na imprensa escrita - e comerciais de rádio e televisão - com um apelo anacrônico para que os "colaboradores" (operários) voltassem aos locais de trabalho atendendo ao "espírito ordeiro" da comunidade blumenauense. Como a greve se prolongava com grandes demonstrações de força - assembléias diárias com dezenas de milhares de operários, piquetes, etc. - e a estratégia inicial não funcionava, as notas públicas deixaram de ser amigáveis e passaram a ameaçar com demissões, cortes de salário, perda do abono prometido, etc. Outras formas de pressão foram: abertura de vagas pelas empresas que geraram filas com milhares de desempregados na frente das empresas - fato amplamente coberto pela imprensa local -, além da usual e violenta repressão policial ao movimento.

Apesar da inexperiência dos dois lados em lidar com um movimento grevistas dessas proporções, a corda acabou arrebentando no lado mais fraco. Desgastados por não conseguirem avanços nas negociações e ameaçados com a perda do emprego, os trabalhadores foram abandonando o movimento que se esgotou sem ganhos imediatos. Além disso, como retaliação, foram demitidos cerca de mil operários - incluindo-se entre estes grande parte das lideranças emergentes que surgiram na greve.

---

<sup>20</sup> Nos dias 12 e 13 de março aconteceram paralisações que interromperam o funcionamento de vários setores de Blumenau (metalúrgicos, transportes coletivos, comércio, serviços públicos, têxteis, etc). Estas faziam parte de uma "greve geral" promovida pelas centrais sindicais em repúdio ao "Plano Verão". O movimento grevista do setor têxtil, apesar de engrossar o movimento geral, não se enquadrou nele. Os operários começaram a parar três dias antes do movimento - que ao nível nacional tinha sido chamado para os dias 14 e 15 - em função do recebimento dos "contra-cheques" apresentando quantias irrisórias e até dívidas com as empresas. Esta situação foi motivada pelo arrocho salarial e pela relação dos operários com as "cooperativas de consumo" (espécie de supermercado vinculado a cada indústria). No pagamento, eram debitados as contas individuais que, em muitos casos, geraram saldos negativos com as empresas.



Este momento tenso das relações "capital X trabalho" contribuíram para algumas transformações no setor industrial têxtil blumenauense e, por decorrência, no SINTEX. As grandes indústrias ampliaram o processo, em curso, de inovação tecnológica, o que provocou nos anos seguintes a dispensa de milhares de operários, criando um imenso exército de reserva de mão-de-obra e desestimulando futuros movimentos grevistas. Na organização empresarial, como verificou-se no JSC e no "Painel Têxtil", os reflexos foram os seguintes: a profissionalização do processo de negociação com os trabalhadores, pela contratação de pessoas de fora do meio empresarial local, evitando o desgaste dos diretores do SINTEX; um esforço para não esgotar as negociações, com a concessão de ganhos - mesmo que mínimos, quando necessário - aos trabalhadores.<sup>21</sup> Como resultado deste novo padrão de relacionamento, não ocorreram mais movimentos grevistas com a intensidade de 1989, somente greves isoladas, restritas e de curta duração.<sup>22</sup>

Finalmente, a última temática econômica, que esteve presente nos pronunciamentos das lideranças empresariais no JSC e que comportou relevância analítica a este estudo, foram as questões relativas à cobrança de impostos. Apesar do número reduzido de ocorrências sobre este tema - somente duas, onde os diretores do SINTEX criticavam as alíquotas do ICMS -, este foi o principal gênero de demandas dirigidas ao Estado verificadas entre 1991 e 1994 no "Painel Têxtil". Fato que demonstra o desejo das lideranças empresariais do SINTEX em não veicularem publicamente esse tipo de exercício de pressão sobre os órgãos públicos, apesar das questões relativas a impostos ser um dos pontos mais sensíveis a qualquer setor empresarial.

---

<sup>21</sup> É provável que estas mudanças (investimento tecnológico, dispensa de mão-de-obra, profissionalização na organização coletiva, etc) estivessem em curso devido a maior competição no mercado interno e a necessidade de conquista do mercado exterior. Entretanto, cremos que a transformação nas relações entre "capital X trabalho" na região devam ter acelerado o ritmo deste processo.

<sup>22</sup> Um exemplo de movimento grevista recente foi a paralização de dois dias ocorrida na Karsten em dezembro de 1994.

Além disto, o exame das demanda sobre impostos revelaram que estas foram dirigidas aos três níveis de poder, sendo que os tributos relacionados ao comércio exterior foram os mais citados. Verificou-se as seguintes pressões envolvendo o tema: junto ao município, pela redução do ISS sobre o frete nos transportes; junto ao estado, pela redução do ICMS à mercadorias exportadas e para "tratamento especial" do ICMS incidente sobre as mercadorias vendidas na FENIT (Feira Nacional da Indústria Têxtil), além de protestos contra a redução do prazo de recolhimento deste tributo; e, junto ao governo federal, contra a elevação dos impostos de importação sobre o algodão e pela redução de tarifas aduaneiras. Estas demandas obtiveram maior sucesso nos níveis de poder municipal e estadual, espaços que eram governados - na ocasião das pressões - por políticos com relações próximas ao grande empresariado têxtil (Sasse na prefeitura e Kleinubing no governo do estado).

## 6.2.ATIVIDADES/PRONUNCIAMENTOS PÚBLICOS COM CONTEÚDO POLÍTICO

A reduzida presença de pronunciamentos públicos com conteúdo político, no JSC entre 1985 e 1994, acompanhada da inexistência de registros de atividades deste gênero no "Painel Têxtil" parecem ser uma forte indicação do papel periférico que a atuação política ocupa nas atribuições destinadas ao SINTEX peio grande empresariado industrial têxtil. Entretanto, apesar de não existirem dados que demonstrem uma tendência à transformação significativa desse quadro, alguns aspectos específicos e mais recentes da atuação política do SINTEX parecem indicar algumas rupturas no padrão tradicional de representação de interesses desta entidade.

Ao segmentarmos, pelo volume de ocorrências e pelo valor analítico, a expressão pública das lideranças empresariais envolvendo questões políticas foi possível constatar as seguintes temáticas: 1) críticas à condução política e econômica dos diversos níveis de poder - principalmente o governo federal; 2) questões relativas à implementação de "pactos sociais" e ao funcionamento das câmaras setoriais; e 3) posicionamentos em relação aos "planos econômicos" do governo federal.

Os itens um e três possuem similaridades em seu conteúdo. Estes não vinculam-se a nenhuma atividade específica do SINTEX e expressam a exteriorização dos valores políticos das lideranças empresariais sobre a condução governamental das políticas macro-econômicas. Além de ser um fato relativamente normal os jornais relatarem os pronunciamentos de lideranças classistas em momentos críticos - em muitos casos as matérias do JSC reuniam posições de lideranças dos trabalhadores e dos empresários -, é possível que esta expressão pública tivesse o objetivo normativo de universalizar o posicionamento desta elite empresarial ao conjunto da sociedade.

A segunda temática política possui um maior relevo à nossa investigação. A preocupação dos diretores do SINTEX com temas como a estruturação de um "pacto social" e o funcionamento consequente das câmaras setoriais indicam uma politização de algumas demandas econômicas desta entidade de classe e, portanto, uma ruptura parcial com o padrão corporativo de atuação.

A questão envolvendo a constituição de uma concertação ampla ("pacto social") que reunisse governo federal e entidades gerais dos empresários e trabalhadores esteve presente na pauta política do início da "Nova República". Os objetivos dos idealizadores desta proposta era reproduzir a experiência de outros países que saíram de um regime ditatorial - tal como a Espanha - e realizaram acordos entre as classes econômicas que garantiram a institucionalização da

democracia com o crescimento econômico, negociando-se previamente as metas e planejamentos econômicos (políticas públicas), bem como a forma de apropriação dos benefícios pelos grupos sociais particulares. Nos pronunciamentos públicos das lideranças empresariais têxteis observou-se o posicionamento favorável à realização do "pacto social", além de haverem menções sobre reuniões entre organizações empresariais estaduais para o estudo de sua viabilidade.

Ao contrário da questão anterior, o envolvimento das lideranças do SINTEX com o funcionamento das câmaras setoriais teve resultados mais objetivos. A partir de 1989, foram constatados posicionamentos favoráveis a concertações setoriais, onde os empresários mencionavam a capacidade desses acordos em controlar a inflação e, especificamente, o aumento de preços no setor. Estas declarações pareciam ter o papel de construir novos consensos favoráveis à realização de câmaras setoriais, mesmo depois da falência da idéia de se produzir um "pacto social" mais amplo.

No início da década de 90 tiveram visibilidade pública as primeiras referências à participação direta de diretores do SINTEX em concertações setoriais. Em 1990, por exemplo, Carlos Odebrecht e Gunar Karsten - ambos da Cia. Karsten - participaram das reuniões da Câmara Setorial do Algodão representando os interesses da indústria têxtil blumenauense. Nesta, definiram-se políticas públicas (comércio do algodão no exterior, importação, processamento básico, investimentos, etc.) e ações privadas sobre a principal matéria-prima da indústria local.

Em 1993, o empresário Ulrich Kuhn (Hering), presidente do SINTEX, participou da Câmara Setorial da Indústria Têxtil representando a ABIT. Nestas reuniões, os grupos econômicos do setor procuravam, basicamente, restringir a entrada de mercadorias estrangeiras no mercado nacional, através do adiamento da queda da alíquota do imposto de importação. Na ocasião os empresários

conseguiram obter um relativo sucesso. Contudo, a partir de 1994 o governo federal mudou a condução econômica, baseando-a em uma política monetarista e na abertura do mercado à importação. A reação das lideranças empresariais têxteis de Blumenau a isto se deu através da crítica ao governo e pela reivindicação da reestruturação da câmara setorial do setor. Este fato parece ser uma relevante indicação da importância deste procedimento de mediação de interesses para estes atores sociais.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A DINÂMICA DA INTERAÇÃO DO SINTEX COM O SISTEMA POLÍTICO

O exame do processo de interação entre o SINTEX e o sistema político possui as mesmas restrições, relatadas anteriormente, que envolvem a carência de dados sobre a atuação desta organização empresarial nos últimos dez anos. Em virtude disto, tornaram-se precárias as constatações sobre a relevância que cada modalidade de intermediação de interesses (corporativismo, neocorporativismo e pluralismo) deteve na trajetória recente do relacionamento desta entidade com o Estado.<sup>23</sup>

Isto é particularmente relevante devido à impossibilidade na determinação de possíveis tendências futuras que impliquem em hipóteses sobre o predomínio de um padrão de interação sobre outros. Entretanto, acreditamos ser possível identificar, num sentido *dual* (ausência/presença), a manifestação das diversas

---

<sup>23</sup> Os padrões de interação Estado/sociedade são utilizados neste estudo como instrumentos analíticos-descritivos, ou seja, como tipos ideais que não são encontrados de forma completa em fenômenos histórico-sociais concretos. Desta forma, uma realidade específica pode estar permeada por manifestações características de diversas construções teóricas deste tipo. Este parece ser o caso da história recente do processo de intermediação de interesses no Brasil, onde, segundo alguns autores (DINIZ, 1986 e 1993; DINIZ e BOSCHI, 1989-a, 1989-b e 1993; ALMEIDA, 1994; COSTA, 1994; TÁPIA, 1994), estruturou-se um "sistema híbrido" com manifestações corporativistas, neocorporativistas e pluralistas.

modalidades de interação Estado/sociedade a partir das informações disponíveis sobre as atividades do SINTEX.

Como uma organização criada para adequar a representação de interesses do grande empresariado industrial têxtil blumenauense à legislação corporativista autoritária do governo Vargas, o SINTEX apresentou em toda sua história, inclusive na última década, esta modalidade de intermediação de interesses. O *status* de entidade de classe oficial garantiu ao sindicato patronal o monopólio de determinadas funções características do corporativismo estatal, mesmo após a flexibilização constitucional de 1988, que só se extinguirão no caso da legislação sofrer uma transformação radical que desmorone a estrutura corporativista de interação Estado/sociedade.<sup>24</sup>

O relacionamento mais típico e publicamente visível, derivado da institucionalização compulsória do sindicato patronal ao aparelho do Estado, foi a resolução de questões trabalhistas. Neste item constatou-se que, apesar das variações no caráter político das lideranças trabalhistas - que passaram de "pelegas" a combativas e depois relativamente conciliadoras -, as negociações dificilmente esgotavam-se na base, sendo arbitradas em última instância pelo poder público. Foram objeto de decisão estatal problemas envolvendo o emprego de mão-de-obra ("sistema de rodízio", pelo Ministério do Trabalho) e, constantemente, os dissídios coletivos (pela Justiça do Trabalho).

Além das questões trabalhistas, poderíamos caracterizar como uma manifestação da intermediação de interesses num padrão corporativista tradicional,

---

<sup>24</sup> Apesar do processo de reforma constitucional em curso, empreendido pelo Congresso Nacional a partir das diretrizes liberalizantes do governo Fernando Henrique Cardoso, a existência de grandes parcelas do movimento operário e das organizações empresariais alinhando forças contrárias à extinção total da legislação corporativista - tal como no período pré-constituente, ver DINIZ(1986) - parecem desestimular a desinstitucionalização do processo de intermediação de interesses com o Estado. De fato, devido ao grau de enraizamento social e ao *status* constitucional, parece ser extremada a hipótese de um "declínio" do corporativismo no Brasil - como sugere ALMEIDA(1994) -, sendo mais provável a sua convivência por um longo tempo como um dos formatos possíveis de interação Estado/sociedade - sobretudo para os setores econômicos menos dinâmicos.

os contatos menos visíveis realizados pelas lideranças empresariais do SINTEX junta às agências do poder executivo estadual e federal. Estas mobilizaram esforços da entidade, por interesses econômicos da grande indústria têxtil, relacionados à cobrança de impostos e, principalmente, à regulamentação favorável do comércio exterior.

Por outro lado, as estratégias do sindicato patronal em sua interação com o Estado não se limitaram ao padrão corporativista estatal. A partir do final dos anos 80 foi possível constatar a inclusão de padrões de intermediação de interesses mais modernos e ajustados às regras do jogo democrático. Inicialmente, isto se manifestou no posicionamento favorável das lideranças empresariais têxteis à estruturação de um "pacto social" que gerasse uma agenda completa de transição democrática ao Estado brasileiro, através de uma grande concertação coletiva compactuada pelo governo federal e pelas lideranças empresariais e dos trabalhadores. Devido à fragmentação de interesses intra-classes e aos diferentes níveis de organização dos setores econômicos - limites herdados de décadas de corporativismo autoritário -, aliada à ausência de um projeto hegemônico consensual entre os grupos sociais envolvidos, não vingaram as propostas de concertação coletiva lançadas durante a década de 80.

Entretanto, os limites objetivos que inviabilizaram a estruturação de um "pacto social" não impediram o avanço do neocorporativismo no Brasil, que se organizou em seu nível *meso* através das câmaras setoriais.<sup>25</sup> Nesta modalidade de interação Estado/sociedade foram constatados, em pelo menos dois casos, a adesão ativa do SINTEX e de suas principais lideranças: na Câmara Setorial do Algodão (em 1990) e na Câmara Setorial da Indústria Têxtil (em 1993).

Isto retrata a incorporação desta modalidade setorial do corporativismo societal à intermediação de interesses do empresariado têxtil de Blumenau. Além

---

<sup>25</sup> Ver COSTA(1994) e TÁPIA(1994).

disso, esta modernização da atuação do SINTEX, propiciada pelo processo recente de democratização, também esteve relacionada à agregação deste setor blumenauense à organização nacional do grande empresariado têxtil através da participação mais ativa na ABIT. Fato, sem dúvida, motivado por ter sido esta entidade a eleita pelo Estado como interlocutora competente no processo de concertação setorial.

Finalmente, a adesão do sindicato patronal a padrões pluralistas de interação com o sistema político foi a característica menos verificada no período investigado. Entre 1985 e 1994, as únicas manifestações visíveis de atuações do SINTEX deste gênero - não mediadas pela institucionalização, compulsória ou não, ao Estado - restringiram-se às campanhas conjuntas de várias entidades patronais de Blumenau que tiveram a liderança da ACIB. Entre estas, a que teve maior destaque foi a mobilização do empresariado blumenauense pela "distritalização" do voto a cargos legislativos na eleição de 1994.

Este fato indicaria uma menor relevância do padrão pluralista na intermediação de interesses do SINTEX. Entretanto, ao estrapolarmos o período investigado, foi possível constatar uma presença mais recente deste gênero de manifestação relacionada à interesses setoriais - novamente tendo a ABIT como articuladora nacional da indústria têxtil. Neste caso, provocada pela pressão das importações de manufaturados têxteis de procedência asiática e pelo desprestígio do governo federal em relação às câmaras setoriais, o setor articulou uma "Frente Parlamentar Suprapartidária em Defesa da Indústria Têxtil", unindo políticos e empresários (JSC, 30/07/95, p. 1-e). Além disso, fizeram parte das estratégias desta mobilização uma propostas de *lobby* - inclusive com a presença de centenas de empresários no Congresso Nacional - para pressionar o Senado Federal a votar restrições à entrada de produtos estrangeiros e uma legislação anti-*dumping* (exportação de produtos a preços inferiores ao praticados no mercado mundial).



Apesar de não ser possível avaliar a importância relativa que cada um dos padrões de interação Estado/sociedade possui para o SINTEX, as constatações anteriormente descritas indicam uma modernização na intermediação de interesses realizada pela entidade. A partir do final dos anos 80, estratégias neocorporativas e pluralistas incorporaram-se as alternativas, das lideranças empresariais do setor têxtil blumenauense, para o exercício de influência sobre o processo de tomada de decisões do poder público. Ao que parece, esta nova orientação teve um sentido pragmático, visto que a definição de políticas públicas sobre o comércio exterior - um problema central ao setor - foi objeto de diversas estratégias de pressão. Em virtude disto, é provável que o padrão de atuação futura das lideranças da entidade dependerá diretamente dos canais de acesso disponíveis junto ao poder público e que, a se manter o processo de democratização, tenderá a ser cada vez mais caracterizada por modalidades neocorporativistas e pluralistas.

## CONCLUSÃO

Em nossa investigação, as questões envolvendo a organização coletiva, a representação de interesses e a interação Estado/sociedade na dinâmica das organizações empresariais estudadas foram tratadas em seu mérito próprio, isto é, interagindo com o sistema político numa mútua determinação (abordagem integrada), mas focalizando a análise deste processo na estruturação dos grupos sociais. Desta forma, as considerações tecidas neste trabalho relacionaram-se, especificamente, à dinâmica da atuação e da organização interna de dois grupos de interesses (ACIB e SINTEX) diante do processo de democratização recente do Estado brasileiro (1985-94). Além disso, entre os atores sociais envolvidos neste processo, limitamos nosso foco ao empresariado industrial têxtil blumenauense, sendo que as referências a outros atores sociais tiveram a finalidade de ampliar nossa compreensão do objeto central de investigação.

Como nossa investigação fixou-se na representação organizada dos interesses do empresariado têxtil através da ACIB e do SINTEX, as atividades individuais e inorgânicas não fizeram parte da análise, sendo que nossas constatações sobre estas tem um caráter limitado e circunscrito a alguns eventos específicos. Além disso, por este trabalho tratar-se de um estudo de caso, não cremos que, por indução, nossas conclusões possam ser generalizadas ao conjunto das organizações empresariais. Entretanto, acreditamos que as considerações aqui expostas possam contribuir para estudos gerais sobre a dinâmica da organização e da representação de interesses do empresariado catarinense e brasileiro. Tendo

presente estas ressalvas, desenvolveremos nossas considerações finais sobre esta investigação.

O exame do processo de formação histórica e da estrutura sócio-econômica do grande empresariado industrial têxtil blumenauense revelaram um alto grau de articulação e afinidade de interesses deste grupo social. Esta predisposição estrutural à organização coletiva e à atuação concertada nos campos econômicos, político-institucional e corporativo manifestaram-se, com características específicas em cada contexto histórico, recorrentemente em toda história do setor. Particularmente, no período democrático recente (1985-94), em que concentramos nosso estudo, isto também foi muito evidente.

Enquanto fenômeno econômico, a indústria têxtil de Blumenau teve seu surgimento associado ao início da industrialização catarinense - em 1880, com a criação da Hering. Originado a partir de recursos locais - inicialmente, de capitais da burguesia comercial e da poupança interna dos pequenos camponeses, e depois, do reinvestimento dos rendimentos da indústria -, já no início deste século o setor têxtil posicionou-se como o mais importante da economia regional. A grande *relevância* do setor têxtil blumenauense propiciou aos grandes empresários uma posição privilegiada na definição de políticas públicas - sobretudo no município e no estado. Em nossa investigação, isto foi verificado pelo incremento da ação estatal (financiamentos, isenções, subsídios, regulamentação, etc.), a partir da década de 60, no processo de reprodução capitalista destes empreendimentos industriais.

Algumas das características fundamentais do setor, que se mantém até a atualidade, foram: a concentração econômica, em poucos e grandes grupos econômicos, criados até a década de 50, que são responsáveis pela maior parte do volume financeiro produzido e da mão-de-obra empregada - do setor e, nas últimas décadas, de toda indústria blumenauense; o controle acionário destes grandes

grupos econômicos é predominantemente detido por famílias tradicionais da burguesia local, processo estruturado pelo relativo isolamento inicial da economia regional; o alto grau de intercomunicação de capitais entre estes grupos econômicos, fenômeno ampliado para outros setores da economia local, construiu fortes laços de solidariedade e dependência entre a elite burguesa blumenauense.

Este processo histórico-social propiciou a estruturação de estratos diferenciados, entre os atores sociais que controlam os empreendimentos industriais têxteis, cujos interesses, as condições de atuação e a posição hierárquica no campo econômico-corporativo revelam uma grande diferenciação - que, em alguns casos, podem manifestar-se como interesses conflitantes. Primeiro, existe uma grande massa de micro-empresários desagregados e com um peso econômico relativamente baixo. Intermediariamente, há um número reduzido de pequenos e médios empresários com pouca expressividade na atuação político-corporativa do setor. Finalmente, há o grande empresariado têxtil, que monopoliza o espaço corporativo e possui uma grande expressão no campo político.

Neste último grupo destaca-se uma elite formada por empresários vinculados a seis grandes grupos (Hering, Artex, Teka, Cremer, Sul Fabril e Karsten). Com o controle da maior parte da economia local - que se ramifica a outros setores além do têxtil -, este grupo vem exercendo, por seu peso econômico e por sua articulação político-corporativa, um papel dirigente na articulação e mobilização dos grupos dominantes blumenauenses.

A hegemonia no campo político desta elite empresarial - majoritariamente formada pelo grande empresariado têxtil - manifestou-se, até a década de 70, pelo controle direto do espaço de poder institucional no município. Com o seu crescimento econômico, esta elite direcionou sua atuação política para o governo estadual, onde articulada a outros setores expressivos do empresariado catarinense e às oligarquias regionais - principalmente os Konder-Bornhausen -, obteve

sustentação política e econômica ao crescimento de seus empreendimentos econômicos.

Com o fim do regime militar e a redemocratização do Estado, estes empresários renovaram suas ambições políticas junto ao poder local. Entretanto, nestes últimos anos seu padrão de atuação foi alterado pelo distanciamento do exercício direto de funções políticas, que passaram a ser executadas por políticos organicamente vinculados aos empresários.

Uma manifestação característica deste novo padrão foi a estratégia político-eleitoral organizada pela elite burguesa blumenauense com o objetivo de reconquistar os governos municipal e estadual. Esta se deu pela viabilização eleitoral de Vilson Kleinubing (PFL), que foi eleito prefeito, em 1988, e governador - articulando outras forças políticas estaduais -, em 1990. Estes fatos demonstraram a grande importância do espaço político-institucional no processo de reprodução capitalista do setor industrial têxtil. Além disso, diante do jogo de forças democrático, esta atuação constituiu-se numa condição para reprodução dos valores simbólicos que contribuíram para legitimação de sua posição hegemônica entre os grupos subordinados.

No campo de lutas simbólicas nos detivemos, especificamente, no exame da função exercida pela ideologia étnica teuto-brasileira - visto como um elemento à ampliação da solidariedade entre o empresariado local, colaborando para mobilizá-lo à luta política. A nossa hipótese inicial, que norteou o exame deste tema, pressupunha a persistência de uma forte motivação ideológica de caráter étnico à organização coletiva do empresariado blumenauense. Ou seja, que permaneceriam atuais os valores étnicos, favorecendo, desta forma, que o grupo étnico, a classe burguesa e os grupos de interesses possuísem um alto grau de relação analítica e empírica no exame da mobilização coletiva do empresariado blumenauense.

Entretanto, verificou-se que o período histórico de maior penetração dos valores étnicos na população blumenauense tinha sido as primeiras décadas deste século. A partir destas, forças internas (processo de industrialização) e externas (repressão institucional) reduziram o espectro de influência da etnicidade germânica e sua capacidade mobilizadora.

Este processo, apesar de não extinguir totalmente a presença desta modalidade ideológica na região, transformou a identidade étnica numa forma de identidade social secundária a maioria dos grupos sociais. Junto ao empresariado, isto se refletiu pela precedência de outras identidades sociais, como a de classe e a regional, na sustentação da organização coletiva destes atores sociais. Desta forma, provavelmente, inviabilizaram-se as condições que permitiam ao grupo étnico teuto-brasileiro agir como um grupo de interesses.

Contemporaneamente, o papel da identidade étnica entre o empresariado parece restringir-se à sustentação complementar, através de seus valores tradicionais, da agregação entre os indivíduos que compõem a elite burguesa blumenauense. Estes valores, muito possivelmente, legitimam uma hierarquia intra-classe onde os empresários representantes dos primeiros empreendimentos industriais ocupam consensualmente o topo.

Contudo, a carência - principalmente em extensão - de dados empíricos e de melhores instrumentos analíticos a nossa disposição, sobre a presença e importância dos valores étnicos nos campos de lutas simbólicas do espaço regional, sugerem a necessidade de investigações específicas sobre o tema. Neste sentido, estudos que tenham como objeto específico o papel contemporâneo da ideologia étnica, nos relacionamentos intra e inter-classes em um espaço urbano e economicamente complexo como Blumenau, são um campo aberto e que demandam futuras investigações.

Por outro lado, a grande articulação do empresariado industrial têxtil, presentes nos campos econômico e político, também reproduziu-se em nosso objeto central de investigação: as organizações formais de representação de interesses. A ACIB e o SINTEX, entidades controladas pela elite empresarial têxtil, demonstraram-se complementares à organização coletiva e à mobilização do empresariado industrial têxtil.

Neste caso, as nossas hipóteses iniciais que sugeririam: uma grande articulação entre as duas organizações; a direção, aceita consensualmente pelos outros atores sociais, do grande empresariado industrial têxtil sobre estas; e, principalmente, a ocorrência de uma divisão do trabalho na representação dos interesses - onde caberia um papel econômico e setorial ao SINTEX e a atuação política e uma função legitimadora da posição hegemônica do empresariado têxtil à ACIB - parecem ter sido quase totalmente confirmadas.

A divisão de tarefas entre estas organizações empresariais expressou-se no SINTEX pela mediação dos interesses econômico-setoriais do grande empresariado têxtil, sendo que a atuação caracteristicamente política ocupa um espaço marginal nesta entidade. O controle do grande empresariado neste espaço organizacional foi total em toda sua história. Esta constância foi garantida devido às estratégias que desestimulam a participação ativa dos pequenos e micro empresários (taxas de contribuição altas e ausência de incentivos seletivos), já que estes não poderiam ser impedidos de participar por nenhum instrumento jurídico-estatutário. Além disso, é provável que esta elite mantenha o controle da entidade devido a sua legitimidade. Isto, sobretudo, em relação aos outros sócios do sindicato patronal, que são na maioria médios empresários.

Desta forma, o grande empresariado manteve o monopólio na formação e reprodução de lideranças setoriais. Isto, além de garantir a expressão pública e legítima de interesses somente relacionados a elite empresarial, proporcionou a

estas lideranças maior poder e unidade em seu relacionamento com os outros setores empresariais de Blumenau.

As atividades do SINTEX direcionadas aos espaços de tomada de decisão do Estado concentraram-se, como visto, em objetivos econômicos. Entre os temas que mais estiveram presentes nesta mediação de interesses, nos últimos dez anos, destacaram-se: os relacionados a questões trabalhistas, para as quais a organização tem o monopólio oficial de representação, que alteraram-se profundamente em virtude do aumento da combatividade do movimento operário; os relativos às políticas públicas que regulamentaram o comércio exterior, problema que vem afetando diretamente a sobrevivência e lucratividade do setor, tanto pela exportação quanto pela competição no mercado interno com produtos importados.

Na implementação deste relacionamento com o Estado, o SINTEX envolveu-se ativamente com outras organizações empresariais. Apesar do sindicato patronal fazer parte de um sistema hierarquizado oficialmente, a ampliação dos espaços de pressão não se limitaram à estrutura corporativa - no caso, o sistema FIESC. Além da ACIB, que historicamente coordenou a organização coletiva do empresariado blumenauense sob a hegemonia do setor têxtil, teve destaque o esforço recente de organização nacional do grande empresariado têxtil através da ABIT. Essas duas entidades extra-corporativas, em aspectos e funções diversas, maximizaram o poder de mobilização destes atores sociais e, portanto, a possibilidade de influenciar o processo de tomada de decisões do poder público.

A recente investida do grande empresariado industrial têxtil na organização nacional do setor, através de entidades exteriores à estrutura corporativa, parecem constituir-se num novo campo para investigação. Ao contrário de outros setores mais dinâmicos da economia (eletro-eletrônico, automobilístico, etc.), precocemente organizados nacionalmente, o setor têxtil somente nos anos 90 passa a manifestar uma efetiva organização deste tipo. Examinar o processo de



organização nacional, a estrutura interna, as relações de poder e a dinâmica da interação da ABIT com o sistema político parecem ser um expediente importante, inclusive, à compreensão da atuação do empresariado industrial têxtil blumenauense.

Ao contrário do sindicato patronal, a ACIB foi um veículo dos interesses empresariais com uma atuação mais complexa. Nos últimos dez anos, houve a presença de objetivos econômicos, políticos e cívico-sociais - com uma tendência à concentração nos dois últimos, conforme avançou o processo de democratização - na relação desta organização com o Estado. De fato, as transformações no regime político parecem ter motivado alterações mais rapidamente nesta organização empresarial. Isto provavelmente ocorreu devido ao baixo grau de institucionalização da ACIB, fato que tornou esta entidade mais sensível à competição proporcionada pelas regras do jogo democrático.

Devido a sua longevidade e as características econômicas do município de Blumenau - que concentraram na burguesia local o poder econômico -, a ACIB constituiu-se no espaço central de organização coletiva do empresariado blumenauense, sendo que seus grupos dirigentes reproduziram-se durante longos períodos no controle da entidade de forma consensual. A dinâmica recente da estrutura econômica da região refletiu-se pela concentração de poder do grande empresariado têxtil na direção da ACIB. Um processo que, para não descaracterizar a entidade e torná-la incapaz de mobilizar todo o empresariado local, foi acomodado pelo crescimento do número de diretores. Isto, tornou possível construir espaços de representação minoritárias para outros setores econômicos - historicamente importantes ou emergentes - do município.

Como nossa investigação centrou-se no papel da ACIB para representação de interesses e organização coletiva do empresariado têxtil, algumas questões surgem deste estudo. Além da posição hegemônica da elite industrial têxtil

e da reprodução de seu controle sobre a entidade, parece necessário, para completar o quadro de interesses empresariais de Blumenau, verificar o papel que ocupam outros setores neste processo. A relação entre os grupos tradicionais e os emergentes. Além de investigar o relacionamento da ACIB com outras entidades empresariais locais e o papel de suas lideranças nas diversas organizações.

Como uma das principais funções da ACIB sempre foi criar laços orgânicos entre a burguesia blumenauense, legitimando o papel dirigente de suas elites frente ao conjunto da classe, o processo de democratização teve outras consequências organizacionais, que não se limitaram a pequena transformação do perfil de seus dirigentes. Inicialmente, este processo de adaptação pode ser verificado na modificação dos seus meios de divulgação - periódicos internos - e do posicionamento político-ideológico de suas lideranças, que se tornaram mais agressivos, atraentes e direcionados a um universo mais amplo.

Além disto, para modificar sua imagem elitista e tradicional, a entidade buscou ampliar sua representatividade nos meios empresariais, abrigando uma maior quantidade de micro e pequenos empresários em seus quadros sociais. Esta estratégia, possivelmente, teve a intenção de ampliar a legitimidade da ACIB em seu relacionamento com o Estado, garantindo, ao mesmo tempo, uma maior penetração dos valores ideológicos de seus dirigentes no universo empresarial blumenauense. Mais do que isto, este processo inibiu a formação ou o crescimento de outras organizações empresariais que, competindo ideológica e estrategicamente com a ACIB, pudesse colocar em risco os projetos políticos da elite empresarial.

Devido a isto, a ACIB tornou-se uma grande fornecedora de serviços (incentivos seletivos) que atraíssem os micro-empresários à organização. Neste processo, a entidade contou com a assessoria de uma organização empresarial alemã (*HANDWERKS KAMMER*) que repassou a experiência europeia de

organização e mobilização coletiva. Além disto, outro fato que marcou o ajuste organizacional da ACIB a esta ampliação de sua base social, foi a modificação dos mecanismos de acesso ao poder interno, preservando as condições para a reprodução de sua elite dirigente. Isto, de fato, evitou o risco de competição interna e perda de controle sobre a entidade, que seria provocado pelo inchaço da base social da ACIB.

A reordenação da estrutura interna da ACIB, provocada pela democratização, também refletiu-se nas demandas e pressões direcionadas ao Estado. Os temas econômicos - que, apesar de raramente direcionarem-se explicitamente a interesses setoriais, satisfaziam necessidades mais diretamente vinculadas ao grande empresariado - perderam importância no decorrer da última década. Em contrapartida, as questões envolvendo objetivos políticos aumentaram sua intensidade, modificando o papel da ACIB na representação de interesses da elite empresarial blumenauense. Temas envolvendo a transformação da ordem constitucional, o aumento da representação política regional e o processo legislativo tornaram-se questões centrais a mobilização coletiva organizada pela ACIB.

Como porta voz de pressões que comportaram mais a legitimação de visões de mundo do que a satisfação imediata de interesses específicos, as lideranças da ACIB passaram a se dedicar não só ao *lobby* junto ao Estado, mas também a influenciar ideologicamente as opiniões dos diversos grupos sociais da região. Além dos instrumentos criados para isto - como a coluna no JSC -, fez-se necessário vincular a atuação da entidade a defesa de interesses gerais, comunitários e não-classistas. Este parece ter sido o papel das demandas cívico-sociais (segurança pública, infra-estrutura, saúde, educação, etc.) e da atuação como "clube de serviços" que, apesar de não ser uma prática inaugurada recentemente, prestou-se bem ao papel de conferir legitimidade pública à

associação, tornando-se uma complementação necessária e desejável às pressões com objetivos políticos.

Outra característica da dinâmica desta representação de interesses foi a complexa rede de relações que a ACIB manteve com outras organizações empresariais. Além dos contatos com organizações estrangeiras, foi possível constatar que: 1) a ACIB relacionou-se tão bem - ou talvez melhor - com entidades gerais da estrutura corporativa (FIESC) quanto com organizações extra-corporativas as quais a associação é formalmente filiada (FACISC, CACB), isto devido à presença das lideranças empresariais ser constante nestas organizações, demonstrando uma grande integração às elites empresariais de outras regiões e a complementariedade entre as diferentes estruturas de representação de interesses; 2) a ACIB funciona como uma organização que, organicamente e de forma não compulsória, reúne entre seus quadros as lideranças de todos os setores empresariais locais - hierarquicamente, conforme a importância de cada setor -, o que continuamente se manifesta em campanhas conjuntas e articuladas com sindicatos patronais e associações civis blumenauenses; 3) regionalmente, a ACIB possui uma ligação recente com outras entidades congêneres (ACI's), o que representa a articulação das lideranças empresariais dos municípios catarinenses com maior importância econômica (Blumenau, Joinville, Jaraguá do Sul, Brusque, etc.) - fato que, possivelmente, deverá possuir desdobramentos através do incremento das atuações concertadas no campo político e que se apresenta como um importante objeto de investigação futura.

Finalmente, nossa última hipótese sobre a representação de interesses do empresariado industrial têxtil, através da ACIB e do SINTEX, supunha que, conforme aprofundava-se o processo de democratização, (1985-94), a interação destas entidades tenderia a aproximar-se de padrões pluralistas e

neocorporativistas de intermediação de interesses. O que, de fato, foi possível verificar.

As condições geradas pela democratização do Estado brasileiro favoreceram esta transformação - que foi mais sensível e prematura na ACIB. Mesmo que esta entidade nunca possa ter sido caracterizada por uma ligação à intermediação corporativista de interesses, nos últimos dez anos manifestaram-se claramente - e de forma crescente - formas pluralistas e competitivas de interação com o Estado. Além do incremento das pressões políticas e da visibilidade e ideologização destas atuações, cada vez mais o processo eleitoral e o poder legislativo passaram a ser o alvo das demandas da ACIB.

Da mesma forma, a atuação do SINTEX foi alterada em virtude do processo de democratização que, apesar de mais recente, implicou em mudanças mais radicais para uma organização corporativa. A primeira evidência de ruptura com o corporativismo estatal na atuação deste sindicato patronal formalizou-se, no início dos anos 90, pela adesão às câmaras setoriais. O neocorporativismo manifestou-se em seu nível *meso* (setorial), mas a negociação conjunta e visível com o governo, as organizações dos trabalhadores e outros interesses empresariais representaram um avanço efetivo nas práticas de interação com o sistema político. Além disso, as lideranças empresariais têxteis passaram a defender publicamente esta modalidade de concertação setorial, o que evidencia um comprometimento pragmático com as novas regras democráticas que, de certa forma, reduziram a possibilidade de influenciar unilateralmente o processo de tomada de decisão das agências do Estado - ao mesmo tempo que este precisava se legitimar publicamente.

Outro fato que demonstrou esta redefinição no padrão de atuação do SINTEX foi motivado pela impossibilidade de implementar negociações neocorporativistas, visto que o governo federal esvaziou esta modalidade de

intermediação de interesses. A resposta das lideranças empresariais expressou-se na pressão direta ao legislativo federal. Neste processo, articulado através da ABIT com outros grandes empresários do setor têxtil brasileiro, realizaram-se manifestações para alterar a regulamentação da importação de produtos têxteis através de um *lobby* que reuniu políticos e empresários numa "Frente Parlamentar Suprapartidária em Defesa da Indústria Têxtil". Desta forma, a intermediação de interesses em formatos pluralistas também agregou-se a atuação do SINTEX.

A modernização dos padrões de intermediação de interesses entre as organizações empresariais estudadas (ACIB e SINTEX) e o sistema político, demonstram um aprofundamento do processo de democratização. Neste sentido, seria possível vislumbrar uma interação Estado/sociedade que não se restringiria a formalidade das regras do jogo democrático, mas aprofundaria-se nas relações com as organizações da sociedade civil. Como não é possível generalizar mecanicamente as constatações geradas por este trabalho, a realização de uma investigação que tivesse como base um estudo panorâmico sobre o processo de interação entre as organizações empresariais catarinenses e o sistema político seria uma grande contribuição ao conhecimento desta temática.

Finalmente, como uma síntese geral, a partir das evidências apresentadas foi possível verificar que, do ponto de vista dos interesses do grande empresariado industrial têxtil, existe uma divisão de tarefas nítida entre a ACIB e o SINTEX. A primeira cabe a função de reproduzir sua posição dirigente entre o empresariado local, articulando organicamente a burguesia blumenauense e predispondo-a para o embate político. Além disso, devido a seu caráter geral, esta torna-se um veículo mais adequado à atuação político-ideológicas direcionadas ao sistema político e à exportação dos valores dominantes aos grupos subordinados da estrutura social local. Ao sindicato patronal, por outro lado, cabe a função de mediar somente os

interesses do grande empresariado têxtil, valendo-se, neste processo, o máximo quanto possível de seu *status* público.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Luis. El empresariado como actor social. *Proposiciones*. Santiago/Chile, n.20, p. 120-42, 1991.
- ACERO, Liliana. Os trabalhadores têxteis e sua visão do mercado de trabalho. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, 1983.
- ACIB 90 anos de memória. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1989.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O corporativismo em declínio? In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ATLAS FINANCEIRO DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1994.
- ARAÚJO, Angel M. C.; TAPIA, Jorge R. B. Corporativismo e neocorporativismo: o exame de duas trajetórias. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 1-30, 2 semestre de 1991.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Poder e decisão. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. *Política e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1983.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BOLETIM INFORMATIVO DA ACIB. Blumenau: ACIB, 1987-92.
- BOSCHI, Renato R. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense (das origens à integração no desenvolvimento brasileiro)*. 2. ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.
- BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.



- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre; SAINT MARTIN, Monique de. Le patronat. *Actes de la Recherches en Sciences Sociales*. França, n. 20-21, p. 3-82, mars/avr. de 1978.
- BUZANELLO, Edegar J. *La burguesia agraria: organizacion de clase y representación de intereses en Brasil. 1964-1988*. México, 1991. Tese (Doutorado) - Facultad de Ciencias Políticas y Sociales/UNAM.
- CAILLAUX, Ana Maria Lustosa; PECHMAN, Sérgio. A Abinee e o Sindipeças: estudo de caso comparativo de duas modalidades de representação. In: DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. *Agregação e representação de interesses do empresariado industrial: sindicatos e associações de classe*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Relatório de Pesquisa, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 9-27, 1983.
- CARIO, Silvio. *Conglomeração de capitais e empresariado: dinâmica capitalista, valores e posição de classe*. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado de Sociologia Política) - UFSC.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Interesses, organizações e políticas sociais. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 31, p. 17-48, 1 semestre de 1991.
- \_\_\_\_\_. Governo local, processo político e equipamentos sociais: um balanço bibliográfico, *BIB*. Rio de Janeiro, n. 25, 1 semestre de 1988.
- CODESUL. *A indústria têxtil catarinense*. Florianópolis, 1970.
- COELHO, Jaime Cesar. *Bancos comerciais estaduais e organização de interesses - A Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais*

(ASBACE). *Um estudo de caso*. Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado de Sociologia Política) - UFSC.

COLOMBI, Luiz Vendelino. *Industrialização de Blumenau: o desenvolvimento da Gebruder Hering, 1880-1915*. Florianópolis, 1979. Dissertação (Mestrado de História) - UFSC.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Corporativismo societal: interesse de classe versus interesse setorial. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CRUZ, Sebastião Velasco. *Empresários e o regime no Brasil: campanha contra a estatização*. São Paulo, 1984. Tese (Doutorado) - USP, cap. V.

\_\_\_\_\_. *A produção do consenso. Discurso econômico e conflitos políticos na transição brasileira*. Caxambú, 1994, XVIII Anpocs, mimeo.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis: RBS, várias edições, 1988-94

DINIZ, Eli. Empresariado e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 349-77, 1991.

\_\_\_\_\_. (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: Ed. da UFSC/IDACON, 1993.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. *RBCS*. Rio de Janeiro, n. 20, p. 31-46, out. de 1992.

\_\_\_\_\_. O empresariado e o momento político: entre a nostalgia do passado e o temor o futuro. *Ciências Sociais Hoje*. Rio de Janeiro, p. 203-39, 1986.

\_\_\_\_\_. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. *Agregação e representação de interesses do empresariado industrial: sindicatos e associações de classe*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Relatório de Pesquisa, 1979.

\_\_\_\_\_. O corporativismo na construção do espaço público. In: BOSCHI, Renato R. (org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

\_\_\_\_\_. Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil. *RBCS*. Rio de Janeiro, n. 23, p. 101-19, out. de 1993.

\_\_\_\_\_. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

\_\_\_\_\_. Empresários e constituinte: continuidade e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. In: CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli (orgs.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1989-a.

\_\_\_\_\_. A consolidação democrática no Brasil: atores políticos, processos sociais e intermediação de interesses. In: DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R.; LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1989-b.

DREIFUSS, René. Brevíssimas anotações conceituais sobre "elites orgânicas". In: \_\_\_\_\_. *A internacional capitalista*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p. 21-31.

\_\_\_\_\_. *1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. *O jogo da direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.

EXPRESSÃO. Florianópolis: FIESC, 1987-94.

FIESC. *Santa Catarina em dados*. Florianópolis: 1993.

\_\_\_\_\_. *Relatório estatístico*. Florianópolis, 1994.

FIGUEIREDO, Vilma; MALAN, Ana Lúcia. Empresário brasileiro e filantropia: proposição de um modelo de análise. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 6, p. 141-45, 1969.

FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: várias edições, 1985-94.

FURB. Fundação Universidade Regional de Blumenau. *Realidade sócio-econômica e cultural do Vale do Itajaí*. Blumenau, s.d.

GAZETA MERCANTIL. São Paulo: várias edições, 1985-94.

- GARRIDO, Celso; PUGA, Cristina. Transformaciones recientes del empresariado mexicano. *Rev. Mexicana de Sociologia*. México, ano LII, n. 2, abr./jun. de 1990.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GIESE, Barbara. *A atuação política do empresário catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-85)*. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - UFSC.
- GONÇALVES, Reinaldo. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, FGV, 45(4):491-518, out./dez. 1991.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p. 48-59.
- GRIN, Mônica. *Etnicidade e política: o grupo étnico judaico no Brasil*. Caxambú, 1993, XVII Anpocs, mimeo.
- GROS, Denise Barbosa. *Burguesia industrial gaúcha e o Estado nacional - 1964-1978*. Porto Alegre: FEE(teses), n. 12, maio de 1990.
- GRÜN, Roberto. Quem é moderno? Um estudo sobre as estratégias discursivas de gerentes brasileiros. *RBCS*. Rio de Janeiro, n.18, p. 96-108, fev. de 1992.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes, interesses e exploração: comentários a um debate anglo-americano. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 31, p. 49-66, 1 semestre de 1991.
- GUIMARÃES, Cesar. Empresariado, tipos de capitalismo e ordem política. *Dados*. Rio de Janeiro, n. 14, p. 34-47, 1977.
- HERING, Ingo. *Coletânea de artigos*. Blumenau: 1980.
- \_\_\_\_\_. *Coletânea de artigos II*. Blumenau: 1989.

- HERING, Maria Luíza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.
- IANNI, Octavio. A Nova República do Brasil. In: CUEVA, Agustín (org.). *Tempos conservadores*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- INFORMATIVO URGENTE. Blumenau: ACIB, 1983-87.
- JORNAL DE SANTA CATARINA. Blumenau: 1985-94.
- KNOKE, David. Associations and interest groups. *Ann. Rev. Sociol.*, v. 12, p. 1-21, 1986.
- LAMOUNIER, Bolivar. Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro. *RBCS*. Rio de Janeiro, n.4, p. 43-64, jun. de 1987.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Burocracia, empresariado e arenas decisórias estratégicas: trajetórias do neocorporativismo no Brasil (1939 a 1955). *Ciências sociais Hoje*. Rio de Janeiro, p. 74-101, 1992.
- LINDBLOM, Charles E. *O processo de decisão política*. Brasília: Ed. da UNB, 1981, cap. 9 e 10.
- LUNA, Matilde; TIRADO, Ricardo. *El Consejo Coordinador Empresarial - una radiografía*. México: UNAM, 1992.
- LUNA, Matilde; VALDÉS, Francisco. Perspectivas teóricas en el estudio de los empresarios en México. *Rev. Mexicana de Sociología*. México, no LII, 2, abr./jun. de 1990.
- MEURER, Eriberto José. *Os empresários e os partidos políticos - as eleições de 1986 em Santa Catarina*. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado de Sociologia Política) - UFSC.
- MINELLA, Ary Cesar. *Organização corporativa e extra-corporativa do empresariado: uma reflexão teórica-metodológica*. Florianópolis, 1988, UFSC, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros*. Caxambú, 1994, XVIII Anpocs, mimeo.

- \_\_\_\_\_. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988.
- MOREIRA, Marcílio Marques. Estará o liberalismo obsoleto? *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 65/66, abr./set. 1981.
- OFFE, Claus. A atribuição de status público aos grupos de interesse. In: \_\_\_\_\_. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Braziliense, 1989, p. 223-68.
- OFFE, Claus; RONGE, Volker. Teses sobre a fundamentação do conceito de "Estado Capitalista" e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OFFE, Claus; WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco de. Os protagonistas do drama: Estado e sociedade no Brasil. In: LARANJEIRA, Sônia (org.). *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- PAINEL TÊXTIL. Blumenau: SINTEX, 1991-94.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. O empresariado mineiro e a transição política. *Anal. & Conj.* Belo Horizonte, 2 (2) : 74-102, mai./ago. 1987.
- PORTUGAL, José Geraldo Jr. et al. *Grupos econômicos: expressão institucional do capital financeiro*. São Paulo, IESP/FUNDAP, junho de 1993, mimeo.
- POULANTZAS, Nicos. Classes sociais e lutas de classes. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1984.
- PRZEWORSKI, Adam. Marxismo e escolha racional. *RBCS*. Rio de Janeiro, n. 6, v. 3, fevereiro de 1988.
- REIS, Bruno Pinheiro W. O conceito de classes sociais e a lógica da ação coletiva. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 34, n 3, 1991.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Crise urbana e novas imagens do trabalho: recortes analíticos do pequeno empresário*. Caxambú, 1994, XVIII Anpocs, mimeo.

RUA, Maria das Graças & AGUIAR, Alessandra T. de. *A política industrial no Brasil: políticos, burocratas e interesses organizados no processo de police-making*. Caxambú, 1993, XVII Anpocs, mimeo.

SANTA CATARINA. Secretaria da Fazenda. *Economia catarinense: levantamento conjuntural*. Florianópolis, 1970.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento. *Números de Santa Catarina*. Florianópolis, 1985.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Indústria e Comércio. *Articulação sócio-econômica 1986*. Florianópolis, 1986, p.150-9.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento. *Números de Santa Catarina*. Florianópolis, 1987.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A política da valorização étnica. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 6 de março de 1993.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A lógica dual da ação coletiva. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p.23-39, 1989.

SCHMITTER, Philippe C.; LANZALACO, Luca. L'organizzazione degli interessi impreditoriali a livello regionale. *Stato e Mercato*, Bologna, n. 22, p. 63-96, apr. 1988.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

\_\_\_\_\_. Obsolescência da função empresarial. In: \_\_\_\_\_. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

\_\_\_\_\_. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro, 1993, v. 91, p. 31-64.

\_\_\_\_\_. Identidade étnica numa comunidade teuto-brasileira do Vale do itajaí. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. 24, p. 55-82, 1977.

- \_\_\_\_\_. A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional - Antropologia*. Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-33, out. de 1982.
- \_\_\_\_\_. Etnicidade e cidadania: algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política. *Boletim do Museu Nacional - Antropologia*. Rio de Janeiro, p. 1-15, out. de 1983.
- \_\_\_\_\_. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. *RBCS*. Rio de Janeiro, n. 26, out. de 1994.
- SILVA, José Ferreira da. *História de Blumenau*. 2. ed. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988.
- SIMÃO, Vilma Margarete. *Blumenau: da indiferenciação étnica à diferenciação de classe*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado de Serviço Social) - PUC-SP.
- SINGER, Paul. Blumenau. In: \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento econômico evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/EDUSP, 1968.
- SINTEX. Sindicato da Indústria da Fiação, Tecelagem e Vestuário de Blumenau. *Pesquisa industrial têxtil: comparativo 1990/1991/1992*. Blumenau, s.d.
- TAPIA, Jorge Rubem Biton. Corporativismo societal no Brasil: uma transição incompleta? In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- VEGA, Carlos Alba. Las regiones industriales y los empresarios de México. *Rev. Mexicana de Sociología*. México, ano LII, n. 2, abr./jun. de 1990.
- VIANNA, Maria Lúcia Werneck; SALINAS, Júlio Abulafia. Ação coletiva e participação política do pequeno e médio empresário. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 25, n.1, p. 105-28, 1982.
- VIEIRA, Ady Filho. *As raízes da industrialização: grupos empresariais catarinenses - origem e evolução*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1986.
- WACQUANT, Loïc J. C.; CALHOUN, Craig Jackson. Interesse, racionalidade e cultura. *RBCS*. Rio de Janeiro, n.15, p. 76-100, 1991.



## ANEXO 1

### LISTA DAS LIDERANÇAS EMPRESARIAIS BLUMENAUENSES (COM VÍNCULOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E CORPORATIVOS - DÉCADAS DE 80 E 90)

| EMPRESÁRIO   | EMPRESA/<br>GRUPO<br>ECONÔMICO   | ENTIDADES<br>EMPRESARIAIS  | PARTIDOS<br>POLÍTICOS | CARGOS<br>PÚBLICOS   |
|--|--|--|-----------------------|--|
| Abramo Moser<br>Adolar Leo Hermann<br>Alcantara Correa<br>Alfredo Íten<br>Alfredo Lindner Jr.<br>Alfredo Zinkhahn<br>Anselmo de Souza  | Hering<br>Sul Fabril<br>Artex<br>Cremer<br>Lindner Arquit.<br>Cremer<br>Dudalina   | ACIB<br>ACIB<br>ACIB<br>ACIB<br>ACIB<br>ACIB<br>ACIB, SINTEX,<br>FACISC  | PMDB                  |  |
| Armando H. de Souza<br>Ámo Buerguer Filho<br>Amo Pitz<br>Artur Fouquet Júnior<br>Bernardo W. Wemer<br>Carl Heinz Brandes<br>Carlinho Bogo<br>Carlos H. Dalsenter<br>Carlos Odebrecht<br>Carlos Schmidt<br>Carlos Wachholz<br>Célio Fiedler | Dudalina<br>Casa Buerguer<br>Acon-cont.<br>Cremer<br>Altona<br>Brandili<br>Transf. Mega<br>Schrader<br>Karsten<br>Cremer<br>Panificadora 7<br>Fiedler<br>Automação | SINTEX<br>ACIB<br>ACIB<br>ACIB<br>ACIB, FIESC<br>SINTEX<br>ACIB<br>ACIB<br>ACIB<br>ACIB<br>ACIB, FIESC<br>ACIB | PDS                   |  |
| Cirano Fonseca Dias<br>Décio Moser   | Artex<br>Moser   | SINTEX<br>ACIB   | PDS/PPR               | Secretário Estadual da<br>Indústria e Comércio<br>(1985-86) e candidato a<br>deputado federal (1990) |
| Dieter Hering<br>Edmundo Wehmuth<br>Egon Stein<br>Etevaldo da Silva  | Hering<br>Tab. Brasileiros<br>Construtora Stein<br>Impr.<br>Paranaense   | ACIB<br>ACIB<br>ACIB, FIESC<br>ACIB  | PFL<br><br>PDS        | Secretário Estadual da<br>Indústria e Comércio<br>(1982-85)  |
| Evandro Obenaus<br>Ézio Alquini<br>Francisco Mastella  | Molas Obenaus<br>Artex<br>Hering   | ACIB<br>ACIB<br>FACISC   | PDC                   | Deputado Estadual<br>(1986-90)   |
| Frederico Kuhrich Neto<br>Gehard Horst Fietsch<br>Guido de Oliveira<br>Gunar Conrado Karsten<br>Gunar Vollmer  | Teka<br>Sul Fabril<br>Artex<br>Karsten<br>Maju   | SINTEX<br>SINTEX<br>ACIB<br>SINTEX<br>SINTEX   |                       |  |

|                        |                            |                              |           |  |
|------------------------|----------------------------|------------------------------|-----------|--|
| Hans Didjurgert        | ADD/Makler                 | ACIB                         |           |  |
| Hans Martin Meyer      | Distr. Condor              | ACIB                         |           |  |
| Hans Schadrack         | Casa Moelmann              | ACIB                         |           |  |
| Haroldo Pabst          | Teka                       | ACIB                         |           |  |
| Heinz Schrader         | Cremer                     | SINTEX                       |           |  |
| Henrique Isleb         | Haco                       | SINTEX                       | PFL       |  |
| Ingo Hering            | Hering                     | ACIB                         | PFL       |  |
| Ivo Hering             | Hering                     | SINTEX                       | PFL       |  |
| Ivo Zadrozny           | Artex                      | ACIB                         |           |  |
| Jaime da Silva Telles  | Thiemann/<br>Malhasoft     | SINTEX, ACIB                 | PDT       | Candidato a prefeito<br>(1988)   |
| João Telles            | Sul Fabril                 | SINTEX                       |           |  |
| Jorge Buechler         | Hering<br>Brinquedos       | ACIB                         |           |  |
| José B. de Almeida     | Artex                      | SINTEX                       |           |  |
| José Érico Dalla Rosa  | Sul Fabril                 | ACIB                         |           |  |
| Júlio Zadrozny         | Artex                      | ACIB, FIESC,<br>SINTEX       | PFL       |  |
| Leopoldo Schmalz       | Lince                      | SINTEX                       |           |  |
| Lothar Schmidt         | Cremer                     | ACIB, SINTEX,<br>FIESC       | PFL       |  |
| Luís Miqueluzzi        | Construtora<br>Miqueluzzi  | ACIB                         |           |  |
| Manfredo Bubeck        | Bermo Repres.              | ACIB                         |           |  |
| Manfredo Kriek         | Actus Consultoria          | ACIB                         |           |  |
| Marcos Bueschler       | Auto-Viação<br>Catarinense | ACIB                         |           |  |
| Mário John             | Teka                       | ACIB                         | PDS/PPR   |  |
| Michel Sabbagh Filho   | Cristina                   | SINTEX, ACIB                 |           |  |
| Norberto Ingo Zadrozny | Artex                      | AEB, ACIB,<br>SINTEX         | PDS       |  |
| Osmar Valentin         | Hering                     | ACIB                         |           |  |
| Paulo Gouvea           | Artex                      | ACIB                         | PFL       | Deputado Federal<br>(1994) e Sec. Estadual<br>dos Transportes e<br>Obras (1990-94) |
| Pedro Waldrich         | Pemar                      | SINTEX                       |           |  |
| Raul Hemg Santiago     | Hering                     |                              | PFL       |  |
| Renato Werner          | Altona                     | ACIB, FIESC                  |           |  |
| Ricardo Stodieck       | Dicatesa                   | ACIB                         |           |  |
| Roland Muller Hering   | Hering                     | SINTEX                       |           |  |
| Rolando Nitsche        | Dudalina                   | SINTEX                       |           |  |
| Rolf Ehke              | Cristal Blumenau           | ACIB                         |           |  |
| Rolph Kuhrich          | Teka                       | SINTEX                       |           |  |
| Romeu Georg            | Romeu Georg                | ACIB                         |           |  |
| Ronaldo Baumgarten     | Baumgarten Ind.<br>Gráfica | ACIB, FIESC,<br>FACISC       | PL        |  |
| Ronaldo Dag Zadrozny   | Artex                      | SINTEX                       |           |  |
| Rui Altemburg          | Altemburg                  | SINTEX, ACIB                 |           |  |
| Rui Dieckmann          | Rico                       | SINTEX                       |           |  |
| Rui Ebert              | Teka                       | ACIB, SINTEX,<br>FIESC       |           |  |
| Sérgio F. de Souza     | Dudalina                   |                              | PMDB/PSDB |  |
| Siegfried Liesenberg   | Teka                       | ACIB                         | PDS/PPR   |  |
| Ulrich Kuhn            | Artex/Hering               | ACIB, SINTEX,<br>FIESC, ABIT | PFL       |  |
| Uwe Spranger           | Karsten                    | ACIB                         |           |  |
| Vicente Donini         | Marisol                    | SINTEX                       |           |  |
| Wander Weege           | Malwee                     | SINTEX                       |           |  |

Werner Schuster  
Wilberto Schuermann

Marisol  
Schuermann

SINTEX  
ACIB

